Gustavo Querodia Tarelow

**Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma
trajetória singular (1898-1988)**

Tese apresentada à Faculdade de
Medicina da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Doutor em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientador: Prof. Dr. André Mota

São Paulo

2018

Gustavo Querodia Tarelow

**Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma
trajetória singular (1898-1988)**

Tese apresentada à Faculdade de
Medicina da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Doutor em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientador: Prof. Dr. André Mota

São Paulo

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Tarelow, Gustavo Querodia

Antonio Carlos Pacheco e Silva : psiquiatria e política em uma trajetória
singular (1898-1988) / Gustavo Querodia Tarelow. -- São Paulo, 2018.

Tese (doutorado) --Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Programa de Saúde Coletiva.

Orientador: André Mota.

Descritores: 1.Biografia 2.História da medicina 3.Saúde pública 4.História da
psiquiatria 5.Política 6.Antonio Carlos Pacheco e Silva 7.História

USP/FM/DBD-491/18

Responsável: Erinalva da Conceição Batista, CRB-8 6755

Para a pequena Ana Eliza, luz dos meus olhos.

RESUMO

Tarelow GQ. *Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898 – 1988)* [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2018.

O presente trabalho trata-se de uma biografia do psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898- 1988) que, entre outros cargos e funções, foi diretor do Hospital de Juquery, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, presidente da Federação Mundial para a Saúde Mental, deputado federal e estadual e dirigente de diversas entidades médico-científicas. O estudo almeja captar as especificidades das ações do personagem, bem como as relações que ele estabeleceu com os contextos históricos em que viveu. Pretende-se, assim, romper com as análises biográficas heroicas e laudatórias que invariavelmente incidem em determinismos e cristalizações. Para tanto, o trabalho explora os conceitos de *biografia hermenêutica* e de *singularidade* desenvolvidos respectivamente por François Dosse e Carlo Ginzburg. A carreira política de Pacheco e Silva, por sua vez, é investigada a partir das teorias acerca do pensamento conservador brasileiro e sob as indicações metodológicas sobre a construção e as implicações da *paulistanidade*. Considerando a necessidade de se definir uma clara e coesa periodização sobre o objeto de análise, foi realizado um recorte temporal em três *Eras* que tomam como base os processos históricos mais amplos e a dimensão particular da vida do biografado na perspectiva de sua atuação nos campos da psiquiatria e da política. Ao considerar a inserção do presente trabalho no campo da Saúde Coletiva, partimos do pressuposto que a História pode ser uma grande aliada na compreensão dos fenômenos sociais que permeiam os processos saúde-doença-cuidado e as ações de determinados grupos e indivíduos em meio a eles. Sendo assim, a História, ciência que se volta para a ação do homem no tempo, encontra neste campo um espaço privilegiado de troca capaz de enriquecer tanto as pesquisas realizadas pelos profissionais mais próximos dos serviços de Saúde quanto as análises dos profissionais dedicados às Ciências Sociais e Humanas. Com isso em vista, estudo empreendido se subdivide em cinco capítulos. Os dois primeiros englobam as opções teórico-metodológicas adotadas e o debate historiográfico acerca do campo biográfico, da história das práticas médicas e de Saúde, bem como sobre a vida e obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva. Os três últimos capítulos analisam as especificidades dos diferentes momentos de sua vida, classificados como *Era formativa*, *Era do fulgor* e *Era dos acirramentos*. Finalmente, entende-se que o personagem analisado teve sua biografia marcada pelos diferentes contextos históricos em que viveu e que, da mesma forma, foi um indivíduo singular que assumiu posições próprias, que direcionou com maior ou menor grau de autonomia as suas escolhas, construindo, assim, um caminho biográfico peculiar.

Descritores: biografia; história da medicina; saúde pública; história da psiquiatria; política; Antonio Carlos Pacheco e Silva; história.

ABSTRACT

Tarelow GQ. *Antonio Carlos Pacheco e Silva: psychiatry and politics in a singular trajectory (1898 – 1988)* [thesis]. São Paulo: “Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo”; 2018.

The present work deals with a biography of the psychiatrist Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), who, among other positions and functions, was director of the Juquery Hospital, professor at the University of São Paulo Medical School, president of World Federation for Mental Health, federal and state deputy and leader of several medical-scientific entities. The study aims to capture the specificities of the character's actions, as well as the relationships he established with the historical contexts in which he lived. It is intended, therefore, to break with the heroic and laudatory biographical analyzes that invariably affect determinism and crystallization. For this, the work explores the concepts of hermeneutic biography and singularity developed respectively by François Dosse and Carlo Ginzburg. The political career of Pacheco e Silva, in turn, is investigated from theories about conservative Brazilian thought and under the methodological indications about the construction and implications of "paulistanity". Considering the necessity to define a clear and cohesive periodization on the object of analysis, a temporal cut was made in three Ages based on the broader historical processes and the particular life dimension of the biographer in the perspective of his work in the fields of psychiatry and politics. In considering the insertion of the present work in the field of Public Health, we assume that History can be a great ally in the understanding of the social phenomena that permeate the health-disease-care processes and the actions of certain groups and individuals among them. Thus, history, a science that turns to the action of man in time, finds in this field a privileged space of exchange capable of enriching both the researches carried out by professionals closer to the health services and the analyzes of professionals dedicated to the Social and Human Sciences. With this in view, study undertaken is subdivided into five chapters. The first two encompasses the theoretical-methodological options adopted and the historiographic debate about the biographical field, the history of medical and health practices, as well as the life and work of Antonio Carlos Pacheco e Silva. The last three chapters analyze the specificities of the different moments of his life, classified as Formative Age, Age of Glow and Age of Disputes. Finally, it is understood that the analyzed character had his biography marked by the different historical contexts in which he lived and that, likewise, it was a singular individual who assumed his own positions, that directed with a greater or lesser degree of autonomy his choices, constructing, thus, a peculiar biographical path.

Descriptors: biography; history of medicine; public health; history of psychiatry; politics; Antonio Carlos Pacheco e Silva; history

AGRADECIMENTOS

O trabalho biográfico oferece ao autor uma série de aprendizados que vão muito além do conhecimento sobre o personagem analisado e os contextos históricos em que ele viveu. Dentre eles (e talvez o principal) está a consciência de que um indivíduo não produz nada sozinho e que não há “excepcionalidades”, tampouco resultados desvinculados de uma série de fatores e companheiros que o subsidiam. Assim, tendo esse entendimento ainda mais apurado, manifesto aqui a minha gratidão a todos que contribuíram enormemente para que a presente Tese germinasse.

Agradeço ao Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo pelo apoio dado na construção deste estudo, pelo ambiente de parceria e por toda a infraestrutura oferecida para a realização de um trabalho acadêmico.

Ao professor, orientador, chefe, conterrâneo e amigo André Mota, meus mais profundos agradecimentos pelos já longos anos de parceria, conselhos, dicas, amizade e pelas enriquecedoras e divertidas conversas travadas em nossos almoços pelos botecos da Rua Teodoro Sampaio.

O Museu Histórico “Prof. Carlos da Silva Lacaz” – FMUSP forneceu a maior parte das fontes primárias utilizadas neste trabalho ao nos permitir ter acesso às mais de quatro dezenas de caixas que compõem o *Fundo Pacheco e Silva*. Os resultados deste trabalho, indubitavelmente, devem muito à política de cuidado, organização e disponibilização de seu acervo. Agradeço, também, a todos os meus colegas que formam a equipe de funcionários do Museu por todo o apoio e, especialmente, ao Clebison Santos pela amizade e pelo tratamento dado às fotos apresentadas nos álbuns que integram os capítulos desta tese. Muito obrigado a todos os colegas do Salus – Grupo de Estudos sobre a história das práticas médicas e de Saúde pelas valiosas contribuições e por toda a camaradagem ao longo de todo o processo de elaboração deste estudo.

Nosso agradecimento ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, ao Centro Histórico-Cultural do Mackenzie e ao Centro Pró-memória do Club Atlético Paulistano

por também ter nos fornecido todas as condições de pesquisa e materiais preciosos sobre a vida escolar, acadêmica e social de Pacheco e Silva.

Meu carinho e gratidão à minha mãe, avó e irmãos que estiveram ao meu lado em todo o tempo e são peças importantes sobre quem sou e como penso. Muito obrigado a todos os amigos que dividem comigo os momentos de alegria, de angústia, de incertezas e de conquistas.

Agradeço, especialmente, a Fernanda e a minha pequena Ana Eliza pela paciência, compreensão, apoio e carinho. Ambas são grande parte de mim e, sem vocês, não tenho dúvida alguma que este trabalho não teria sido possível.

*É noite. A noite é muito escura. Numa casa a uma grande distância
Brilha a luz duma janela.
Vejo-a, e sinto-me humano dos pés à cabeça.
É curioso que toda a vida do indivíduo que ali mora, e que não sei quem é,
Atrai-me só por essa luz vista de longe.
Sem dúvida que a vida dele é real e ele tem cara, gestos, família e profissão.*

*Mas agora só me importa a luz da janela dele.
Apesar de a luz estar ali por ele a ter acendido,
A luz é a realidade imediata para mim.
Eu nunca passo para além da realidade imediata.
Para além da realidade imediata não há nada.
Se eu, de onde estou, só veio aquela luz,
Em relação à distância onde estou há só aquela luz.
O homem e a família dele são reais do lado de lá da janela.
Eu estou do lado de cá, a uma grande distância.
A luz apagou-se.
Que me importa que o homem continue a existir?*

Alberto Caeiro (Heterônimo de Fernando Pessoa) – *A Noite é muito escura*, 1915.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO 1

CAPÍTULO 1

Biografias e a História das práticas médicas e de Saúde: um eixo metodológico, uma aventura historiográfica 9

1.1 - A vida na história e a história na vida: as biografias como método analítico 10

1.1.1 – As *Biografias heroicas* 12

1.1.2 – As *Biografias modais* 18

1.1.3 – As *Biografias hermenêuticas* 22

1.2 – A singularidade como pressuposto metodológico 26

1.3 – Entre a História da Medicina e a História no campo da Saúde Coletiva: as biografias na produção memorialística e sua revisão teórico-metodológica: 32

CAPÍTULO 2

Por um Antonio Carlos Pacheco e Silva: retratos, periodização e reflexões sobre sua ação política 51

2.1 – Antonio Carlos Pacheco e Silva: notas sobre sua formação familiar e acadêmica 52

2.2 – Um político na psiquiatria	56
2.3 – Um psiquiatra na política	61
2.3.1 - O pensamento conservador e a paulistanidade: uma proposta de análise sobre a ação política de Pacheco e Silva	64
2.4 – Retratos de Pacheco e Silva: entre a memória e a crítica histórica	74
2.5 – Por uma periodização: Antonio Carlos Pacheco e Silva, um homem do <i>Breve século XX</i>	83

CAPÍTULO 3

<i>A Era formativa</i> : entre São Paulo, Paris e a Psiquiatria	88
3.1 – Ações e percepções de uma juventude aristocrática: os primeiros anos de vida de Pacheco e Silva entre São Paulo e Paris	90
3.1.1 – Entre os Barões e os “serviçais”: Pacheco e Silva nas fazendas de seus familiares no interior paulista	98
3.1.2 – Antonio Carlos Pacheco e Silva e a vida nos anos dourados da <i>belle-époque</i> parisiense	100
3.2 – Da formação escolar norte-americanizada aos meandros de sua vida universitária: uma análise sobre elucidações e apagamentos na trajetória acadêmica de Pacheco e Silva	104
3.2.1 – A formação escolar: idas e vindas entre o modelo educacional norte-americano	105
3.2.2 – A formação acadêmica: da graduação em Farmácia na extinta Universidade <i>Livre</i> de São Paulo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	117
3.3 – Entre a Eugenia, o Organicismo e a Anatomia Patológica: a formação psiquiátrica de Antonio Carlos Pacheco e Silva	131

CAPÍTULO 4

<i>A Era do fulgor: dos laboratórios do Juquery ao prestígio internacional</i>	146
4.1 – Vinho novo em odres velhos: Antonio Carlos Pacheco e Silva e o Hospício de Juquery	149
4.1.1 – Os “primeiros passos na carreira”: Antonio Carlos Pacheco e Silva no Laboratório de Anatomia Patológica do <i>Juquery</i>	151
4.1.2 – Oposição, reação e em meio disso a Revolução: os primeiros anos de Pacheco e Silva à frente do <i>Juquery</i>	154
4.1.3 – Modernização sob princípios conservadores: terapias de choque, novos serviços e os mecanismos de exclusão no Hospital de Juquery	159
4.2 – A Psiquiatria como ferramenta de intervenção social: Pacheco e Silva, Eugenia e a Liga Paulista de Higiene Mental	172
4.3 - As experiências docentes de Antonio Carlos Pacheco e Silva entre a Medicina, Direito e a Escola de Sociologia e Política	182
4.3.1 – Psiquiatria para além dos limites da Medicina: Pacheco e Silva na Faculdade de Direito de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política	183
4.3.2 – Antonio Carlos Pacheco e Silva, a criação da Escola Paulista de Medicina e a Cátedra de Clínica Psiquiátrica	189
4.3.3 – Disputas e conquistas na conformação de uma psiquiatria paulista: Pacheco Silva na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	194
4.3.4 – Avanços e recuos na formação do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas – FMUSP	203
4.4 – O <i>fulgor</i> internacional: a ascensão profissional e os cargos ocupados por Antonio Carlos Pacheco e Silva	207

CAPÍTULO 5

<i>A Era dos acirramentos: do golpe de Estado aos últimos dias</i>	218
--	-----

5.1 – Um psiquiatra na arena política: as interlocuções e a radicalidade de Pacheco e Silva no Parlamento, nas agremiações partidárias e em movimentos armados	221
---	-----

5.1.1 – Mudam-se as peças, o jogo continua: Pacheco e Silva e os movimentos políticos de 1930 e de 1932	222
--	-----

5.1.2 – O psiquiatra, o empresário e o deputado	232
--	-----

5.1.3 – “O preço da liberdade é a eterna vigilância” – Pacheco e Silva e a União Democrática Nacional	244
--	-----

5.2 – Golpe à vista! Antonio Carlos Pacheco e Silva e as articulações pré-1964	249
---	-----

5.2.1 – Um psiquiatra de farda: Antonio Carlos Pacheco e Silva, a Escola Superior de Guerra e o Anticomunismo	251
--	-----

5.2.2 – Um psiquiatra de terno: Antonio Carlos Pacheco e Silva e as articulações civis para o golpe de 1964	258
--	-----

5.3 – A “Guerra psicológica”: a Psiquiatria em tempos de acirramentos	266
--	-----

5.4 – Um mergulho no obscurantismo: a participação de Pacheco e Silva na Ditadura instaurada em 1964	275
---	-----

5.4.1 – A Ditadura na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Antonio Carlos Pacheco e Silva e o “caso Thomas Maack”	290
---	-----

5.5 – Entre o “ocaso da existência” e a memória de si: os últimos anos de Antonio Carlos Pacheco e Silva.....	297
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	304
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	307
--------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	323
--------------------------------------	-----

FONTES PRIMÁRIAS	325
-------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Antonio Carlos Pacheco e Silva foi autor de uma vasta produção científica, tendo publicado centenas de trabalhos entre livros, artigos científicos e jornalísticos. Político de grande habilidade de articulação, ocupou cargos de destaque em diversas instituições de ensino, assistência e pesquisa, bem como presidiu entidades médicas, empresariais, organizações políticas nacionais e internacionais. Ao examinar sua biografia, é possível afirmar que ele foi um homem de seu tempo, tendo sua trajetória marcada pelos diferentes momentos históricos em que viveu; da mesma forma, foi um indivíduo singular que assumiu posições próprias e direcionou com maior ou menor grau de autonomia as suas escolhas. Nesta tensão entre contexto histórico e singularidade, trilhou um caminho biográfico peculiar que pretendemos esmiuçar ao longo deste trabalho.

O historiador francês François Dosse formulou importantes contribuições sobre as diferentes construções teórico-metodológicas adotadas na constituição do gênero biográfico e é uma das referências importantes para a elaboração deste estudo. Ao referir-se às preocupações dos biógrafos no momento em que apresentam os resultados de suas pesquisas, afirmou que

O exercício que consiste em explicitar os motivos pessoais, a relação subjetiva com o tema da pesquisa, não é privilégio dos biógrafos empenhados numa causa política. É de uso corrente entre os historiadores profissionais, ainda que a relação estabelecida seja mais exterior, menos passional. Pode ser também o ensejo, para o autor, de se situar frente ao próprio gênero biográfico, durante muito tempo objeto de um verdadeiro tabu no círculo dos historiadores eruditos (Dosse, 2009, p. 102).

De fato, tais contingências nos afiguraram ao escrever as linhas iniciais deste estudo, quando nos parece ser fundamental estabelecer as suas balizas, alcances e recortes. Nesse sentido, ao menos três perguntas se mostraram centrais para melhor situar a biografia aqui empreendida: Por que Antonio Carlos Pacheco e Silva se tornou o personagem central desta pesquisa? Quais são as abordagens teórico-metodológicas

utilizadas para a construção de sua biografia? Qual a contribuição deste estudo para a história das práticas médicas e de Saúde e para o campo da Saúde Coletiva?

Considerando o alcance dessas questões optamos por aprofundar as discussões suscitadas por elas nos primeiros dois capítulos desta tese. Neles procuramos explicitar as linhas teóricas que seguimos, introduzimos o personagem e analisamos o debate historiográfico empreendido em torno dele. Por isso, se neles tratamos dos aspectos “objetivos” que permearam a construção do objeto deste trabalho, coube-nos a tarefa de apresentar aqui as motivações subjetivas que nos conduziram a ele.

A subjetividade e a alteridade são elementos fundamentais em um empreendimento como este. Após o longo período da relação estabelecida entre o biógrafo e seu biografado estabelece-se um caminho de mão dupla no qual o autor acaba por criar uma versão sobre o personagem ao passo que este, por sua vez, passa a fazer parte da vida de seu intérprete, modificando-o em uma relação chamada de “possessão” por François Dosse:

Podemos falar numa autêntica “possessão” do biógrafo. Mas como “tudo o que vai volta”, a “possessão” se exerce igualmente no sentido contrário, numa relação de reciprocidade. O biógrafo acaba “possuído” pelo biografado. Essa apropriação mergulha o biógrafo num universo de exterioridade. Em consequência da projeção necessária e exigida pela empatia com o tema, o biógrafo não só acaba modificado, transformado pela figura cuja biografia escreve, como passa a viver, durante o período de pesquisas e redação, no mesmo universo, a ponto de não conseguir distinguir o exterior do interior. Sob a camada do “ele”, a placa do “eu” (Dosse, 2009, p. 14).

Foi em setembro de 2008, quando estava iniciando os estudos para a composição de minha dissertação de Mestrado, que travei os primeiros contatos com o personagem central do trabalho que ora se apresenta. Naquela ocasião estava profundamente interessado em saber como haviam sido introduzidas no país as chamadas *terapias de choque*, que mesmo diante de tantas objeções ainda eram utilizadas em diversos hospitais psiquiátricos brasileiros. Com as pesquisas já um tanto avançadas foi ficando claro que entre as décadas de 1920 e 1930, o Hospital de Juquery foi o polo central das aplicações e experimentações de tais procedimentos em território nacional a partir dos interesses científicos de seu então diretor, Antonio Carlos Pacheco e Silva. Desde então se fez necessário compreender o

contexto científico, político e tecnológico que contribuíram para que ele, um psiquiatra ainda muito jovem, pudesse emergir e se tornar um personagem de tamanho destaque na psiquiatria paulista e nacional. Diante disso, o produto final daquele estudo se configurou em uma análise sobre o alcance, contradições, disputas e limites das terapêuticas utilizadas entre os pacientes do *Juquery* no período em que ele dirigiu a instituição, isto é, entre 1923 e 1937.¹

Naquele setembro de 2008, tive o prazer de cursar a disciplina *História da Medicina e da Saúde Pública no Brasil: interfaces com a profissão médica*, ministrada pelo professor André Mota no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mota havia assumido recentemente a coordenação do Museu Histórico “Prof. Carlos da Silva Lacaz” – FMUSP e em meio às amplas reformas estruturais pelas quais a instituição estava sendo submetida, uma preciosa documentação passou a fazer parte de seu acervo. Tratava-se de um conjunto de materiais pertencentes a Antonio Carlos Pacheco e Silva que foram doados ao Museu pelo Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Foi formado, então, o *Fundo Pacheco e Silva* que inclui milhares de documentos como artigos, manuscritos, cartas, livros, fotografias, ofícios, registros pessoais, planos de aula, medalhas, atas, registros escolares, cartões, entre outros, que ajudam a compreender as atividades profissionais e políticas do titular.² A partir de então tive acesso a esse conjunto e ele se tornou um dos núcleos centrais para os estudos que vinha desenvolvendo. Dali em diante foram dias, que se tornaram semanas e se converteram em meses buscando itens sobre as terapêuticas psiquiátricas e observando com curiosidade toda a potencialidade documental ali presente.

Com o Mestrado concluído, passei a fazer parte da equipe de funcionários do Museu Histórico da FMUSP tendo, entre outras incumbências, a missão de ajudar a organizar o seu acervo e criar mecanismos para democratizar ainda mais o acesso a ele. Assim, tendo a oportunidade de reexaminar o conjunto documental do *Fundo Pacheco e*

¹ A Dissertação foi orientada pela Profa. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes e publicada pela Editora da Universidade Federal do ABC sob o título *Entre comas, febres e convulsões: as terapias de choque no Hospital de Juquery (1923 – 1937)*. Ver: Tarelow, 2013.

² A descrição completa dos conteúdos que compõem o *Fundo Pacheco e Silva* pode ser consultada em www.fm.usp.br/museu/acervo.

Silva e com o importante incentivo do professor Mota – que acolheu o meu desejo de prosseguir as pesquisas sobre a história da psiquiatria paulista e passou a orientá-las – não me restaram dúvidas: o trabalho doutoral seria uma biografia deste sujeito múltiplo, de posições e ações controversas sendo, por isso, alvo de interpretações díspares.

Chamou-me a atenção a multiplicidade de suas atividades profissionais que incluíam desde estudos anatomopatológicos sobre as doenças mentais até a formulação de guias de investimento no mercado de seguros; de laudos periciais a cartas trocadas com presidentes da República; de planos de aulas e textos científicos a discursos na Liga Anticomunista Internacional. Como compreender o alcance dessa pluralidade? – me questionava. De que maneira ele influenciou e foi influenciado pelos diferentes momentos históricos em que viveu? Quais as características de sua personalidade podem ser identificadas como uma permanência nos seus quase 90 anos de vida e o que foi se transformando nele e no seu mundo neste período? O que o faz ser alvo de leituras memorialísticas e historiográficas tão diversas?

Assim, eleito o objeto central da análise e identificado o conjunto documental para subsidiá-la, passamos a fazer o necessário levantamento sobre os trabalhos historiográficos que já haviam tratado de alguma forma sobre a vida e a obra de Pacheco e Silva. Constatamos que embora haja um grande leque de textos que analisaram algum aspecto de sua profícua atuação profissional, bem como uma vasta produção memorialística sobre a sua vida, não havia, ainda, um trabalho biográfico aprofundado e sistematizado sobre ele. Diante disso, procurando preencher essa lacuna historiográfica, o presente trabalho nasceu.

Além disso, sendo parte do campo de estudos sobre a história das práticas médicas e de Saúde em São Paulo desenvolvidos no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, essa Tese procura contribuir para a ampliação dos enriquecedores diálogos que vem sendo estabelecidos entre a História e a Saúde Coletiva. Assim, ao apurar a produção biográfica empreendida por pesquisadores dedicados à história da Medicina e da Saúde Coletiva, constatamos que são escassos os estudos desta natureza baseados em proposições teórico-metodológicas sólidas. Se as biografias memorialísticas dedicadas a profissionais da Saúde foram, e são, produzidas em profusão por médicos, ainda são raros os trabalhos biográficos desenvolvidos por historiadores dedicados a este campo.

Neste sentido, através de um estudo biográfico, pretendemos contribuir para as reflexões a respeito das dimensões sociais da Saúde e da Medicina a partir da análise sobre o papel histórico desempenhado por seus diversos atores. Além disso o presente estudo dialoga com o campo das Ciências Sociais e Humanas em Saúde na medida em que trata o seu objeto em uma dimensão histórica, contextual e crítica, lançando reflexões a respeito das relações entre medicina, sociedade e os indivíduos em seus contextos históricos. Portanto, o que se propõe aqui em sentido *latu* é uma análise que contribua para uma melhor compreensão sobre as relações entre os espaços de ação individual e coletiva no campo da Saúde e da Medicina através do estudo sobre a vida de um influente médico paulista.

Para tanto, além do rico acervo do Museu Histórico “Prof. Carlos da Silva Lacaz” – FMUSP fizemos uso dos documentos pertencentes ao Centro Histórico-Cultural Mackenzie, no qual pudemos consultar os registros da vida estudantil de Pacheco e Silva. Além dele foram consultados os acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, instituição que faz a guarda dos documentos da Universidade *Livre* de São Paulo e os documentos do Club Atlético Paulistano, que nos ajudaram a ter maior clareza sobre as suas redes de sociabilidade.

A presente Tese foi subdividida em cinco capítulos, sendo que os dois primeiros apresentam as discussões teórico-metodológicas que nortearam o trabalho e os debates historiográficos em torno da história e da memória construídas sobre o personagem analisado. Os três derradeiros exploram a sua biografia, que foi dividida em três períodos ao qual definimos como *Era formativa*, *Era do fulgor* e, finalmente, *Era dos acirramentos*.

O primeiro capítulo, intitulado *Biografias e a história das práticas médicas e de Saúde: um eixo metodológico, uma aventura historiográfica*, apresenta o caminho metodológico trilhado ao longo deste trabalho, empreendendo um balanço sobre a construção do campo biográfico, especialmente no século XX e nos primeiros anos do século XXI. Seguindo as classificações temáticas e temporais propostas por François Dosse, analisamos as “biografias heroicas”, as “biografias modais” e as “biografias hermenêuticas” para melhor situar nossas discussões em meio a essas diversas formas de se empreender a escrita de uma vida. Em seguida passamos a nos debruçar sobre as contribuições da *Micro-história* e das proposições do historiador Carlo Ginzburg para a

interpretação das tensões entre a singularidade do biografado e os contextos históricos em que viveu.

Por fim, são analisadas as peculiaridades da construção de biografias na produção de estudos sobre a história da Medicina e da Saúde e as transformações pelas quais esse campo passou nos últimos anos. Se por muito tempo as biografias de médicos e demais profissionais da Saúde foram produzidas a partir de uma certa tradição que visa formar um panteão de “vultos” e “grandes nomes”, há, na atualidade, uma profusão de trabalhos que apresentam outras possibilidades analíticas. O mesmo se dá entre estudos sobre a Saúde Coletiva, no qual a presente Tese está filiada. Com isso em vista, finalizamos o capítulo buscando apresentar as contribuições das abordagens biográficas baseadas nas proposições da historiografia para esse campo tão marcado pela multidisciplinaridade.

O capítulo de número 2 – *Por um Antonio Carlos Pacheco e Silva: retratos, periodização e reflexões sobre sua ação política* – apresenta em linhas gerais o biografado, destacando o seu papel de “psiquiatra na política” e de “político na psiquiatria”. São apontados os cargos que ocupou, suas relações familiares, atividades profissionais, empresariais e políticas desempenhadas e as premiações que recebeu ao longo de sua vida. Em seguida são apresentadas as balizas que nortearam as nossas análises sobre as suas ações políticas, situando-as entre as teorias sobre o pensamento conservador brasileiro e na construção ideológica da *paulistanidade*, isto é, a ideia que haveria uma excepcionalidade entre os paulistas que lhe conferiam o papel de “locomotiva da nação”.

Além disso, este capítulo empreende um debate a partir dos trabalhos memorialísticos e a produção historiográfica sobre a vida e obra de Pacheco e Silva, analisando-os como espécie de “retratos” que se apresentam de forma fragmentada. Finalmente, são descritas as propostas de periodização em três distintas *Eras* que caracterizam as diferentes fases de sua vida, compreendendo-o como um “homem do breve século XX” a partir das propostas de Eric Hobsbawm.

A primeira dessas *Eras* é analisada no terceiro capítulo, *A Era formativa: entre São Paulo, Paris e a Psiquiatria* que é caracterizada, a nosso ver, pelos elementos que contribuíram para a sua formação cultural, profissional, acadêmica e política em seus primeiros anos de vida. Ela é marcada pelas peculiaridades de um jovem que viveu na

capital paulista do início do século XX, cidade em plena expansão econômica e demográfica. Compreendemos que a mescla de uma cultura burguesa da capital em intensa mutação, somada às várias viagens às fazendas pelo interior paulista, onde teve contato com a cultura aristocrática de sua família, contribuíram para a formação de uma visão singular de Pacheco e Silva sobre o mundo em que viveu. Acrescenta-se a isso, o período em que morou em Paris com seus padrinhos Clara e Gabriel Piza, Cônsul brasileiro na França, podendo vivenciar os últimos suspiros da *belle-époque* parisiense.

Outro aspecto de fundamental importância nesta *Era formativa* são as especificidades da sua vida escolar e acadêmica. Neste sentido, analisamos a sua educação em colégios com forte influência norte-americana, como *Colégio Americano* e o *Mackenzie College*, bem como sua passagem por um ano na *École Richelieu*, em Paris, e compreendemos que, certamente, tais experiências contribuíram para a construção de uma determinada leitura de mundo e para a carreira de alcance internacional que viria a desempenhar. Além disso, seus anos de estudo na primeira universidade privada paulista, a Universidade *Livre* de São Paulo, bem como a sua transferência para a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e, posteriormente, para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro são prospectadas na tentativa de elucidar as principais características de sua formação acadêmica e profissional.

O quarto capítulo, *A Era do fulgor: dos laboratórios do Juquery ao prestígio internacional* tem início com as discussões sobre as suas primeiras atividades profissionais quando foi contratado para dirigir os laboratórios de Anatomia Patológica do Hospital do Juquery. Esta *Era* engloba a rápida ascensão profissional de Pacheco e Silva naquele sanatório, onde passou de chefe de laboratório para a diretoria geral após apenas dois anos. Apesar críticas que recebeu, angariou prestígio nacional, tornando-se um dos maiores expoentes da psiquiatria organicista, que ganhava impulso como importante perspectiva científica. Ascendendo também no meio político, tendo trânsito livre na administração estadual e com uma vasta produção científica, consolidou-se na direção do *Juquery* e passou a ocupar importantes cargos na administração paulista.

São analisadas também as suas experiências docentes em cursos de Direito, Sociologia e Política e Medicina, com especial destaque para a sua atuação na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Além disso, as suas atividades na Liga Paulista de Higiene Mental e seus trabalhos sobre os preceitos eugênicos são prospectados na tentativa de compreender as posições políticas e sociais que pautaram as suas ações

científicas e partidárias a partir da segunda metade da década de 1920. Este capítulo é concluído com a atenção voltada para o período em que esteve no centro das principais discussões sobre os rumos de sua especialidade médica em âmbito nacional e internacional, culminando com a sua participação na atribuição do Prêmio Nobel de Medicina ao psiquiatra português Egas Moniz e com a suas ações na presidência da Federação Mundial de Saúde Mental.

Considerando que o seu engajamento político, somado às particularidades de sua vida pessoal se desdobraram em uma inflexão em sua trajetória, se inicia *A Era dos acirramentos: farda, golpes de Estado e os últimos dias*, o quinto e derradeiro capítulo desta Tese. Nele são colocados sob foco as suas atividades políticas, as contribuições para o Golpe de 1930 e para a Guerra civil de 1932, bem como as suas ações como deputado federal e estadual constituinte e nas fileiras das diversas agremiações partidárias a que foi filiado.

Em seguida nosso foco recai sobre a sua participação na conspiração responsável pelo golpe de 1964 e implantação de uma ditadura que perduraria por 21 anos. São escrutinados o seu engajamento na Escola Superior de Guerra e a sua militância anticomunista, bem como as articulações em que esteve presente junto aos setores empresariais, da imprensa e de profissionais liberais congregados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPÊS. Posteriormente nos debruçaremos sobre, as suas contribuições para a manutenção do regime, especialmente no que tange suas atividades nos meios universitários e entre a imprensa internacional, bem como a sua colaboração com os mecanismos de perseguição política postas em prática na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo a partir de 1964. Finalmente, são escrutinados os seus últimos escritos e as memórias que procurou expressar sobre as três outras *Eras* de sua vida que construiu nos seus derradeiros anos.

Como veremos adiante (mas é importante que se destaque), não pretendemos estabelecer aqui quem foi *o*, mas sim apresentar *um* Antonio Carlos Pacheco e Silva. Isso será empreendido a partir das leituras realizadas, dos documentos a que tivemos acesso e a partir da lógica própria do ofício do historiador.

Nosso desejo é que a leitura deste trabalho seja tão enriquecedora quanto o foi produzi-lo.

Capítulo 1

BIOGRAFIAS E A HISTÓRIA DAS PRÁTICAS MÉDICAS E DE SAÚDE: UM EIXO METODOLÓGICO, UMA AVENTURA HISTORIOGRÁFICA

*E de tudo fica um pouco.
Oh abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.¹*

Escrita de uma vida; leitura analítica sobre a trajetória de um indivíduo em um tempo histórico; exame sobre as marcas de um sujeito na história e da história sobre um sujeito. O fazer biográfico, tendo em vista as características peculiares que permeiam este “gênero impuro” e híbrido em certo sentido, constitui-se atualmente como um dos campos mais profícuos para o ofício do historiador.

Mas como é possível aproximar-se da história de uma vida? Pode-se considerar que um texto biográfico pertença ao gênero literário ou ao universo científico? Quais as formas de dialogar com as marcas e rastros deixados por uma existência circunscrita ao espaço de tempo de uma vida? Quais sujeitos seriam “dignos” de um estudo específico sobre sua ação no tempo? Seriam os “grandes homens”, os “revolucionários”, “homens comuns”, santos? Quais fontes seriam as mais adequadas ao estudo biográfico? Qual recorte temporal seria o mais pertinente? Quais os limites para a conjectura, imaginação e para o uso de recursos literários por parte do biógrafo? Teria a biografia alguma validade científica e contribuição para a compreensão dos meandros da História? Essas questões foram amplamente debatidas pelos intelectuais que se debruçaram sobre a produção biográfica ao longo dos séculos.

¹ Carlos Drummond de Andrade – Trecho do poema “Resíduo”, 1945

Se por muito tempo as biografias foram ignoradas – e por diversas vezes rechaçadas – pelos historiadores, atualmente há uma profusão de estudos acadêmicos desenvolvidos a partir desta abordagem, com o uso das mais diversas opções metodológicas. Como veremos adiante nas últimas décadas, historiadores consagrados como Jacques Le Goff, Carlo Ginzburg, Peter Burke, Giovanni Levi, Michel Foucault, Lucien Febvre, entre outros, produziram importantes estudos biográficos que conferiram um novo *status* a este gênero por parte da História

Este mesmo fenômeno pode ser notado no campo de estudos sobre as práticas médicas e de Saúde, visto que, gradualmente, os historiadores têm apresentado trabalhos biográficos consistentes sobre médicos, sanitaristas, enfermeiros e demais profissionais da Saúde. Tais estudos confrontam metodologicamente a larga produção de biografias produzidas, até então, pelas corporações e associações médicas que, de forma laudatória, buscaram exaltar a história dos “grandes homens” que construíram seu campo profissional. No lugar das biografias heroicas e mitológicas, a produção historiográfica sobre a vida de médicos e profissionais da Saúde apresenta problemas de pesquisa bem estabelecidos e propostas metodológicas sólidas e em consonância com os preceitos historiográficos.

Inserido neste processo de valorização da abordagem biográfica pelos historiadores, especialmente daqueles dedicados ao estudo das práticas médicas e de Saúde, o trabalho que aqui se apresenta filia-se às biografias de base historiográficas, baseadas na busca pela singularidade das trajetórias de vida, a partir das proposições de François Dosse² e Carlo Ginzburg³;

1.1 - A vida na história e a história na vida: as biografias como método analítico

Não temos a pretensão de traçar aqui uma espécie de “linha evolutiva” dos tipos de biografias produzidas no desenrolar da história da *civilização ocidental*. Tampouco pretendemos pormenorizar as diferentes linhas e abordagens metodológicas propostas

² Dosse; 2009.

³ Ginzburg.; 2006.

pelos biógrafos de diferentes tempos históricos. Sendo assim, a análise sobre o gênero biográfico que aqui se apresenta tem como objetivo central situar metodologicamente o presente trabalho no debate teórico sobre as biografias produzidas no âmbito da história das práticas médicas e de Saúde no Brasil⁴. Para tanto, inevitavelmente, faz-se necessário um diálogo com a recente produção historiográfica que tem analisado com maior ou menor profundidade as diferentes correntes biográficas em determinados contextos cultural e intelectual.

Dentre esta larga produção, um trabalho que se destaca por seu alcance e profundidade é o do historiador francês François Dosse intitulado *O desafio biográfico: escrever uma vida* que, buscando fugir de um exame limitado a uma cronologia linear e evolutiva sobre o gênero biográfico, optou por reunir as biografias por ele analisadas em grupos formados por critérios temporais-metodológicos. Por nos fornecer subsídios mais tangíveis para a nossa análise, adotaremos tais critérios para delinear o caminho metodológico que o presente trabalho irá seguir.

Segundo Dosse (2009, p. 13), a história do gênero biográfico pode ser analisada através de três grandes grupos:

Sem negar a evolução do gênero, que decerto sofreu mutações profundas, distinguiremos três modalidades da abordagem biográfica: a idade heroica, a idade modal e, por fim, a idade hermenêutica. Se conseguirmos detectar uma evolução cronológica entre essas três idades, veremos claramente que os três tipos de tratamento da biografia podem combinar-se e aparecer no curso de um mesmo período.

⁴ Reconhecemos de antemão que no mosaico de trabalhos biográficos que serão aqui apresentados, diversas biografias consagradas, obviamente, serão suprimidas. Nosso objetivo central é apresentar um caminho de pesquisa que aponte para o diálogo que o presente trabalho irá estabelecer com a produção historiográfica no campo biográfico. Há excelentes trabalhos que tem como escopo a história das biografias e de suas diferentes abordagens metodológicas, que permitirão ao leitor um maior aprofundamento sobre as diferentes vertentes biográficas, dentre as quais se destacam:

- Arfuch; 2010.
- Borges; 2008
- Dosse; 2009.
- Levillain; 2003.
- Loriga; 1998.
- Mallatian; 2008.

1.1.1 – As *Biografias heroicas*:

Segundo o autor, as biografias produzidas na “idade heroica” caracterizam-se pela consagração de “vidas exemplares” e, sem se ater à preocupação imediata com a veracidade dos fatos descritos, as virtudes do personagem biografado são exaltadas a fim de que os leitores possam incorporar os valores morais atribuídos aos “grandes heróis” (DOSSE, 2009, p. 123). Com um caráter educativo e disciplinador, as biografias heroicas ganharam grande impulso e foram usadas em diferentes momentos históricos para difundir um modelo idealizado de homem baseado nos valores advindos das elites, sejam elas política, econômica, militar ou religiosa. Na Antiguidade grega, por exemplo, os relatos de vida procuravam exaltar a proeminência política dos governantes, a bravura dos soldados e a sabedoria dos filósofos. Vavy Pacheco Borges (2008, p. 205) afirma que

as histórias "das vidas" (termo usado então pelos autores) serviam, desde o mundo greco-romano, para dar exemplos morais, negativos ou positivos - muitas vezes constituindo os panegíricos. Essa chamada biografia clássica punha um acento muito maior no caráter político, moral ou religioso do biografado do que em sua pessoa, em sua singularidade.

Segundo Philippe Levillain, as biografias helênicas se desenvolveram como uma forma alternativa à História e não submetidas hierarquicamente a ela. De acordo com ele, a História se desenvolveu apoiada em relatos orais, coletivos, sobre acontecimentos militares e se comprometia tacitamente com a transmissão da “verdade dos fatos”. As biografias, por sua vez, se apoiavam nos relatos individuais com a finalidade de celebrar ou estudar a natureza humana de maneira mais descritiva do que narrativa, com maior liberdade no uso de conjecturas para melhor delinear seu personagem. Assim, “curtas notícias biográficas podiam entrar na História. Mas a História não podia caber inteira em uma biografia” (Levillain, 2003, p. 145).

A obra de Plutarco (45 d.C. – 120 d.C.), considerada uma das responsáveis pela consagração da escrita biográfica, é exemplar neste sentido. Com suas *Vidas Paralelas*,⁵

⁵ Plutarco; 2010.

que formulavam comparações entre as trajetórias de duas figuras de grande destaque político no mundo greco-romano, Plutarco delineou um modelo de vida exemplar que deveria ser seguido tanto pelos cidadãos como pelos governantes que desejavam prestígio e sucesso em suas administrações. Segundo Teresa Malatian (2008, p. 17),

Plutarco construiu um modelo ao traçar as Vidas paralelas nas quais procurava evidenciar as virtudes dos homens de ação, que agiam de modo correto “no interior de duas civilizações idealizadas, a da Grécia e a de Roma”, tentando com isso escrever uma história moral estruturada em personalidades exemplares.

Em seu estudo sobre a obra de Plutarco, a historiadora Maria Aparecida de Oliveira da Silva criticou os estudos que afirmam que a origem da produção biográfica e dos estudos históricos se deram de forma cindida. Defendendo o caráter historiográfico das biografias plutarquianas, Silva analisou com profundidade a proposta metodológica colocada em prática nas *Vidas Paralelas* e valorizou o rigor de Plutarco no uso de fontes históricas para a composição de suas obras. Segundo ela, Plutarco deve ser entendido como um historiador e defende a tese de que as biografias por ele produzidas retratam, ao seu modo, a história das cidades nas quais seus personagens viveram. Assim,

Após apresentar a origem do biografado, Plutarco reconstitui suas ações políticas, descrevendo suas relações com as sociedades local e estrangeiras. As mortes das personagens espartanas foram retratadas como se tratassem de acontecimentos políticos, pois as circunstâncias das mortes representavam um retrato histórico da sociedade. É nesta construção que aparece o que denominamos de conteúdo propriamente histórico das biografias plutarquianas, pois os acontecimentos da vida privada permanecem em segundo plano dentro da narrativa (Silva, 2006, p. 88-89).

Avançando nosso olhar para o período medieval, é possível notar que as biografias heroicas continuaram sendo amplamente difundidas. Contudo, ainda que as virtudes militares cavaleirísticas seguissem sendo exaltadas, foram os valores religiosos que se tornaram modelares nas biografias produzidas naquele período. No seio do protagonismo

religioso e cultural que o catolicismo romano exerceu na Europa medieval nasceram as *hagiografias*, as “vidas de santos”, que procuravam exaltar o caráter sacro e a ação divina na vida de um determinado “herói da fé”:

Esse gênero literário privilegia as encarnações humanas do sagrado e ambiciona torna-las exemplares para o resto da humanidade. Como gênero literário, seu regime de verdade permanece distinto daquilo que se espera do historiador. Distante do pacto de verdade que a escrita histórica pressupõe, a vida de santo ensina o leitor algo bem diverso do fato atestado. [...]. Trata - se menos de conhecer a vida autêntica de um indivíduo que de edificar o leitor (Dosse, 2009, p.137).

Nas *hagiografias* o principal valor exaltado pelos biógrafos é a obediência devotada pelo seu personagem aos preceitos religiosos e a sua prática de caridade, fé e submissão eclesiástica. É possível perceber que neste tipo de biografia, o modo de vida dos santos deveria cativar os leitores e servir de modelo de conduta. No caso específico de São Francisco de Assis, o historiador Jacques Le Goff, em sua análise⁶ sobre o conjunto de *hagiografias* produzidas sobre o referido santo, mostrou que nelas havia uma série de condutas e valores que eram apresentadas como um ideal a ser copiado. Entre eles destacam-se a humildade, a pobreza como virtude, a pureza do corpo, a penitência e a relação fraterna com a natureza. É importante salientar que a tradição hagiográfica não se limitou ao período medieval; nos séculos seguintes (e até o presente momento) a exaltação dos atributos morais dos santos são frequentemente retomados pela tradição católica.

Na tentativa de revalorizar e difundir os textos da Antiguidade clássica, os intelectuais da Europa quatrocentista e quinhentista revisitaram as biografias de cunho político produzidas por Plutarco. Debruçando-se sobre a produção biográfica do Renascimento, Peter Burke analisou as especificidades dos relatos de vida em meio à ascensão dos impérios absolutistas. Constatou que, com um sentido político mais evidente, as biografias heroicas produzidas sobre os reis e demais membros da elite aristocrática superabundavam em detalhes da vida cotidiana, atribuindo aos personagens adjetivos considerados imprescindíveis para um bom governante, tais como “temente a Deus”, “trabalhador”, “amante da justiça”, “benfeitor”, entre outros. As virtudes

⁶ Le Goff; 2010.

exaltadas nas biografias renascentistas, deste modo, seriam a “prudência, justiça, coragem, moderação, clemência, liberalidade e assim por diante” (Burke, 1997, p. 95). Em tais biografias,

evidentemente existe uma tensão, para dizer o mínimo, entre a ideia do indivíduo como exemplar e a ideia do indivíduo como único. A prática renascentista corriqueira de se referir aos príncipes em particular como um “novo Augusto”, um “segundo Carlos Magno”, e assim por diante, mostra claramente essa tensão. (Burke, 1997, p. 96).

A constituição de Estados nacionais, os processos de independência colonial e as guerras por disputas territoriais, entre os séculos XIX e XX, contribuíram para o avanço do nacionalismo para a exaltação dos discursos patrióticos. Em meio a este processo a produção biográfica voltou-se para a exaltação dos “heróis nacionais” e de figuras políticas e militares idealizadas que encarnavam os valores morais que deveriam pautar a formação identitária dos Estados nascentes. Vavy Pacheco Borges (2008, p. 206), afirma que “a então dominante História nacional personificava o percurso político pelos grandes homens e essas grandes figuras eram trabalhadas em geral também na literatura; encontram-se assim inúmeras biografias de heróis políticos ou militares produzidas nessa época”. Embasados nos ideais advindos do movimento iluminista, os biógrafos passaram a difundir a concepção de “grande homem” que representaria o bom cidadão, exaltado pelos seus supostos atributos meritocráticos em consonância com os ideais liberais.

No Brasil Imperial a produção biográfica teve grande impulso a partir da formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 e que se tornou um importante espaço de congregação de grande parte dos intelectuais da Corte. As publicações do Instituto, em especial a *Revista do IHGB*, tinham como missão contribuir para a formação de diretrizes culturais, históricas e antropológicas para a “nação em formação”. Para atender a este objetivo a publicação de biografias dos heróis nacionais tiveram grande impulso. Isso pode ser notado de maneira exemplar em uma das principais seções da Revista do Instituto - *Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...* Segundo Armele Enders (2000, p. 41), “encarregado de auxiliar o governo

imperial na definição de um projeto nacional, o IHGB recebe[u] também a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas”.

Esse panteão de “brasileiros ilustres” era formado por personagens que tinham, supostamente, raízes fincadas nos grandes eventos do país desde sua formação colonial, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Felipe Camarão e Inácio José de Alvarenga, por exemplo. Neste contexto, as biografias heroicas se tornaram um instrumento poderoso na construção de uma tradição inventada a partir da composição de *mitos de origem*⁷ sobre o país que acabara de se tornar um Estado independente. Em sua análise sobre as biografias produzidas no Brasil oitocentista, Maria da Glória Oliveira entende que

Mais do que um embate teórico quanto às noções de “herói” ou de “grande homem”, o que se apresentava como problema de solução complexa para os letrados do IHGB era a eleição de ilustres nascidos no período anterior a 1822, o que implicava criar uma linhagem de brasileiros notáveis desde os tempos coloniais. Um panteon nacional pressupunha a existência histórica do Brasil a partir do seu descobrimento, o que facultava a inclusão não somente daqueles que tivessem aqui nascido, mas também dos naturais de outras partes do Império português (Oliveira, 2009, p. 17).

Se o modelo de criação biográfica pautado pela exaltação heroica de alguns indivíduos ganhou impulso no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com a profissionalização dos historiadores as biografias passaram a ser rechaçadas por grande parte dos eruditos. É importante destacar que mesmo diante do afastamento dos historiadores em relação às biografias heroicas, como veremos a seguir, este modelo biográfico seguiu sendo produzido em grande escala até os dias atuais. A consagração individual e a tomada de determinadas virtudes como exemplo a ser seguido ainda são frequentes na produção literária, de modo que as histórias de vida de artistas, clérigos, políticos, esportistas, dentre outros, são responsáveis por grande parte das vendas do mercado editorial. No âmbito das atividades associativas e corporativas ainda é frequente

⁷ Sobre as “tradições inventadas”, ver: Hobsbawm; Ranger (Orgs.); 2008, p. 9.

a tentativa de criar um modelo de profissional ideal a partir exaltação dos “grandes feitos” de seus membros. Dentre essas corporações, a medicina se destaca pela produção de biografias que visam a formação de uma espécie de linha evolutiva de sua área de atuação baseada nas descobertas e nos “desbravamentos” realizados pelos *esculápios*. É no debate com esta longa tradição biográfica que o presente trabalho se localiza. Por isso, mais adiante, após este esboço sobre como a historiografia vem se posicionando em relação ao gênero biográfico, nos debruçaremos especificamente sobre as biografias produzidas na esfera da história da medicina e sobre como a ciência histórica pode ampliar o campo de estudos sobre o personagem que será aqui analisado.

Retomemos, por ora, nosso olhar para os anos finais do século XIX.

No bojo do interesse dos historiadores pelas análises de processos históricos de longo alcance temporal e pela compreensão das macroestruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, os estudos sobre as individualidades e a produção de histórias de vida foram severamente criticados. Este processo se deu em meio à expansão das análises dos fenômenos de massa presentes tanto na Sociologia de Durkheim quanto no materialismo histórico de Marx; o mesmo se deu nos estudos antropológicos de Lévi-Strauss e nas análises de fenômenos de longa duração desenvolvidos pela primeira geração dos *Annales*. Neste contexto, os profissionais das Ciências Humanas relegaram as biografias aos “literatos” por considerar que os indivíduos e a sua singularidade não caberiam nos estudos científicos capazes de explicar os fenômenos sociais considerados realmente importantes. Para François Dosse (2009, p. 181),

A biografia sofre então um demorado eclipse porque, como veremos, o mergulho da história nas águas das ciências sociais, graças à escola dos *Annales*, tanto quanto o triunfo exclusivo das teses durkheimianas, contribuíram para a radicalização de seu desaparecimento em proveito das lógicas massificantes e quantificáveis. A biografia se torna o local de refúgio da historieta, do relato puramente anedótico, sem outra ambição que encantar e distrair.

1.1.2 – As *Biografias modais*:

A produção biográfica, mesmo em meio às críticas que recebeu por grande parte dos historiadores, antropólogos e cientistas sociais, ganhou novo fôlego a partir de determinadas alterações em seus objetivos centrais. Inaugurada com a primeira geração dos historiadores dos *Annales*, as *biografias modais* abandonaram o caráter laudatório que havia caracterizado os estudos biográficos produzidos até então e passaram a se debruçar sobre indivíduos que pudessem contribuir para a compreensão de um cenário histórico mais amplo. Segundo Dosse,

Este segundo tempo da escrita biográfica, que corresponde tanto a um momento histórico quanto a uma forma de abordagem sempre atual do gênero, consiste em descentralizar o interesse pela singularidade do percurso recuperado a fim de visualizá-lo como representativo de uma perspectiva mais ampla. A biografia modal visa, por meio de uma figura específica, ao tipo idealizado que ela encarna. O indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo. O singular se torna uma entrada no geral, revelando ao leitor o comportamento médio das categorias sociais do momento (Dosse, 2009, p. 195).

A biografia de Martinho Lutero⁸ publicada por Lucien Febvre em 1928 é exemplar neste sentido. Um primeiro elemento a ser destacado desta obra é a opção do autor por dar ênfase em sua análise sobre um período específico da vida do seu biografado em detrimento às totalizações empreendidas pelas biografias tradicionais, nas quais buscava-se contar o maior número de fatos possíveis sobre o personagem desde seu nascimento até a sua morte. Febvre ocupou-se, especialmente, com os fatos ocorridos com Lutero entre 1517 e 1525, quando, segundo o autor, o biografado passou por um “recolhimento de si”. Embora afirme que seu estudo sobre o reformador protestante não é uma biografia, mas “uma opinião sobre Lutero, nada mais” (Febvre, 2012, p. 11), outro grande ponto de inflexão em relação às biografias heroicas é a sua capacidade de diálogo crítico com os trabalhos produzidos sobre seu personagem ao longo do tempo. Deste modo, Febvre construiu sua biografia a partir de uma das principais perspectivas metodológicas

⁸ Febvre; 2012.

advindas do movimento de renovação historiográfica da escola dos *Annales*: a história-problema.

Se o elemento central da biografia produzida por Febvre é a sua busca pelas motivações e impulsos pessoais de Lutero que deram início ao movimento que culminou com o seu rompimento com a Igreja Católica, é a relação que o autor estabelece entre seu personagem e o contexto histórico que, de fato, salta aos olhos. Partindo do confronto entre uma forma particular de Lutero se relacionar com sua fé e o universo mental da Alemanha quinhentista, Febvre delineou o início da Reforma sem se aprofundar, de fato, nela. Segundo o autor, seu trabalho pretendeu “traçar a curva de um destino simples, mas trágico; retomar com exatidão alguns pontos verdadeiramente importantes desse destino; [...] colocar, assim, acerca de um homem de singular vitalidade, esse problema das relações entre o indivíduo e a coletividade, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social, que é, talvez, o problema essencial da história” (Febvre, 2012, p. 11). A partir deste recorte temporal e desta problematização foi possível ampliar o alcance de seu estudo, promovendo uma densa análise sobre a Alemanha quinhentista, tendo seu personagem como elemento catalizador.

Com base nas propostas metodológicas das *biografias modais*, foram publicados uma série de trabalhos em que os contextos históricos eram mais explorados que o personagem central das biografias produzidas. Dentre esse tipo de produção, pode-se destacar a publicação de diversos dicionários biográficos sobre membros de associações, instituições, movimentos sociais e corporações. Entre as décadas de 1950 e 1960, por exemplo, especialmente na França e na Inglaterra, foram publicadas diversas prosopografias⁹ que examinaram alguns grupos a partir de elementos comuns entre seus membros, considerando, para tanto, dados coletados sobre os individuais sem, ao mesmo tempo, ater-se às trajetórias particulares de cada um.

Diante deste movimento historiográfico, Pierre Bourdieu produziu uma das mais importantes críticas à forma como as biografias foram produzidas até então. Em 1986, o sociólogo francês publicou o artigo *A ilusão biográfica*¹⁰ no qual afirmou que “a história

⁹ Segundo François Dosse (2009, p. 223), “a prosopografia é um gênero já antigo que tem por objeto repositonar as características de um grupo esmiuçando as informações sobre todos os seus membros. Nisso se aproxima da biografia, mas sem se deter na singularidade da trajetória de cada um”.

¹⁰ Bourdieu; 1998.

de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico” (Bourdieu, 1998, p. 183). Segundo ele, a produção biográfica parte de uma “ilusão” por pressupor que tanto há uma “identidade unitária” imutável nos indivíduos como uma continuidade linear em suas trajetórias o que, inevitavelmente, incide em uma totalização artificial e arbitrária. Vavy Pacheco Borges ao referir-se às críticas empreendidas por Bourdieu, e ao que ele considera uma “ilusão”, afirma que

Essa ilusão compreende a ideia de uma identidade coerente; de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos (é comum representar-se a vida como estrada, caminho, carreira, corrida etc). Além disso, a ordem cronológica com que se organizam biografias imprime à vida uma lógica retrospectiva e prospectiva, preocupada em dar um sentido à existência. O nome próprio, a individualidade biológica e a assinatura asseguram a constância e alimentam a ilusão de unidade, quando, na verdade, o eu é fracionado e múltiplo (Borges, 2008, p. 169-170).

Com base nos pressupostos estruturalistas, Bourdieu afirmou que a análise sobre as ações dos indivíduos não são “pertinentes” para a compreensão das estruturas sociais. Tais trajetórias estariam estritamente vinculadas a uma rede de relações objetivas das quais os indivíduos estariam sujeitos. Assim,

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 1998, p. 185).

Lilia Schwarcz, ao abordar as tensões entre as perspectivas estruturalistas e historicistas que permearam a produção de estudos biográficos a partir dos apontamentos feitos por Bourdieu, especialmente ao que diz respeito aos riscos da construção de uma biografia linear e totalizante, afirmou que

Processos biográficos não são como avenidas pavimentadas e de sentido único, e nem tampouco seguem uma linearidade progressiva – nos termos de uma sucessão mecânica entre causas e efeitos. A noção de causalidade harmônica só pode ser lograda a posteriori, a partir da necessidade dos sujeitos de atribuírem sentido coerente às ações humanas próprias ou àquelas estudadas (Schwarcz, 2013, p. 53).

Assim, as incisivas críticas de Bourdieu ao que considerou uma *ilusão biográfica* e os debates delas decorrentes foram de fundamental importância para um movimento de revisão sobre os estudos biográficos e seus pressupostos teórico-metodológicos. Do mesmo modo, as novas propostas que emergiram das gerações seguintes dos *Annales* e o declínio do paradigma estruturalista abriram o campo para que estudos sobre as singularidades e as trajetórias individuais fossem retomadas pela historiografia, alcançando grande impulso a partir da década de 1980. Este “ressurgimento” das biografias eruditas se deu em meio às críticas às categorias de análise que se debruçavam sobre determinados aspectos isolados da estrutura social o que, supostamente, acabava por “empobrecer” e reduzir o potencial de pesquisas que poderiam emergir da própria história social¹¹. Diante disso, “decepcionados e insatisfeitos com o uso de categorias interpretativas predeterminadas, os próprios historiadores sociais, tradicionalmente mais atentos à dimensão coletiva da experiência histórica, começaram a refletir sobre os destinos individuais”. (Loriga, 1998, p. 226). Foi em meio a este contexto que emergiu um novo tipo de abordagem biográfica: as *biografias hermenêuticas*.

¹¹ Segundo François Dosse, “com o modelo estrutural, impõe-se a ideia de uma pré-estruturação dos percursos de vida em torno de escansões que lhes são exteriores. Os autores preconizam combinar esses modelos porque cada um, tomado com exclusividade, empobrece a interpretação seguindo a vertente de um logismo estéril e redutor” (Dosse, 2009, p. 213).

1.1.3 – As *Biografias hermenêuticas*:

Em sua ampla análise sobre as diferentes abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram a produção biográfica, François Dosse descreveu as características das *biografias hermenêuticas*, afirmando que

[Na atualidade] é cada vez mais forte o entusiasmo com o gênero biográfico, mas um gênero renovado em sua era hermenêutica. Sem dúvida, encontramos uma mesma busca identitária, mas pluralizada, fragmentada numa miríade de “biografemas” [...]. A figura do biografado não é mais vista a partir de uma totalidade uniforme postulada, mas, ao contrário, questionada em suas tensões, contradições e diversas cidades de pertença [...]. Resulta daí a pluralidade de sentidos postulada na escrita biográfica e a consideração dos usos praticados pela sociedade das figuras biográficas, para além da vida biológica dos indivíduos transformados em ícones (Dosse, 2012, p. 143).

Neste movimento de renovação do gênero biográfico, diversos historiadores profissionais produziram estudos baseados em perspectivas metodológicas sólidas. Esses trabalhos buscaram retomar o rigor na interpretação das fontes e inserir as biografias em um debate historiográfico mais amplo. Com base no marxismo revisado, nos pressupostos da *Nova História*, da *Micro-história* ou mesmo nas discussões empreendidas pela História Política e pela História Social, os indivíduos e suas singularidades se tornaram objeto privilegiado no exercício metodológico caro ao ofício do historiador.

Um grande exemplo desta “retomada” é a densa biografia que Jacques Le Goff dedicou a São Luís.¹² Nela, o historiador francês aprofundou as considerações acerca da *ilusão biográfica* criticada por Pierre Bourdieu e apontou os perigos de uma *utopia biográfica* cujo maior risco seria a tentativa do biógrafo de captar todos os detalhes, por mais insignificantes que sejam, da vida de seu personagem. Em *São Luís*, Le Goff apresentou uma biografia que rompeu com os determinismos e cristalizações que marcaram os trabalhos até então produzidos sobre o “rei santo”, explorando a

¹² Le Goff; 1999.

singularidade do biografado e seus espaços de escolha pessoal diante do contexto histórico em que viveu. De acordo com Le Goff (1999, p. 18),

São Luís não vai imperturbavelmente em direção a seu destino de rei santo, nas condições do século XIII e segundo os modelos dominantes de seu tempo. Ele se constrói a si mesmo e constrói sua época tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, hesitações, escolhas.

Ao analisar o significado da produção desta biografia para a obra de Le Goff, Vavy Pacheco Borges (2008, p. 209), afirmou que o aclamado historiador francês, que por muitos anos desconsiderou a validade histórica das biografias, ao publicar *São Luís*, se aproximou definitivamente deste gênero, entendendo que “a biografia é o ápice do trabalho do historiador”.

Le Goff, um dos maiores especialistas em estudos medievais, produziu, também, uma importante análise sobre São Francisco de Assis¹³. Apresentando uma coletânea de quatro textos independentes, mas que dialogam entre si, o autor apontou caminhos de pesquisa que conduzem o leitor a uma reflexão sobre o personagem biografado e sobre o contexto histórico e cultural em que viveu. A descrição do segundo capítulo desta obra, considerado o mais importante desta coletânea pelo próprio autor, mostra que seus objetivos diferiam salutarmente das biografias heroicas e modais produzidas até então, tomando criticamente as próprias hagiografias de São Francisco como fonte. Segundo Le Goff, seu estudo

É uma apresentação geral de São Francisco sob forma cronológica, portanto biográfica, mas que repõe São Francisco em seu contexto geográfico, social, cultural, histórico. Expõe de modo tão claro e simples quanto possível os problemas de seus escritos e suas biografias, intimamente ligados à sua imagem e à interpretação de sua personagem, e evoca os principais temas de suas concepções e de sua atividade [...]. É uma tentativa para aproximar e apresentar o *verdadeiro* São Francisco ou ainda, uma vez que meu esforço de autenticidade objetiva não se

¹³ Le Goff; 2010.

livra de uma interpretação pessoal, *meu* São Francisco. (Le Goff, 2010, p. 11 – 12).

Neste movimento de revalorização das biografias, o caráter híbrido deste gênero ficou ainda mais evidente. Nas últimas décadas uma série de biografias foram produzidas sob influência da Psicanálise, por exemplo. Em tais trabalhos as cronologias são mais flexíveis e a proposta central é esmiuçar a personalidade, os traumas e as relações pessoais e familiares do biografado. Em que pese as críticas a este tipo de abordagem, sobretudo no que tange as totalizações e em certo aspecto, fatalismos, as biografias de base psicanalíticas contribuíram para uma interpretação mais ampla sobre os personagens. A filosofia existencialista também influenciou a formulação de alguns estudos biográficos, nos quais a busca pela singularidade e os limites da liberdade individual são largamente explorados¹⁴. Neste mesmo movimento, personagens “secundários” e “homens comuns” passaram a receber atenção dos biógrafos, sobretudo pelos interessados em estudos de história social e cultural. Com esta abordagem, busca-se romper com a tradição biográfica de “grandes homens” fazendo emergir personagens antes ignorados pela historiografia.

No Brasil, este movimento pode ser notado a partir da publicação de uma série de estudos que revisitaram personagens que já haviam sido consagrados pelas biografias heroicas. Ainda que o mercado editorial alcançasse grande volume de vendas com o lançamento de biografias produzidas por jornalistas e que contavam com forte apelo literário, algumas das maiores editoras do país abriram espaço para a publicação de trabalhos biográficos de cunho acadêmico. Dentre elas, destaca-se a coleção *Perfis Brasileiros*, publicada entre 2006 e 2011 pela editora *Companhia das Letras*. Tal coleção apresentou 11 volumes dedicados a figuras de destaque no meio político, literário, cultural e religioso brasileiro¹⁵, que foram produzidos por historiadores como Boris Fausto, Laura de Mello e Souza e José Murilo de Carvalho, por exemplo. Diogo Roiz ao analisar as características comuns aos textos dos *Perfis Brasileiros*, destaca as divergências que os

¹⁴ O próprio Jean-Paul Sartre dedicou uma biografia existencialista a Gustave Flaubert, intitulada “O idiota da família”, recentemente lançada no Brasil.

¹⁵ A coleção *Perfis Brasileiros* conta com 11 títulos, cujos personagens biografados são: Joaquim Nabuco, Castro Alves, Getúlio Vargas, Maurício de Nassau, D. Pedro I, D. Pedro II, Cláudio Manuel da Costa, General Osório, Leila Diniz, Marechal Rondon e Pe. Antonio Vieira.

trabalhos apresentam em relação às biografias tradicionais e afirma que nos textos da coleção

os personagens estudados são analisados, por meio do exemplo, da peculiaridade, isto é, das anedotas que configuram a personalidade e dão sentido à trajetória do biografado, e do contexto histórico no qual viveram e fizeram suas escolhas, deixando suas marcas, enquanto moviam suas ações, em busca de possíveis *mudanças* ou *continuidades* em relação aos sistemas políticos, econômicos e socioculturais dos quais fizeram parte em suas épocas, e que possibilitaram a constituição de seus *perfis* para a posteridade (Roiz, 2011, p. 122)

Em suma, as produções da “era hermenêutica” foram responsáveis pela ampliação do alcance das análises biográficas e pelo rompimento com uma tradição milenar de produção de relatos de vida que se resumiam à exaltação de determinados indivíduos “especiais” e modelares. Este tipo de abordagem também foi responsável por uma significativa revisão historiográfica ao produzir estudos que valorizam as individualidades e as singularidades, diferentemente das biografias modais. Deste modo, as trajetórias individuais foram revalorizadas pelas propostas advindas das “biografias hermenêuticas” e impulsionaram o interesse dos historiadores pelas histórias de vida, que, até então, se justificavam somente por sua possibilidade de fornecer uma compreensão de fenômenos sociais e coletivos mais amplos. Assim,

A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia. E se a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana [...]. Ela tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. Seu método, como seu sucesso, devem-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não souberam o que fazer dela (Levillain, 2003, p. 176).

1.2 – A singularidade como pressuposto metodológico

O presente trabalho (ao contrário dos pressupostos que balizaram as biografias modais) parte do princípio de que as trajetórias individuais não expressam em si as características gerais de uma determinada sociedade em um tempo histórico. Da mesma forma, entende que as cristalizações estabelecidas sobre um determinado personagem, caracterizando-o com adjetivos tais como “bom”, “mau”, “herói”, “pioneiro”, “precursor”, entre outros, reduzem significativamente o alcance e a riqueza que a abordagem biográfica pode ter. Tais cristalizações estabelecidas sobre um indivíduo, caras às biografias heroicas, aprisionam o personagem estudado em categorias empobrecedoras, como nos chama a atenção o trabalho de André Mota e Lilia Blima Schraiber (2014-b, p. 27):

Quando quer perseguir um sujeito no tempo, a reflexão histórica se dedica metodologicamente a desconstruir uma narrativa acabada. Isso porque, ao se cristalizar uma determinada interpretação, esse imaginário, mesmo estando longe de ser artificial – já que é a essência da elaboração do percurso biográfico -, não pode, de nenhum modo, se confundir com as práticas da personalidade analisada. Na ausência dessa limitação, é grande o risco de ver o indivíduo ser engolido por seu próprio mito.

Visando superar o reducionismo gerado pelas biografias que encastelam seus personagens em conceitos imutáveis e vencer a pretensão totalizante de definir o biografado como um representante de seu tempo, consideramos que o olhar do biógrafo deve estar atento à *singularidade* de seu personagem. Para não incidir em uma *ilusão biográfica*, o historiador não pode deixar escapar à sua análise os vínculos estabelecidos entre o biografado e o contexto histórico em que ele viveu, tendo consciência, porém, que tanto os indivíduos quanto o mundo que os cerca são constantemente mutáveis. A atenção ao singular se, por um lado, liberta o biografado de um contexto histórico que tudo determina, ao qual todos estão submetidos sem qualquer liberdade de ação, por outro, deve zelar para não atribuir ao personagem um caminho próprio, independente e sem relação com o palco em que a história de sua vida se apresentou.

Durval Muniz de Albuquerque Jr. compara a trajetória singular dos indivíduos com um viajante que, em sua jornada, vai deixando marcas no caminho através de pegadas e fragmentos de si. Do mesmo modo, segundo o autor, como a poeira que vai grudando em seu suor, o viajante vai sendo marcado pelo caminho que está percorrendo, de tal modo que este indivíduo “não é só ponto de partida, nem só ponto de chegada, ele é travessia, transversalidade” (Albuquerque Jr, 2007, p. 248). Tendo em vista essa relação de constante troca entre o indivíduo e os contextos históricos em que sua vida se desenrolou, o autor propõe que os historiadores se dediquem a uma

História que não totaliza, embora resgate efeitos de totalização, que não unifica, mas ressalta descontinuidades, afastamentos do “centro”, que não possui “eixos”, que é fruto de múltiplas determinações, que não reduza o objeto de estudo ao contexto em que está inserido, embora este ofereça elementos de ressonância para a explicação deste objeto e, principalmente, para ressaltar sua singularidade, uma história em que o particular não contém o geral, nem este se explica apenas pelo particular (Albuquerque Jr., 2007, p. 253).

Atento à busca por esta *singularidade*, o trabalho que aqui se apresenta considera que parte das proposições metodológicas da *Micro-história* são de grande valia para uma construção biográfica que evite cristalizações e totalizações. Decerto foge ao escopo deste estudo um aprofundado debate sobre as balizas do movimento historiográfico encabeçado por Carlo Ginzburg e Geovanni Levi, especialmente no que tange as *escalas de análise*, fruto de longos debates nas últimas décadas¹⁶. O que nos interessa aqui são as ferramentas que chamem a atenção para o individual e particular - o *micro* - em constante relação com o seu contexto histórico - o *macro*. Neste sentido, “a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular - de um homem, de um grupo de homens - e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (Revel, 1998, p. 21).

Este exercício metodológico pode ser notado no aclamado trabalho de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes - o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, publicado originalmente na Itália em 1976. Ginzburg traz à discussão o

¹⁶ Um importante conjunto de estudos sobre as *escalas de análise*, cerne do debate que permeou os adeptos e críticos da *Micro-história*, sugere-se a leitura de Ginzburg;1989 e de Revel; 1998.

percurso biográfico do camponês Domenico Scandella, apelidado de Menocchio, um moleiro nascido no Friuli em 1532 que, devido aos seus posicionamentos diante da cosmologia tradicional católica, foi aos tribunais e condenado à morte nas fogueiras da Inquisição. Apesar das fontes documentais escassas, que, essencialmente, foram extraídas dos autos dos processos que incriminaram e sentenciaram Menocchio, o historiador italiano imprimiu em seu trabalho uma narrativa histórica consistente e mediada por uma atenção constante ao risco de preencher as lacunas documentais com afirmações especulativas.

O objetivo do autor de *O queijo e os vermes* foi captar o que havia de singular de seu personagem, entendendo-o não como um indivíduo médio ou um “representante típico da cultura aldeã italiana renascentista”; pelo contrário: Menocchio é apresentado como uma entidade única. Sua singularidade, todavia, não é posta como independente do mundo exterior, mas em diálogo constante com ele. No prefácio de sua obra o autor apresentou as diferenças de sua abordagem metodológica em relação aos estudos das mentalidades e às biografias modais, especialmente as produzidas pelos historiadores ligados aos *Annales*.¹⁷ Segundo Ginzburg,

Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo - e justamente por isso representativo -, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico - a nobreza austríaca ou o baixo clero inglês do século XVI.

Seria esse o caso de Menocchio? Nem por sonho. Não podemos considerá-lo um camponês “típico” (no sentido de “médio”, “estatisticamente mais frequente”) do seu tempo: seu relativo isolamento na comunidade deixa isso claro. Aos olhos dos conterrâneos Menocchio era um homem, ao menos em parte, diferente dos outros. Mas essa singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio

¹⁷ Apesar de partir de propostas metodológicas e objetivos gerais bastante distintos de Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*, o trabalho organizado por Michel Foucault, *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, apresenta uma enorme contribuição para a análise das singularidades. Neste trabalho publicado pela primeira vez em 1973, Foucault apresenta integralmente o amplo dossiê sobre um parricídio cometido por Rivière, que inclui o debate renitente entre psiquiatras e juristas acerca da condição mental do criminoso e sobre a imputabilidade de seu delito. No centro deste dossiê é apresentado o monumental relato sobre o crime (espécie de autobiografia) produzido pelo próprio assassino. Apresentando tais “discursos” sobre o mesmo indivíduo e seus atos, Michel Foucault (2013, p. 13) compartilha em seu livro “uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos”. Assim, na tensão entre as disputas sobre uma narrativa explicativa sobre o crime de Pierre Rivière, Foucault explora a singularidade do personagem central desta trama autobiográfica-médico-jurídica.

tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação (Ginzburg, 2013, p. 20).

Ao contrário de Ginzburg, temos em mãos um volumoso conjunto de fontes documentais sobre o personagem que será analisado biograficamente. Entretanto, há neste conjunto um paradoxo: os arquivos concernentes à vida pessoal de Pacheco e Silva são pouco expressivos, ao passo que superabundam aqueles que foram produzidos no âmbito de suas atividades profissionais e políticas. Assim, se por um lado a análise sobre as ideias e ações do personagem serão facilitadas pelo conjunto documental obtido, por outro o grande desafio será compreender as relações mais ou menos evidentes entre a sua vida privada e a sua vida pública. Diante das fontes com as quais o presente trabalho pôde contar, acreditamos que as propostas da *Micro-história* serão de grande valia para a compreensão sobre as imbricações entre os vários momentos vividos e os diversos espaços em que o personagem recebeu e exerceu influência, tomando com atenção, especialmente, a relação grupo-indivíduo, como bem apontou François Dosse (2009, p. 257):

Estudando as microrrealidades, a *microstória* não renuncia às vias de generalização, da globalização – ao contrário, busca-as. A Micro-história se esforça para conciliar uma técnica específica, a escolha de uma localização precisa, com vocação para elucidações mais gerais [...]. Esse tipo de biografia permite definir as bases de uma racionalidade limitada e seletiva e interrogar de novo a inter-relação entre o grupo e o indivíduo, praticando uma correlação entre a experiência comum e o espaço de liberdade individual.

Dito isso, cabe salientar que não se pretende desenvolver aqui uma biografia intelectual. Para tanto, seria necessária uma análise que se voltasse exclusivamente à produção acadêmica do personagem estudado, a partir de um exame atento aos aspectos endógenos e exógenos de seus escritos. Certamente esta seria uma abordagem pertinente dada a ampla gama de livros e artigos científicos produzidos pelo biografado e a repercussão que sua obra teve entre seus pares. Todavia, o presente trabalho deseja captar a singularidade da trajetória de Pacheco e Silva e, neste sentido, as obras por ele publicadas serão tomadas como fontes para a elucidação sobre os seus espaços de ação e

suas convicções científicas e políticas. Justamente por isso entendemos que não se deve isolar a obra de um determinado intelectual de sua vida, reduzindo a influência de um desses aspectos sobre o outro¹⁸. Sendo assim, o que se propõe aqui é que vida e obra sejam colocadas sob o olhar atento do historiador para que se possa identificar os pontos de aproximação e de distanciamento entre o momento vivido e a obra publicada, colocando ambas as dimensões sob constante tensão (Arfuch, 2010, p. 211).

Se a produção de uma biografia intelectual não é o objetivo central deste trabalho, tampouco o é a composição de uma biografia exclusivamente política de Pacheco e Silva. Seguramente esta seria, também, uma abordagem pertinente, haja vista a sua ampla carreira política. Contudo, o presente estudo pretende analisar o alcance da atuação do biografado nos vários eventos políticos em que se esteve envolvido e de que modo as suas posições se formaram e se modificaram ao longo de sua vida. Para além disso, o que se busca é a compreensão sobre, em que medida, tais posicionamentos influíram em sua prática como médico, professor e dirigente de instituições de Saúde. Desta forma, serão averiguados os contextos históricos em que Antonio Carlos Pacheco e Silva esteve inserido e de que maneira ele próprio assimilou as propostas políticas dos grupos com os quais se relacionou, compondo assim, um discurso próprio e uma imagem pública a ser apresentada sobre si. A esse despeito, pretende-se seguir, mais uma vez, as considerações de François Dosse (2009, p. 315):

O biógrafo deve levar em conta essa especificidade e observar mais de perto o jogo da competição política, escrevendo uma biografia antes de tudo política e adaptando assim seu olhar para o tipo de atividade do sujeito biografado. Como o homem político insiste em fabricar uma imagem pública, é esta que conta acima de tudo.

Diante das considerações metodológicas até aqui expostas, cabe uma última reflexão tendo em vista, desta vez, a construção narrativa empreendida no presente trabalho. Para tanto, cremos que a apresentação de um questionamento frequente entre os

¹⁸ A despeito dos estudos desenvolvidos sobre a vida de intelectuais, François Dosse, considerando a busca pela singularidade dos percursos biográficos, afirma que “o existir e o pensar devem ser tomados juntos em seus respectivos recortes, numa abordagem que não dependa nem do internalismo nem do externalismo, mas enfatize, a fim de funcionar como ponte entre esses dois polos, aquilo que os psicanalistas chamam de atenção flutuante ao sujeito biografado (Dosse, 2009, p. 369).

interessados no gênero biográfico ajude a balizar o nosso posicionamento. A questão é: o que difere uma biografia produzida por um historiador de um trabalho biográfico realizado por um profissional de outras áreas do conhecimento, especialmente pelos jornalistas?

Nas últimas décadas, considerando somente o mercado editorial brasileiro, foi notório o número de vendas alcançado pelas biografias *não-acadêmicas*, como *Olga* (1985), de Fernando Morais; *Mauá, empresário do Império* (1995), de Jorge Caldeira; e da trilogia sobre *Getúlio* (2012), de Lira Neto, por exemplo¹⁹. Entretanto, tais trabalhos possuem diferenças significativas em relação às biografias hermenêuticas com as quais o presente trabalho se identifica. Em sua análise comparativa entre os trabalhos empreendidos por historiadores e jornalistas, Benito Bisso Schmidt aponta uma série de aproximações e afastamentos entre eles, destacando uma diferença central:

Em primeiro lugar, há um tratamento diferenciado das fontes de pesquisa. A historiografia, apesar de suas significativas transformações teóricas e metodológicas recentes, manteve-se fiel à tradição da crítica (interna e externa) aos documentos: quem produziu determinado vestígio? Em que situação? Com quais interesses? Estes questionamentos, primários na investigação histórica, nem sempre estão presentes nos trabalhos jornalísticos (Schmidt, 1997, p. 8).

Além da atenção à crítica documental apontada acima, outro aspecto que deve estar no foco de atenção do historiador ao produzir uma narrativa biográfica é sua postura diante das lacunas documentais. A ânsia pelo “tudo explicar”, muito comum nas biografias heroicas, é inegavelmente sedutora, mas constitui-se um perigo ao trabalho histórico, especialmente quando as fontes disponíveis não correspondem às expectativas geradas e formam “buracos” na narrativa proposta. Diante disso, consideramos que é preciso diferenciar o que se tem como “prova” do que são apenas “possibilidades”. Do mesmo modo, é de fundamental importância não apresentar como “verdadeiro” aquilo que é, apenas, “verossímil”, como nos indica Carlo Ginzburg:

A História quando recorre ao verossímil, não faz mais que favorecer ou estimular essa tendência. Então, por um momento, deixa de narrar,

¹⁹ Para maiores informações sobre as características das narrativas biográficas *não-acadêmicas* sob a ótica de alguns dos autores mais consagrados deste gênero, ver o debate em Benchimol: 1995.

porque a narrativa não é naquele caso um instrumento bom e adota em vez dele o instrumento da indução: e deste modo, fazendo o que é pedido pela diversa natureza das coisas, acaba por fazer o que convém ao seu novo intento. De fato, para poder identificar entre o positivo narrado e o verossímil proposto é necessária uma condição: que eles se apresentem distintos. É pouco mais ou menos como se alguém, desenhando a planta de uma cidade, acrescentasse, a cor diferente, praças e edifícios projetados; e com o fato de apresentar as partes que poderiam existir distintas daquelas que existem faz com que se veja a razão por que as pensou reunidas. Direi que a História abandona, então, a narrativa, mas para se ajustar, da única maneira possível, àquilo que é o objeto da narrativa. Conjecturando ou narrando, tem sempre em mira o real: aí reside a sua unidade (Ginzburg, 1989-b, p. 197-198).

Procuramos até aqui apontar a filiação do presente trabalho com as biografias hermenêuticas e que buscam explorar a singularidade dos percursos biográficos. Assim, dada esta explanação, faz-se necessário situar o presente trabalho diante das discussões historiográficas sobre as práticas médicas e de Saúde e sobre o campo da Saúde Coletiva. Passemos a elas.

1.3 – Entre a História da Medicina e a História no campo da Saúde Coletiva: as biografias na produção memorialística e sua revisão teórico-metodológica:

A produção de biografias faz parte de uma certa tradição no campo da história da Saúde e da Medicina. Essa produção é bastante vasta e evidencia uma forte tensão entre as interpretações de cunho memorialístico e as proposições mais críticas e densas da historiografia. Em verdade, essa tensão é mais ampla que o campo biográfico propriamente dito, uma vez que diz respeito às formas de apropriação do conhecimento no que tange a Memória e a História, cujas diferenças André Mota e Lilia Blima Schraiber (2014-a, p. 1087) bem apontaram:

No caso da Medicina, essa distinção nos faz prezar o que é da memória, que são os vestígios mais visíveis ou facilmente presentes sob uma determinada narrativa, quase sempre corporativa sobre seu saber e prática. É o caso de textos que sobrevivem, tal como tratados sobre doenças, vultos da Medicina, relatos de adoecimentos em certos contextos e épocas ou os artefatos e os instrumentos da prática dos

médicos que podem ser coletados. Não obstante, para a história a memória traduzida pela documentação será um de seus polos construtores de sua ciência, envolvendo outras esferas constitutivas como a teoria e a produção historiográfica, podendo por isso nos levar em busca dos sentidos que esses representantes da memória podem revelar por uma interpretação que damos a determinados conjuntos deles, de modo que formem um todo compreensível, mesmo que limitado às evidências, acerca da Medicina do passado marcando suas distinções com o presente para que possamos também compreendê-lo e atualizá-lo.

Tradicionalmente, no interior das discussões sobre a história da Medicina e sob o domínio da memorialística, as abordagens biográficas, a partir do século XIX, tiveram um terreno fértil para se desenvolver. Produzidos essencialmente por médicos, tais trabalhos estavam inseridos em uma interpretação histórica que privilegiava a construção de mitos fundadores e o “pioneirismo” de alguns médicos no desenvolvimento de determinadas técnicas e procedimentos. Desta forma, as trajetórias individuais eram destacadas a partir de uma visão meritocrática, na qual o trabalho, as virtudes, os esforços e as conquistas pessoais eram valorizados a fim de servir de exemplo para os demais médicos e para o público leigo. Neste tipo de abordagem, o contexto histórico e as dimensões sociais e coletivas eram ignorados de modo que a “excepcionalidade” e a “genialidade” dos médicos analisados eram exploradas para que fosse formado o perfil do “médico-herói indelevelmente ligado à ciência universal” (Bertolli Filho, 2006, p. 29).

Um exemplo deste tipo de abordagem pode ser encontrado no clássico trabalho que o médico francês Émile Littré dedicou a Hipócrates. Em um conjunto de dez volumes publicados entre 1839 e 1861, o autor traduziu textos consagrados do “pai da medicina”, procurando diferenciar os trabalhos que identificou como originais de Hipócrates daqueles que, possivelmente, foram redigidos pelos seus discípulos. Em um esforço interpretativo a partir dos preceitos positivistas, Littré buscou extrair o “Hipócrates real” da tradição mitológica que se formou sobre a sua vida. Segundo ele,

A antiguidade, como se vê, já havia perdido os meios de fazer uma biografia detalhada de Hipócrates. Embora haja uma lacuna que atualmente não se pode preencher, contudo, há o bastante para apreciar o papel desempenhado por Hipócrates e o lugar que ocupou. Clínico, professor, escritor, ele gozava da estima dos seus contemporâneos;

descendente de uma família que atribuiu sua origem até a idade heroica, o que lhe deu ainda mais glória do que já havia recebido; ligado a uma corporação que servia no templo de Esculápio, ele fez prevalecer a escola de Cós sobre todas as escolas médicas que logo se seguiram (Littre, 1839, p. 43 – Tradução nossa).

No Brasil, as biografias memorialísticas se desenvolveram, especialmente, no interior das associações que congregavam membros das elites intelectualizadas e de corporações profissionais tradicionais. Isso pode ser notado no grande número de artigos dedicados à construção de “perfis biográficos” e de genealogias na tradicional *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* entre 1895 e 1940. Segundo Antonio Celso Ferreira, cerca de 35% dos textos apresentados pela *Revista* neste período eram compostos de apresentações biográficas, o que faz deste tipo de narrativa a predileta dos autores daquele periódico. Segundo o autor, as biografias produzidas pelos membros das corporações tradicionais paulistas possuíam um certo padrão em sua forma narrativa: “trazem sempre matrizes laudatórios, em linguagem primorosa. Lembrava-se a infância e as dificuldades enfrentadas pelo personagem, as atitudes arrojadas, a incompreensão, muitas vezes dos que o cercavam e, afinal, o sucesso, atingido na fase madura da vida, ou somente póstumo” (Ferreira, 2002, p. 127).

Neste sentido, a obra do médico Carlos da Silva Lacaz (1915 – 2002), Catedrático de Microbiologia e Imunologia da Faculdade de Medicina da USP, fundador do Museu Histórico desta mesma instituição e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de História da Medicina, é bastante exemplar. Com uma vasta produção bibliográfica de cunho memorialístico, Lacaz construiu uma versão oficial da constituição da medicina paulista e brasileira. A partir de biografemas, bastante semelhantes às descrições hagiográficas, Lacaz produziu diversos livros exaltando os *Vultos da Medicina Brasileira*.

Tais levantamentos biográficos seguiam um padrão de escrita, que apresentava a formação do médico analisado, suas principais ocupações profissionais e o seu “pioneirismo” ou o reconhecimento obtido em sua área de atuação. Tal descrição não passava, geralmente, de uma lauda e, em seu conjunto, pretendia dar conta de toda a história da medicina no país a partir de seus “grandes nomes”. Em geral, em tais biografemas o autor não apresentava suas fontes e referências, tampouco se preocupava

em formular uma crítica, inserir seu trabalho em debate historiográfico ou contextualizar historicamente o personagem analisado²⁰. O trecho extraído da biografia que Lacaz dedicou ao médico Miguel Couto exemplifica a construção dos personagens característica de sua produção biográfica:

Homem excepcional, espírito profundamente culto e clínico consumado, a sua fisionomia irradiava uma bondade evangélica, que a todos seduzia [...]. A vocação clínica foi, sem dúvida, o traço dominante na personalidade de Miguel Couto. Tudo isso o predestinava, até o físico em que se revia a sua imutável bondade, tão louvada de todos. No dever médico não tinha limites [...]. Não desanimava ante situações que sabia perdidas; foi sempre grande médico, em todas as horas, na esperança e na desesperança. Ele possuía uma infinidade de recursos para atuar no moral dos doentes e vinha sempre em presença jovial [...].

Miguel Couto, do berço ao túmulo, foi sempre o mesmo homem, cheio de ricas virtudes, grande patriota, que em vida já se vestira da imortalidade (Lacaz, 1963, p. 19).

A lista de trabalhos desenvolvidos por médicos-biógrafos é vasta. A tradição de consagrar textos aos “grandes nomes” da medicina é secular e constitui-se como um dos pilares para uma interpretação oficial e tradicional sobre a história médica brasileira. Lycurgo de Castro Santos Filho, por exemplo, em seu livro *História da Medicina no Brasil* dedicou um amplo espaço para a apresentação de curtas biografias de “alguns físicos e cirurgiões dos séculos 16, 17 e 18”, de “médicos titulares do Império e Médicos da Imperial Câmara” e de “médicos estrangeiros no Brasil” (Santos Filho, 1947, p. 271). Em seus relatos biográficos, Lycurgo Santos Filho procurou destacar as diversas funções exercidas pelos *esculápios* e a suas contribuições para o desenvolvimento do país. Em um trecho dedicado a João Meneláu, físico presente na esquadra que aportou no Brasil com Pedro Álvares Cabral em 1500, o autor fez a seguinte descrição:

²⁰ A mais destacada produção biográfica, neste sentido, é: Carlos da Silva Lacaz. *Vultos da Medicina Brasileira*, 1963. Todavia, Lacaz tem uma ampla produção bibliográfica que buscou formular história da Medicina em apontamentos biográficos, como, por exemplo: “Os médicos italianos em São Paulo: trajetória em busca de uma nova pátria”, de 1989; “Temas de Medicina: biografias, doença e problemas sociais”, de 1997; “Homenagem ao Prof. Euryclides de Jesus Zerbiní”, de 1994 e “Médicos Sírios e libaneses do passado: trajetória em busca de uma nova pátria”, de 1982.

Primeiro médico europeu a pisar nas terras do Brasil. João Meneláu desempenhava as funções de físico, cirurgião e astrônomo a esquadra de Pedro Álvares Cabral, quando se deu a descoberta do Brasil. A 27 de abril de 1500, mestre João desceu à terra em Porto Seguro, em companhia de dois pilotos, para medir com astrolábio a altura, em graus, da “ilha de Santa Cruz” [...]. Cosmógrafo, astrólogo e médico, portador de uma ulceração na perna, que não conseguia curar, mestre João meneláu foi bem o símbolo vivo da medicina europeia de então, medicina aliada à astrologia, falha e deficiente. Deixou o cirurgião de Pedro Álvares Cabral, desenhos muito perfeitos de constelações, entre elas a do Cruzeiro do Sul.

O médico paulista Antonio da Palma Guimarães, publicou em 1967 um amplo estudo²¹ sobre Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador e primeiro Diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, como parte das comemorações sobre os cem anos de nascimento de seu biografado. O trabalho de Guimarães foi por muitos anos a principal referência sobre a vida e a obra de Vieira de Carvalho, uma vez que o autor apresentou uma ampla pesquisa documental sobre as diversas instituições nas quais o seu personagem atuou. No entanto, Guimarães não escapou de uma descrição laudatória e à exaltação de seu personagem, como é possível notar na apresentação dos objetivos de sua produção biográfica:

Ora, afigurou-nos oportuno fazê-lo [Arnaldo Vieira de Carvalho] conhecido de modo mais completo para ser estimado de modo mais seguro, e então nos propusemos a rever os fatos biográficos, tendo em vista desde sua Pátria. Importa a obra porque consagra o homem; importa o homem... porque criou a obra. Se de outros se tem escrito que não deixaram discípulos, de Arnaldo Vieira de Carvalho há de ser reconhecido que deixou escola. E até a onde possa o culto do passado ser conservado e estimado, a personalidade deste homem define e resume uma época. Ademais, o palco de conhecimento público dos vultos representativos da Nação é frequentemente ocupado pelas vedetas da Política, das Artes, das Letras. Médicos aí não aparecem. Dos grandes nomes da Medicina Paulista quantos foram objeto de estudo historiográfico? (Guimarães, 1967, p. XL).

²¹ Guimarães; 1967.

Duílio Crispim Farina, médico e Professor da FMUSP, por sua vez, redigiu diversos encartes de conteúdo biográfico sob os mesmos moldes e propostas de Santos Filho, Lacaz e Guimarães para diversas revistas médicas de São Paulo. Além disso, recebeu o *Prêmio Arnaldo Vieira de Carvalho* da Sociedade Paulista de História da Medicina pelo seu livro *Memórias e tradições da Casa de Arnaldo (páginas esparsas de saudade e respeito)*, lançado em 1972. Em tal livro, Farina compôs algumas crônicas sobre os professores mais prestigiados da Faculdade de Medicina da USP, procurando transmitir a ideia de uma unidade que regeria o corpo docente da instituição, formado por “grandes homens”. No capítulo que dedicou ao Professor Alexandrino Moraes Pedroso, por exemplo, o autor apresentou uma narrativa heroica, na qual procurou sublinhar as virtudes do “homem paulista”, que serviriam de exemplo às gerações seguintes:

Alexandrino Moraes Pedroso, professor de Microbiologia e Imunologia de nossa escola lembrava, com sua figura, um paulista antigo, nos gestos, nas palavras, nas atitudes e na honradez. Caráter impoluto, tinha um galardão e um norte, a do trabalho honesto e perseverante. [...] Era o protótipo do velho paulista, exemplar da raça de gigantes que dilatou as lindes de nosso território. Simples, modesto, de maneiras suaves, mas digno e altivo, e desassombrado mesmo quando as injunções o solicitassem (Farina, 1972, p. 184).

Na atualidade, o médico Helio Begliomini é, de certa forma, um dos principais herdeiros desta tradição memorialística e deste tipo de apresentação biográfica, a qual François Dosse chamou de “biografia heroica”. Com a publicação de diversos livros e com um catálogo que conta com centenas de registros biográficos no site da Academia de Medicina de São Paulo²², Begliomini repete os modelos de Lacaz e de Farina, muitas vezes fazendo somente a justaposição de algumas poucas “novas” informações aos dados já produzidos pelos memorialistas já citados²³. Nas notas biográficas que produziu sobre

²² <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/?pg=biografias&idioma=1>. Acesso em 05 de outubro de 2016.

²³ Além dos trabalhos de Begliomini, é possível identificar uma gama de projetos biográficos laudatórios e de modelo memorialístico produzidos na atualidade. Exemplos disso são os livros “Emílio Ribas: o guerreiro da saúde”, de José Lelis Nogueira (2014) e “Carlos Botelho: nasceu no século XIX, viveu no século XX e vislumbrou São Paulo do século XXI”, de Antonio Carlos Botelho S. Aranha (2008).

o médico Celestino Bourroul, por exemplo, Begliomini destacou como exemplares a “inteligência e a bondade” de seu biografado, como é possível verificar no trecho a seguir:

Sua inteligência e assiduidade nos estudos diferenciavam-no dos demais alunos, qualidades essas logo notadas pelos seus professores. Concluiu o curso de humanidades de forma exemplar e voltou a São Paulo, onde, inspirado no exemplo de seu pai, Paulo Bourroul, decidiu cursar medicina. [...] Era o começo da trajetória de um dos mais conceituados médicos do Brasil [...]. Celestino Bourroul foi professor por 36 anos e afastou-se da cátedra de doenças tropicais e infecciosas em novembro de 1950, por indicação médica em decorrência de distúrbios cardiovasculares. Mesmo assim, manteve atendimento à tarde em seu consultório até 1955, e comparecia na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia pela manhã, não deixando sua rotina de examinar os pacientes com o seguinte argumento: “Quem cuidará dos que não podem pagar?”. Entretanto, poucos anos após, foi forçado a deixar essa prática com imensa tristeza e, com ela, o exercício da medicina que tanto amou e honrou. Celestino Bourroul, um dos mais notórios médicos brasileiros, baseou sua vida no estudo, trabalho, fé e humanismo caridoso. (Begliomini, 2016, p. 1-2)

A partir da década de 1970 foram produzidos diversos estudos históricos que perscrutaram a Medicina e a Saúde Pública sob as perspectivas metodológicas das Ciências Sociais e Humanas. Esses trabalhos redefiniram as discussões sobre campos e práticas que eram, até então, tratados quase que exclusivamente pelos médicos e demais profissionais da Saúde. Neste sentido, a História Social, em um momento em que o estruturalismo e as análises de longa duração estavam sendo questionadas em seus alicerces metodológicos, pôde desenvolver abordagens que contribuíram para uma nova epistemologia das doenças e das práticas médicas. Desta forma, o livro *As doenças têm história*, organizado por Jacques Le Goff em 1985, pode ser considerado uma das obras que marcaram essa “virada”, que abriu novos horizontes para as pesquisas históricas. Ao eleger as doenças como um objeto pertencente à História, Le Goff contribuiu significativamente para a formação de uma geração de historiadores que dedicaram suas carreiras ao estudo das práticas médicas e de Saúde. Segundo Le Goff (1985, p. 8),

A doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma ideia, um certo abstrato numa complexa realidade empírica e porque as doenças são mortais. Onde estão as febres terças e quartãs dos nossos antepassados? A doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades. Desde a Idade Média, o jogo da doença e da saúde joga-se cada vez menos em casa do doente e cada vez mais no palácio da doença, o hospital.

Em meio a este movimento de revisão historiográfica, os pesquisadores interessados nas discussões sobre a Saúde e a Medicina formularam críticas mais contundentes sobre as tentativas de criação de uma “história oficial” das instituições, das práticas médicas e das trajetórias biográficas. Assim, paulatinamente surgiram importantes trabalhos biográficos produzidos no âmbito dos programas de Pós-Graduação e por historiadores profissionais. Tais trabalhos, diferentemente das descrições laudatórias e ufanistas que marcaram a produção memorialística e heroica, foram formulados a partir de problemas de pesquisa elaborados e empreendidos com base em uma metodologia histórica crítica.²⁴

O trabalho biográfico desenvolvido por Nara Britto sobre Oswaldo Cruz é um bom exemplo deste movimento. Seu livro intitulado *Oswaldo Cruz: A construção de um mito na ciência brasileira*, fruto de seu Mestrado em Antropologia e Sociologia defendido em 1992, foi publicado pela Editora Fiocruz em 1995.²⁵ O trabalho de Britto empreende uma importante mudança no enfoque atribuído ao personagem analisado. No lugar de uma abordagem laudatória, linear e totalizante, propõe um recorte cronológico e metodológico a partir de problemas de pesquisa bem definidos, rompendo com o modelo que marcou grande parte das biografias produzidas sobre o mesmo personagem até então. Apesar de negar que seu trabalho seja uma biografia, Britto evidencia as especificidades de sua

²⁴ Assim como na análise empreendida anteriormente sobre as diversas formas de abordagem biográfica, cabe ressaltar que não se pretende realizar aqui um exaustivo exame sobre a produção biográfica voltada à história da Medicina e da Saúde. A apresentação de alguns trabalhos considerados importantes se dá com o objetivo de situar metodologicamente o presente trabalho no debate historiográfico contemporâneo.

²⁵ Britto;1995.

proposta metodológica ao propor uma história do processo de obtenção de legitimidade científica de Oswaldo Cruz e dos fenômenos que contribuíram para uma mitificação do personagem como um “apóstolo da ciência brasileira”. Desta forma, a autora analisou o panorama científico brasileiro durante o período em que Oswaldo Cruz atuou e como as formas como a ciência nacional se apropriou de sua imagem após a sua morte:

Este livro trata de Oswaldo Cruz. Não é uma biografia, porém parte de biografias e de uma extensa bibliografia às quais pode-se imputar a construção de uma imagem pública de Oswaldo Cruz. Assim, importa menos o homem do que o lugar que ele ocupa no imaginário coletivo.

Esta literatura, a qual intitulei de hagiografia oswaldiana, tem origem no círculo médico próximo de Oswaldo Cruz. Produzida após a sua morte, em 1917, constitui um conjunto significativo de testemunhos que, ao lado de festividades organizadas com o propósito de marcar a sua presença e eternizá-la, contribuiu para cristalizar determinadas imagens às quais associa-se a figura mitificada de Oswaldo Cruz, conhecida até hoje (Britto, 1995, p. 7).

O historiador Jaime Benchimol também publicou importantes trabalhos biográficos sobre personagens ligados à história da Saúde e da Medicina. Em um deles, utilizando uma abordagem característica das biografias modais, buscou analisar a consolidação das instituições de medicina pasteuriana e tropical no Brasil a partir da figura de Adolpho Lutz²⁶. Segundo Benchimol, Lutz foi “o mais experiente e versátil integrante de um pequeno grupo de médicos que, na virada do século XIX para o XX, estiveram no centro de candentes controvérsias, envolvendo não apenas os clínicos, mas uma variada gama de atores sociais” (Benchimol, 2003, p. 14 - 15). Procurando compreender o contexto que permitiu que seu personagem se tornasse um dos mais renomados cientistas brasileiros, Benchimol faz um levantamento que compreende desde a infância de Lutz até 1908, quando ele se transferiu para o Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Desta forma, maneja um grande leque de fontes e propõe um enfoque analítico diferente dos estudos tradicionais que, em geral, optam por apresentar Lutz já no IOC, onde conquistou fama e prestígio.

²⁶ Benchimol; 2003.

Ao tratar da atuação de seu biografado no Instituto Bacteriológico de São Paulo, Benchimol concluiu:

Na verdade, a alma, o cérebro e a força de trabalho principal do Instituto Bacteriológico de São Paulo foi Adolpho Lutz. Nomeado diretor interino em outubro de 1893, e efetivado no cargo somente em 18 de setembro de 1895, exerceu-o por 15 anos, até transferir-se para o IOC, em novembro de 1908. Junto com seus auxiliares, realizou investigações de grande relevância sobre as doenças infecciosas que grassavam endêmica ou epidemicamente no estado, e enfrentou duras controvérsias com parcela majoritária do campo médico e outros atores sociais [...]. Lutz era o quadro tecnicamente mais qualificado entre os bacteriologistas brasileiros, com maior bagagem de experiência, trabalhos publicados e relações com a comunidade científica internacional. (Benchimol, 2003, p. 32 – 33)

A apresentação de uma biografia de Vital Brazil, fundador do Instituto Butantan, pela Rádio Nacional em novembro de 1949 foi analisada em um artigo científico redigido por Cláudio Bertolli Filho.²⁷ Neste artigo, Bertolli, debruçou-se sobre as representações e símbolos utilizados pela Rádio Nacional para a composição de uma biografia, antes de tudo, política. Com o objetivo de esmiuçar o papel desempenhado pela mídia varguista, especialmente a radiofônica, na segunda metade da década de 1940, o autor debruçou-se sobre a construção de uma figura mitológica de Vital Brazil, que foi exposto ao público como um modelo de vida a ser seguido. Segundo o autor,

Circunstanciada pela Era Vargas, as narrativas sobre os percursos individuais ganharam uma surpreendente popularidade, sobretudo devido ao empenho do DIP e das instituições simpatizantes ao populismo nacionalista assumido por Vargas; o intuito imposto às biografias era claro: enfatizar a potencialidade da nacionalidade da exaltação de personagens triunfantes, apregoando através da vida dos biografados os valores que deviam servir como receita de sucesso para as camadas: o apego ao trabalho, a aceitação da educação formal, a perseverança nas ações, o temor ao Deus dos cristãos e a humildade de espírito. Somadas, estas forças representavam o poder de transformação

²⁷ Bertolli Filho; 2006.

dentro da ordem instituída, rumo à modernidade apregoada pelo varguismo (Bertolli Filho, 2006, p. 20).

A respeito da produção historiográfica sobre a medicina paulista, as análises de André Mota se destacam por sua crítica e pela revisão de temáticas que por muito tempo estiveram sob o domínio da memorialística e da “história oficial”. Entre seus trabalhos destacam-se três obras de cunho biográfico, com abordagens e propostas metodológicas que contribuíram para um novo uso das biografias para a história da Medicina e da Saúde.

A primeira delas foi dedicada ao primeiro Professor Catedrático de Anatomia da Faculdade de Medicina da USP, Alfonso Bovero. Neste estudo, Mota analisou seu personagem examinando os diversos contextos históricos nos quais a sua trajetória biográfica se constituiu. O autor explorou as especificidades de sua formação médica, a sua atuação como anatomista em Turim, as condições que permearam a sua vinda ao Brasil, bem como as conjunturas políticas da Itália naquele momento. Além disso, André Mota ampliou o alcance de seu estudo biográfico ao trazer reflexões sobre a atuação docente do famoso anatomista italiano e sobre como a sua imagem foi cristalizada na memória institucional da FMUSP. Ao sintetizar os objetivos do trabalho dedicado a Alfonso Bovero, afirmou:

Acompanhamos aqui a presença do médico e anatomista italiano Alfonso Bovero (1871-1937), a partir de sua chegada a São Paulo, em 1914, e sua trajetória médica e intelectual na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Igualmente, buscamos indícios que recomponham sua partida de volta a Turim em 1937, quando veio a falecer, a forma pela qual sua memória foi sendo erguida nas décadas seguintes, sobretudo pela elite médica formada na Faculdade de Medicina. Em suma, pretende-se seguir um determinado homem no tempo e, mesmo que a intenção não seja a de apenas construir sua “história de vida”, a pesquisa passará necessariamente por sua biografia (Mota, 2011, p. 353).

Os dois outros importantes estudos biográficos de André Mota foram publicados em coletâneas com propostas editoriais semelhantes, nas quais um personagem foi destacado e analisado por diversos pesquisadores com proposições temáticas e

metodológicas diversas. Um deles foi apresentado como um capítulo na obra organizada por Maria Amélia Dantes e por Márcia Regina Barros da Silva dedicada a Arnaldo Vieira de Carvalho.²⁸ Esta coletânea reuniu diversos especialistas sobre a história da medicina paulista a fim de analisar sob diversas óticas e recortes temático-temporais a trajetória profissional do biografado.

Neste estudo²⁹ refletiu sobre as mutações que a memória forjada sobre Arnaldo Vieira de Carvalho sofreu ao longo do tempo. O autor demonstrou como esta memória foi usada para diversos interesses mais ou menos evidentes nos diferentes contextos históricos que se seguiram após a morte de seu biografado. Compreendido como um elemento agregador das elites médicas paulistas e como personagem evocado como fundador de diversas especialidades médicas em São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho, segundo André Mota, teve sua memória forjada para representar não só a “pujança paulista”, mas, também, as potencialidades da nação:

Nessa perspectiva republicana e simbólica de São Paulo, alçar o nome de Arnaldo como um “herói paulista da medicina brasileira” ganhou legitimidade entre aqueles que passaram a imortalizá-lo. Mesmo tendo em São Paulo sua guarida mais importante, o momento histórico do Brasil poderia transformá-lo num ícone de colorações nacionais, deslocando as regionalidades para um conceito de país uno e indivisível. Por isso, era inequívoca a intenção de equiparar sua figura à de grandes personalidades brasileiras do período, como Oswaldo Cruz e Rui Barbosa, consagrados heróis nacionais e republicanos (Mota, 2012, p. 257)

Por fim, inserido em uma rica coletânea de estudos sobre Cecília Donnangelo³⁰, Mota e Lilia Blima Schraiber propuseram um novo olhar sobre a vida e sobre a produção de sua personagem examinando as particularidades de sua formação no contexto político e cultural de sua cidade natal. Neste sentido, os autores buscaram redimensionar a importância de sua formação como pedagoga para explicar a sua atuação como um dos

²⁸ Dantes; Silva (Orgs.); 2012.

²⁹ Mota; 2012.

³⁰ Carvalheiro; Heimann; Derbli (Orgs.); 2014.

principais nomes da Saúde Coletiva brasileira em detrimento da habitual interpretação que põe em relevo somente a sua formação e atuação no campo da Sociologia.

Diante deste mosaico de biografias produzidas no campo da História das práticas médicas e de Saúde, é possível notar que há um movimento historiográfico que tem balizado a construção de novos estudos biográficos a partir de problematizações das mais diversas. É justamente neste movimento que este trabalho se insere ao propor uma abordagem advinda das “biografias hermenêuticas” como contribuição às interpretações históricas sobre as trajetórias singulares de indivíduos que podem ser analisados através de seus vínculos com a história das práticas médicas e de Saúde.

Mas, ao examinarmos especificamente as bases conceituais da Saúde Coletiva, cabe mais uma reflexão: de que modo as biografias podem contribuir para este campo de estudos tão marcado pela interdisciplinaridade?

A Saúde Coletiva é, em sua essência, um campo multiprofissional, multidisciplinar e aberto aos estudos sobre os determinantes sociais da saúde e da doença. Procura ampliar as suas abordagens para além dos fenômenos puramente biológicos das doenças e propõe uma posição ideológica dos pesquisadores frente às políticas de Saúde, visando a inclusão de diferentes sujeitos históricos em seus processos e práticas. Joel Birman (2005, p. 13) em seu estudo sobre a *Physis da Saúde Coletiva*, afirma que “O discurso da Saúde Coletiva, em suma, pretende ser uma leitura crítica desse projeto médico-naturalista, estabelecido historicamente com o advento da sociedade industrial”. Neste sentido, uma definição objetiva sobre o campo da Saúde Coletiva seria:

A Saúde Coletiva pode ser definida como um campo de produção de conhecimentos voltados para a compreensão da saúde e explicação de seus determinantes sociais, bem como âmbito de práticas direcionadas prioritariamente para a sua promoção, além de direcionadas à prevenção e cuidado a agravos e doenças, tomando por objeto não apenas os indivíduos, mas, sobretudo, os grupos sociais, portanto a coletividade. É multiprofissional e interdisciplinar. (Silva; Paim; Schraiber, 2014, p. 4).

Historicamente, a presença de cientistas sociais e pesquisadores das Ciências Humanas foi determinante na consolidação das bases teóricas da Saúde Coletiva.

Contudo, se as contribuições dos sociólogos, pedagogos e antropólogos para este campo se dão há pelo menos 40 anos, a presença de historiadores nos departamentos de Saúde Coletiva é um fenômeno recente. Todavia, atualmente, é inegável que a História pode ser uma grande aliada na compreensão dos fenômenos sociais que permeiam os processos saúde-doença-cuidado e as ações de determinados grupos e indivíduos em meio a eles. Sendo assim, a História, ciência que se volta para a ação do homem no tempo, encontra na Saúde Coletiva um espaço privilegiado de troca, capaz de enriquecer tanto os trabalhos realizados pelos profissionais mais próximos dos serviços de Saúde quanto as análises dos pesquisadores dedicados às Ciências Sociais e Humanas. Segundo George Rosen,

O cientista social que investiga os problemas de saúde precisa conhecer a história da Medicina e da Saúde pública que seja importante para a sua área de estudo. Este tipo de conhecimento pode sugerir perspectivas diversas, esclarecer determinados aspectos e até mesmo levar os cientistas sociais a delimitar mais cedo certos problemas (Rosen, 1974, p. 74).

A dimensão do social, como vimos, está no cerne dos trabalhos em Saúde Coletiva. Todavia, as individualidades, as singularidades e sua relação com a coletividade não podem, por sua vez, ser consideradas estranhas a este campo. Neste sentido, podemos tomar como exemplo uma obra consagrada no campo da Saúde Coletiva: *O médico e seu trabalho: limites da liberdade*, de autoria de Lília Blima Schraiber.³¹ Neste estudo, a autora analisou o processo de transição entre a prática de uma Medicina liberal, marcada pelo exercício profissional autônomo e praticado em consultórios particulares para uma Medicina tecnológica e superespecializada que passou a ter o hospital como seu *lócus*. Schraiber apontou as tensões inerentes a este processo histórico que resultou na coletivização do trabalho médico e, por consequência, a perda de sua autonomia. Para capturar a percepção dos profissionais que vivenciaram esta transição, foram colhidos depoimentos pessoais de médicos que se graduaram entre 1930 e 1955, período no qual as transformações na *autonomia profissional* médica, segundo ela, começaram a aparecer.

Em uma abordagem que se aproxima das *biografias modais*, os relatos e as vivências pessoais são apresentados como “meios de aproximação da totalidade em que

³¹ Schraiber; 1993.

se inscrevem, e assim representam o coletivo a que pertencem” (Schraiber, 1993, p. 33). Assim, se a autora buscou compreender em sentido *latu* os fenômenos que permearam este processo de transição, as singularidades das trajetórias profissionais também são tomadas em consideração sendo apresentadas em sua relação com o coletivo:

A constituição de um todo com base nos singulares, na reconstituição do acontecimento social sob investigação, deve partir do fato de que os depoimentos em conjunto, e as próprias recordações do vivido pelo entrevistado, podem orientar-se em direções diferentes e até contraditórias. Nada há que se estranhar, porém, nessa autonomia relativa do singular; ela não só de fato ocorre, como também não é capaz, por sua singularidade, de anular o que é relatado sobre o coletivo, desde quando se conceba este coletivo como produto de qualidade própria por ser referência a seus constituintes particulares: o individual não precisa repetir tudo o que se passa no plano do coletivo para que se faça parte de sua constituição (Schraiber, 1993, p. 34).

Portanto, se *O médico e seu trabalho: limites da liberdade* não é uma biografia no sentido tradicional, o consideramos uma referência para o presente trabalho por explorar as especificidades da dimensão do singular nas discussões presentes no campo da Saúde Coletiva.

É possível destacar, também, a presença de trabalhos de cunho biográficos na historiografia da Saúde Coletiva. Ainda que este seja um fenômeno recente, há alguns trabalhos importantes que destacam um personagem como objeto de estudos e procuram analisar a sua contribuição para o seu campo de atuação. O já mencionado livro dedicado à apresentação de diversos estudos sobre a obra, pensamento e aos aspectos biográficos de Cecília Donnangelo, organizado por Carvalheiro, Heimann e Derbli,³² é um exemplo disso.

A Revista *Ciência e Saúde Coletiva*, por exemplo, apresentou uma importante contribuição para as análises biográficas ao lançar em 2015 a seção temática *Construtores da Saúde Coletiva* como parte das comemorações sobre os vinte anos de existência deste periódico. Organizada por Gilberto Hochman e Everardo Duarte Nunes, a série contou

³² Carvalheiro; Heimann; Derbli (Orgs.); 2014.

com 13 artigos biográficos dedicados a personagens que contribuíram para a formação das bases conceituais da Saúde Coletiva.³³ Os artigos foram produzidos por profissionais de diferentes áreas, como médicos, enfermeiros, sanitaristas, sociólogos e historiadores. Apesar de ter em comum o objetivo de apresentar a atuação dos personagens destacados para a formação de um determinado campo de conhecimento, os artigos divergem em suas abordagens metodológicas e, em seu conjunto, mostram as tensões entre as propostas metodológicas da História e as produções de cunho memorialístico.

No texto inaugural desta série temática, os editores definiram a sua proposta biográfica da seguinte forma:

Os *Construtores da Saúde Coletiva* foram homens e mulheres que, de diferentes maneiras, pensaram, escreveram, discursaram, agiram, organizaram, administraram e, fundamentalmente, desejaram e imaginaram instituições, associações, políticas e sistemas de saúde mais públicos, nacionais, inclusivos e igualitários. [...]

Nesta série será incentivada a diversidade temporal, ideológica, institucional, profissional, organizacional e geográfica. Personagens/atores internacionais, especialmente latino-americanos, que influenciaram a saúde coletiva brasileira serão contemplados. Toda escolha é dramática e incompleta, mas acreditamos que uma seleção inicial deve ser um consistente ponto de partida para a recuperação da trajetória mais recente do campo – e de suas diferentes vozes –, a partir de um conjunto de perfis biográficos e que novos nomes devem ser sugeridos e incorporados. Não se trata de ratificar ou erigir um panteão. Ao contrário, devemos sim celebrar nossos *construtores*, mas situando-os criticamente em seu tempo, na história. Pretende-se também iluminar personagens que são menos visíveis, alguns efetivamente esquecidos,

³³ A série *Construtores da Saúde Coletiva* contou com a seguinte relação biografado/biógrafo:

- 1 - Juan César García por Everardo Duarte Nunes;
- 2 - Samuel Barnsley Pessoa por Gilberto Hochman;
- 3 - Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves por José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres;
- 4 - Rodolfo dos Santos Mascarenhas por Luiz Antonio Teixeira;
- 5 - Maria Cecília Ferro Donnangelo por Lilia Blima Schraiber e André Mota;
- 6 - Izabel dos Santos por Carlos Henrique Assunção Paiva;
- 7 - Guilherme Rodrigues da Silva por Moisés Goldbaum;
- 8 - Mário Magalhães por Sarah Escorel;
- 9 - Walter Sidney Pereira Leser por Guilherme Arantes Mello e José Ruben de Alcântara Bonfim;
- 10 - Joaquim Alberto Cardoso de Melo por Lenira Zancan e Álvaro Hideyoshi Matida;
- 11 - Giovanni Berlinguer por Sônia Fleury;
- 12 - Maria Cecília Puntel de Almeida por Maria José Scochi, Silvana Martins Mishima e Marina Peduzzi;
- 13 - Hernán San Martín Ferrari por Eleonor Minho Conill.

nas narrativas mais assentadas sobre a reforma sanitária e sobre a criação do Sistema Único de Saúde. Como marco temporal privilegiaremos personagens que tiveram atuação mais saliente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde 1964, ano do golpe civil-militar que encerrou a experiência democrática inaugurada em 1945 (Hochman; Nunes, 2015, p. 137).

Neste conjunto de perfis biográficos há trabalhos com as especificidades dos três tipos de abordagem biográfica categorizadas por François Dosse e analisadas anteriormente. Apesar da proposta inovadora desta série temática, a maior parte dos artigos apresentam as características das *biografias heroicas*, exaltando os “grandes feitos” e a “trajetória excepcional” do personagem analisado; alguns outros, por sua vez, podem ser classificadas como *biografias modais* na medida em que exploram com maior atenção o contexto histórico em que o biografado atuou, de modo que a análise sobre o indivíduo se torna uma espécie de estudo de caso sobre questões mais amplas na constituição do campo da Saúde Coletiva. Por fim, pode-se destacar a presença de trabalhos problematizados, baseados nas perspectivas renovadas das *biografias hermenêuticas*. Nos artigos com estas características, as singularidades são exploradas em sua relação com os contextos históricos que permearam as trajetórias individuais.

A análise que José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres empreendeu sobre a trajetória de Ricardo Bruno Mendes Gonçalves, por exemplo, voltou-se, especialmente, sobre a produção acadêmica de seu biografado. Ainda que o autor tenha explorado alguns dados biográficos de seu personagem, o seu trabalho concentrou-se na discussão sobre as obras e as teorias produzidas por Ricardo Bruno, aproximando seu trabalho das propostas metodológicas das biografias intelectuais. Ayres (2015, p. 906), ao definir os objetivos centrais de seu artigo, afirmou:

Embora, pela natureza deste ensaio, seja mandatório trazer ao leitor alguns dados biográficos e notícias sobre o conjunto de sua obra, não tenho a pretensão de percorrer aqui a totalidade da produção e esgotar a pluralidade das contribuições de Ricardo Bruno. O leitor perceberá que a ênfase recairá sobre alguns trabalhos considerados mais expressivos e sobre determinados constructos teóricos ali difundidos. Espero que essas escolhas não enviessem demasiadamente a leitura de sua obra, empobrecendo a compreensão do seu sentido geral, mas, ao contrário, que sejam um estímulo a que novas leituras e releituras

venham imprimir renovadas potências ao diálogo a que não nos cessa de convidar a poderosa construção intelectual desse saudoso mestre.

Lenira Zancan e Álvaro Hideyoshi Matida, ao analisarem as contribuições de Joaquim Alberto Cardoso de Melo ao campo da Saúde Coletiva, optaram por uma abordagem mais próxima às biografias modais. Em seu artigo os autores procuraram explorar o engajamento e os temas estudados pelo seu biografado tendo a sua trajetória tomada como um fio condutor para uma leitura de temas mais amplos como a educação e o trabalho em Saúde, por exemplo. Neste sentido, ainda que os aspectos mais singulares do personagem analisado tenham sido apresentados, a aproximação com o contexto histórico em que ele viveu e com o ambiente intelectual no qual desenvolveu seus estudos é que forma a espinha dorsal desta biografia. Segundo os autores,

Procuramos então, através de sua trajetória de vida, retomar as “problemáticas obrigatórias” do campo da saúde que ele refletiu, em especial na área da educação em saúde. Foi esta área de “saber-poder” que ele buscou investigar, compreendendo seu discurso e suas práticas como expressão do tensionamento entre projetos distintos de sociedade, mostrando sua articulação com outros discursos oriundos de áreas do pensamento social de sua época. São estas problemáticas obrigatórias, que procuramos refletir, temas que tornam as discussões e os autores contemporâneos entre si, pois mesmo quando discordam, concordam sobre o que devem discutir e divergir (Zancan; Matida, 2015, p. 3276)

Dentre os artigos que podem ser classificados como *biografias hermenêuticas*, pode-se destacar o trabalho produzido por um dos editores da série *Construtores da Saúde Coletiva*, o historiador Gilberto Hochman. Ao se debruçar sobre a trajetória de Samuel Barnsley Pessoa,³⁴ o autor destacou as desigualdades sociais latentes no Brasil em meio à Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 e as incongruências políticas do período como determinantes para a compreensão da produção científica de seu biografado. Neste sentido, Hochman não se atém a uma versão sobre o pensamento de Pessoa, produzindo uma biografia intelectual ou uma análise internalista sobre sua larga e influente produção científica. Ao trazer as dimensões políticas e sociais, bem como os contextos históricos

³⁴ Hochman. 2015.

em que seu biografado viveu para o seu foco de análise, o autor concluiu que a produção científica e a militância política de Samuel Pessoa não podem ser dissociados. Para tanto, o autor empreendeu uma interpretação problematizada sobre a singularidade biográfica de seu personagem:

O ponto central deste artigo é que as ideias e a atuação de Samuel Pessoa só podem ser compreendidas à luz de uma intensa militância comunista, internacionalista e anti-imperialista, dado inexplorado por aqueles, poucos, que se debruçaram sobre suas concepções e trajetória. Esses trabalhos têm enfatizado suas propostas de organização sanitária e sua Geografia Médica. Sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), provavelmente entre fins dos anos 1930 e no início dos anos 1940, foi uma inflexão política e intelectual. O seu amplo conhecimento sobre as condições de vida do Brasil rural entrecruzou-se com o socialismo. (Hochman, 2015, p. 426).

Portanto, diante deste panorama sobre a produção biográfica presente na história das práticas médicas e de Saúde e na historiografia do campo da Saúde Coletiva, é possível verificar que nos últimos anos há importantes contribuições que procuram ressignificar o papel das singularidades dos sujeitos em suas relações com os seus respectivos contextos históricos. É com estes trabalhos que a presente tese procura dialogar de maneira mais intensa. Todavia, de maneira geral, tais trabalhos biográficos têm sido apresentados em alguns poucos artigos científicos ou em capítulos de livros e há uma notada ausência de pesquisas assumidamente biográficas, de maior densidade, seja nas teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação ou mesmo no mercado editorial. Sendo assim, o trabalho que aqui se apresenta pretende, a partir de suas bases conceituais e de suas propostas teórico-metodológicas, contribuir, sobretudo, para a compreensão do papel dos sujeitos históricos frente às questões de Saúde.

Capítulo 2

POR UM ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA: RETRATOS, PERIODIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE SUA AÇÃO POLÍTICA

*Sinto-me múltiplo.
Sou como um quarto com inúmeros espelhos fantásticos
que torcem para reflexões falsas
uma única anterior realidade que não está em nenhuma e está em todas.¹*

Antonio Carlos Pacheco e Silva seria um herói, empreendedor, gestor de várias instituições públicas, político consagrado e influente e, por isso, digno de uma biografia capaz de lançar luz aos seus “grandes feitos”? Suas “grandes realizações” deveriam ser contadas por um atento biógrafo para que servissem de modelo para as próximas gerações de psiquiatras? Ou, pelo contrário, sua biografia deveria expor as suas ideias e ações controversas, apresentando-o como uma espécie de “anti-herói”? O seu biógrafo deveria apresentá-lo como um “psiquiatra típico de seu tempo” e, por consequência, traçar contornos do que seria um médico caricato de uma São Paulo em transformação? Certamente, a partir de tais questões centrais, inúmeras propostas metodológicas poderiam ser exploradas e resultariam em *diferentes* Antonio Carlos Pacheco e Silva. O que reconhecemos, portanto, é que apresentaremos neste trabalho não *o*, mas *um* Antonio Carlos Pacheco e Silva.

Nosso biografado faleceu dois dias antes de completar 90 anos de idade, no dia 27 de maio de 1988. Em sua longa vida, presenciou as intensas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas em São Paulo, sua cidade natal, no Brasil e no mundo ao longo do *Breve século XX*.² Teve sua trajetória marcada pelos diferentes momentos históricos em que viveu; da mesma forma, foi um indivíduo singular que

¹ Fernando Pessoa – Trecho do poema “Não sei quem sou, que alma tenho”, 1915

² Hobsbawm; 2015.

assumiu posições próprias, que direcionou com maior ou menor grau de autonomia as suas escolhas, construindo, assim, um caminho biográfico peculiar.

Com uma vasta produção científica, tendo atuado como docente das principais escolas médicas e dirigindo as mais importantes instituições psiquiátricas paulistas, Pacheco e Silva angariou uma legião de admiradores e conviveu, ao mesmo tempo, com um leque de aguerridos opositores. No plano político, esteve ao lado de movimentos, associações e de agremiações de base conservadora, sendo reconhecido por seus pares como um dos maiores expoentes da defesa dos princípios da Eugenia e do anticomunismo no Brasil. Professor, deputado, psiquiatra, escritor, empresário, militar, pescador, político, enxadrista, cientista, pai, marido, avô. Pacheco e Silva foi um sujeito múltiplo, contraditório, homem de seu tempo e também indivíduo singular.

Como quem puxa o primeiro fio de linha que salta de um emaranhado novelo, iniciaremos este capítulo com um breve arrazoado sobre a formação familiar e acadêmica de Antonio Carlos Pacheco e Silva. Em seguida, os principais aspectos de sua atuação no campo da Psiquiatria serão apresentados, destacando-se as instituições nas quais ele trabalhou. Na sequência, a sua militância e suas convicções políticas serão alvo de reflexão à luz das teorias sobre o *pensamento conservador* e a *paulistanidade* e nos debruçaremos sobre a produção memorialística e historiográfica empreendida sobre ele. Por fim, apresentaremos uma proposta de periodização biográfica que compreende o nosso personagem como *um homem do Breve século XX* e sugere um recorte temático-temporal de sua vida em três *Eras*.

É importante salientar que todos esses temas serão retomados e aprofundados nos capítulos subsequentes, contudo, para que possamos esboçar o que seria *um* Pacheco e Silva, começemos, então, a puxar estes fios.

2.1 – Antonio Carlos Pacheco e Silva: notas sobre sua formação familiar e acadêmica

Antonio Carlos Pacheco e Silva Netto: este é o nome de batismo do nosso biografado. Embora, anos mais tarde, ele tenha suprimido o *Netto* de seus documentos oficiais, seu nome foi-lhe atribuído como uma homenagem ao seu avô paterno, nascido

em 1832 e falecido em 1916, que fora Tenente-Coronel da Guarda Nacional e um dos principais líderes do Partido Conservador de Campinas. Em suas memórias,³ Pacheco e Silva relatou a importância de seu avô homônimo em sua formação, herdando dele a paixão pelo enxadrismo em suas horas de lazer. Como veremos a diante, essa influência não se limitou ao seu *hobby* favorito: o neto do senhor Antonio Carlos, assim como ele, dentre tantas atividades que exerceu, também se dedicou à carreira militar e engajou-se intensamente em atividades político-partidárias.

Pacheco e Silva foi herdeiro da tradição, do prestígio e da riqueza da aristocracia do interior paulista. Sua família paterna descendeu dos Barões de Itatiba, que enriqueceram e angariaram poder político local a partir da cafeicultura e de seus investimentos, com grandes retornos financeiros, nas incipientes indústrias paulistas na segunda metade do século XIX. Seus avós maternos foram os Barões de Araras, município em que possuíam grandes lotes de terra destinados à produção cafeeira. Os Barões de Araras investiram, também, na construção de instituições financeiras, como o *Banco Ítalo-Brasileiro* e o *Banco União*, por exemplo, bem como na implantação da rede ferroviária que contribuiu para o escoamento da produção cafeeira do interior paulista.

Pérsio Pacheco e Silva (1864 – 1947), seu pai, dedicou-se à administração de suas grandes fazendas em Valinhos e Campinas. Coursou dois anos de Direito no Largo São Francisco, mas abandonou sua graduação por “não sentir maior atração pelas letras jurídicas” (Pacheco e Silva, 1995, p. 59). Afeito aos estudos históricos e genealógicos, Pérsio publicou livros sobre as raízes de algumas famílias tradicionais paulistas. Seu sonho era ser médico, mas se viu impossibilitado de partir para a Faculdade de Medicina Rio de Janeiro devido à grave epidemia de febre amarela que assolava a capital federal. Durante sua juventude, Antonio Carlos ouviu por muitas vezes as anedotas de seu pai sobre o caráter “sacerdotal” da profissão médica que ele desejara exercer. Certamente esses relatos marcaram profundamente o jovem Pacheco e Silva, que, aos 16 anos de idade matriculou-se no curso de Farmácia, transferindo-se, em seguida, para a escola médica, obtendo seu diploma em 1920.

Sua mãe, Escolástica de Lacerda Franco (1871 – 1934), foi a filha caçula dos Barões de Araras. Quando completou 8 anos de idade, devido à morte de sua progenitora, passou

³ Pacheco e Silva; 1995.

a viver em Paris, com sua irmã Clara e seu cunhado Gabriel Piza, Ministro Plenipotenciário do Brasil na França. Viveu em meio às atividades diplomáticas de seus eminentes padrinhos, mantendo contato com autoridades brasileiras e francesas e viveu o glamour da *Belle-époque* parisiense. Conheceu Pérsio Pacheco e Silva em 1894 na *cidade-luz*, onde o cafeicultor realizava viagem de negócios. No ano seguinte se casaram e se estabeleceram na capital paulista, onde nasceram seus dois filhos, Domício (1895 – 1977) e Antonio Carlos (1898 – 1988). Em suas memórias, Pacheco e Silva descreveu a grande influência que sua mãe exerceu em sua formação política e no ensino da língua e da cultura francesa aos seus filhos (Idem, p. 65).

Antonio Carlos nasceu e viveu sua infância e juventude no bairro de Santa Ifigênia, local que abrigava diversas famílias abastadas oriundas do interior paulista que se fixaram na capital, próximos à Estação da Luz, de onde partiam os trens rumo aos municípios em que suas fazendas se localizavam. Ele vivenciou as particularidades de uma cidade em plena e veloz expansão econômica e populacional, que recebia anualmente um grande fluxo de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho.⁴ Com certa frequência, passava temporadas nas grandes propriedades de seus familiares no interior do Estado, sendo servido pelos ex-escravos em fidalgos banquetes. A síntese de uma cultura aristocrática advinda de sua família oligárquica com a vivência em uma capital, cada vez mais dinâmica e cosmopolita, foi determinante para a formação de Pacheco e Silva e consequentemente, para a sua atuação científica e política. Como veremos adiante, sua produção foi marcada pela defesa de uma modernização técnica e tecnológica no campo da psiquiatria, da gestão empresarial e das relações de trabalho, ao passo em que sua moral e ideologia política eram evidentemente conservadoras, sem que isso se configurasse, a priori, como uma contradição.

Sua formação cultural e escolar contribuiu significativamente para a carreira de alcance internacional que viria a exercer. Praticamente todos os colégios que frequentou no Brasil tinham seus currículos elaborados por instituições norte-americanas: aos três anos de idade, em 1902, ingressou no Jardim da Infância de São Paulo, localizado em um

⁴ Somente na última década do século XIX, em que Pacheco e Silva nasceu, a população paulistana mais que triplicou, saltando de cerca de 65.000 habitantes em 1890 para 240.000 em 1900. Em 1988, quando ele faleceu, a capital paulista já registrava a incrível marca de 9 milhões de habitantes. (Prefeitura de São Paulo, 2016).

imponente prédio anexo à Escola Normal, que havia sido organizado no governo de Cesário Mota sob a direção da educadora estadunidense Miss. Browne;⁵ Pacheco e Silva foi aluno, também, da *Escola Americana* e do *Mackenzie College*, instituições responsáveis pela formação de grande parte dos filhos da elite paulistana e que adotavam o mesmo currículo acadêmico de suas matrizes nos Estados Unidos (Mackenzie College, 1914-b, p. 5). Além disso, Antonio Carlos residiu ao longo do ano de 1907 com seus padrinhos diplomatas em Paris, tendo realizado seus estudos na *École Richelieu* e recebido aulas particulares em sua residência. Assim, ao final de sua formação secundária, ele dominava o idioma francês e o inglês e conhecia a produção original dos grandes autores destas duas línguas.

A formação acadêmica de Pacheco e Silva se deu em quatro instituições diferentes. A primeira delas foi a *Universidade Livre de São Paulo*, instituição privada, idealizada e gerida pelo médico Eduardo Guimarães. “Não devendo ser confundida com a Universidade de São Paulo (USP), instituição de caráter público, que foi fundada em 1934” (Mota, 2004, p. 210), a escola em que Pacheco e Silva iniciou sua graduação disputou protagonismo com a escola oficial paulista, a *Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, até ter suas atividades encerradas em 1917.⁶ Nesta Universidade, Pacheco e Silva cursou, em 1914, o primeiro ano de Farmácia e no ano seguinte foi aprovado nas avaliações que lhe permitiram transferir-se para o curso de Medicina.

Em 1917, Antonio Carlos prosseguiu sua formação na *Faculdade de Medicina de Belo Horizonte*, sendo ali aprovado para o terceiro ano do curso médico. Os dois últimos anos de sua graduação se deram na *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, onde obteve seu diploma de Medicina no início de 1920. Na capital fluminense, Pacheco e Silva assistiu às aulas de Neurologia e Psiquiatria no Hospital Nacional de Alienados sob a regência de Henrique Roxo e as aulas de Higiene e Medicina Legal ministradas por Afrânio Peixoto, que viria a se tornar um de seus mais próximos amigos nos anos seguintes.

⁵ Para maiores informações sobre os princípios educacionais que regeram o Jardim da Infância, ver: Reis Filho, 1995.

⁶ A discussão mais aprofundada sobre a trajetória de Pacheco e Silva como aluno da Universidade de São Paulo, bem como das demais instituições em que esteve presente, será realizada no capítulo subsequente, intitulado *A Era formativa: entre São Paulo, Paris e a Psiquiatria (1898 – 1920)*.

Ainda em 1920, retornou a Paris, onde já havia residido em 1907, como mencionado anteriormente. Ali se inscreveu no último ano do curso de Medicina na *Faculdade de Medicina de Paris* e especializou-se em Anatomia Patológica do sistema nervoso. Em Paris, estagiou na *Salpêtrière*, sob a chefia de Pierre Marie e supervisão direta de Chatelin, com quem ministrava atendimento clínico nas enfermarias daquele manicômio e desenvolvia pesquisas laboratoriais. Em visita a outras clínicas e universidades francesas, assistiu a palestras e conferências ministradas por Babinski e Pierre Janet, por exemplo. Em uma visita à *Sorbonne*, conheceu Georges Dumas, com quem estabeleceu amizade de longa data (Pacheco e Silva, 1995, p. 125).

Ao retornar ao Brasil no início de 1921, procurou Franco da Rocha, Diretor do *Hospício de Juquery*, maior e mais importante hospital psiquiátrico brasileiro naquele período, sendo apresentado por uma carta de recomendação redigida por Pierre Marie que atestava “a regularidade e a dedicação com que havia desempenhado as funções de estagiário” (Pacheco e Silva, 1995, p. 126). Dada a ausência de profissionais com formação laboratorial específica no campo psiquiátrico, imediatamente, Antonio Carlos foi contratado como chefe do laboratório de Anatomia Patológica do *Juquery*, dando início à sua história naquele estabelecimento.

2.2 – Um político na Psiquiatria:

Não é possível dissociar as concepções políticas de Pacheco e Silva de sua atuação como médico psiquiatra. Se em alguns casos essa relação pode ser notada com maior e, em outros, com menor evidência, o fato é que ao longo de sua trajetória, o nosso biografado foi um político que atuou na psiquiatria e um psiquiatra que atuou como político. Quando nos referimos à sua atuação política, é preciso dizer, não a limitamos à prática partidária e à militância que Pacheco e Silva desempenhou; a entendemos, na verdade, em um sentido amplo, que abarca a sua ideologia, seus valores morais, sua capacidade de articulação de interesses divergentes e as suas propostas para a formação de uma determinada ordem social. Do mesmo modo, não limitamos a sua atuação como psiquiatra às suas funções em clínicas e sanatórios, mas a compreendemos como o prisma sob o qual ele interpretou as relações sociais, os problemas políticos e o mundo em que

viveu. Neste sentido, psiquiatria e política são elos inseparáveis em sua extensa e diversificada carreira, como veremos ao longo do presente trabalho.

Antonio Carlos Pacheco e Silva foi funcionário do *Hospício de Juquery* por 16 anos, tendo ali uma trajetória que lhe conferiu prestígio, reconhecimento nacional e internacional, poder político, além de alguns opositores e desafetos. A sua contratação para chefiar um dos laboratórios daquele sanatório foi vista com surpresa por parte de seus novos colegas de trabalho, haja vista a sua pouca idade e falta de experiência profissional. No entanto, ele representava a esperança de Franco da Rocha de retomar o “caráter científico” do *Juquery* a partir da Anatomia Patológica por ele praticada, que representava a modernidade nos estudos da mente humana e que prometia revolucionar a atenção psiquiátrica no mundo todo (Pereira, 1995, p. 75)

Após dois anos de trabalho laboratorial, Pacheco e Silva foi nomeado Diretor do *Juquery* em 1923, quando havia acabado de completar 25 anos de idade. Com isso, as novas perspectivas científicas e assistenciais advindas das pesquisas laboratoriais que, gradativamente, pareciam trazer melhores respostas para as causas das doenças mentais tornaram-se o paradigma que passou a pautar as ações daquela instituição. Como veremos nos capítulos subsequentes, ele já possuía naquela ocasião o respaldo para a implantação de novas diretrizes pela administração estadual. Contudo, visando angariar o apoio de seus subordinados, mesclou em sua equipe jovens psiquiatras que levaram adiante os estudos laboratoriais e as técnicas terapêuticas deles originados com os antigos funcionários que levavam à cabo a laborterapia e a assistência clínica aos pacientes internados.⁷

No *Juquery*, implementou as *Terapias Biológicas*, também conhecidas como *Terapias de Choque*. Pautadas pela concepção de que os transtornos mentais tinham origem em lesões na estrutura cerebral, tais técnicas terapêuticas visavam provocar reações orgânicas extremas como convulsões, febres altas e comas hipoglicêmicos. Com isso, pretendia-se que as regiões cerebrais supostamente lesionadas pudessem ser

⁷ A oposição que Pacheco e Silva sofreu por parte dos funcionários mais antigos do *Juquery* e as estratégias que utilizou para se legitimar no cargo podem ser observadas, ainda que de maneira discreta, em ao menos três de seus relatos, que podem ser encontrados em:

- Pacheco e Silva; 1976-a.
- Pacheco e Silva; 1995.
- Ribeiro; 1928.

restabelecidas provocando-se, assim, remissões e, eventualmente, curas. Essas controversas técnicas foram desenvolvidas de forma experimental nos grandes hospitais psiquiátricos europeus, especialmente em Lisboa, Viena, Budapeste e Roma. Em constante contato com pesquisadores estrangeiros, Pacheco e Silva “importou” tais técnicas e, juntamente com seus colaboradores, aplicou pela primeira vez no Brasil, a *Malarioterapia*, a *Insulinoterapia*, a *Convulsoterapia* e a *Lobotomia*. Entretanto, se tais terapias representavam o que havia de mais avançado do ponto de vista técnico, também é verdade que, as formulações diagnósticas que as subsidiavam eram flexíveis e subjetivas, de modo que, na maior parte das vezes, as concepções morais dos psiquiatras determinavam em quais pacientes elas seriam aplicadas.⁸

A proximidade de Pacheco e Silva com a alta cúpula do governo paulista contribuiu para que ele pudesse encabeçar a ampliação da infraestrutura do *Juquery*, aumentando o número de leitos e de laboratórios especializados. Dentre as ampliações que empreendeu na complexa rede de prédios e colônias daquele sanatório, destacam-se a construção da *Escola Pacheco e Silva para menores anormais* em 1923, destinada ao ensino moral dos garotos considerados “educáveis” e o *Manicômio Judiciário* em 1927 destinado aos indivíduos que haviam cometido algum crime em decorrência de algum transtorno mental. Todavia, ainda assim, a gestão de Pacheco e Silva não foi capaz de reduzir o déficit de vagas, a superlotação e a precariedade na assistência prestada aos indivíduos ali internados. É fato, também que, após deixar a direção daquele Hospital em 1937 tais problemas se agravaram ainda mais. Nas décadas seguintes, a superlotação do *Juquery* marcaria profundamente milhares de pessoas que ali adentraram sem mais sair com vida.⁹

Em 1930, ao ser nomeado Diretor Geral do Departamento de Assistência aos Psicopatas de São Paulo, foi responsável pela gestão de toda a política de atenção psiquiátrica e pelos manicômios paulistas até 1937. Presidiu, também, o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo e a Comissão de Assistência Social do Estado de São Paulo neste mesmo período. Nestes cargos, Pacheco e Silva procurou ampliar o

⁸ O uso das *Terapias de Choque* será retomado e analisado com maior profundidade no capítulo *A Era do fulgor: dos laboratórios do Juquery ao prestígio internacional (1921 – 1963)*. Maiores informações sobre tais técnicas podem ser obtidas em: Tarelow; 2013.

⁹ Para maiores informações sobre as precárias condições de atendimento às quais os pacientes internados no Juquery foram submetidos, ver: Sá; 1991 e Cunha; 1986.

alcance de sua especialidade médica, formulando análises sobre os problemas sociais de São Paulo a partir dos preceitos psiquiátricos organicistas e de cunho eugênico.

A defesa dos princípios da Eugenia, aliás, tais como a esterilização compulsória de *degenerados*, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, a seleção racial dos imigrantes que aportavam no país e a educação moral da população foi uma das principais marcas da trajetória de Pacheco e Silva. Especialmente entre as décadas de 1920 e 1940, grande parte de seus estudos acadêmicos basearam-se no pressuposto de que a Psiquiatria poderia contribuir com suas especificidades epistemológicas, com a sua prática clínica e vocação educativa no seio da sociedade para a *melhoria da raça* e para o desenvolvimento do país. Neste período, filiou-se à Liga Brasileira de Eugenia, cabendo-lhe o papel de destaque ao ministrar a palestra de abertura do 1º Congresso desta associação em 1929 (Pacheco e Silva, 1929, p. 1). Foi o fundador da Liga Paulista de Higiene Mental em 1926, que congregou expressivo número de médicos e desenvolveu diversas atividades de educação eugênica e avaliações psiquiátricas em fábricas e escolas.

Antonio Carlos Pacheco e Silva também teve extensa carreira no atendimento privado e na prática de uma medicina liberal. Além de seu consultório particular, que manteve por mais de 50 anos, fundou dois sanatórios que tinham como público alvo as pessoas com transtornos mentais oriundas das famílias paulistas mais abastadas. O primeiro deles foi o *Sanatório Pinel*, inaugurado em 1924, no bairro de Pirituba, zona norte de São Paulo, em sociedade com empresários e outros médicos. O *Pinel*, que oferecia assistência psiquiátrica em leitos de alto padrão, foi transferido à gestão pública sob a responsabilidade do governo paulista em 1944. Neste mesmo ano, ele fundou o *Instituto Pacheco e Silva* que oferecia tratamentos ambulatoriais e internações de curta duração em uma região mais próxima ao centro da capital paulista.

Apesar de ocupar cargos de grande relevância, como os mencionados acima, o sonho de Pacheco e Silva era lecionar, especialmente, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Sua carreira docente teve início em 1932 na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde ministrou a disciplina *Serviços Sociais*, até 1935. Neste mesmo período regeu a disciplina *Psicopatologia Forense* na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, deixando as duas instituições para se dedicar à FMUSP, que o havia contratado para lecionar temporariamente a disciplina *Clínica Psiquiátrica*. Em 1936 prestou concurso de provas e títulos na FMUSP, classificando-se em primeiro

lugar, sendo nomeado Catedrático de Psiquiatria daquela Faculdade, realizando, assim, seu antigo sonho. Ele foi, também, um dos fundadores da Escola Paulista de Medicina, ocupando a Cátedra de Clínica Psiquiátrica daquela instituição a partir de 1933 (Currículo de Antonio Carlos Pacheco e Silva, s.d.).

Desempenhando as funções de Professor Catedrático da FMUSP, Pacheco e Silva lutou pela criação de um instituto especializado em Psiquiatria vinculado ao *Hospital das Clínicas*, hospital-escola daquela Faculdade. Seu desejo era que o futuro instituto tivesse estrutura semelhante aos mais modernos centros do mundo para que ali fossem aplicados os resultados de novos estudos, o que contribuiria para o ensino prático de sua especialidade. Para tanto, usou todo o seu prestígio acadêmico e político para articular os interesses de sua Cátedra com a Diretoria da Faculdade de Medicina e com o governo paulista. No entanto, o que garantiu os investimentos necessários para a criação do *Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP* (IPq), foi o grande aporte financeiro destinado à Faculdade pelo governo federal. Isso se deu em 1943, a partir do adoecimento do filho do então Presidente Getúlio Vargas, que fora vitimado por uma *neurovirose* e assistido por Pacheco e Silva e sua equipe. Após o falecimento de Getúlio Vargas Filho, o Presidente da República, como forma de gratidão aos serviços prestados pelos médicos paulistas, alocou verbas para que o *Instituto* pudesse ser erigido. Apesar dos impasses nas obras e no repasse do dinheiro, o IPq foi inaugurado em 1952, tornando-se um dos maiores núcleos de estudos em Psiquiatria da América Latina.

A sua atuação extrapolou as fronteiras brasileiras. Além de realizar viagens para averiguar os modelos de assistência psiquiátrica em voga em diversos países, ele representou o Brasil em congressos científicos internacionais nos Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, Holanda, Áustria, Bélgica, Chile, Venezuela, México, Dinamarca, Suécia, Alemanha, Argentina, Uruguai, Japão e Itália. Seus trabalhos em colaboração com pesquisadores consagrados pela comunidade científica internacional lhe conferiram fama e prestígio, sendo condecorado e homenageado por universidades e associações médicas estrangeiras, como a Academia de Ciências de Lisboa, a Associação Psiquiátrica Norte-Americana, a Associação Médica Argentina, a Sociedade Neurológica de Paris, a Real Sociedade de Medicina da Inglaterra, entre outras.

Dentre a extensa atuação de Pacheco e Silva no campo da psiquiatria, há dois momentos que podem ser considerados o auge de sua carreira internacional e que

demonstram a sua grande habilidade política. O primeiro deles foi a influência decisiva que exerceu na indicação do psiquiatra português Egas Moniz, criador da *Leucotomia cerebral*, para o *Prêmio Nobel* de 1949. Segundo Correia e Marinho (2012, p. 24), Pacheco e Silva foi o “autor e primeiro subscritor da moção recomendando Moniz para o Prêmio Nobel, que a delegação brasileira à 1ª Conferência Internacional de Psicocirurgia propôs e viu aprovada por unanimidade e aclamação”. A outra posição de destaque internacional de Pacheco e Silva foi sua nomeação como um dos membros executivos do Conselho de Peritos em Saúde Mental da Organização das Nações Unidas, seguida pela sua eleição para a presidência da Federação Mundial de Saúde Mental em 1960.

Antonio Carlos Pacheco e Silva aposentou-se em 1968, mas prosseguiu produzindo diversos estudos e proferindo palestras em instituições brasileiras e estrangeiras até meados da década de 1980, pouco antes de seu falecimento.

2.3 – Um psiquiatra na política:

Apesar de ter disputado cargos eletivos em uma única ocasião, em 1933, quando foi eleito Deputado Federal Constituinte, a trajetória política de Pacheco e Silva, bem como sua militância em associações, agremiações profissionais, empresariais e em partidos políticos foi ativa até os últimos anos de sua vida. Analisando a realidade política do Brasil e do mundo sob a ótica da psiquiatria, definindo “patologias sociais”, procurando saná-las com medidas, muitas vezes, enérgicas, nosso biografado filiou-se aos movimentos conservadores, onde lutou pela defesa de um determinado *status quo*.

Sua família, como vimos, possuía vários representantes nas esferas de poder local e na militância político-partidária e, como é possível presumir, ele cresceu em meio aos debates sobre as possíveis soluções para os problemas brasileiros. Dentre seus familiares que mais lhe influenciaram, pode-se destacar seu padrinho Gabriel Piza, embaixador do Brasil na França, de quem ganhou diversas obras de autores positivistas e de quem adquiriu o gosto pelos debates acerca dos rumos políticos nacionais e internacionais. Esta influência contribuiu significativamente para que tanto ele, quanto seu irmão Domício, atuasse na vida pública, seja na administração municipal e estadual em cargos em comissão quanto no engajamento em movimentos e agremiações políticas.

Na esfera político-partidária militou no Partido Democrático (PD), fundado em São Paulo em 1926, transferindo-se para o Partido Constitucionalista (PC), pelo qual foi eleito Deputado Constituinte Federal em 1933 e Deputado Constituinte Estadual em 1934. Neste período foi um dos grandes colaboradores de Armando Salles de Oliveira, com quem estabeleceu longa amizade. Nas décadas de 1940 e 1950, manifestou apoio a alguns quadros da União Democrática Nacional (UDN), embora tenha sido um ferrenho crítico à aliança que o partido estabeleceu com o Partido Trabalhista Nacional (PTN), de Jânio Quadros, em 1960. Em 1966 foi um dos signatários do documento de fundação do partido que de sustentação à Ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e foi nomeado neste mesmo ano como membro da Executiva nacional daquela agremiação (Tribunal Superior Eleitoral, 2016).

Pacheco e Silva participou ativamente de diversos movimentos políticos importantes do país, tais como a *Revolução de 1924*, por exemplo. Nesta ocasião, por ser Tenente da Reserva do Exército Brasileiro, foi convocado pelas forças legalistas para atuar no *front* na luta contra os revolucionários. Antonio Carlos não precisou, ao fim e ao cabo, deixar o *Juquery* e ir aos campos de batalha, mas apoiou publicamente as tropas que derrotaram os insurgentes e abrigou no hospital que dirigia soldados e civis que haviam sido afetados pela guerra (Pacheco e Silva, 1995, p. 155). Em 1930, dado o seu cargo no *Juquery* atribuído em comissão pelo governo paulista, Pacheco e Silva não manifestou apoio formal ao movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder, mas sua militância no PD nos sugere que esteve alinhado à aliança revolucionária, ainda que de maneira velada. Ainda em 1930, com o Governo provisório e a interventoria instalada em São Paulo, foi promovido e nomeado Diretor do Departamento de Assistência aos Psicopatas e exaltou, diante disso, a disposição política do novo regime.

Em 1932, foi um dos membros fundadores do M.M.D.C, movimento paramilitar que se levantou contra o governo Vargas, culminando com uma sangrenta guerra civil entre os paulistas, que buscavam o restabelecimento da “normalidade democrática do país”, e as tropas federais varguistas (Santos; Mota, 2010). Esta guerra marcou profundamente a vida de Pacheco e Silva, como veremos adiante, e foi para ele o ápice da exaltação da excepcionalidade paulista. Toda a sua família, incluindo seu irmão, tios, pai, mãe e esposa engajou-se na luta contra o governo provisório, tanto na preparação de insumos para os combatentes, como na assistência aos soldados feridos e mesmo nos

fronts de batalha. Antonio Carlos foi designado membro do Estado-Maior do M.M.D.C e, ao final do combate, com a derrota dos paulistas, foi preso por dois meses. Ao receber a liberdade condicional, foi impedido de sair do Rio de Janeiro por mais algumas semanas. Em decorrência de sua ativa participação na guerra civil, sendo considerado um dos maiores representantes dos anseios dos insurgentes paulistas, foi um dos indicados, no ano seguinte, para representar o setor patronal de São Paulo nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Historicamente, as Forças Armadas tiveram papel preponderante na política nacional. Nelas, Pacheco e Silva ascendeu paulatinamente, tendo recebido a patente de Tenente em 1923, de Capitão em 1925 e de Major em 1947 e angariou projeção política no interior da corporação. Durante a Segunda Guerra Mundial ministrou palestras às tropas brasileiras sobre *Psiquiatria de Guerra* e, na condição de militar, atuou como Vice-Presidente da comissão organizada pela Universidade de São Paulo para compor os *Fundos Universitários para a Defesa Nacional*. Em 1958 foi convidado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) para se dedicar integralmente, por um ano, à docência sobre as relações entre a Psiquiatria e a Segurança Nacional no contexto da Guerra Fria. Nesta ocasião conheceu Humberto de Alencar Castelo Branco, com quem manteve intenso contato nos anos seguintes. Pacheco e Silva seguiu lecionando na ADESG, especialmente após o Golpe de 1964, sendo condecorado com a *Comenda do Mérito Militar* por Castello Branco e com a medalha *Ordem do Cruzeiro do Sul* por Costa e Silva.

A documentação consultada revela a sua participação nas articulações civis e militares que depuseram João Goulart com um golpe de Estado e conduziram os militares ao poder central. Seu trânsito entre a alta cúpula das Forças Armadas, empresários, médicos, jornalistas e importantes políticos paulistas o colocou em posição de destaque entre os idealizadores do regime de exceção. Ao longo dos 21 anos em que os militares permaneceram na Presidência da República, Pacheco e Silva foi consultado diversas vezes sobre a viabilidade da implantação de determinadas políticas públicas, bem como a respeito de possíveis nomes que poderiam ser indicados para a sucessão dos governos federal, estadual e municipal.

Nos anos 1960 e 1970 sua militância política se acirrou. Dada a sua projeção internacional, foi convidado para integrar a *Liga Anticomunista Internacional*, fundada

em 1966 por Chiang Kai-shek, que tinha como finalidade promover a oposição aos regimes socialistas em âmbito mundial. Pacheco e Silva também se vinculou à sua ala mais radical na América Latina, a *Confederação Anticomunista Latinoamericana*, que foi responsável pela investigação sobre militantes de agremiações de esquerda e por sua denúncia formal aos regimes militares que comandavam a região (Valente, 2009, p. 1). Seus últimos escritos revelam suas posições contrárias à abertura política promovida nos anos finais da Ditadura.

Tendo em vista a extensa e significativa atuação política de Pacheco e Silva, faz-se necessário a indicação de uma forma de abordagem sobre seus posicionamentos a fim de atender aos objetivos do presente trabalho. Neste sentido, uma análise sobre as especificidades do *pensamento conservador* e da *paulistanidade*, que estiveram no centro de sua produção e atuação, é de suma importância para que a singularidade de nosso personagem seja melhor percebida.

2.3.1 - O pensamento conservador e a paulistanidade: uma proposta de análise sobre a ação política de Pacheco e Silva

Os trabalhos históricos sobre Antonio Carlos Pacheco e Silva, em sua grande maioria, o apresentam como um dos mais influentes psiquiatras brasileiros, de modo que a sua larga atuação no campo político, quando é citada, é apresentada como um elemento secundário ou como um aspecto pouco representativo em sua trajetória.

Nos raros trabalhos em que as posições políticas e ideológicas de Pacheco e Silva são de alguma forma analisadas, é frequente a tentativa de determinar o que seria o seu *pensamento*. A nosso ver, isso incide em uma empobrecedora cristalização que desconsidera as mudanças de postura política, os vínculos estabelecidos, rompidos e reatados, bem como as próprias transformações no plano político nacional e local ao longo do tempo. Este é o caso, por exemplo, do trabalho de Francisco Assupção Jr (2003), *A ideologia na obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Nele o autor destacou as posições conservadoras de Pacheco, explorando suas relações com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e com o movimento da higiene mental nas décadas de 1920 a 1940. Todavia, apesar de suas importantes contribuições, ao se buscar

estabelecer o que seria a *ideologia* do personagem analisado, apresentou as convicções de Pacheco como um dado fixo, permanente e oriundo apenas de uma emergente burguesia paulista. Segundo ele,

Sua visão psiquiátrica representa, portanto, a nosso ver, uma classe social na sua relação com a sociedade, expressa sob o ponto de vista científico, da mesma maneira que poderia ter sido expressa sob o ponto de vista religioso, filosófico ou literário, independentemente da visão “idealista” de uma teórica imparcialidade científica. Caracteriza assim uma visão específica do mundo, partindo da premissa da concepção absoluta de suas ideias. [...]

Sob esse ponto de vista, sua produção intelectual mostra de maneira muito clara a dominação produtiva e cultural de uma nova classe dominante emergente, caracterizada por uma burguesia com bases na indústria mais que na agricultura. Exatamente por essa situação pouco ter se alterado no decorrer de todos os anos subsequentes, com o capital sendo o fator preponderante na dominação política e social é que várias de suas características vão permanecer, independentemente do passar do tempo, na Psiquiatria de São Paulo, desde há muito diferente da Psiquiatria carioca, onde os grandes nomes que compunham o *establishment* psiquiátrico foram profundamente influenciados pela psicanálise (Assupção Jr, 2003, p. 50).

Alguns estudos voltaram-se para as relações entre as convicções de Pacheco e Silva acerca do social e sua atuação médica, especialmente no que diz respeito ao envolvimento do nosso biografado com o movimento eugenista. Em tais trabalhos as suas posições racistas, seu engajamento em ligas e associações médicas nacionais e internacionais que formularam propostas para a “melhoria da raça” e seus projetos de lei apresentados à Constituinte de 1934 foram debatidos. Contudo, praticamente todos esses trabalhos estabeleceram um recorte cronológico também fixo que abrangeu somente os anos 1920 e 1930.¹⁰ Constatamos, assim, que a atuação política e mesmo a prática médica de Pacheco e Silva nas décadas seguintes foram pouco exploradas pela historiografia.

¹⁰ Sobre o engajamento de Pacheco e Silva com os movimentos eugenistas nos anos 1920 e 1930 há uma bibliografia mais ampla e decorrente, sobretudo, da disponibilização dos documentos pertencentes a ele pelo Museu Histórico da FMUSP em 2008. A minha própria produção acadêmica vai nesta direção, com a publicação de alguns artigos científicos com este enfoque como desdobramento de minha pesquisa para o Mestrado, que se debruçou sobre as terapêuticas psiquiátricas aplicadas por Pacheco e Silva no *Hospital do Juquery* no período em que foi Diretor daquela instituição, isto é, entre 1923 e 1937. Vários trabalhos que exploram com maior ou menor profundidade os vínculos de Pacheco e Silva com organizações e associações de difusão e aplicação dos preceitos da Eugenia podem ser encontrados na coletânea editada pelo Museu Histórico da FMUSP e pela Universidade Federal do Grande ABC: Mota; Marinho (Orgs).

Tendo isso em vista, o presente trabalho propõe um olhar mais abrangente sobre a ação política de Pacheco e Silva ao longo de sua vida. Isto é, ao observar que o biografado se engajou no campo político desde sua juventude e seguiu militando em organizações associativas e partidárias até o período próximo de seu falecimento, pretendemos explorar ao longo deste trabalho as particularidades de sua ação política ainda pouco debatidas. Desta forma, faz-se necessário observar as flutuações políticas, os vínculos estabelecidos e rompidos com determinados quadros partidários, bem como as rupturas e permanências de suas convicções ideológicas.

É evidente que determinados posicionamentos políticos que Pacheco e Silva defendeu na década de 1930, por exemplo, estarão presentes em sua destacada atuação no movimento que promoveu um golpe de Estado em 1964 e conduziu os militares ao poder. Mas, sem qualquer dúvida, o Pacheco e Silva que ganhou força e prestígio político nos anos 1960 já não era o mesmo homem das décadas anteriores. O mundo em que vivia também não. Portanto, é este movimento de inter-relação entre as suas convicções políticas que foram construídas, reconstruídas, abandonadas e retomadas e a sua prática como médico psiquiatra em um mundo em constante transformação que se pretende captar.

Mas quais seriam tais convicções políticas? Quais grupos apoiou? Qual foi seu protagonismo e quais eram os seus antagonistas? Se tais questionamentos apresentarão diversificadas respostas a partir da análise empreendida sobre os diferentes momentos vividos, certamente há um fio que teceu a ação política de Pacheco e Silva ao longo de sua trajetória: O *conservadorismo* e seu ufanismo em relação à “pujança de São Paulo”.

A sua aversão aos ideais socialistas, comunistas e anarquistas pode ser observada a partir da segunda metade dos anos 1920, quando publicou seus primeiros trabalhos científicos. Sua oposição aos movimentos sociais e de massa se delineou com o passar

História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica. Coleção Medicina, Saúde e História. Vol. 2. São Paulo: CD.G, 2012.

Dentre vários outros trabalhos que tratam desta temática e que apresentam um recorte temporal semelhante, pode-se destacar:

- Cássio Silveira; 1993.
- Serra; Scarcelli; 2014.
- Tarelow; 2011.
- Nemi; Silva; 2014.

dos anos e culminou com a sua chegada à Presidência da Liga Anticomunista Internacional no início da década de 1970. A sua atuação à frente de serviços de Saúde e como Deputado constituinte foi marcada pela defesa de propostas de base autoritária, como a esterilização compulsória de pessoas com transtornos mentais e a seleção imigratória, por exemplo.

Todavia, classificá-lo apenas como um adepto de um pensamento e uma *práxis* política autoritária é, em certa medida, um reducionismo pouco esclarecedor. A documentação analisada nos mostra oscilações ao longo de sua vida entre uma interpretação mais próxima ao liberalismo econômico e de uma vinculação a grupos que exprimiam convicções políticas de base autoritária. O papel do Estado no desenvolvimento nacional, os “limites” da democracia e da participação popular e as possíveis formas de manutenção da “paz social” estiveram no centro do debate político brasileiro ao longo do século XX e Pacheco e Silva não esteve imune a isso.

Neste sentido, Maria Helena Capelato mostrou que não é incoerente afirmar que determinados indivíduos apresentaram ao longo de suas vidas posições que mesclaram posições liberais e autoritárias, sem que isso se configure como uma ambivalência. Segundo ela,

Não há ambivalência nessa postura, pois na teoria liberal a liberdade não está colocada abstratamente nem de forma absoluta. Ela faz parte da “comunidade dos humanos”, ou seja, os indivíduos proprietários. Para os que estão fora deste grupo ou o ameaçam, a repressão é considerada legítima (Capelato, 1989, p. 208).

Gildo Marçal Brandão, por sua vez, apresentou uma importante crítica aos trabalhos dedicados às linhagens do pensamento político brasileiro que procuram afiliar os personagens analisados a uma escola específica, sem considerar as mutações de posturas e de convicções frequentes no trabalho intelectual. Segundo Brandão, deve-se ter cuidado para não tomar como verdade absoluta a expressão política e intelectual que indivíduos fazem de si e estar atento às “afinidades eletivas”, pois, segundo ele,

Nem todos os “pensadores político-sociais” se enquadram nesta ou naquela linhagem. Vários convivem almas contrapostas e nem sempre a proclamada é a real [...]. Sem falar que há sempre figuras marginais, independentes ou bizarras. Mas é aí, felizmente, que está a beleza da análise concreta. Podemos ver em situações como estas misturas menos

ou mais consistentes de “ética” de esquerda com “epistemologias” de direita, e vice-versa, polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos mal temperados, mas o importante é não transformar as “afinidades eletivas” entre idealismo orgânico e conservadorismo, entre idealismo constitucional e liberalismo, entre materialismo histórico e socialismo, em vias de mão única, relações de causa e efeito ou homologias entre ideologias e posições políticas – até porque toda concepção de mundo é um campo de forças, mantém relações e ramificações em vários grupos sociais e manifestações espirituais, supõe uma direita, uma esquerda e um centro, comporta teorias e interpretações diferentes, de modo que alianças intelectuais entre pensadores politicamente distantes, mas próximos pela forma de pensar, são possíveis (Brandão, 2005, p. 241-242).

As aproximações e afastamentos entre o liberalismo e o autoritarismo presentes na obra de Pacheco e Silva podem ser, em um primeiro olhar, contraditórias. No entanto, essa “afinidade eletiva” passa a fazer sentido na medida em que a sua trajetória é examinada, tomando em consideração não somente um período de sua vida e de sua produção, mas todo o conjunto de sua obra e de sua ação política em olhar retrospectivo. Assim, é possível notar que ao passo em que militava junto às fileiras do Partido Democrático (PD) na década de 1920, dando eco aos discursos liberais e de modernização nacional,¹¹ neste mesmo período, defendia a internação psiquiátrica compulsória de homossexuais, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial e a criação de leis rígidas restringindo a chegada ao Brasil de determinados grupos imigrantes. Da mesma forma, enquanto, na década de 1960, atuava junto às entidades patronais defendendo a livre iniciativa do mercado e a meritocracia, fazia *lobby* junto à alta cúpula das Forças Armadas para uma atuação mais enérgica do Estado contra os “subversivos comunistas”. Assim, fica evidente que enquadrá-lo em uma categoria política única, seja ela qual for, limita a percepção das contradições inerentes às trajetórias biográficas.

Entendemos que Pacheco e Silva faz parte de um movimento de intelectuais que aderiram ao liberalismo econômico e criticaram o liberalismo político. Para este grupo, as iniciativas empreendedoras individuais deveriam ser valorizadas e o mercado deveria gerir livremente as transações comerciais. Concomitantemente, desejavam que o poder central fosse capaz de manter a *ordem* no plano social para que o *progresso* material pudesse ser obtido, como pressupunham os positivistas. Ricardo Virgílio da Silva afirma que

¹¹ Para maiores informações sobre o Partido Democrático (PD), ver: Prado; 1986.

O liberalismo econômico tem no cerne de suas preocupações a instituição de uma ordem social regulada pela lógica mercantil. Preconiza as virtudes da livre movimentação das forças de mercado, repudiando as intervenções do Estado incompatíveis com a primazia do princípio da liberdade dos indivíduos em perseguir a maximização de seus benefícios [...]. Enquanto o indivíduo do liberalismo econômico é um indivíduo portador de bens, o indivíduo do liberalismo político é portador de direitos. Um desses direitos refere-se à participação dos indivíduos na própria constituição do poder do Estado. Tanto o princípio da representação política que alicerça a instituição do sufrágio quanto o constitucionalismo e a divisão de poderes são problemas teorizados na tradição do liberalismo político (Silva, 1998, p. 152-153).

As disputas políticas e ideológicas internas no campo conservador brasileiro e a busca por protagonismo político entre liberais e autoritários vêm sendo exploradas pela historiografia desde a década de 1980¹². Dado o escopo deste trabalho, não será possível realizar um maior aprofundamento sobre o debate historiográfico em torno desta disputa. O que nos interessa aqui é propor um meio de análise sobre a atuação política de Pacheco e Silva que foi, essencialmente, caracterizada por uma aferição conservadora sobre o mundo em que viveu. Até aqui procuramos mostrar que partimos do princípio de que a produção e a ação política do biografado apresentam elementos liberais e autoritários e que isso não configura em si uma contradição. Entendemos que a ação política de Pacheco e Silva e sua atuação profissional no campo médico e docente trazem à tona, de maneira singular, este amálgama de concepções conservadoras.

Entretanto, para melhor avaliar a ação política do personagem biografado (e a relação com a sua prática médica) é preciso compreender uma dinâmica que esteve presente nos discursos tanto dos liberais quanto dos ideólogos do autoritarismo: a ferrenha denúncia de uma suposta crise, seja ela moral, política, econômica ou social e a

¹² Sobre as especificidades do pensamento conservador brasileiro, recomenda-se a leitura dos seguintes trabalhos:

- Chaui; 1986.
- Aquino; 1999.
- Brandão; 2005.
- Capelato. 1989.
- Góes; 2015.
- Silva; 1998.

apresentação das “elites intelectualizadas” como o único grupo social capaz de resolvê-la.¹³

Em sua análise sobre o pensamento de Plínio Salgado, fundador do movimento integralista, Marilena Chauí demonstrou como a “crise” ocupou um papel central na conquista de protagonismo político de alguns grupos autoritários. A filósofa mostrou que o grande assunto debatido nos círculos intelectuais brasileiros nos anos 1930 eram as formas possíveis para a construção de uma nação forte e soberana. Todavia, as “desordens sociais” e o “desconhecimento da realidade brasileira pelos brasileiros” eram apontados como um empecilho ao desenvolvimento moral e econômico do país. Esta avaliação dos grupos conservadores ganhou impulso com as transformações políticas e econômicas ocorridas a partir do *crash* da Bolsa de Nova York em 1929 e do movimento que conduziu Vargas ao poder em 1930. Tais eventos foram exploradas como uma grande crise de valores civilizatórios pela qual o país passava e, a partir do argumento da “crise” e da apresentação de soluções imediatas para ela, os grupos conservadores conquistaram espaço político. Assim, ao referir-se ao Integralismo, Chauí mostrou que “oscilando entre a demonstração e a pregação, o pensamento de Plínio Salgado teve grande poder mobilizador. Essa capacidade mobilizadora se manifestou de modo privilegiado no tratamento do tema preferido dos conservadores: a *crise*” (Chauí, 1986, p. 42). Diante deste cenário, não seria por acaso que em 1934, Pacheco e Silva seria alçado ao cargo de deputado constituinte pelo setor patronal paulista para denunciar “a crise gerada pelo varguismo” e para apresentar projetos de lei baseados nos pressupostos eugênicos.¹⁴

Ricardo Virgilino da Silva, em seu estudo sobre os ideólogos do autoritarismo no Brasil, afirmou que, para a legitimação do seu discurso voltado contra o Estado liberal e contra o protagonismo das organizações populares, foi formulada uma “teoria das crises” que teria como finalidade o estímulo a insurreição das elites esclarecidas:

A ação do Estado foi sempre considerada urgente e inadiável em face da suposta gravidade da crise que estaria assolando o país. Pode-se

¹³ De certo modo, a compreensão desta dinâmica ajuda a explicar o empenho de nosso biografado no desenvolvimento de diagnósticos psiquiátricos que, ao fim e ao cabo, conduziram à internação compulsória milhares de pessoas que apresentavam comportamentos divergentes do papel social que as elites paulistas pretendiam atribuir aos diferentes setores da sociedade. Este entendimento também traz luz às razões de seu aguerrido anticomunismo e à sua firme oposição às ideologias e movimentos sociais que procuraram empoderar os indivíduos que não faziam parte dos círculos sociais mais nobres.

¹⁴ Os discursos de Pacheco e Silva na Assembleia Nacional Constituinte de 1934 foram compilados em: Pacheco e Silva; 1934-a.

mesmo afirmar que uma “teoria das crises” habita o pensamento dos ideólogos do autoritarismo, sem a qual, o apelo à ação permaneceria desprovido de sentido (Silva, 1998, p. 107).

Diante da percepção de que a sociedade vivia uma crise, aliás, crises de ordem econômica, política, moral, racial, dentre outras, a quem caberiam as soluções?

Pacheco e Silva compartilhava, assim como os grupos autoritários e liberais, a ideia de que às elites intelectualizadas competiria a missão histórica de comandar o desenvolvimento nacional e a “regeneração moral” da população. Como veremos em nossa análise nos capítulos seguintes, a existência de uma *elite* era naturalizada pelo biografado e, a partir de uma cosmologia também compartilhada por parte dos intelectuais conservadores brasileiros, entendia que caberia a cada indivíduo um papel específico no mundo. Às elites a condução moral, política e econômica da nação; às massas o trabalho, a submissão, o equilíbrio e o zelo pela “paz social”. Segundo Maria Helena Capelato (1989, p. 195), os liberais paulistas acreditavam que “a ascensão das massas contra as elites representava o grande perigo da época contemporânea, e daí a ênfase no fortalecimento das elites (‘elites bem pensantes’) para que pudessem assumir as responsabilidades devidas perante elas”. Na perspectiva liberal, acreditava-se que a educação da população seria capaz de elevar moralmente a nação e conduzi-la ao progresso esperado. Às elites caberia o papel didático na dianteira deste processo.

É nesta direção que se pode compreender, por exemplo, a atuação de Pacheco e Silva junto à Liga Brasileira de Higiene Mental e à Liga Brasileira de Eugenia, que, através de campanhas em escolas, rádios, jornais, fábricas e em espaços públicos visavam difundir uma “educação eugênica” supostamente capaz de regenerar o país. Segundo Antonio Celso Ferreira,

Os grupos letrados que se preocupavam com o progresso social, inspirados nas filosofias correntes - amalgamando liberalismo, darwinismo social e positivismo -, depositavam fé na educação como solução para todos os males. Ela era vista como instrumento capaz não só de difundir novas ideias, como também de proporcionar o desenvolvimento científico e profissional, corrigindo, desse modo, as desarmonias sociais (Ferreira, 2002, p. 95).

Finalmente, cabe destacar um aspecto não menos importante presente na composição das convicções políticas e das dimensões ideológicas presentes nas obras e na atuação profissional de Antonio Carlos: o seu ufanismo em relação a São Paulo, isto é, a sua *paulistanidade*.

Pacheco e Silva publicou inúmeros trabalhos e proferiu diversas palestras ao longo de sua vida exaltando o “pioneirismo” de São Paulo e a pujança de sua economia. Este orgulho paulista, por sua vez, teve seu ápice durante o movimento constitucionalista que se desdobrou na guerra civil paulista de 1932, quando ele tornou-se um dos principais articuladores da frente civil-militar que deu origem ao M.M.D.C. Nos anos subsequentes este tema esteve presente com frequência na vida de Pacheco e Silva em seu engajamento em associações que rememoravam os “eventos épicos” daquela guerra, especialmente na Associação dos Veteranos de 1932. Este *paulistanismo* pode ser notado também em sua produção científica nas muitas páginas dedicadas à glorificação da grandiosidade das instituições em que atuou e no louvor às especificidades da ciência paulista, tratada como “moderna”, “internacionalizada” e “esteio da intelectualidade brasileira”.

Marco Cabral dos Santos e André Mota, compreendem que o termo *paulistanismo* foi utilizado pela primeira vez por Alfredo Ellis Júnior como um designador das características formadoras de uma identidade paulista e que

Foi-se forjando uma imagem de São Paulo como esteio da nação, associando-se sua situação de destaque não apenas com o preponderante papel econômico que desempenhara, mas também na formação de sua gente como bravos descendentes dos bandeirantes. Dessa ascendência supostamente nobre delineia-se a noção de excepcionalidade paulista frente à nação brasileira. O “paulista de quatrocentos anos”, portanto, representava a síntese do paulistanismo, em cuja alma soavam ecos da bravura bandeirante (Santos; Mota, 2010, p. 44).

Evocando a memória forjada sobre os bandeirantes, os paulistas eram descritos como os homens capazes de, com sua bravura e espírito empreendedor, conduzir a nação a um futuro de glórias. Com o expressivo crescimento econômico do estado, a modernização da capital e com a conquista do poder político nacional no início do período republicano, São Paulo passou a apresentar-se às demais federações brasileiras (e ao

mundo, na medida em que visava atrair mão de obra estrangeira) como uma “terra de gigantes”.

Nos anos 10 e 20, principalmente, ganhou impulso o tema do bandeirantismo, estimulando a releitura dos cronistas dos séculos anteriores e a recolha de todo um material documental: manuscritos, mapas e roteiros de deslocamentos, inventários, etc. Reaviva-se um período de aventuras e um espírito coletivo intrépido, considerando-se os bandeirantes como artífices do progresso regional, que continuava na cafeicultura, nas locomotivas, na metropolização da capital e nas indústrias. A atividade bandeirante era assim tomada como vínculo da formação territorial paulista e da própria edificação do país (Ferreira, 2002, p. 132-133).

Pacheco e Silva dedicou parte de sua produção e de suas palestras à exaltação dos méritos de São Paulo e de sua “responsabilidade ante à nação”. Ele, bem como os demais ideólogos do *paulistanismo*, afirmava que São Paulo, tal qual os Estados Unidos, era portador de um “destino manifesto” e estava imbuído da responsabilidade de conduzir o futuro da nação em termos científicos e racionais (Capelato, 1989, p. 32). No entanto, como parte das estratégias de exaltação do “pioneirismo” paulista, os graves problemas sociais enfrentados pelas camadas mais empobrecidas da população advindas da alta concentração de renda e da ausência de uma política de inclusão social eram omitidos por Pacheco e Silva e pelos ideólogos do *paulistanismo*. André Mota, ao apontar as ambiguidades presentes nas políticas sanitárias paulistas e nas instituições de saúde estaduais, mostrou que o discurso que a elite médica de São Paulo apresentava sobre si era essencialmente ufanista. Segundo ele,

Afirmava-se que quem chegasse em solo paulista, logo constataria as particularidades da história do Estado, corporificadas em seus habitantes, em suas cidades e sobretudo em suas instituições médicas. Os estrangeiros que aportassem em ‘terras bandeirantes’ deveriam ter as melhores impressões da organização médico-sanitária realizada pelos serviços de higiene e suas instalações. Segundo os dirigentes, não poderia ser de outro modo, pois o estágio de desenvolvimento de um país se julgava pela expansão de sua instrução pública, que era preparo do futuro da nação, e pelo rigor de seus cuidados higiênicos, pois a saúde de seus habitantes garantiria o presente e preservaria o futuro (Mota, 2003, p. 52).

Desta forma, o *paulistanismo* não pode ser entendido como uma alegoria ou um aspecto secundário do pensamento de Pacheco e Silva. Ele constitui-se, na verdade, como um dos elementos centrais em suas convicções conservadoras que embasaram desde as suas propostas de “defesa e melhoria da raça” no auge do movimento eugenista até as críticas aos movimentos políticos e culturais “estranhos às tradições paulistas” das décadas de 1960 e 1970. Sua atuação na direção do *Hospital do Juquery*, por exemplo, foi marcada pela tentativa de fazer de São Paulo um local de destaque internacional no desenvolvimento de técnicas terapêuticas.

Portanto, sem levar em consideração as especificidades e as imbricações do pensamento conservador e a dimensão do *paulistanismo* que permearam a trajetória de Pacheco e Silva, a aproximação biográfica aqui proposta, certamente, perderia parte de sua riqueza.

2.4 – Retratos de Pacheco e Silva: entre a memória e a crítica histórica

A bibliografia produzida sobre Antonio Carlos Pacheco e Silva está inserida em uma disputa entre a Memória e a História que permeia, na verdade, toda a produção historiográfica sobre a Medicina no Brasil, como pudemos verificar nas discussões apresentadas no capítulo anterior. Embora, até o presente momento, não tenhamos localizado nenhum registro de um trabalho assumidamente biográfico dedicado a Pacheco e Silva,¹⁵ há uma série de estudos em que sua atuação profissional e sua produção científica foram analisadas com maior ou menor profundidade pelos memorialistas e pelos historiadores.

Ao observar as obras memorialísticas é possível notar que, em seu conjunto, elas procuram formar o perfil de um herói paulista e nacional. Em geral, esses trabalhos apresentam breves informações sobre seu currículo acadêmico, exaltando seus “grandes feitos”, as condecorações que recebeu e a sua atuação “empreendedora” no desenvolvimento da psiquiatria em São Paulo. Tais trabalhos vão ao encontro da análise

¹⁵ Localizamos apenas uma autobiografia que Pacheco e Silva produziu nos últimos anos de sua vida que foi de grande utilidade para a construção do presente trabalho: Pacheco e Silva, 1995.

desenvolvida por Felipe Almeida Vieira e Luiz Alberto Grijó, que afirmaram, em um estudo sobre o *Panteão médico Rio-grandense*, que as obras memorialísticas produzidas sobre a medicina e seus profissionais

Parte[m] de uma preocupação com as tarefas de dar sentido ao passado, e assim assenhorar-se do tempo através do trabalho de constituição e formalização das memórias, inserindo-as na consciência histórica. Nessa operação estão envolvidos os atos, conscientes ou não, de lembrar, esquecer, silenciar ou comemorar, através dos quais os grupos e indivíduos conectam seu passado à imagem que forjaram de si mesmos. Assim, a “domesticação da memória” pela escolha de um personagem ou acontecimento a ser celebrado e permanecer na lembrança dos grupos, está articulada aos elementos que constituem as identidades sociais (Vieira; Grijó, 2010, p. 188).

Vejamos alguns exemplos disso:

Em 1972, o médico Duílio Crispim Farina lançou o livro *Memórias e tradições da Casa de Arnaldo*, cuja proposta central era formar um panteão de “médicos-heróis” da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Nesta obra memorialística, o autor redigiu um capítulo intitulado *Antonio Carlos Pacheco e Silva: mestre e democrata*.¹⁶ Neste texto, o autor exaltou a filiação de seu personagem ao movimento constitucionalista em 1932 e saudou o apoio dedicado aos militares que tomaram o poder em 1964. De acordo com ele,

O lar familiar, as tradições de sua gente, a toda de seus afins, a cultura gaulesa, sua alma generosa e altaneira, desprendida e exuberante de civismo fizeram-no desde a mocidade um verdadeiro democrata. Esta é a feição inconfundível de sua personalidade. [...] Antonio Carlos Pacheco e Silva, clarão cultural em nossa Escola, apoiador dos movimentos cívicos da mocidade acadêmica em luta contra doutrinas alienígenas, extemporâneas à índole brasileira, será sempre decantado como exemplo de inteligência, cultura e civismo democrático nas mais caras tradições da Casa de Arnaldo e de nosso querido Estado de São Paulo (Farina, 1972, p. 451-452).

¹⁶ Farina; 1972.

O médico Helio Begliomini, por sua vez, produziu dezenas de obras memorialísticas, incluindo uma série de notas biográficas para o site da Academia de Medicina de São Paulo. Dentre seus trabalhos, dedicou um a Pacheco e Silva.¹⁷ Em um texto com superlativas informações curriculares, o autor desenvolveu uma narrativa laudatória apresentando diversas frases elogiosas ao seu biografado como, por exemplo, “amigo dos estudantes”; “homem dotado de energia fora do comum” e “possuidor de uma linguagem apurada e uma beleza ímpar de estilo”. Assim, a formulação de uma biografia heroica sobre Pacheco e Silva pode ser notada no seguinte trecho da obra de Begliomini (2016, p. 3)

Homem dotado de energia fora do comum, suas atividades não cessaram quando deixou a cátedra em mãos mais jovens. Pelo contrário, Pacheco e Silva continuava em plena atividade, elevando cada vez mais prestígio da psiquiatria brasileira com sua participação pessoal, inteiramente às próprias expensas, participando ativamente de quase todos os congressos, simpósios e reuniões nacionais e internacionais que se realizaram tendo a mais destacada atuação em todos eles.

Outro exemplo deste tipo de produção pode ser encontrado na obra de Carlos da Silva Lacaz, Catedrático de Microbiologia, fundador do Museu Histórico da FMUSP e autor de inúmeros trabalhos memorialísticos sobre médicos paulistas. Com um estilo hagiográfico, Lacaz também dedicou alguns escritos a Pacheco e Silva e descreveu o nosso biografado como um homem “de renomada cultura” e um “ilustre psiquiatra brasileiro”, conferindo a ele um papel proeminente no pensamento sociológico paulista (Lacaz, 1997, p. 39).

As publicações dos discursos proferidos nos eventos que celebraram a entrada de Pacheco e Silva em associações, academias e agremiações científicas e políticas contribuíram para a formação de uma memória heroica sobre ele. Os discursos proferidos em sua posse na Academia de Ciências de Lisboa em 1954, por exemplo, foram compilados e amplamente divulgados em São Paulo, como forma de celebração das

¹⁷ Begliomini; 2016.

relações estabelecidas, naquele momento, entre a psiquiatria paulista e importantes nomes da Psiquiatria mundial.¹⁸ Os discursos proferidos por Barahona Fernandes, neste sentido, buscaram apresentar os “grandes feitos” do homenageado e a relevância de sua atuação no cenário internacional:

É para mim uma grande honra ter-me o Senhor Presidente, Mestre Egas Moniz, encarregado de saudar o ilustre confrade brasileiro, Dr. Pacheco e Silva [...].

Em primeiro lugar pela sua personalidade de homem operoso e empreendedor, médico de grande prestígio social dentro e fora de seu país, professor eminente e orador brilhante de alto espírito humanista. Em segundo lugar, pela sua obra clínica, científica e pedagógica, e em particular no campo da assistência aos doentes mentais e da higiene mental. Em terceiro, mas não em último lugar, pelas suas relações com Portugal. Descendente de família lusitana, o Prof. Pacheco e Silva tem demonstrado a sua devoção e amizade pelas coisas portuguesas. Na I Reunião Internacional de Psicocirurgia, em Lisboa, em 1948, à frente da numerosa e brilhante delegação brasileira, coube-lhe a iniciativa da proposta do nome do nosso presidente, Prof. Egas Moniz, para o Prêmio Nobel (Posse do Prof. Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva na Academia das Ciências de Lisboa, 1954, p. 3-4).

Da mesma forma, em uma sessão solene realizada na Associação Paulista de Medicina no dia 29 de maio de 1978, foram proferidos diversos discursos em homenagem ao aniversário de 80 anos de Antonio Carlos Pacheco e Silva. Tais discursos foram compilados e publicados em um livreto cujo principal objetivo seria perpetuar a memória do homenageado¹⁹. O conteúdo dos referidos discursos evidencia o heroísmo atribuído à sua biografia e a exaltação de sua trajetória. O jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Alfredo Buzaid, por exemplo, ao referir-se à sua atuação como médico psiquiatra, afirmou:

¹⁸ Para maiores informações sobre as relações estabelecidas entre os psiquiatras paulistas e portugueses, ver: Marinho; Correa, 2012.

¹⁹ Associação Paulista de Medicina, 1978.

Médicos há realmente preocupados em cumprir, quase com unção hierática, os deveres de seu ofício. Uns são unicamente cientistas, devotados, no seio do laboratório, à pura atividade de pesquisa; outros se dedicam ao magistério, revelando aos estudantes o mundo das enfermidades e o modo de curá-las; e, finalmente, há os que exercem a profissão, assistindo aos doentes, procedendo a intervenções cirúrgicas e tentando salvar-lhes a vida ou ao menos aliviar-lhe a aflição. Em Pacheco e Silva, se fundem os três misteres. O cientista é o investigador insaciável, que quer descobrir o mistério das moléstias; o professor transmite as luzes do seu saber aos seus alunos que, embevecidos, o contemplam, respeitam e admiram; o médico pela sua bondade congênita, pelo seu olhar tranquilo, pelas suas palavras repassadas de ternura, infunde tal confiança no paciente que a sua simples presença lhe levanta o ânimo. Inicia o exame, ouve os batimentos cardíacos, toca no órgão supostamente lesado, concentra a sua atenção sobre o invisível e como se fosse um mago quase adivinha o que há, por aquela maravilhosa intuição que tem a virtude de desvendar o incógnito. Graças a esse poder, dissipam-se as dúvidas. (Associação Paulista de Medicina, 1978, p. 21)

Nos últimos anos, alguns pesquisadores produziram importantes estudos no âmbito da academia que, embora tenham resultado em conteúdos críticos acerca das práticas e instituições psiquiátricas paulistas, de alguma forma, incorporaram e reproduziram a descrição heroica sobre a atuação de Pacheco e Silva.

André A. A. Seixas, por exemplo, analisou em sua dissertação de Mestrado a constituição do *Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP*, apresentando dados, até então, inéditos sobre as especificidades do processo histórico que culminou com a inauguração do Instituto que se tornou uma referência internacional no campo psiquiátrico. No entanto, ao referir-se a Antonio Carlos Pacheco e Silva, fundador do Instituto, Seixas reafirmou a tradição hagiográfica, classificando-o como um “idealizador na psiquiatria paulista”, de modo que “suas ações produziram avanços formidáveis na psiquiatria paulista, sendo considerada de vanguarda no cenário nacional” (Seixas, 2012, p. 49). Carmen Lucia M. V. de Oliveira, por sua vez, em seu livro *História da Psicanálise: São Paulo (1920 – 1969)* contribuiu para uma melhor compreensão sobre as tensões e disputas que permearam a conformação do campo psicanalítico em São Paulo. Porém, ao referir-se às ações de Pacheco e Silva, apresentou uma série de dados curriculares, destacando diversos “grandes feitos” do que ela afirmou ser uma “longa e

brilhante carreira profissional” daquele que, segundo a autora, foi “consagrado como a principal personalidade da psiquiatria paulista” (Oliveira, 2006, p. 89).

Com perspectivas analíticas diferentes das abordagens memorialísticas e a partir de novas problematizações e propostas metodológicas, alguns trabalhos sob o domínio das Ciências Sociais e Humanas debateram outros aspectos da atuação profissional e da obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva. Em seu clássico estudo sobre o *Hospital do Juquery*,²⁰ por exemplo, a historiadora Maria Clementina P. Cunha desenvolveu um amplo trabalho de revisão crítica sobre o maior hospital psiquiátrico brasileiro. Ao analisar a ampliação do alcance das propostas de intervenção social da psiquiatria paulista nos anos 1920 e 1940, a autora voltou-se à atuação de Pacheco e Silva na Liga Paulista de Higiene Mental e apresentou uma interpretação crítica em relação aos seus dados biográficos. Segundo Cunha,

O “meio social” passa a constituir objeto de análise para a medicina mental, que nele identifica o perigo rondando mais de perto a classe operária. A preocupação com o meio já não significa o enfoque da medicina higiênica voltada para a erradicação de miasmas e exalação do ambiente físico, mas uma abordagem dirigida ao contexto social – que incide sobre seus usos, suas condições de vida, suas práticas culturais e sociais. Esta é a tônica da argumentação construída pelos propugnadores da corrente higienista em medicina mental, que empolga, praticamente sem exceções, os principais quadros da medicina brasileira no período, capitaneados pelo nome de maior expressão desta corrente em São Paulo, o Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva, cuja biografia configura a amplitude da articulação entre saber e poder: detentor de um “super-saber”, marcado pela interdisciplinaridade, que conjuga os saberes da fábrica, da administração, da política, do corpo e da psique humanos – modelo de competência capaz de imprimir a todas as questões soluções “técnicas” adequadas. Detentor indiscutível da “verdade”, foi, entre outros cargos, sucessor de Franco da Rocha na direção do Hospício de Juquery [...]; fundador e diretor do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), onde levou adiante projetos relacionados à racionalização das instituições disciplinares e à adoção de princípios da psiquiatria científica na elaboração de técnicas de seleção de pessoal, adestramento profissional e racionalização do trabalho fabril; catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na cadeira de

²⁰ Cunha; 1986.

psiquiatria, lugar que atesta a sua importância no interior da corporação médica e de onde pode exercer por longos anos sua influência sobre sucessivas gerações de doutores (Cunha, 1986, p. 180-181).

A Dissertação de Mestrado de Cássio Silveira,²¹ depositada na PUC-SP em 1993, também foi produzida sob uma abordagem crítica. Em sua pesquisa desenvolvida através das lentes da Sociologia, Silveira analisou as concepções de Pacheco e Silva acerca da formação da nacionalidade brasileira sob a influência do pensamento de Nina Rodrigues. Neste sentido, o autor empreendeu um estudo de caso visando compreender a atuação da psiquiatria paulista diante dos debates sobre o determinismo biológico e do que esperavam sobre o “futuro da raça” brasileira. Embora tenha apresentado pela primeira vez um levantamento sobre a vida e a obra de Pacheco e Silva e tenha contribuído significativamente para os estudos sobre este personagem, segundo Silveira, sua pesquisa não se trata de uma biografia propriamente dita, pois partiu dos seguintes objetivos:

A pesquisa em que se baseia esta dissertação teve por finalidade estudar o pensamento e a atuação de um médico paulista em relação à formação da nacionalidade brasileira na primeira metade do século XX. [...] Neste trabalho procuro discutir a obra e a atuação do cientista, incluindo aí suas atividades como professor, administrador e, também, político até os anos cinquenta, opção esta que exclui a realização de uma biografia, tarefa mais abrangente e que, necessariamente, partiria de outros objetivos (Silveira, 1993, p. 4).

A partir de 2008 houve um crescente número de trabalhos dedicados aos mais diversos espaços de atuação de Pacheco e Silva. Isso se deu devido à disponibilização pelo Museu Histórico “Prof. Carlos da Silva Lacaz” – FMUSP de uma ampla série documental, agrupada no que foi denominado *Fundo Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Tais documentos estavam, até então, sob a guarda do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas – FMUSP e indisponíveis para pesquisa pública.²²

²¹ Silveira;1993.

²² “No primeiro semestre de 2008, o Instituto de Psiquiatria (IPq), integrante do chamado ‘complexo FMUSP-HC’ formado pelo conjunto das instituições de ensino, pesquisa e atendimento que se articulam à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e de seu Hospital das Clínicas, doou ao Museu Histórico o arquivo pessoal de Antonio Carlos Pacheco e Silva. Pelas dimensões e importância do material

O primeiro trabalho decorrente do acesso a este rico acervo foi produzido por Maria Gabriela Marinho²³ em forma de um artigo científico, ainda em 2008. Nele, a autora apontou as potencialidades da documentação presente no *Fundo Antonio Carlos Pacheco e Silva* e teceu considerações sobre o engajamento político e sobre alguns aspectos da atuação médica do personagem aqui biografado:

Uma análise ainda bastante preliminar da documentação tem revelado elementos preciosos de sua atuação no campo das intervenções eugênicas, bem como um relacionamento estreito, e em certa medida orgânico, com as estruturas de poder repressivas e conservadoras de São Paulo. A documentação legada pelo médico Pacheco e Silva é reveladora de diversos aspectos das muitas batalhas travadas até o final de sua existência. Uma questão de fundo permanente, até mesmo ostensiva, pode ser identificada em sua atitude de combate recorrente ao que considerava a “dissolução dos costumes e da moral”. Tratava-se praticamente de “uma cruzada pessoal” contra o que considerava a ação deletéria e articulada de destruição da “civilização ocidental” em consonância ao “movimento comunista internacional”. Para o psiquiatra, o uso de drogas, o alcoolismo, a prostituição, os movimentos de contestação eram todos elementos da grande onda destruidora dos valores ocidentais (Marinho, 2008, p. 216).

Também utilizando parte desta documentação, a psicóloga Lia Novaes Serra, desenvolveu sua dissertação de Mestrado²⁴ analisando as concepções de *infância anormal* na obra de Pacheco e Silva. Para tanto, a autora utilizou parte da produção científica daquele psiquiatra, especialmente os textos em que defendeu ideias e medidas de cunho eugênico e as entrevistas que ele concedeu a diversos veículos de comunicação entre as décadas de 1920 e 1930. Partindo dos pressupostos da Psicologia Social, Serra examinou a produção de Pacheco e Silva tomando-o como um *porta-voz* dos grupos médicos com os quais esteve associado, concluindo que

ali reunido, a doação desse acervo representa a maior transferência de um arquivo pessoal feita ao Museu Histórico desde a sua fundação, em 1977” (Marinho, 2008, p. 213).

²³ Marinho, 2008.

²⁴ Serra, 2011.

Os artigos, os livros, e as publicações de Pacheco e Silva traduzem suas percepções individuais, mas igualmente as ideias e os ideais de certos grupos e instituições. É nesse sentido que a noção de porta-voz concebida por autores da Psicologia Social corrobora essa perspectiva, ao conceber que a produção de um autor representa, além do pensamento de um sujeito, as ideias de um grupo.

Nessa perspectiva, concebe-se Pacheco e Silva como porta-voz de três dimensões de análise que se complementam: a psicossocial, que representa o médico e sua relação com seus pares, a sociodinâmica que compreende o grupo médico investigado como uma estrutura, e a institucional, que enseja a análise de aspectos macroestruturais, como o político e o econômico. (Serra, 2011, p. 34-35).

O meu trabalho de Mestrado também utilizou parte da documentação do Museu Histórico da FMUSP e, a partir dele, aproximei-me, ainda de forma incipiente, da trajetória pessoal de Pacheco e Silva. O objetivo daquela pesquisa foi compreender de que maneira o seu pensamento e as suas concepções sociais, políticas, médicas e científicas influenciaram na formulação e na aplicação das chamadas “terapias biológicas” entre os pacientes internados no *Hospital do Juquery*.²⁵ Esse trabalho se desdobrou em diversos artigos científicos que procuraram analisar a atuação de Pacheco e Silva em diferentes contextos como, por exemplo, em seu mandato de Deputado constituinte federal no combate à imigração japonesa e acerca da influência que as suas concepções eugênicas exerceram sobre o modelo de atenção psiquiátrica implementado nas instituições manicomiais paulistas da primeira metade do século XX.

Finalmente, diante dos debates historiográficos empreendidos sobre Antonio Carlos Pacheco e Silva nota-se a ausência de um trabalho assumidamente biográfico, que aprofunde as análises sobre sua trajetória pessoal, sobre a sua singularidade e reflita sobre em que medida ele influenciou e foi influenciado pelo contexto em que estava inserido. Nota-se que há uma certa cristalização sobre sua imagem e sobre as temáticas exploradas em torno de sua trajetória de modo que somente um trabalho biográfico aprofundado pode contribuir para uma melhor elucidação sobre quem foi e qual o papel histórico que

²⁵ Tarelow, 2013.

Pacheco e Silva exerceu. É, portanto, este aprofundamento biográfico que o presente trabalho propõe.

2.5 – Por uma periodização: Antonio Carlos Pacheco e Silva, um homem do *Breve século XX*:

Ao debruçar-se sobre um trabalho biográfico, o olhar do historiador volta-se para uma trajetória individual, singular, em suas relações com o meio em que ela se desenvolveu. Em suma, em uma biografia, o objeto de análise do historiador é *o homem* em suas relações com *os homens*. Entretanto, se a História é a “ciência dos homens no tempo”, como definira Marc Bloch (2002, p. 55), decerto, o biógrafo não pode aproximar-se de seu personagem sem considerar a dimensão temporal como um elemento central para a sua análise.

Há muito a historiografia tem procurado superar as marcações históricas como um dado etéreo e, supostamente, neutro. Especialmente a partir dos *Annales*, os historiadores têm debatido amplamente sobre a amplitude das durações e sobre as possibilidades de conceituação dos eventos históricos; têm questionado a relevância dos estudos sobre as origens, têm reformulado os critérios para as periodizações e, mais recentemente, tomado o próprio tempo presente como objeto de estudo. No âmbito das biografias, buscando romper com a tradição heroica, laudatória e cristalizante, algumas biografias historiográficas, de maneira inovadora, optaram por analisar um período específico da vida de seu personagem com maior atenção, sem deixar de relacioná-lo com o *todo*. Este é o caso, por exemplo, da biografia que Lucien Febvre dedicou a Martinho Lutero²⁶, e do estudo que Jacques Le Goff desenvolveu sobre São Francisco de Assis²⁷.

Buscando afastar-se das narrativas biográficas totalizantes, lineares e progressivas, o presente trabalho lançará uma interpretação sobre a vida do nosso biografado dividindo-a em três grandes períodos, aos quais chamamos de *Eras*. Tal divisão não é fortuita, tampouco pretende ser neutra. Ao contrário, parte de uma interpretação sobre eventos e redirecionamentos da trajetória individual de nosso personagem em sua relação com os

²⁶ Febvre, 2012.

²⁷ Le Goff, 2010.

eventos históricos em que esteve diretamente envolvido. Mas qual seria a pertinência de se estabelecer uma determinada periodização e de agrupar eventos em blocos temporais para melhor compreender o objeto de estudos? Acerca disso Jacques Le Goff (2014, p. 12), afirmou:

O recorte do tempo em períodos é necessário à história, quer seja ela considerada no sentido geral do estudo da evolução das sociedades ou no tipo particular de saber e de ensino, ou ainda no sentido de simples desenrolar do tempo. Entretanto, essa divisão não é um mero fato cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, de ponto de viragem ou até mesmo de retratação em relação à sociedade e aos valores do período precedente. Por conseguinte, os períodos têm uma significação particular; em sua sucessão, na continuidade temporal ou, ao contrário, nas rupturas que essa sucessão evoca, eles constituem um objeto de reflexão essencial para o historiador.

No que se refere aqui, a opção por um recorte temporal em *Eras* fundamenta-se nos trabalhos de Eric Hobsbawm dedicados ao “longo século XIX” e ao “breve século XX”. Ao agrupar uma série de eventos que mantém uma coesão interna e que, em seu conjunto, promovem um determinado sentido analítico fundamentando a compreensão de um período histórico mais amplo, seus estudos procuram superar uma historiografia de narrativa meramente factual e evolutiva. Em sua consagrada trilogia sobre o que chamou de “o longo século XIX”, o referido autor debruçou-se sobre uma série de processos históricos que, interligados entre si, formam uma noção de um “século ampliado”, que teve início com as revoluções de 1789 e findou-se com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914. Desta forma, para apresentar as particularidades dos acontecimentos que formam este “longo século XIX”, Hobsbawm o dividiu em três *Eras*, a saber: a *Era das Revoluções*, que engloba o período de 1789 a 1848; a *Era do Capital*, que se iniciou com a “primavera dos povos” em 1848 e findou-se com a unificação alemã em 1875 e, por fim, a *Era dos Impérios*, que foi marcada pelo processo de industrialização europeia e pela corrida imperialista que culminou com a grande guerra em 1914.

Seguindo esta mesma perspectiva analítica, Eric Hobsbawm debruçou-se sobre o século XX e, segundo ele, se o século XIX foi amplo, com uma duração de 125 anos (1789 – 1914), o século XX, por sua vez, foi “breve”. Segundo o autor, este século durou apenas 77 anos, iniciando-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e chegou ao fim com a queda do muro de Berlim e do bloco socialista em 1991. O conjunto de eventos

que compõem este “breve século XX” foi chamado por Hobsbawm de *Era dos Extremos*. Esta *Era* foi subdividida em três subperíodos: a *Era da Catástrofe* (1914 – 1945); a *Era de Ouro* (1945 – 1973) e a *Era do Desmoronamento* (1973 – 1991).

Mesmo levando em consideração as críticas advindas de parte da historiografia sobre o uso do *século* como uma forma de periodização, entendemos que a flexibilização do termo promovido por Hobsbawm, ampliando ou abreviando este recorte temporal conforme as necessidades decorrentes da análise histórica, são absolutamente pertinentes. Segundo Le Goff (2014, p. 13),

A noção de século tem suas falhas. Um ano que termina em “00” raramente é um ano de ruptura na vida das sociedades. Deixou-se então entender ou mesmo afirmou-se que este ou aquele século começaria antes ou depois do ano de “virada” e se prolongaria além dos cem anos; ou, inversamente, terminaria mais cedo: assim, para os historiadores, o século XVIII começa em 1715, e o século XX, em 1914. Em que pesem todas essas imperfeições, o século tornou-se uma ferramenta cronológica indispensável, não somente para os historiadores, mas para todos aqueles que se referem ao passado.

Posto isso, cabe dizer que o trabalho que aqui se apresenta analisará o personagem destacado como um homem do *Breve século XX*. Embora Antonio Carlos Pacheco e Silva tenha nascido em 1898, portanto, antes de 1914 (data apontada por Eric Hobsbawm como o início do “breve século XX”), foi ao longo da *Era dos Extremos* que sua profícua carreira nos campos da política e da medicina psiquiátrica se desenvolveu. Entendemos, portanto, que a compreensão sobre o contexto histórico em que Pacheco e Silva viveu, considerando as suas particularidades, rupturas e permanências, é fundamental para captar a singularidade da trajetória do personagem biografado. Sendo assim, ao longo da narrativa que o presente trabalho empreenderá, os eventos que marcaram o *breve século XX* permearão a análise sobre nosso biografado em um constante diálogo entre singularidade e contexto histórico.

Mas em linhas gerais, como podemos resumir esse *breve século* em que Pacheco e Silva viveu? De acordo com Hobsbawm,

A estrutura do Breve Século XX parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico. A uma Era da Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos

que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver este período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise – e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe. À medida que a década de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia *fin-de-siècle* (Hobsbawm, 2015, p. 206).

Como veremos ao longo do trabalho, Antonio Carlos Pacheco e Silva foi um homem de seu tempo (como, evidentemente, não poderia deixar de ser). O século XX com suas profundas e rápidas transformações o forjou e deu subsídios para as suas amplas relações internacionais e para o rápido contato com informações de cunho político e científico advindas de diversas partes do globo, o que até então, seria impensável. Seu anticomunismo ferrenho, por exemplo, não pode ser explicado sem uma compreensão exata dos meandros da Guerra Fria e de seu impacto em todas as dimensões da vida humana ao longo de seu acirramento. O engajamento, o recuo e a reconfiguração da militância de Pacheco e Silva nos movimentos de defesa dos preceitos eugênicos, por sua vez, não podem ser descontextualizados do desenvolvimento e das consequências das teorias racistas que fundamentaram a implementação de medidas drásticas tanto nos EUA quanto na Alemanha entre as décadas de 1920 e 1940. O mundo que foi se configurando a partir da segunda metade da década de 1970, caracterizado por uma *Era do Desmoronamento* nos ajudam a entender os últimos escritos de nosso biografado sobre um século que já não mais o pertencia e sobre um mundo que lhe era estranho, o que lhe fazia remeter a um passado, segundo ele, glorioso e que deveria ser resgatado.

Ao nosso ver, o biógrafo deve estar atento às relações que o personagem estudado estabeleceu com o seu tempo, considerando, sobretudo, a singularidade de sua trajetória, bem como as mutações que sofrem tanto os homens quanto o mundo em que eles vivem. Tendo isso em vista, apresentamos uma periodização sobre a vida de Antonio Carlos Pacheco e Silva que busca contemplar tanto as transformações do *breve século XX* quanto as imbricações de sua trajetória individual. Assim, para melhor analisar nosso personagem, propomos um recorte temporal em três *Eras* que tomam como base os processos históricos mais amplos e a dimensão particular da vida de nosso biografado na

perspectiva de sua atuação nos campos da psiquiatria e da política. Ao mesmo tempo, cabe dizer que tais *Eras* não se configuram como fraturas em relação aos eventos anteriores, mas inflexões em sua trajetória biográfica, como veremos adiante.

Portanto, apresentado o arcabouço teórico-metodológico que fundamenta este trabalho e as primeiras considerações sobre Antonio Carlos Pacheco e Silva, passemos ao *desafio biográfico* de aproximar-nos da história de uma vida e narrar, com base nos pressupostos historiográficos, a sua singularidade.

Capítulo 3

A ERA FORMATIVA: ENTRE SÃO PAULO, PARIS E A PSIQUIATRIA

*Daquilo que eu sei
Nem tudo me deu clareza
Nem tudo foi permitido
Nem tudo me deu certeza.
Daquilo que eu sei
Nem tudo foi proibido
Nem tudo me foi possível
Nem tudo foi concebido.¹*

Era março de 1898 na cidade de São Paulo. O abastado casal Pêrsio e Escolástica Pacheco e Silva, juntamente com seu pequeno filho Domício, de apenas 3 anos de idade, estava de mudança para um amplo casarão localizado na área nobre do bairro de Santa Ifigênia, na cidade de São Paulo. O imóvel no qual se estabeleceriam acabara de ser desocupado. Manuel Ferraz de Campos Sales, seu antigo proprietário e amigo de longa data da família Pacheco e Silva, “deixou a residência para mudar-se para o Rio de Janeiro onde, em 15 de novembro assumiria a Presidência da República para a qual foi eleito com o apoio da elite cafeicultora paulista” (Pacheco e Silva, 1995, p. 82).

Pêrsio – “homem de caráter ímpoluto, de argumentação cartesiana e de princípios elevados” (Pacheco e Silva, 1995, p. 57) – proprietário de terras nas regiões de Valinhos e Campinas, encontrara na nova residência uma oportunidade de estar próximo de outros cafeicultores que mantinham residência na capital e a facilidade de ter acesso rápido à estação da Luz, de onde poderia partir de trem para o interior do Estado. Escolástica, filha caçula dos Barões de Araras – “senhora piedosa, amorosa e desvelada” (Pacheco e Silva, 1978-f, p. 5) – estava grávida e escolheu o casarão para dar à luz o seu segundo filho, que em breve nasceria. Domício, o pequeno filho do casal, ao mudar-se para sua nova casa, foi matriculado no Jardim da Infância de São Paulo que se localizava em um

¹ Ivan Lins – Trecho da canção “Daquilo que sei”, 1984.

imponente prédio anexo à Escola Normal do Estado, um dos símbolos do projeto modernizante das elites paulistas.

Neste ambiente de novas perspectivas para a família Pacheco e Silva e em um domingo de frio na cidade de São Paulo veio ao mundo Antonio Carlos Pacheco e Silva Netto, o segundo filho do casal, no dia 29 de maio de 1898. Cercado “por um lar puro e coeso”, o jovem Antonio Carlos pôde crescer e ter “uma infância e juventude de muita saúde e felicidade” (Pacheco e Silva, 1995, p. 92).

Foi assim que em linhas gerais Antonio Carlos Pacheco e Silva relatou, já na velhice, em alguns de seus textos memorialísticos² o contexto familiar que circundou o dia do seu nascimento no limiar do século XIX. Em tais textos, ele também rememorou acontecimentos de sua infância e narrou uma série de testemunhos sobre a sua mocidade, seus *hobbies* e sobre as suas lembranças mais afetuosas. A história construída em seus depoimentos representa a tentativa de erigir uma trajetória heroica, vencedora, que teria rumado inexoravelmente para o seu sucesso profissional e prestígio internacional. Assim, desde a formação familiar reconstruída a partir da chegada dos primeiros *Pachecos* ao Brasil no século XVI até o relato de suas conquistas profissionais obtidas, segundo ele, a partir de muito trabalho, mérito e dedicação, seria construída uma versão sobre o caminho que o levaria a ser um dos psiquiatras brasileiros mais importantes de seu tempo.

Uma opção possível para apresentar os primeiros anos de vida de Pacheco e Silva na biografia aqui proposta seria condensar esses relatos narrados em diferentes momentos de sua vida, tomando-os como verdades absolutas e de forma acrítica. Todavia, não é este o nosso objetivo. A nosso ver, uma proposta biográfica que aceitasse esse tipo de narrativa épica, bem como a construção de uma imagem de si de forma tácita, sem buscar analisá-las de forma contextual, cairá inevitavelmente em uma armadilha ou em uma *ilusão*, como nos chamou a atenção Pierre Bourdieu.³

Sendo assim, ao utilizar os registros de memória de Pacheco e Silva como fonte fundamental para a construção deste capítulo, desejamos superar o risco de tomar como única versão possível uma narrativa autobiográfica permeada pela construção de uma

² Dentre os quais se destacam: Pacheco e Silva; 1995, 1978-f. e o depoimento prestado para Gilberto Freyre para o livro *Ordem e Progresso* (Freire; 1974).

³ Bourdieu, 1998.

imagem de si muito particular. Concordamos, destarte, com Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo em sua análise sobre as questões teórico-metodológicas que devem ser consideradas pelo historiador ao se debruçar sobre as autobiografias, quando afirma que “para além de uma busca da apresentação de si, o muito e o como se diz, também as lacunas percebidas (às vezes, intuídas), como se fossem ecos do silêncio, podem ser pensados como um exercício da escrita de si” (Camargo, 2010, p. 15).

Portanto, entre o debate historiográfico e as informações obtidas a partir de documentos sobre a vida escolar/acadêmica, de registros sobre as relações sociais, além dos relatos autobiográficos de Antonio Carlos Pacheco e Silva, pretendemos compreender neste capítulo como se deu a formação de sua personalidade e de suas inclinações políticas e profissionais. Para tanto serão analisados o contexto social, político e cultural das cidades em que viveu, dos valores familiares em que foi educado, além dos colégios e universidades que frequentou.

3.1 – Ações e percepções de uma juventude aristocrática: os primeiros anos de vida de Pacheco e Silva entre São Paulo e Paris

Antonio Carlos Pacheco e Silva viveu sua infância e juventude entre a elite econômica que concentrava as suas residências no centro da capital paulista. Sua família era abastada e vivia dos lucros proporcionados por suas terras espalhadas pelo interior do Estado, tendo como círculo social os principais cafeicultores, políticos, diplomatas, juristas e proprietários de pequenas indústrias de São Paulo. O jovem Pacheco pôde desfrutar do dia a dia pacato do burgo paulistano e do que havia de mais moderno, dinâmico e culturalmente elaborado na cidade, que rapidamente se transformava em metrópole. Mais que isso: pôde passar temporadas de férias nas amplas fazendas de sua família com a tranquilidade que a vida campesina oferecia a um jovem proprietário, além de visitar e morar em Paris em meio ao glamour de sua *belle époque*.

Sua família que descendia dos Barões de Itu, Araras e Itatiba, viveu por muitos anos nas fazendas em Campinas e Valinhos e na última década do século XIX mudou-se para a capital paulista. Em suas memórias, Antonio Carlos Pacheco e Silva relatou que a família de seu pai se transferiu para a capital “fugindo da terrível epidemia de febre

amarela que grassara em Campinas e em outras cidades do interior do Estado” (Pacheco e Silva, 1995, p. 80). Ainda que a opção da família Pacheco e Silva por fixar moradia em São Paulo possa ser explicada, em parte, pela epidemia que assolou o interior do Estado, ela pode ser entendida como componente de um processo mais amplo que diz respeito a necessidades econômicas e sociais mais prementes, como apontou Maria Cecília Naclério Homem (1996, p. 86-87):

Na esteira do processo de especialização das chácaras e seus primeiros loteamentos, condicionados à ferrovia, bem como aos melhoramentos urbanos nasceu a “capital dos fazendeiros de café”. A vida social e econômica da cidade começava a ser comandada pelo empresariado do café. Para tanto, a modernização dos meios de transporte, o aumento das rendas e da população iriam abrir o caminho [...].

Devido às necessidades inerentes à comercialização do café e às empresas subsidiárias, os fazendeiros obrigaram-se a uma convivência urbana, a fim de viabilizar seus interesses junto aos políticos e administrar seus negócios. Como vimos anteriormente, uma vez na cidade, os empresários fundaram diversas ferrovias, bancos e indústrias vinculadas às necessidades da cafeicultura.

Fixado em São Paulo, Pêrsio Pacheco e Silva prosperou. Anos antes ele havia dividido suas terras, dedicando fatias delas para o cultivo de café e outras para o loteamento a alguns de seus colonos, especialmente os de origem italiana, que se engajaram no plantio de frutas e hortaliças. Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, mas abandonou a graduação após dois anos. Embora desejasse ser médico, seguiu sua vida profissional na administração das suas terras, publicando livros sobre estudos genealógicos e a respeito da história do cultivo de café no oeste paulista. Em 1894, durante uma viagem de negócios em Paris conheceu Escolástica de Lacerda Franco, que vivia desde a morte de sua mãe com sua irmã Clarita e seu cunhado Gabriel Piza, Ministro Plenipotenciário do Brasil na França. No ano seguinte se casaram e passaram a viver no bairro de Higienópolis, São Paulo, onde nasceu o primeiro filho do casal, Domício. Três anos depois se mudaram, como mencionado anteriormente, para o casarão no bairro de Santa Ifigênia, onde nasceu Antonio Carlos Pacheco e Silva.

No momento em que Pacheco nasceu, a indústria de São Paulo se desenvolvia com grande velocidade e a cidade passava por amplas reformas urbanas⁴, experimentando uma nova organização territorial e uma divisão social do trabalho mais complexa. Essas transformações reconfiguraram o espaço urbano com a definição de zonas comerciais e bancárias, zonas industriais e zonas residenciais (Ribeiro, 1993, p. 102). As elites locais propagavam a ideia de que a capital deveria servir como esteio da modernização nacional e (por que não?), da América do Sul. A partir da necessidade de afirmação do poderio político e econômico da *pauliceia* frente à nação, reforçava-se o discurso modernizante de São Paulo. Esta lógica traduzia-se na política higienista que segregava os “indesejados” ao passo que promovia uma estruturação da cidade confortável para os interesses comerciais e para as redes de sociabilidade dos cafeicultores e seus familiares residentes na capital. De acordo com André Mota (2005, p. 76),

Para os grupos dirigentes, a modernização e a urbanização cunharam os novos ares de importância que aos poucos a capital angariava, pautada nos referenciais europeus e norte-americanos. A luz elétrica e os altos edifícios, a abertura de várias ruas e o surgimento de bairros elegantes, o tráfego dos carros e bondes ou a fundação de instituições estatais e privadas eram os ícones que orientariam as apostas da capital para um futuro promissor. São Paulo sentia-se a mais jovem amante da *belle-époque*, compondo, em detalhes de sua arquitetura e na transparência de seus vitrais e luminárias, a cidade-luz que iluminaria, no final do século XIX, junto com o Rio de Janeiro e Buenos Aires, o continente apagado da América do Sul.

⁴ Nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo, imponentes edifícios foram erigidos, novas ruas foram abertas, rios foram retificados. A inspiração no paisagismo e no projeto urbanístico das grandes cidades europeias, com especial destaque para Paris, era abertamente declarada. Segundo Nicolau Sevcenko (2004, p. 116), “A Várzea do Carmo, transformada em Parque D. Pedro II, ligando-se ao Vale do Anhangabaú, tornado Parque do Anhangabaú, o qual, por sua vez, se articulava com o Vale do Piques, reformado no Parque do Obelisco, a colina central ficava circundada de uma ornamentação paisagística europeia, atravessada pelas impressionantes estruturas metálicas dos viadutos do Chá e Santa Efigênia importadas direto da Alemanha, e cingida pela Ópera de Paris, a assinalar uma súbita reformulação do panorama, refletindo mudança radical na identidade de capital. Nos limites desse complexo paisagístico figuravam, ao norte, a Estação da Luz, totalmente importada da Inglaterra até os últimos tijolos e os menores parafusos, segundo os modelos da Estação de Paddington e da Torre do Big Bem. Ao sul ia se definindo o desenho gótico da Catedral da Sé, talhada sob o figurino da matriz medieval de Colônia. A oeste, dominando a Praça da República, se destacava a imponente Escola Normal, de feitiço eclético, recaiando sobre o neoclássico do Segundo Império francês. A leste, mais para o final da década, se ergueria no topo da colina histórica o colossal prédio do arquiteto italiano Giuseppe Martinelli, um bloco maciço de concreto armado, que com seus vinte andares se arrojava como ‘o mais alto da América do Sul’”

Certamente, a “capital dos fazendeiros de café” passou por inúmeras transformações desde o período em que Antonio Carlos Pacheco e Silva viveu os primeiros anos de sua vida. Contudo, não nos restam dúvidas de que uma das permanências históricas mais evidentes concernentes à cidade de São Paulo é o seu caráter ambíguo e injusto. A metrópole era e é capaz de proporcionar uma vida regada a luxo, saúde e sossego comparável às cidades mais desenvolvidas do mundo para uma pequena parte de seus habitantes. Ao mesmo tempo, para um contingente imenso de trabalhadores paulistanos, restam a exclusão, insalubridade e carestia. As riquezas em São Paulo, pelo menos desde a expansão da cafeicultura, não faltaram. No entanto, jamais foram justamente distribuídas. Segundo Raquel Glezer (1994/1995, p. 26),

Tratar a cidade na virada dos anos oitocentos para os anos noventa é falarmos de transformações e permanências. As primeiras são as mais conhecidas e exaltadas. As segundas quase sempre ficaram ocultas, no véu da exclusão: expansão urbana desordenada, descontínua, com serviços e infraestrutura defasados, desrespeito à legislação. Trabalhadores e pobres foram sendo empurrados, cada vez mais, para longe da área central, em áreas sem serviços urbanos, sem infraestrutura, sem empregos, distantes também do aparato administrativo e controlador do Estado, que até nossos dias não consegue estar presente nas fimbrias da ocupação urbana.

As contradições do processo de desenvolvimento urbano se intensificaram diante do rápido crescimento populacional que a cidade de São Paulo experimentou desde os últimos anos do século XIX. Se no censo realizado na cidade em 1872 a população contabilizada somava 19.347 pessoas, em 1908 a cidade abrigava mais de 270 mil moradores de acordo com o levantamento então realizado. Nas palavras de Nicolau Sevcenko (2014, p. 31),

São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros, nem de brasileiros; nem americana e nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita

e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para os seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados.

Em meio a este complexo “cogumelo colossal que brotou depois da chuva”, Pacheco e Silva pôde viver experiências na cidade (e para além dela) restritas a um pequeno e privilegiado grupo de ricos. Os locais que frequentou, as opções profissionais que tinha ao seu dispor, bem como o ambiente cultural, político e socioeconômico que contribuíram para a formação de sua personalidade devem ser entendidos a partir deste prisma. Fato é que as relações comerciais de seu pai e o contato de sua mãe com as mais eminentes autoridades brasileiras, dada a sua experiência com a diplomacia brasileira na França, garantiram a Pacheco e Silva e seu irmão um lugar de distinção na sociedade paulistana de seu tempo. Gilberto Freyre, ao resumir parte dos depoimentos que recebeu de Pacheco e Silva sobre os primeiros anos de sua vida,⁵ destacou a opulência dos hábitos de seu entrevistado e dos integrantes da alta casta paulistana:

Nas férias, ia sempre à fazenda do pai, em Campinas; e aí se regalava de cavalos, caçadas, pescarias; nadava nos tanques; mariscava nos ribeirões; corria pelos campos de “pés descalços, sobre a relva orvalhada”. Como tivesse visto surgir, quando menino, os primeiros automóveis, era natural que se apaixonasse por um esporte no qual se notabilizou, no começo do século XX, Eduardo Chaves, seu parente, indo de automóvel do Rio a São Paulo através de estradas terríveis. Mas não se apaixonou pelos automóveis. Ao contrário: viu com certa melancolia desaparecerem os landaus e suas “belas parselhas de cavalos [...] substituídos por enormes Renault, Mercedes, Panhard, Fiat – todos de procedência europeia. Os magnatas paulistas, de volta de suas viagens à Europa, traziam sempre um automóvel com o respectivo chofer, em geral mecânico, contratado por elevadas quantias, com casa, comida e até vinho às refeições. O ideal supremo da maioria dos meninos passou a ser então o de guiar automóvel”.

Rapaz elegante, Pacheco e Silva praticou muitos esportes finos: ciclismo, natação, boxe, tênis, futebol, atletismo, remo. Suas roupas eram feitas no Vieira Pinto, no Cibela, no Carniceli, no Latuchela.

⁵ Tais depoimentos foram publicados no livro *Ordem e progresso*, editado originalmente em 1957. A obra apresenta uma série de relatos coletados por Gilberto Freyre entre diversos intelectuais que viveram o impacto do advento da República, oferecendo ao leitor a possibilidade de aproximar-se do modo de vida da elite brasileira do início do século XX.

Quanto a chapéus, usou os Gélot e os Borsalino; calçados, o Clark, o Guarani e o Hanau, este “americano”. Bengalas, pouco as usou: as que teve foram feitas em São Paulo, de peroba e guambixira. Gravatas, francesas. Guarda-chuvas, ingleses. Nenhuma joia – a não ser “abotoaduras e alfinetes de gravata” (Freyre, 1974, p. 371).

Historicamente, os espaços da cidade destinados aos hábitos e costumes dos paulistanos foram delineados a partir da capacidade de consumo de seus habitantes. Com a expansão econômica e populacional da cidade, paulatinamente as zonas de circulação das elites deixaram de ser as mesmas dos operários. Soma-se a isso o acesso dos mais ricos às novas tecnologias desenvolvidas naquele momento como o automóvel, os aviões e a vitrola, por exemplo, que permitiram a este seletto grupo desfrutar de novas e exclusivas formas de lazer e ostentação. As vestes, as etiquetas e os locais de socialização eram marcadores da posição de cada indivíduo dentro da profunda divisão de classes sociais que saltava aos olhos na capital paulista. Neste sentido, vestir-se com os trajes e acessórios importados da Europa, marcar presença frequente no Jockey Clube e nas competições automotivas promovidas por seu primo Edu Chaves, bem como o acesso ao descanso descompromissado em suas fazendas no interior, situa Pacheco e Silva, indubitavelmente, no seio da elite aristocrática de São Paulo no auge de sua *belle-époque*. Os hábitos de Antonio Carlos e de seus familiares podem ser compreendidos à luz do que Margareth Rago apontou em sua investigação sobre as formas de sociabilidade e de lazer em São Paulo entre 1900 e 1950:

Na *belle-époque* paulistana, muitos buscavam novas formas de convívio e diversão. Inspirando-se em hábitos europeus, principalmente importados da Paris haussmaniana, os paulistanos passavam a frequentar espaços que espelhavam o requinte da sociabilidade europeia, como teatros, cinemas restaurantes e cafés. Participavam de saraus literários e de audições musicais, no ambiente das elites, ou nos centros de cultura social dos meios operários. Competições esportivas de natação, remo e ciclismo, promovidas pelos clubes recreativos privados passavam a ser valorizadas, como formas de libertação do corpo e como meios pelos quais a sociedade podia identificar-se como moderna (Rago, 2004, p. 392).

Ao rememorar o modo de vida e os costumes do período em que viveu a sua primeira infância, Pacheco e Silva destacou em diversas ocasiões a tranquilidade da vida na cidade no início do século XX em contraste com a “cacofonia alucinante” da metrópole de quando ele já era um octogenário. A vida no centro da cidade, segundo Pacheco, era pacata e permitia o acesso aos grandes acontecimentos e estabelecimentos que chamavam a atenção das crianças de seu tempo. Na Praça da República, por exemplo, as touradas que eram ali organizadas de tempos em tempos agrupavam as famílias para assistirem os duelos entre os “toureiros garbosos” e os bravos animais que lutavam por sua vida. Pacheco e Silva relata:

Quando ao mundo vim, no fim do último século, ao dar acordo de mim, São Paulo, com um passado de glórias, já era burgo afamado. Aos meus olhos infantis, sobradões coloniais surgiram nas ruas modorrentas, mas não tardaram a ser demolidos. A música peculiar da cidade era suave, despida da cacofonia alucinante que hoje nos atormenta. Tudo era fácil. Não havia dificuldades para aqueles que lutavam desde a aurora [...]. A vida era doce e pacata. Tudo era solene. Nos enterros a cartola e a sobrecasaca, com seda à gola, eram de uso obrigatório. Na rua, os conhecidos se cruzavam e tiravam o chapéu, com reverentes medidas. [...] A Praça da República era arrebalde distante do centro. Quando transformada em praça de touros, toureiros garbosos, de cintura fina, espetavam nos bois justa farpada, arrancando aplausos da assistência. Em outros dias erguiam-se na praça circos de cavalinhos, que eram a alegria da criança (Pacheco e Silva, 1978-f, p. 1-2).

Entre a vida cotidiana na cidade e as constantes viagens para temporadas de lazer nas fazendas de seus familiares, Antonico, como era carinhosamente chamado por seus pais, cresceu. Na capital dividia o seu tempo entre os estudos e leituras em sua casa e as brincadeiras com os amigos nas ruas de terra batida. Seu pai, Pérsio, era um “cultor da educação física” e incentivava Antonio Carlos a praticar diversos exercícios e modalidades esportivas. O futebol, esporte ainda em desenvolvimento e praticado, em grande medida, de forma amadora no Brasil, atraía a atenção do pequeno garoto que acompanhava fascinado os feitos de Arthur Friedenreich e de Rubens Salles, de quem se

tornaria amigo anos mais tarde.⁶ Segundo Gilberto Freyre (1974, p. 371), Pacheco e Silva “cresceu em época já marcada pela predominância do futebol sobre outros esportes. Quando menino, ‘os jogos de futebol, no fundo dos quintais onde se reunia a meninada da vizinhança’, foram ‘o [seu] divertimento favorito’”.

Nas memórias de Pacheco e Silva também é possível encontrar o relato sobre o seu gosto pelo futebol e as brincadeiras que mais lhe despertavam interesse ao longo de sua infância. Nestes escritos é possível notar, também, o acesso que ele teve à cultura letrada desde a sua infância em um período em que a maior parte das crianças paulistas não tinham acesso às escolas e à alfabetização. O contato aos livros, é preciso dizer, constitui um sinalizador da posição social que Antonio Carlos e seus familiares ocupavam. Segundo Pacheco e Silva (1995, p. 88),

O recreio da escola era de terra e os alunos confeccionavam bolas de pano para as suas partidas de futebol. Muitos campeões ali se formaram, entre outros Friedenrich, endurecendo as canelas contra um verdadeiro exército de jogadores. Para dificultar ainda mais a disputa, o campo era erigido de raízes de velhos eucaliptos e ali não raro deixávamos a sola dos sapatos. Além de futebol, brincávamos de cabra-cega, barra-manteiga, acusado, saltos em distância, sela, amarelinha.

Fora da escola, os jogos de futebol, no fundo dos quintais de se reunia a meninada da vizinhança, eram o divertimento favorito. Fogos e balões nas vésperas de São João; laranjinhas de cera cheias de água, lança-perfumes, confetes e serpentinas no carnaval concorriam para a nossa alegria. Papagaios eram empinados o ano inteiro. Estilingues, bodoques e espingardas de ar comprimido manejados por mãos inexperientes constituíam o terror da vizinhança, cujas vidraças partidas denunciavam a pontaria feita quase sempre inadvertidamente, outras vezes de propósito. Das revistas infantis “O tico-tico” era a mais disputas. Com a idade as preferências se voltaram para as novelas de Bufalo Bill, Nick Carter e Sherlock Holmes, lidas às escondidas porque não permitidas pelos pais. “As viagens maravilhosas de Júlio Verne”, “O Juca e o Chico”; as edições infantis de as “Mil e uma noites”; “Don Quixote de

⁶ A amizade de Antonio Carlos Pacheco e Silva com um de seus ídolos de infância, Rubens Salles, pode ser notada a partir dos registros de sua admissão como sócio do Club Atlético Paulistano. Segundo informações cedidas pelo *Centro pró-memória* do Clube, Pacheco e Silva foi admitido como sócio do Club Atlético Paulistano na proposta encaminhada à Diretoria da instituição na reunião ordinária do dia 20/12/1930 pelos sócios Rubens Salles e seu irmão Fernão Salles, que ocupava a Vice-presidência do clube naquela ocasião. É interessante notar que Rubens Salles foi uma figura de destaque para a história do futebol brasileiro haja vista que ganhou diversos títulos pelo Club Atlético Paulistano e atuou como o primeiro Capitão da Seleção Brasileira no primeiro jogo reconhecido dela em 1914.

la Mancha”; os “Contos dos irmãos Grimm”; o “João Felpudo” eram os livros que eu mais apreciava.

3.1.1 – Entre os Barões e os “serviçais”: Pacheco e Silva nas fazendas de seus familiares no interior paulista

O contato com a vida provinciana do interior paulista marcou sobremaneira o jovem Antonio Carlos. Nas terras de seus pais e familiares conviveu com uma cultura ainda escravista, embora a abolição tivesse sido (ao menos no papel) oficializada. Além disso, presenciou a força política de sua família no âmbito do poder local, uma vez que alguns de seus parentes ocupavam mandatos eletivos ou exerciam grande influência nos poderes municipais graças ao seu poderio econômico e à herança dos títulos imperiais que, mesmo após a República, seguiam representando enorme capital político.

Nas fazendas, Pacheco e Silva conviveu com seus avós paternos, tios maternos e com seus primos que viviam nas regiões de Campinas, Araras, Valinhos e Itatiba. Descendentes dos barões nomeados pelo Imperador nas décadas finais da Monarquia, a vida da família interiorana de Antonio Carlos pouco mudou com a Proclamação da República, exceto pela saída da vida política local de alguns deles, como seu avô paterno, monarquista convicto, por exemplo. Pouca coisa mudou, também, na vida dos indivíduos que por anos trabalharam como escravos nessas fazendas. Mesmo com a abolição da escravatura, grande parte deles, dada a falta de oportunidades de trabalho, especialmente a partir da chegada de imigrantes europeus, viu-se obrigada a permanecer nas propriedades onde foram escravizados. Nas terras da família de Pacheco e Silva não foi diferente. Segundo ele, “conheci nas antigas fazendas de meus antepassados, em Campinas e Araras, velhos pretos, antigos escravos, que continuaram a servir seus antigos senhores” (Pacheco e Silva, 1995, p. 2). E completa: “habituaados que estavam a se submeter com humildade e servilismo a seus antigos senhores, a eles continuavam a se dirigir com humilhação e subserviência, embora já fossem homens livres” (Pacheco e Silva, 1995, p. 98).

Os avós maternos de Pacheco, barões de Araras, faleceram antes do seu nascimento. Herdeiros de grandes porções de terras nas regiões de Limeira e Araras, os barões

lotearam parte de suas fazendas para a formação de povoados que deram origem a essas duas cidades. Além disso, investiram parte de seus grandes recursos financeiros na formação de bancos locais, em empresas de importação e exportação, bem como na construção de estradas de ferro para escoar a produção de café para o porto de Santos. Seus 11 filhos dividiram as terras herdadas, entre eles Escolástica Lacerda Franco, mãe de Pacheco, de modo que alguns deles seguiram com o cultivo de café e outros venderam suas propriedades para viver na capital ou no exterior. A maior parte das tias e tios maternos de Pacheco e Silva dedicou-se à carreira política ou à vida empresarial em São Paulo. Dentre eles, destacam-se Antonio de Lacerda Franco, Senador da República e um dos presidentes do Partido Republicano Paulista; Manoela Lacerda Vergueiro, casada com Afonso Vergueiro, comissário do café em Santos, Ana Lacerda Penteado que com seu marido, Antonio Álvares Penteado, fundou diversas indústrias de tecelagem em São Paulo e Clara Lacerda Piza, que ao lado de seu marido Gabriel Piza, representou o Brasil na embaixada do país na França. Neste sentido, a família de Pacheco e Silva pode ser enquadrada na caracterização que Maria Cecília Naclério Homem (1996, p. 49) fez da elite cafeeira paulista:

As suas propriedades se distribuía entre fazendas no interior, sítios e chácaras próximas à cidade, casas urbanas e ações de companhias ferroviárias, de bancos de fábricas, etc., além de escravos. Os últimos estavam presentes em todas as propriedades voltadas à produção do café e do açúcar, à criação de animais, no transporte e na circulação de mercadorias, bem como nos trabalhos domésticos [...].

Além de grandes proprietários, detinham reconhecido prestígio social e político. Muitos eram bacharéis em Direito e haviam participado do governo provincial e imperial como vice-governadores, vereadores senadores e ministros. Alguns possuíam títulos do Império e descendiam de antepassados ilustres

Pacheco e Silva rememorou com afetividade as brincadeiras, costumes e as relações que estabeleceu com familiares e amigos nas fazendas. O gosto pela pesca, pela vida campesina e pelo clima bucólico proporcionado pelo contato com a natureza permaneceu por toda a sua vida. Já quando adulto, em seus períodos de férias, viajava com frequência para a chácara de sua propriedade na cidade de Jacareí. Seus relatos sobre os seus feitos

extraordinários nas pescarias que empreendeu com seus filhos e amigos são descritos com de forma apaixonada e épica, como verdadeiras histórias de pescador, como se diz popularmente. Sobre sua infância no interior, Pacheco destacou que o que mais lhe chamava a atenção era a abundância de alimentos disponíveis, o clima de camaradagem entre os garotos da região e a liberdade sentida ao percorrer sem embargos as amplas terras de seus pais. Segundo ele,

Sobre a mesa florida eram colocadas enormes travessas com as mais variadas iguarias, de forma a atender a todos os paladares. As porções eram fartas e, conquanto os comensais fossem muitos, sobrava sempre apreciável quantidade que era aproveitada pela criadagem, em número superior a uma dúzia, entre cozinheiras, copeiras, criadas de quarto, lavadeiras e faxineiras, além dos camaradas encarregados de baldear água, mantimentos, frutas e doces que enchiam as despensas e depósitos situados nos fundos da casa [...].

Tanto meu irmão Domício como eu passávamos a maior parte do dia em companhia dos menores da mesma idade, filhos dos colonos na mais franca camaradagem. Quase todos eles descendentes de italianos, tinham por base de alimentação a polenta, bem preparada e farta. Nós, meninos da cidade muito a apreciávamos por não aparecer ela em nossas mesas [...].

Ao se aproximar o final das férias, um sentimento de tristeza se apoderava da meninada. Adeus à vida livre, ao contato com a natureza, sem horários e sem obediência à severa disciplina escolar. Era penoso pensar em horas inteiras sentados nas classes, na obrigação de fazer lições enfadonhas e ainda levar trabalhos para casa. Além disso, a obrigatoriedade de rígida etiqueta de vestir roupas ajustadas como as que usavam naquele tempo, de calçar botinas apertadas, para quem se habituara a andar descalço ou de botas largas, não deixava de ser um doloroso contraste, um verdadeiro martírio, particularmente nos primeiros dias de aula (Pacheco e Silva, 1995, p. 98-103).

3.1.2 – Antonio Carlos Pacheco e Silva e a vida nos anos dourados da *belle-époque* parisiense

Além da capital e do interior paulista, mais uma localidade foi importante na formação de Antonio Carlos Pacheco e Silva: a cidade de Paris, para onde ele viajou

diversas vezes a lazer e onde viveu por cerca de um ano, em 1907. A França até pelo menos a Primeira Guerra Mundial catalisava as aspirações europeias das elites brasileiras e exercia grande influência sobre a intelectualidade e sobre as classes políticas nacionais. Pacheco e Silva, por sua vez, não esteve imune ao fascínio que a cultura gaulesa desempenhava sobre seus contemporâneos, tendo sido, ao longo de toda a sua vida, um grande admirador da ciência francesa, estabelecendo diversos projetos com pesquisadores daquele país. Anos mais tarde Pacheco e Silva, ao concluir sua formação médica, especializou-se ali em Neuropsiquiatria e foi um dos signatários da criação da Aliança Francesa no Brasil. Foi também presidente da Associação Franco-Brasileira de Medicina e presidente do *Comité France-Amerique*. Em 1961 suas relações com a França foram reconhecidas pela administração daquele país. Em uma pomposa solenidade Pacheco foi condecorado com a Medalha da Legião da Honra e em outra ocasião, pelas mãos do Ministro da Saúde Pública da França, recebeu a Medalha da Ordem Nacional da Saúde Pública, no grau de Comendador, em virtude dos “serviços prestados como perito em Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde”.

Em suas memórias, Pacheco e Silva afirmou:

Pela França e pelo seu povo tive sempre grandes afinidades e o maior apego, como, aliás, sucedia com a maioria dos brasileiros de minha geração, considerando-a como se fosse a minha segunda pátria. Aos dez anos de idade eu já entendia e falava corretamente o francês, o que muito facilitou meu curso médico, pois os livros utilizados eram de grande maioria de autores gauleses. Isso muito concorreu também para que tirasse o maior proveito dos cursos de aperfeiçoamento que fiz depois de diplomado, em Paris, onde passei a entreter relações com grandes mestres da especialidade que abracei (Pacheco e Silva, 1995, p. 89).

A atração e a proximidade de Pacheco e Silva, bem como de seus familiares e, em escala ampliada, de grande parte das elites brasileiras pela cultura e organização política francesas pode ser entendida como fruto de uma política estruturada de propaganda promovida pelo governo francês na América Latina que, ainda que já ocorresse desde o século XIX, se estruturou de forma mais incisiva no início do século XX. Segundo Patrick Petitjean (1996, p. 95),

No começo do século XX, a Terceira República [francesa] procura retomar suas relações com a América Latina. Numerosas missões são enviadas, em particular à Argentina e ao Brasil.: missões comerciais, missões militares e viagens de políticos. Todas essas viagens dão lugar a uma intensa publicação de livros para exaltar as relações com a América Latina. Inversamente, as comunidades latino-americanas são numerosas em Paris, em especial, várias dezenas de médicos argentinos e brasileiros.

Os primeiros contatos de Pacheco e Silva com Paris deram-se, primeiramente, através de sua mãe que, como mencionado anteriormente, viveu por mais de dez anos naquela cidade com sua irmã Clarita e seu cunhado Gabriel Piza. Quando Pacheco tinha 8 anos de idade ele e sua família passaram uma espécie de “ano sabático” na capital francesa onde foram hospedados na residência diplomática ocupada pelo casal Piza. Ali puderam ter contato com diplomatas, empresários e autoridades políticas brasileiras e francesas, além de desfrutar do que havia de mais glamoroso na *belle-époque* parisiense, que foi assim sintetizada por Eric Hobsbawm (1988, p. 242):

Os quinze anos entre 1899 e 1914 foram a *belle époque* não só por terem sido prósperos — e a vida era incrivelmente atraente para os que tinham dinheiro e dourada para os ricos —, mas também porque os dirigentes da maioria dos países ocidentais, embora preocupados talvez com o futuro, não estavam com medo do presente. Suas sociedades e regimes pareciam, de maneira geral, administráveis.

De fato a família Pacheco e Silva viveu em Paris “tempos dourados”. No ápice de sua expansão colonial, a França proporcionava aos ricos que ali aportavam o contato com produtos originários de diferentes pontos do globo e o acesso aos imponentes monumentos que sinalizavam as grandes conquistas do imperialismo francês e a sofisticação cultural da *cidade-luz*. Escolástica, mãe de Antonio Carlos, conhecia bem a capital francesa e juntamente com ela, de seu irmão Domício e de Mademoiselle Constant, governanta da residência dos Piza, Antonio Carlos Pacheco e Silva visitou os diversos pontos turísticos da capital francesa. Sua vida em Paris foi cercada de luxo e desde então,

mesmo após retornar ao Brasil em 1908, as suas idas a Paris tornaram-se frequentes. Em outra compilação dos depoimentos que recebeu de Pacheco e Silva, Gilberto Freyre destacou as atividades e as impressões de Pacheco e Silva sobre a *cidade-luz*:

Antônio Carlos Pacheco e Silva confessa ter tido com os franceses, desde a infância, “a maior afinidade”. E explica: “Estive em Paris em várias épocas da minha vida. Na minha infância assisti ao Guignol nos Campos Elísios, brinquei no Parque Monceau, compareci às feiras de Neuilly, presenciei as deslumbrantes paradas militares sob o Arco do Triunfo, fiz navegar veleiros em miniatura nos lagos do Jardim de Luxemburgo, percorri em bicicleta as alamedas do Bois de Boulogne, admirei, deslumbrado, os chafarizes gigantescos e o jogo das águas do Palácio de Versailles nos dias de festas, participei de recepções na Legação Brasileira e frequentei a Escola Richelieu”. Mais: “[...] chorei, juntamente com a minha velha governanta francesa, diante do túmulo de Napoleão, nos Inválidos”; “percorri, encantado, a Praça da Concórdia e as grandes pontes sobre o Sena”; “assisti missas na Notre Dame e na Madeleine”; “subi à Torre Eiffel”; “caminhei através dos grandes boulevard, chupando *sucres d’orge*, ou comendo cerejas, levando pela mão lindos balões, cheios de gás, que recebia como brinde no Louvre e no Bon Marché, quando acompanhava minha mãe nas compras”; “alimentei pardais e pombos no Jardim das Tulherias”; “distribuí pão às carpas dos lagos de Buttes Chaumont”.

Isto nos primeiros anos do século XX. Dez anos depois, o paulista Antônio Carlos Pacheco e Silva voltou à Paris que conhecera menino: sobrinho do então ministro do Brasil na França, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, terrível inimigo do barão do Rio Branco e “médico formado nos Estados Unidos”. Reviu Antônio Carlos aqueles lugares todos, conhecidos com olhos de criança, cheio de emoção: “sobretudo porque nada havia mudado” (Freyre, 1974, p. 355).

Portanto, entre as transformações ocorridas com grande velocidade na cidade de São Paulo, a vida aristocrática das fazendas do interior paulista e as viagens constantes para Paris, Pacheco e Silva viveu os primeiros anos de sua vida com todas as possibilidades que um jovem rico de seu tempo poderia ter ao seu dispor. A classe social a qual pertencia, os locais que frequentou, os valores culturais, políticos e morais de seus familiares certamente contribuíram para a formação de sua personalidade. Ao longo dos anos Pacheco e Silva mudou, amadureceu, oscilou. Há inúmeras rupturas e distensões em sua trajetória, como não poderia deixar de ser. No entanto, há uma permanência em sua

biografia que nos parece fundamental e que, ao nosso ver, pode ser identificada nestes seus primeiros anos de vida: a mescla de uma formação cultural essencialmente conservadora e aristocrática com a atração pelo que havia de mais moderno e dinâmico em seu tempo.

Seria ele que, por exemplo, introduziria no Hospital do Juquery, anos mais tarde, as terapêuticas mais modernas dos anos 1920 ao passo que defendia as mais restritivas medidas eugênicas de base racista e discriminatória. Pacheco defenderia, também, a modernização do país, a racionalização das relações trabalhistas e o desenvolvimento industrial promovido pelas elites em detrimento das “massas que mal sabiam se autogerir”. E assim por diante.

Sendo assim, concluída essa primeira imersão sobre a *Era formativa* de Antonio Carlos Pacheco e Silva, direcionemos nosso olhar, a partir de agora, para a sua vida escolar e universitária.

3.2 – Da formação escolar norte-americanizada aos meandros de sua vida universitária: uma análise sobre elucidações e apagamentos na trajetória acadêmica de Pacheco e Silva

Antonio Carlos Pacheco e Silva teve, inegavelmente, uma trajetória profissional longa, somando mais de 60 anos de atuação sobre um amplo leque de temas aos quais se dedicou a estudar e a escrever. Entretanto, com exceção de sua carreira docente, que perdurou por mais de três décadas, bem como o exercício da Diretoria do Hospital de Juquery, o qual desempenhou por 14 anos, as demais atividades de Pacheco e Silva ficaram restritas a poucos anos ou mesmo meses. Neste sentido, sua prática profissional pode ser definida como uma sobreposição de interesses difusos, por vezes conectados e por outras conflitantes ou mesmo contraditórias. Como veremos, esta característica formaria a tônica de sua biografia desde a sua vida escolar até os seus últimos anos de vida.

Tendo isso em vista, objetivamos, por ora, procurar na formação escolar e acadêmica de Pacheco e Silva os fios e rastros dessas “idas e vindas” que marcarão toda

a sua trajetória profissional. Para tanto, primeiramente, nos voltaremos para a considerável influência que o modelo educacional norte-americano exerceu sobre a sua formação desde os seus primeiros anos de vida. Ao nos debruçarmos, na sequência, sobre a sua vida universitária destacaremos as suas vivências na Universidade *Livre* de São Paulo,⁷ instituição privada dirigida por Eduardo Guimarães, para tentar compreender as razões de Pacheco e Silva ter optado por ali estudar e por ter, posteriormente, omitido em grande parte de sua vida que foi aluno daquela instituição.

Como veremos, com idas e vindas, matrículas e rematrículas, a sua vida escolar se desenrolou entre cinco colégios situados em três cidades diferentes. Da mesma forma, sua formação universitária se deu em três instituições, tendo se iniciado em um curso de Farmácia na Universidade *Livre* de São Paulo e concluída no curso médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em seus currículos, memoriais e reminiscências Pacheco procurou construir uma narrativa linear que refletia a ideia de uma certa coesão de sua trajetória. Para tanto, procurou esmaecer a diversidade de instituições que fizeram parte de seus anos de estudo, dando mais luz a determinados colégios e faculdades que frequentou e apagando as demais de sua biografia.

Procurando compreender esses apagamentos e elucidações, a fragmentação e a complexidade de sua vida escolar, começemos por tratar dos seus primeiros estudos entre os anos de 1902 e 1913 nas cidades de São Paulo, Jacaré e Paris.

3.2.1 – A formação escolar: idas e vindas entre o modelo educacional norte-americano

Em meados de março de 1902 o Brasil acabara de eleger seu novo Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, e a cidade de São Paulo seguia vivendo sua *belle-époque*, regada pelo capital acumulado da cafeicultura. Pacheco e Silva, por sua

⁷ O nome oficial da referida instituição de ensino superior é Universidade de São Paulo. Trata-se da primeira Universidade instalada na capital paulista em 1911, tendo praticamente todas as suas atividades encerradas em 1917 como veremos adiante. No entanto, para evitar confusões interpretativas em relação à Universidade de São Paulo, entidade pública estatal, fundada em 1934, que permanece em funcionamento até os dias atuais, acrescentaremos o termo *Livre* ao nos referirmos à instituição privada, da qual Pacheco e Silva foi aluno entre 1914 e 1918.

vez, prestes a completar o seu quarto aniversário, iniciou sua vida escolar ao ser matriculado por seus pais no Jardim da Infância de São Paulo, que se constituía como um dos importantes símbolos do projeto de modernização das instituições públicas encampado pela administração paulista. Ali, o pequeno Antonico conviveu com os filhos dos mais influentes fazendeiros, médicos, políticos e empresários que viviam nas imediações da instituição. Foi no Jardim, também, que Pacheco foi introduzido ao modelo educacional norte-americano, o que viria a ser uma das características mais marcantes de sua formação escolar.

O Jardim da Infância de São Paulo localizava-se ao lado da Praça da República em um prédio cujo projeto foi assinado pelo arquiteto Domiziano Rossi e que pela beleza de suas peculiares formas se destacava em meio às demais construções na região central de São Paulo. Inaugurado em 1896, o Jardim foi um dos frutos dos planos de reforma do ensino e da formação de professores empreendidos por Caetano de Campos⁸ a partir de 1890. Jane Soares de Almeida destacou o caráter reformista e a influência norte-americana presente no novo modelo educacional implantado em São Paulo nos primeiros anos da República:

A reforma efetuada na Escola Normal em 1890 por Caetano de Campos pode ser considerada a única reforma que alterou significativamente o ideal da formação prática do professor e que alicerçou a escola no sistema escolar, a qual, com o crescimento do seu prestígio entre a população, passou a atrair cada vez mais o contingente feminino, que viu nela a oportunidade de educar-se e instruir-se [...].

Após a Proclamação da República, a Escola Normal Paulista foi confiada à administração de Caetano de Campos, com a tarefa de nela implantar inovações, como primeiro passo para a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. A reforma, efetuada por Caetano de Campos pelo Decreto de 12 de março de 1890, foi fortemente influenciada pelo pensamento pedagógico de Rangel Pestana, o qual, por sua vez, admirava a estrutura do ensino norte-americano. Para ajudar na reforma foi convidada uma norte-americana radicada há pouco no Brasil, Marcia Browne, que lecionava à época no

⁸ Antonio Caetano de Campos (1844 – 1891) é considerado um dos mais importantes educadores de São Paulo. Por indicação de Rangel Pestana foi convidado pelo Presidente da Província de São Paulo, Prudente de Moraes, para coordenar a reformulação do ensino nas escolas paulistas. Entre 1890 e 1891, Caetano de Campos aglutinou diversos educadores e intelectuais e constituiu a primeira Escola Normal de São Paulo, a partir dos métodos de ensino baseados no modelo educacional norte-americano.

Mackenzie College, e D. Guilhermina Loureiro de Andrade, que estava morando no Rio de Janeiro e que estudara nos Estados Unidos por quatro anos (Almeida, 1995, p. 670-671).

Como um anexo da Escola Normal de São Paulo, o Jardim da Infância foi erigido com a finalidade de ser o *locus* de aplicação dos métodos educacionais aprendidos pelos professores. O modelo educacional ali adotado era considerado exemplar e a estrutura física do Jardim de Infância era equiparada às mais modernas instituições escolares da Europa e Estados Unidos. Segundo Maitê Custódio Aird (2015, p. 70), o Jardim da Infância possuía “quatro salas de aula vastamente iluminadas e um grande salão para as solenidades infantis, coberto por uma cúpula octogonal. Além dessas salas, o prédio contava com duas salas anexas, sendo uma destinada a depósito de materiais e a outra a reunião de professores”.

O acesso ao Jardim da Infância era um privilégio para poucos. Destarte conferia a possibilidade de uma boa alfabetização em um país cujos índices de analfabetismo eram gritantes. Além disso, as pequenas crianças ali matriculadas poderiam ter contato com os mais modernos recursos educacionais e com a produção cultural valorizada pela elite paulistana. Voltado justamente para os filhos dos que ocupavam o topo da pirâmide social de São Paulo, o ensino visava à formação moral, intelectual e disciplinar para os herdeiros das grandes fortunas.

Ao rememorar as suas impressões sobre a suas experiências no Jardim da Infância, Pacheco e Silva relatou:

A instrução e a educação que me foram prodigalizadas no Jardim da Infância, por professoras capazes e compenetradas do seu papel na formação da criança, tiveram indiscutível influência sobre o meu espírito, numa fase em que ele é facilmente amoldável. O regime misto, meninos e meninas sentados lado a lado, ensinou-me também, muito cedo, a ser afável para com os demais, a respeitar o sexo oposto, a fazer amigos e amigas com a maior naturalidade e cordialidade.

A instrução então recebida não se limitava, entretanto, ao ensino das primeiras letras e rudimentos da aritmética. Executávamos também trabalhos manuais de diversos tipos, visando desenvolver a habilidade manual. Cantávamos hinos patrióticos, saudávamos respeitosamente o pavilhão nacional participando das comemorações das grandes datas, o

que contribuiu para a formação e o desenvolvimento do espírito cívico [...].

À cerimônia de encerramento das atividades escolares comparecia pessoalmente o Dr. Oscar Thompson, diretor da Instrução Pública de São Paulo, cuja chegada era aguardada em silêncio e em respeito pela criança que, apesar da pouca idade, revelava consideração e acatamento pelas autoridades. Feita a entrega dos trabalhos e dos prêmios aos melhores, recebiam os alunos calorosas e carinhosas manifestações de todos os presentes. Os trabalhos executados pelos filhos eram cuidadosamente conservados pelas mães como lembranças das suas primeiras atividades escolares (Pacheco e Silva, 1995, p. 84-85).

Quando deixou o Jardim da Infância, Pacheco e Silva foi matriculado na Escola Americana, instituição pertencente ao *Mackenzie College*, onde iniciou o Curso Primário em 1905. Enquanto seu irmão Domício realizou toda a sua formação neste mesmo colégio chegando, inclusive, a cursar a graduação em Engenharia no Mackenzie, Antonio Carlos se desvinculou e retornou à Escola Americana diversas vezes. Neste primeiro período em que ali estudou, Pacheco permaneceu por cerca de um ano e meio, entre o início do ano letivo do Colégio que se dava entre os meses de julho e agosto, acompanhando o calendário escolar dos Estados Unidos, até o final de 1906. No início do segundo semestre letivo referente ao 2º ano primário (1906-1907), Pacheco e Silva teve a sua matrícula trancada, pois seguiria com sua família para Paris, como mencionado anteriormente, onde viveria por um ano na residência diplomática ocupada por seu tio e padrinho, o embaixador Gabriel Piza.

Ao aportar em Paris, Antonio Carlos Pacheco e Silva foi matriculado na *École Richelieu*, colégio que naquele período tinha entre seus quadros um número considerável de crianças latino-americanas, especialmente de origem argentina e brasileira. Apesar de afirmar e reafirmar a influência da educação e da “cultura gaulesa” sobre a sua personalidade, Pacheco dedicou um curto espaço em suas reminiscências para o relato de sua vivência escolar em Paris, que se limitou ao seguinte apontamento:

Em Paris fomos matriculados na “École Richelieu”, junto ao “Bois de Boulogne”, mui justamente considerada uma das melhores escolas particulares, com corpo docente de primeira ordem. Éramos obrigados

a levantar muito cedo, porquanto a escola ficava distante da nossa casa e a condução não era frequente. Assim é que às sete horas estávamos a posto tomando café na companhia do meu padrinho, o meu tio Piza (Pacheco e Silva, 1995, p. 106).

De volta ao Brasil, Pacheco e Silva retornou à Escola Americana, integrando as turmas de 1908 e 1909. Foi possível apurar que em 1910 ele estudou no Ginásio Nogueira da Gama, colégio idealizado pelo educador Lamartine Delamare Nogueira da Gama e localizado na cidade de Jacareí, interior de São Paulo. Sabe-se que seu irmão Domício continuou vivendo neste ano na cidade de São Paulo, permanecendo matriculado no *Mackenzie College*; levantamos, também, as informações sobre uma ampla fazenda que família possuía em Jacareí. No entanto, as razões que levaram Pacheco a transferir-se para um colégio longe da capital paulista e com quais familiares ou parentes ele viveu ao longo deste ano ainda nos despertam curiosidade mesmo após tantas pesquisas. Fato é que dentre as centenas de documento consultados, em nenhum deles Pacheco e Silva mencionou que o Ginásio Nogueira da Gama fez parte de seu currículo escolar. O único registro que aponta para isso foi o uma carta-resposta que Pacheco recebeu da secretaria do colégio em 1935, em que constam os registros de que ele foi, de fato, aluno da instituição e que foi aprovado ao final do ano de 1910⁹.

No segundo semestre de 1911, Pacheco retornou para a Escola Americana, permanecendo ali até a conclusão de sua formação escolar em 1914. Dentre matrículas e rematrículas, este foi o período em que Pacheco permaneceu por mais tempo na instituição norte-americana, realizando ali todo o seu Curso Secundário, deixando a instituição, somente, quando ingressou na Universidade. Por isso, cremos que cabe aqui uma maior reflexão sobre as características desta instituição e sobre as experiências de Pacheco e Silva em um colégio integralmente dedicado ao modelo educacional estadunidense.

A Escola Americana foi fundada em 1870 pelo Reverendo Presbiteriano George Whitehill Chamberlain com a finalidade de oferecer educação formal, especialmente às filhas de pais protestantes. Com apoio da recém-fundada Igreja Presbiteriana de São

⁹ Este documento (Ginásio Nogueira da Gama, 1935, p. 1-2) compôs o dossiê preparado por Pacheco e Silva para a sua submissão ao concurso público para a Cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Paulo, a Escola que funcionou em seus primeiros tempos na casa do Reverendo, pôde se desenvolver e nos anos seguintes, através de doações de terrenos e de recursos financeiros, teve suas instalações ampliadas e passou a receber um crescente número de alunos. Mesmo sendo oficialmente chamada de *Escola Americana* desde a sua fundação, a partir de 1894 a instituição passou a ser publicamente conhecida como *Mackenzie College*, em homenagem a um dos principais patrocinadores do seu desenvolvimento. Segundo Alderi Souza de Matos (1999, p. 12),

A instituição recebeu de um advogado de Nova York uma doação que possibilitou a construção do primeiro edifício e a adoção de um novo nome. O advogado chamava-se John Theron Mackenzie e a doação, feita por ele e duas irmãs, totalizou 50 mil dólares. Em 16 de novembro de 1893 deu-se início às obras de edificação, supervisionadas pelo Dr. Waddell, que além de pastor era também engenheiro. No ano seguinte o edifício foi concluído, sendo lançada a pedra angular, onde se lê: “Mackenzie College – Anno Domini 1894 – Às Sciencias Divinas e Humanas” O nome Mackenzie, inicialmente dado ao edifício da Escola de Engenharia, foi logo aplicado pelos estudantes a toda a obra educacional da missão [presbiteriana] em São Paulo, sendo eventualmente oficializado pela Junta de Nova York.

Após os primeiros anos dedicados à organização e estruturação da Escola Americana, em 1884 o Reverendo Chamberlain contratou Horace Manley Lane para dirigir a instituição por ele fundada. Lane era um educador norte-americano que havia sido enviado ao Brasil pela *Nashville Committee*, que representava parte das igrejas protestantes do Sul dos Estados Unidos, tendo estabelecido o centro de suas atividades missionárias na região de Campinas nos últimos anos da década de 1860. Reconhecido por sua capacidade de articulação e pela erudição nos debates sobre métodos de ensino, o novo Diretor da Escola Americana ganhou prestígio entre a comunidade protestante paulistana e passou a ocupar importantes cargos na administração das políticas educacionais da cidade. Foi ele, ao lado da *Miss* Marcia Browne e de Caetano de Campos, um dos responsáveis pela introdução do modelo norte-americano de formação docente e na implantação de novas escolas na capital paulista no final do século XIX. Neste sentido, não será exagero afirmar que a história da ascensão da Escola Americana e do *Mackenzie*

College está intimamente ligada às novas diretrizes educacionais implantadas em São Paulo neste período.¹⁰

As escolas norte-americanizadas, com especial destaque para o *Mackenzie*, embora secularizadas e já distantes dos seus objetivos iniciais que eram essencialmente evangelísticos, propunham como espinha dorsal de suas ações um forte apelo moral. Em seus programas oficiais¹¹ eram salientados aos pais que seus filhos seriam educados com base em valores como “honra, virtude, respeito mútuo, temperança e liberdade”. A valorização da ética e do trabalho seriam o diferencial para a formação humanística que poderia, assim, contribuir para o desenvolvimento de uma nação rica e pujante. Tais preceitos propugnados pelos missionários e educadores estadunidenses conquistavam o apoio de um grupo de intelectuais e de políticos que “consideravam o ‘modelo cultural’ norte-americano algo a ser seguido e implantado no país, modelo este que procurava organizar um sistema de ensino que equiparasse o Brasil às grandes nações do mundo” (Almeida, 2007, p. 335).

Anualmente o *Mackenzie College* editava o prospecto dos cursos oferecidos e publicava os relatórios das atividades desenvolvidas na instituição no ano anterior. Em tais documentos é possível notar que determinados valores morais pautavam as ações da instituição e que a assimilação deles fazia parte do que se esperava dos alunos que ali se formavam. No prospecto de 1914, lê-se:

O *College* colocado no planalto mais saudável do Brasil, na capital de São Paulo, cidade que ainda não foi atingida por epidemia alguma, num dos arrabaldes mais aprazíveis e possuindo edifícios próprios, construídos especialmente para internato, externato, aulas e laboratórios, arranjados segundo as regras da mais moderna ciência

¹⁰ Sobre as relações entre Horace Lane, Marcia Browne e Caetano de Campos no âmbito do *Mackenzie College* e na administração paulista, Jane Soares Almeida (2007, p. 341) aponta que “No ano de 1886 a Training School foi transformada na Escola Normal do Mackenzie College. Veio dirigi-la miss Marcia Browne, missionária e professora norte-americana, considerada uma grande especialista no método intuitivo. Em 1896 foi inaugurada uma Escola de Engenharia no Mackenzie que seguiria os mesmos princípios de suas congêneres norte-americanas: laboratórios, trabalho de campo, professores em tempo integral, teoria e prática caminhando juntas. Horace Lane, ao assumir a direção do colégio, deu nova vitalidade à tão sonhada escola de Chamberlain. Posteriormente, Lane colaboraria como governo de São Paulo como consultor educacional de Caetano de Campos e Cesário Mota, os organizadores do ensino público nesse estado. Horace Lane pode ser considerado um nome de destaque no ensino paulista”.

¹¹ Dentre os quais pode-se destacar, a título de exemplo, Mackenzie College; 1911, Mackenzie College; 1914-b.

sanitária, em terreno espaçoso, com vasto campo para jogos atléticos, oferece para a saúde, para o desenvolvimento físico e para o conforto dos estudantes sólidas garantias em condições excepcionais.

Temos motivos para congratular-nos pela marcha sempre progressiva do *College*, pelo bom êxito dos processos educativos, pela feliz escolha do corpo docente e pela posição ocupada pelos ex-alunos, em toda a parte, e somos animados a manter o nosso mesmo sistema [...].

O Curso do Ginásio difere na sua organização do Curso Secundário da Escola Americana, que é preparatório para este, em ter uma coordenação mais exata e uma classificação mais severa, em razão da idade e do grau de desenvolvimento intelectual dos estudantes. A disciplina e a instrução moral do estabelecimento tem por base o ensino das Escrituras Sagradas (Mackenzie College, 1914-b, p. 6-7).

A presença de instituições de ensino norte-americanas em território brasileiro foi parte da estratégia *yankee* de ampliar os espaços de influência cultural e econômica sobre a América Latina. Paulatinamente essa influência passou a concorrer com os modelos culturais e sociais franceses e alemães, que eram, até então, hegemônicos entre as elites brasileiras. A ação imperialista estadunidense que, embora tenha ganhado amplitude e contornos mais claros após a I Guerra Mundial, já se fazia presente no Brasil desde as décadas finais do século XIX. O desenvolvimento industrial, as liberdades individuais, a organização política dos americanos do norte eram virtudes destacadas por parte dos intelectuais e pelos veículos de imprensa tupiniquins. O *American way-of-life*, cada vez mais cultuado conforme o Brasil foi adentrando ao século XX, era contrastado com a percepção de que o país estava fadado a um eterno atraso civilizatório herdado da colonização portuguesa.

Forjou-se, assim, uma espécie de *americanismo*, ideologia que seduziu as elites paulistas, e que trazia em si uma esperança regeneradora para as mazelas nacionais. O caminho para a formação desta nova civilização passava pela mimetização das instituições e valores estadunidenses. Essa esperança regeneradora das elites certamente ocupou um papel central no crescimento do *Mackenzie College* em São Paulo. Ainda que a França continuasse a exercer fascínio sobre os brasileiros, um novo modelo estava sendo forjado e o olhar das elites voltava-se cada vez mais para os vizinhos do norte e para os valores por eles cultuados. Esses valores impregnados na educação escolar de Antonio Carlos Pacheco e Silva vão além dos aspectos morais e religiosos expressos nos

prospectos do *Mackenzie*. Antonio Pedro Tota, em seu estudo sobre o processo de “americanização” do Brasil, intitulado *O Imperialismo sedutor*, afirma que

Tudo, enfim, era ditado pelo ritmo do capital gerador do dinheiro. Irresistível. Eliminadas as dificuldades da vida no mundo moderno, estariam também removidas as fontes de insatisfação social. Paz social alcançada pela generalização do consumo. Algumas palavras adquiriram um significado mítico na ideologia do americanismo: *progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e padrão americano de vida*.

O Tradicionalismo é outro ponto importante na ideologia do americanismo. O mito da vida pura e saudável na fazenda, a relação íntima com a natureza, a cidade pequena, o enaltecimento dos valores familiares, a coragem dos indivíduos, o temor a Deus. Tudo, na verdade, só tinha validade para uma América de brancos, fundamentalistas religiosos, anglo-saxões, anticomunistas e imperialistas apaixonados (Tota, 2000, p. 20).

Tais princípios seriam definidores para a constituição da personalidade de Antonio Carlos Pacheco e Silva. É inegável que a cultura francesa marcou a sua formação, contudo, certamente os valores do *americanismo* destacado por Tota também ajudaram a forjar a sua trajetória científica, política e profissional. Se podemos afirmar que o anseio modernizador misturado a um conservadorismo aristocrático de Pacheco e Silva podem ser identificados nos ambientes familiares e nos locais em que viveu, também entendemos que a educação norte-americanizada que ele recebeu contribuiu significativamente para esta forma de posicionar-se ante as contingências de sua vida.

Mesmo após concluir os estudos no *Mackenzie College*, sua relação com os Estados Unidos não arrefeceu e estendeu-se, na verdade, por toda a sua vida. Em 1926, por exemplo, quando dirigia o Hospital do Juquery e pretendia construir um Manicômio Judiciário anexo ao Hospital, recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller para percorrer diversas instituições psiquiátricas americanas para toma-las como modelo a ser seguido pelas instituições brasileiras. Em 1938 fundou e tornou-se o primeiro Presidente da União Cultural Brasil-Estados Unidos, que visava fomentar as relações diplomáticas entre os dois países e promover intercâmbios de estudos entre alunos das duas nacionalidades. Em 1941 foi convidado pelo governo americano para percorrer as clínicas

psiquiátricas e de ação eugênica em vários Estados e nos anos seguinte manteve constante contato com a embaixada brasileira nos Estados Unidos, com os diplomatas estadunidenses radicados no Brasil, bem como com políticos e empresários americanos.

Voltando para as experiências de Pacheco e Silva no *Mackenzie College*, cabe destacar que o registro das suas avaliações nos revela um aluno mediano, com notas satisfatórias para ser aprovado ao final do ano, que, apesar de ter algumas menções abaixo do exigido em alguns bimestres, obteve uma média final que lhe permitiu prosseguir os estudos no ano seguinte. Sua maior nota foi obtida nas lições sobre História Sagrada, disciplina voltada ao estudo dos textos bíblicos e a matéria que mais lhe causou dificuldades foi Latim. Vejamos no quadro abaixo:

Disciplina cursada (1911-1912)	Avaliação final – média anual
Português	67,5
Latim	62,5
Inglês	70,3
Francês	69,5
História Universal	65,0
História Sagrada	88,5
Álgebra	70,0
Geometria	72,5
Desenho	72,5
Ed. Física	78,5

Fonte: Eschola Americana. **Livro de Notas (1909-1912)**. Acervo do Centro Histórico-Cultural Mackenzie (mimeo), 1912, p. 76.

Por fim, observemos mais um trecho do depoimento prestado por Pacheco e Silva a Gilberto Freyre dessa vez tratando desse período de sua vida escolar. Nele vale a pena notar os sagazes comentários de Freyre, que conecta as falas de Pacheco com um contexto educacional mais amplo, cujos propósitos visavam a transformação do Brasil em um “novo Estados Unidos”:

Pacheco e Silva, nascido em São Paulo em 1898, frequentou na capital paulista o Jardim da Infância anexo à Escola Normal, cuja instalação acredita ter obedecido “à orientação de miss Brown e de Cesário Mota, os grandes reformadores da Instrução Pública de São Paulo”. Miss Brown era anglo-americana. As festas do fim do ano eram um acontecimento. Havia recitativos dos alunos. Também exposição de trabalhos manuais. Tudo presidido “pelo Dr. Thompson, diretor da Instrução Pública” de São Paulo, numa época em que os nomes anglo-saxônios andaram ali e noutras partes do Brasil messianicamente associados à instrução pública, ao ensino, a colégios, a escolas, a jardins da infância, dos quais se esperava que fizessem em pouco tempo, da República do Brasil, novos Estados Unidos. Daí a voga das escolas e dos colégios chamados americanos.

Na Escola Americana foi precisamente onde foi posto a estudar Antônio Carlos – menino elegante, de bicicleta, e filho de família católica: apenas com um tio positivista –, sob os cuidados do “velho Lane”. Era um presbiteriano com alguma coisa de apostólico no seu modo de ser missionário ou educador, esse “velho Lane”. “Tolerante mas enérgico, o velho educador, coadjuvado pelo seu filho Rufus e por uma plêiade de professores, quase todos diplomados pelo Mackenzie, sob sua orientação, sabia manter uma atmosfera de disciplina, sem tolher as nossas liberdades e sem ameaças ou castigos severos”. Nos dias de sol, as aulas na Escola Americana “eram ministradas ao ar livre, debaixo de árvores frondosas ou de galpões de madeira”: americanismo que muito agradou aos meninos brasileiros.

Os livros de leitura, alguns “de autoria de professores do colégio”, eram fornecidos pelo próprio estabelecimento, quase todos impressos nos Estados Unidos e contendo “lindas gravuras”. As gramáticas adotadas eram as de Júlio Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira: dois brasileiros – seja acrescentado à informação de Antônio Carlos Pacheco e Silva – que haviam se tornado protestantes; e numa como compensação ao fato de terem abandonado, por alto motivo de consciência, a Santa Madre Igreja, esmeravam-se – tendência já assinalada noutra parte deste ensaio – em ser mais fiéis que os professores católicos à também quase sagrada língua materna, tornando-se não só mestres exemplares de português como gramáticos, autores de gramáticas da língua portuguesa, puristas. O caso, também, de Otoniel Mota, Jerônimo Gueiros, Álvaro Reis. A aritmética adotada era a de Trajano: outro brasileiro ilustre que se tornara protestante. Em aritmética, os alunos eram “diariamente obrigados a resolver vários problemas [de aritmética], que os professores corrigiam com espantosa rapidez”: outro americanismo que fez época no Brasil.

Expressão pedagógica do “time is money” que começava a transformar brasileiros não só da gente média como da chamada classe alta, em apologistas da eficiência, da pressa, da rapidez, em oposição ao “tenha paciência” e ao “fica para amanhã” das normas tradicionais. A favor dessa americanização do sentido brasileiro de tempo, vinha agindo desde os primeiros anos do século XX o triunfo alcançado por Santos Dumont em Paris: triunfo sobre o espaço e sobre o tempo em que o brasileiro se antecipava aos anglo-saxões. Em geografia, os compêndios seguidos na Escola Americana eram os de Lacerda e Scrosoppi; mas era também um ensino com seu aspecto “prático” e “eficiente”, novo para o Brasil: os alunos deviam eles próprios “fazer mapas”, localizando nesses seus mapas “os rios, montanhas e cidades principais”. Outro americanismo entre meninos de famílias elegantes: “fazíamos também trabalhos manuais em madeira, orientados por um mestre de carpintaria”.

Nos recreios, recorda (Antônio Carlos) Pacheco e Silva que o jogo preferido pelo maior número de meninos era o futebol jogado com bolas de pano “confeccionadas pelos próprios alunos”. Além do futebol, brincava-se de “barra à cega, barramanteiga, acusado, saltos em distância, sela, amarelinho”. Também de “bolinhas, bilboquê, diabolô, pião, etc.” Saliente-se do edifício da Escola Americana de São Paulo que, num excesso de americanismo, era todo “de tijolos vermelhos não revestidos, como a maioria das universidades e colégios americanos” (Freyre, 1974, p. 163).

Em meados de 1914, Pacheco e Silva concluiu o Curso Secundário no *Mackenzie College*. Nos meses finais daquele ano, quando a Primeira Guerra Mundial eclodia e impactava todas as nações do mundo, Pacheco prestou as provas que lhe permitiram ingressar no Curso Preliminar de Farmácia na extinta Universidade *Livre* de São Paulo. Ali ele iniciava a sua formação acadêmica que, assim, como sua vida estudantil, foi marcada por mudanças de cursos e de instituições. Em seus registros de memória e em seus currículos profissionais, Pacheco e Silva lançou luz sobre a sua formação médica pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sem mencionar, propositadamente a nosso ver, a sua trajetória acadêmica pregressa. Buscar analisar as motivações para este apagamento e tratar de algumas especificidades de sua formação universitária são os objetivos do próximo tópico.

3.2.2 – A formação acadêmica: da graduação em Farmácia na extinta Universidade Livre de São Paulo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

No dia 27 de maio de 1914, Antonio Carlos Pacheco e Silva solicitou ao Sr. Eduardo Guimarães, Reitor da Universidade *Livre* de São Paulo, a sua matrícula como aluno ouvinte da Primeira Série da Escola de Farmácia que teria início no segundo semestre daquele ano. Naquela ocasião, às vésperas de comemorar o seu 16º aniversário, Pacheco prestava as últimas provas no *Mackenzie College* para concluir o Curso Secundário e ver-se habilitado a ingressar na Universidade. Talvez por isso tenha perdido os prazos hábeis de inscrição e tenha recorrido diretamente ao gabinete do Reitor para ter sua matrícula aceita pela instituição. Com o apelo acolhido e com o pagamento das taxas devidas, a inscrição de Pacheco foi homologada e ele pôde nos meses seguintes tornar-se um calouro universitário (Universidade de São Paulo, 1914-b, p. 9).

A passagem de Antonio Carlos Pacheco e Silva pela extinta Universidade *Livre* de São Paulo ainda não foi devidamente explorada pela historiografia. A bem da verdade, a própria história desta Universidade, instituição privada fundada em 1911 e que teve as suas atividades encerradas em 1917, ainda carece de estudos de maior amplitude, haja vista que apenas poucos trabalhos se debruçaram sobre esta instituição que desempenhou um papel central na formação de profissionais em São Paulo no início do século XX. Os seus contornos institucionais, as disputas legais que travou e as figuras de proeminência política e científica que mobilizou ao longo de seu curto período de existência revelam o lugar de destaque que a Universidade *Livre* de São Paulo ocupou na sociedade paulistana.

Para evitar confusões interpretativas, cabe ressaltar que a Universidade *Livre* de São Paulo, instituição privada, a que nos referimos e na qual Pacheco e Silva foi aluno, não tem nenhuma ligação com a Universidade pública homônima, fundada em 1934 no governo de Armando de Sales Oliveira. Isso posto, para melhor compreender a trajetória acadêmica do personagem aqui biografado, optamos por apurar nosso olhar para as especificidades de suas experiências na Universidade *Livre* de São Paulo, onde ele estudou entre 1914 e 1918. Seus dois últimos anos de formação universitária se deram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro após um curto período em que esteve matriculado na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. É preciso dizer desde já: não negamos a importância da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a qualificação

profissional de Pacheco e Silva. Pelo contrário; um pouco mais adiante, inclusive, nos dedicaremos a analisar a sua formação em Psiquiatria quando foi aluno na instituição carioca. Todavia, buscaremos aqui trazer luz a um importante período da vida de Antonio Carlos Pacheco e Silva que foi ainda pouco explorado pela historiografia.

No início dos anos 1910 a cidade de São Paulo vivia duas realidades opostas que escancaravam, mais uma vez, o enorme abismo que separava os interesses e preocupações das elites do enorme contingente de trabalhadores pobres que lutavam por sua sobrevivência. De um lado temos a crescente população trabalhadora de São Paulo que convivia diariamente com o “pauperismo, crise de trabalho, carestia, falta de habitações, elevação dos preços dos aluguéis, péssima qualidade das águas do Tietê destinadas ao consumo da população pobre e a epidemia de febre tifoide” (Ribeiro, 1993, p. 156). De outro, uma elite científica, econômica e política que desejava criar espaços de atuação para seus membros e formar uma espécie de “tradição científica paulista”. Neste contexto a criação de uma Faculdade de Medicina modelar era fundamental para o anseio de elevar São Paulo à categoria de cérebro e motor da nação. Segundo André Mota,

São Paulo, por sua vez, colocando-se como o construtor desse novo Brasil republicano, lutava por sua própria escola médica, para formar a “sua gente”, acreditando ser possível chegar a um pensamento médico dito “originariamente e naturalmente paulista”. Sua instauração na Paulicéia demarcaria a posição que a cidade deveria assumir perante o país – não mais como o burgo dos estudantes, mas o laboratório do progresso econômico, intelectual e científico. As discussões, mesmo polarizadas, deixavam transparecer a simpatia pela questão (Mota, 2004, p. 213).

Os debates que fomentaram a criação da primeira Faculdade de Medicina em São Paulo ganharam impulso entre as elites cafeeiras nos primeiros anos da República. Em 1891, Américo Brasiliense, Presidente da Província de São Paulo, assinou o Decreto nº 11 que instituía a Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia e regulamentava a criação de duas outras escolas - a de Engenharia e a de Agricultura. Nos anos seguintes seriam criadas, a partir do referido Decreto, a Escola Politécnica de São Paulo e a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz. Entretanto, diferentemente de suas congêneres, a escola médica levaria mais duas décadas para sair do papel em um contexto em que para

políticos, cafeicultores e empresários a necessidade de São Paulo abrigar uma escola médica era consensual. Sendo assim, no início da década de 1910 o debate que se estendia entre a imprensa, associações médicas e legisladores já era de outra natureza e se dava a partir da seguinte pauta: a Faculdade de Medicina de São Paulo deveria ser criada e gerenciada pelo Estado ou pela iniciativa privada?

Nessa ferrenha disputa ideológica o peso e o *lobby* do capital prevaleceram, ao menos temporariamente.

Com a queda da Monarquia e com o advento de uma República fortemente influenciada pelos ideais positivistas, espalharam-se pelo Brasil escolas secundárias e de nível Superior financiadas por capitalistas que faziam pressão política pela desoficialização da Educação no país. Para esses, a estatização do ensino era uma prática retrógrada que comprometeria o livre pensamento e as liberdades individuais dos cidadãos. Diante da ausência de uma regulamentação clara sobre os rumos das políticas educacionais republicanas, diversas instituições de ensino foram inauguradas e brevemente encerradas em São Paulo. Para buscar resolver esse impasse legal foi promulgada em 1911 a chamada *Lei Rivadávia Correa*, que organizava as diretrizes e reafirmava a possibilidade de criação do ensino livre e particular no país. Com a estruturação legal do Ensino Superior privado, foi possível que o velho sonho da elite cafeicultora de ter uma Faculdade de Medicina para chamar de sua se realizasse. Maria Lucia Mott (2007, p. 42) apontou que

A Lei Rivadávia Correa (1911) que tornou livre o ensino no Brasil, possibilitou a criação de uma série de escolas na área da Saúde. No final de 1911, Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, foi escolhido como docente de Terapêutica e diretor da Escola de Farmácia e Odontologia Paulista, uma nova escola que deveria ser aberta na capital paulista, financiada pelo educador e capitalista Luiz Antonio dos Santos. Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, então, teria sugerido a ampliação do projeto inicial, sendo abraçada a ideia da fundação de uma universidade. O médico campineiro, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, republicano, defensor de princípios positivistas, grande propagandista do ensino livre, foi o agente da proposta e escolhido como reitor, recebendo apoio de políticos, médicos, juristas, escritores, engenheiros, religiosos da igreja católica, representantes das elites e das camadas médias.

Deste modo no dia 19/11/1911 a Universidade *Livre* de São Paulo foi inaugurada em uma cerimônia que contou com a presença de autoridades políticas, lideranças religiosas e de destacados pesquisadores representando as mais importantes instituições científicas paulistas. O início das aulas foi alardeado na grande imprensa que destacou o cerimonial de início das atividades universitárias no qual se fizeram presentes o Presidente do Estado de São Paulo, Albuquerque Lins, o Secretário do Interior, Bernardino de Campos, o Senador Carlos de Campos, bem como os Diretores da Faculdade de Direito de São Paulo e da Escola Politécnica, representantes da magistratura e das associações médicas da capital (O Estado de São Paulo, 1912, p. 7). Em maio de 1912 as primeiras aulas foram ministradas para um total de 466 alunos matriculados na instituição, divididos entre as escolas superiores de Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina, Odontologia, Comércio e de Belas Artes. O elevado número de alunos ingressantes da Universidade *Livre* de São Paulo revela a demanda pela diversificação da formação universitária em São Paulo, haja vista que, até então, poucos cursos superiores eram ofertados na capital paulista e aqueles que desejassem uma graduação em Medicina, por exemplo, tinham que se deslocar para outras cidades como Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo.

A Universidade tinha como Reitor o médico Eduardo Guimarães, como Vice-Reitor o também médico Ulisses Paranhos e era gerida por uma comissão composta por quatro farmacêuticos, três dentistas, onze médicos e dois advogados sob o patrocínio financeiro de Luiz Antonio dos Santos, o “sócio capitalista”. O corpo docente era formado por profissionais reconhecidos nacional e internacionalmente que integravam ou mesmo lideravam as mais importantes instituições e associações profissionais de São Paulo. Dentre os docentes da Universidade *Livre* de São Paulo podemos destacar Vital Brasil, Professor de Microbiologia, que em 1914 seria nomeado o primeiro Diretor do Instituto Butantan; Antonio Carini, Professor de Anatomia e o então Diretor do Instituto Pasteur de São Paulo; Francisco Franco da Rocha, Professor de Clínica psiquiátrica e neurológica e então Diretor do Hospício de Juquery; José Malhado Filho, Diretor da Escola de Farmácia da Universidade *Livre* de São Paulo e Presidente da Sociedade de Farmácia e Química; Spencer Vampré, Diretor da Escola de Comércio, Deputado estadual e, futuramente, Diretor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, entre outros.

Diante do exposto, não restam dúvidas de que aquela Universidade privada contava com grande apoio político, tendo em seus quadros professores altamente qualificados e uma enorme demanda por vagas. Ao examinar o conjunto documental pertencente à Universidade, que atualmente encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maria Lúcia Mott destacou:

Ressalte-se que os registros levantados nessa pesquisa preliminar sugerem o reconhecimento social e a legitimidade da escola no período em que esteve em atividade. A Escola foi procurada por um grande número de alunos entre 1912-1917; o currículo dos profissionais contratados para docentes era reconhecido por outras instituições científicas, médicas e de ensino; autoridades políticas e científicas em diferentes comemorações prestigiaram os eventos escolares; a presença do reitor Eduardo Guimarães foi notada pela imprensa em eventos científicos e acadêmicos ocorridos na capital; os alunos da Universidade foram aceitos em outras escolas, como ao contrário, estudantes de outras instituições pediram transferência para a Universidade; os alunos de medicina foram recebidos na clínica de profissionais e instituições de assistência, conforme atestam as observações publicadas nas teses; a vida acadêmica foi ativa” (Mott, 2007, p. 64).

Mesmo contando com prestígio e apoio de importantes setores da sociedade paulistana, a Universidade *Livre* de São Paulo veria a sua hegemonia ruir rapidamente diante de interesses parte da corporação médica e de alguns setores políticos ávidos por apoio para as eleições seguintes.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, fundada em 1895 congregava a elite médica paulista e no início da década de 1910 ainda vivia uma profunda divisão entre seus membros que defendiam o ensino superior privado e aqueles que reivindicavam a criação de uma escola médica estatal (Teixeira, 2007, p. 129). Em meio a esse debate, ganhou projeção e força política um de seus mais respeitados membros e que viria a ser o principal responsável pelas ações que culminaram com o fechamento da Universidade *Livre* de São Paulo: o renomado cirurgião Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho. Filho de um importante advogado e político campineiro, Arnaldo, com a força de seu sobrenome, pôde ocupar diversos cargos importantes nos serviços de Saúde de São Paulo logo após se formar pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ao analisar o processo que

culminou com a nomeação de Arnaldo Vieira de Carvalho para a condução da elaboração da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Elza Nadai afirmou que

Considerado homem de forte personalidade, de segura ilustração, não vinculado à Universidade de São Paulo particular, o poder público nele encontrou a pessoa indicada para levar adiante seu projeto de escola médica. Desfrutando de grande prestígio junto à classe médica, junto ao poder com o conagraamento do PRP e a consequente recondução do grupo dos Mesquita ao situacionismo, não teve dificuldades em amealhar para a recém-fundada instituição os melhores recursos de que pode dispor (Nadai, 1987, p. 279).

Em 1911, quando Eduardo Guimarães foi nomeado Reitor da universidade privada, Arnaldo Vieira de Carvalho dirigia da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e já havia encabeçado nos anos anteriores o Instituto Vacinogênico e a Hospedaria dos Imigrantes da capital paulista. Contando com o apadrinhamento político de Rodrigues Alves, Presidente da Província de São Paulo, Arnaldo aglutinou em torno de si as o grupo de médicos que pressionava o governo paulista para que o decreto de 1891 que previa a criação da Faculdade de Medicina oficial fosse, enfim, cumprido. No início de 1911, Arnaldo recusou o convite que recebera de Guimarães para lecionar na Universidade *Livre* de São Paulo e fechou as portas da Santa Casa de Misericórdia para a realização dos estágios dos alunos daquela instituição. Enquanto isso, articulou com a administração paulista e com uma importante ala da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo a fundação da escola médica oficial. Assim, em 19 de dezembro de 1912 foi fundada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, sob a direção de Arnaldo Vieira de Carvalho. Maria Gabriela S.M.C. Marinho e André Mota (2012, p. 20) afirmam que

Ao recriar a *Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo* em dezembro de 1912, Rodrigues Alves - em sua segunda administração estadual e de volta ao governo de São Paulo depois de sua gestão como presidente da República - estava, em certo sentido, dando continuidade às ações saneadoras empreendidas anteriormente no Rio de Janeiro. Enquanto presidente, Rodrigues Alves havia nomeado Oswaldo Cruz diretor geral de Saúde Pública, cujas ações no campo do saneamento propiciariam importantes desdobramentos para a pesquisa biomédica

no Brasil. Em 1913, o decreto estadual nº 2.344 de 31 de janeiro estabeleceu o regulamento da nova escola. O mesmo texto nomeou para sua direção Arnaldo Vieira de Carvalho, que exercia o cargo de diretor clínico da *Santa Casa de Misericórdia* desde 1894 [...]. Desde o início das atividades, o diretor procurou conferir base científica e experimental ao ensino, com ênfase na pesquisa e em práticas laboratoriais, uma contraposição expressiva ao modelo vigente no país, mais voltado para aulas teóricas, com ênfase na clínica.

Foi nesta conjuntura de disputas entre a escola médica estatal e a Universidade privada que Antonio Carlos Pacheco e Silva matriculou-se na Escola de Farmácia da Universidade *Livre* de São Paulo no segundo semestre de 1914. Ali Pacheco engajou-se nas entidades estudantis locais, atuou como assistente do Professor Catedrático de Anatomia e Histologia e realizou estágios supervisionados no Instituto Pereira Barreto, também conhecido como Hospital de Caridade do Brás, hospital-escola mantido pela Universidade. Após um ano e meio na Escola de Farmácia, Pacheco e Silva prestou provas que o habilitaram a transferir-se para o curso médico na mesma instituição.

Partindo do pressuposto de que, de fato, desde a sua juventude Antonio Carlos Pacheco e Silva desejava ser médico, conforme ele relatou em suas memórias, chama-nos a atenção as razões de ele ter optado por cursar Farmácia, especialmente na Universidade *Livre* de São Paulo. Na própria Universidade ele poderia ter ingressado no curso médico ou, possivelmente, ter cursado Medicina na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Poderia, ainda, seguir para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou Salvador, como grande parte dos estudantes paulistas contemporâneos fizeram. Mas ao examinar as razões que o levaram a optar inicialmente pela formação farmacêutica na Universidade dirigida por Eduardo Guimarães podemos compreender um pouco melhor a sua personalidade, o seu contexto familiar e histórico em que esteve inserido. Vejamos alguns exemplos.

Inicialmente podemos refletir sobre a sua opção por seguir estudando em uma instituição de ensino fundada e mantida pela iniciativa privada, como fizera ao longo de praticamente toda a sua vida estudantil.

Os seus familiares, especialmente seu avô paterno, seu padrinho Gabriel Piza e seu pai, eram positivistas convictos e defendiam os princípios filosóficos “positivos” em publicações e em suas atuações políticas. A devoção dos Pacheco e Silva pelo Positivismo

era quase religiosa, de modo que as ideias e princípios de Augusto Comte eram seguidas à risca por aqueles que educaram o jovem Antonio Carlos (Freyre, 1974, p. 345). Neste sentido, parece-nos fazer sentido que, quando os filhos do casal Pêrsio e Escolástica Pacheco e Silva estavam aptos a adentrar no Ensino Superior, a opção do casal tenha sido matricular Domício e Antonio Carlos em instituições privadas. A defesa da livre iniciativa era imperativa para os seus familiares. Diante disso, Domício cursou Engenharia no Mackenzie, quando a Escola Politécnica, faculdade gerida pelo governo paulista, estava em pleno funcionamento. Já Antonio Carlos matriculou-se na Universidade *Livre* de São Paulo quando a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, escola médica oficial e estatal, também já havia aberto suas portas há quase dois anos.

Todavia o apreço da família Pacheco e Silva pelo positivismo e o seu entusiasmo pela educação formal empreendida pela iniciativa privada parece ser somente um dos elementos explicativos acerca do ingresso de Antonio Carlos Pacheco e Silva na Universidade *Livre* de São Paulo. A sua opção pela entidade privada e não pela escola médica estatal também pode ser entendida a partir da crise vivida pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo naquele momento. Ao longo de 1914, a Faculdade dirigida por Arnaldo Vieira de Carvalho buscava recuperar o seu prestígio e credibilidade após um impasse gerado pela reprovação de grande parte dos alunos ali matriculados em decorrência de um sistema de avaliação extremamente rígido.

O mecanismo avaliativo da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo previa que mesmo que o aluno fosse aprovado na maioria das disciplinas, caso alcançasse notas baixas em apenas um exame, seria reprovado em toda a série, sem a possibilidade de solicitar novas provas ou dependência de notas. Assim, em 1913, no final do primeiro ano de funcionamento da Faculdade de Medicina, o Professor de Física Médica, Edmundo Xavier, aplicou uma rigorosa avaliação escrita na qual a maior parte da turma foi reprovada por baixo desempenho ou por terem sido acusados de copiar as respostas de seus colegas. A iminente reprovação no curso todo de dezenas de estudantes suscitou uma série de manifestações públicas dos alunos, incluindo ameaças e agressões aos docentes, fechamento temporário da instituição e ampla repercussão do ocorrido nos jornais locais. Segundo André Mota (2005, p. 198),

O número de matriculados em 1913 foi 180, mas mantiveram-se apenas 70, perderam o ano por faltas 58, e 52 por indisciplina. Nos exames finais só seriam promovidos 34, e reprovados 36. Em seu relatório, o Dr. Arnaldo dá as cores do desfecho diante do número de suspensões e consequente reprovação no ano inaugural da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: “os alunos castigados pela Diretoria organizaram enterros simbólicos em que, dando asas aos seus instintos de desordeiros e arruaceiros, quebraram placas dos escritórios dos professores e provocaram outras desordens até caírem sob a repressão policial”.

Diante disso, a Faculdade de Medicina oficial quase fechou suas portas definitivamente, tendo a capacidade do seu prestigiado Diretor questionada publicamente e seu corpo docente posto sob suspeita. Enquanto Arnaldo Vieira de Carvalho lutava para recuperar a imagem da instituição sob a sua responsabilidade, Pacheco e Silva, diante desse impasse, voltou sua atenção para a Universidade *Livre* de São Paulo quando prestou seus exames vestibulares.

Acerca de sua opção por permanecer próximo de sua família em São Paulo durante grande parte de sua formação universitária, partindo para o Rio de Janeiro somente quando a possibilidade de seguir na Universidade *Livre* de São Paulo era inviável, concordamos com Maria Lúcia Mott, quando sugere:

Uma hipótese que deve ser considerada pelo grande número de alunos na Universidade *Livre* de São Paulo, apesar das dificuldades de revalidação de diploma, refere-se aos custos gastos na formação. Não seria mais barato cursar alguns anos na capital paulista e passar menos tempo em outra cidade do interior, até mesmo de outro estado para terminar o curso ou revalidar o diploma? (Mott, 2007, p. 52).

Finalmente, cabe refletirmos sobre as motivações de Pacheco e Silva que o levaram a optar pelo curso de Farmácia no início de sua graduação. Esta escolha pode estar relacionada com a ampla concorrência entre os alunos que prestavam os exames vestibulares para o curso médico tanto na Universidade *Livre* de São Paulo quanto na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Em 1914, ano em que Pacheco iniciou o Curso Preliminar de Farmácia, a Universidade registrou um número de matrículas para o

curso médico que representava mais que o dobro de ingressantes no curso de Farmácia (Mott, 2007, p. 52). O número de jovens paulistas que desejavam cursar Medicina era muito maior que o número de vagas oferecidas nas duas escolas médicas de São Paulo.

Entretanto, a documentação da Universidade *Livre* de São Paulo aponta para uma prática bastante comum entre os alunos matriculados na instituição. Sem a necessidade de submeter-se aos rigorosos vestibulares das escolas médicas, parte dos calouros efetivava as suas matrículas em outros cursos das áreas da Saúde, como o de Farmácia e de Odontologia, por exemplo, para posteriormente solicitar o exame interno de transferência para o curso de Medicina. Tal exame consistia em uma prova escrita sobre disciplinas como Histologia, História Natural e Trigonometria, por exemplo, e tinham um número de concorrentes menor que os dos exames vestibulares para o ingresso no início do curso de Medicina. Foi este o caminho trilhado por Pacheco e Silva. No final de 1915 ele prestou tais exames e conseguiu obter notas satisfatórias para transferir-se para o curso médico podendo aproveitar os créditos previamente obtidos na Escola de Farmácia para matricular-se diretamente no segundo ano de Medicina (Universidade de São Paulo, 1915-a e 1915-b).

No curso médico, Antonio Carlos Pacheco e Silva demonstrou maior interesse pelos estudos anatômicos e, especialmente, para os estudos laboratoriais concernentes à Anatomia patológica das doenças nervosas. Em 1916 aproximou-se de Antonio Pinto Nunes Cintra, Professor de Anatomia Descritiva, Anatomia Topológica, Patologia Externa e Propedêutica Médica da Universidade *Livre* de São Paulo, tornando-se seu assistente e preparador. Ali manteve contato, também, com o psiquiatra Francisco Franco da Rocha, que viria a contratá-lo para trabalhar no Hospício de Juquery anos mais tarde. Pacheco engajou-se nas associações estudantis locais, compondo a 2ª Diretoria da *Associação Universitária* (1916 – 1917), sendo o Bibliotecário oficial da instituição. Esteve sob a sua incumbência naquela ocasião a organização dos livros disponíveis para consulta dos alunos e a edição da revista científica estudantil *Athenea*.

Neste momento, uma série de imbróglis jurídicos e de embates de seu Reitor com afamados médicos paulistas e com a alta cúpula da política local levaram a Universidade a uma profunda instabilidade e a um violento processo de fechamento. A disputa por hegemonia entre a escola privada e a escola médica oficial foi levada às últimas consequências e o ambiente de rivalidade entre os dirigentes das duas instituições também

envolveu alunos, docentes e setores da imprensa ¹². Na tentativa de desqualificar a Universidade *Livre* de São Paulo para, assim, ter o controle sobre a formação médica em São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho encampou um movimento que tinha como objetivo maior impedir que Eduardo Guimarães pudesse diplomar os alunos matriculados na Universidade e que ela, ao fim, tivesse as suas portas fechadas. Os argumentos contrários à Universidade *Livre* de São Paulo vocalizados pelo grupo liderado por Arnaldo foram listados por André Mota:

Inicialmente se deu, por parte da corporação médica, uma forte oposição contra os membros organizadores dessa faculdade. Para a maioria dos esculápios, a presença de profissionais de outras áreas, como da Odontologia, era incapaz de qualquer organização do conhecimento médico, quer científico ou prático. Indo além, os médicos envolvidos, como o Dr. Ulysses Paranhos, que organizou vários cursos, e o seu diretor, o Dr. Antonio Carini, foram acusados de despreparados para tais funções. Do ponto de vista político, esses opositores argumentavam que entregar tal responsabilidade aos foros do Estado seria a disposição mais correta, pois daria o conhecimento científico almejado e, paralelamente, valorizaria aspectos importantes da conformação e estruturação das instâncias políticas republicanas do Estado. Se uma faculdade de Medicina era importante, ela deveria estar totalmente sob o poder apenas e exclusivamente da classe médica. Nesse sentido, reprovava-se não apenas a Faculdade de Medicina, mas igualmente os futuros diplomados da escola privada por representarem uma ameaça ao monopólio da autoridade científica daqueles formados pelas academias oficiais (Mota, 2004, p. 214).

Eduardo Guimarães e os partidários do ensino superior privado contra argumentavam apontando o caráter “democrático e liberal” da iniciativa privada e o desperdício de dinheiro público decorrente dos investimentos empreendidos na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. O alvo principal dos que criticavam a escola médica

¹² Sobre o clima hostil entre os alunos das duas escolas médicas, Maria Lucia Mott descreve que “no Congresso Médico, realizado em São Paulo, em 1916 houve uma manifestação pública dos alunos da Universidade Livre de São Paulo, em resposta às críticas consideradas ofensivas aos trabalhos de Carlos Brunetti e Nunes Cintra, professores da Universidade Livre de São Paulo. Segundo os jornais, os alunos da Escola oficial e bedéis teriam vaiado os docentes da Escola livre, e, Arnaldo Vieira de Carvalho ‘emitira conceitos desairosos à Universidade’. Em represália os uspianos tomaram a palavra durante uma sessão presidida por Vital Brasil, professor da Escola livre, distribuíram cartões com trovas satirizando professores da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o que teria causado indignação entre os congressistas” (Mott, 2007, p. 50)

oficial era o seu Diretor, Arnaldo Vieira de Carvalho, que havia se tornado o principal crítico ao projeto privado da Universidade *Livre* de São Paulo. Em um texto enviado para o *Jornal Capital* poucos meses após a polêmica reprovação e expulsão de alunos da Faculdade de Medicina dirigida por Arnaldo, o Reitor da Universidade *Livre* de São Paulo alardeou:

É originalíssimo o Sr. Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho... cidadão distinto, dispondo de um sólido renome profissional, otimamente apadrinhado entre os maiores da política paulista, com prestígio fictício ou real (pouco importa sabe-lo) no seio da classe médica de S. Paulo, S. Excia é um nome em exagerada evidência [...]. A Santa Casa de Misericórdia é a antiga propriedade, em que S. Excia exerce a gosto as suas faculdades de mandão. É ali que a falta de uma fiscalização eficaz tem produzido o esbanjamento com que certos empregados subalternos estão se locupletando à larga com as esmolas destinadas à mendicidade [...].

Na Faculdade de Medicina do governo, é proverbial a anarquia reinante. A nova fábrica de esculápios tem os seus dias contados. Apesar de haver nascido de um capricho político, ardilosamente alimentado por um moço que já influi nos destinos do Estado, essa Faculdade poderia ter vingado, se o governo houvesse confiado os seus destinos a um administrador ativo, justo e sobretudo modesto. A instalação, a organização e o primeiro ano de vida inglória desse estabelecimento representa o mais vergonhoso desastre assinalado nos fastos da instrução pública de São Paulo (Guimarães, 1914, p. 3).

Desta vez a força política de Arnaldo Vieira de Carvalho falou mais alto. Mesmo com a insistência de Eduardo Guimarães e de seus aliados que buscavam demonstrar a qualidade do ensino ministrado em sua instituição, a Universidade *Livre* de São Paulo caminhou rapidamente para o seu fim. O grande bastião da iniciativa privada no ensino superior paulista ruiu com a promulgação do Decreto 11.530, de 18 de março de 1915 que revisava a legislação em vigor sobre o ensino particular determinava a primazia do ensino superior público e estatal. Enfrentando um processo de difamação na imprensa e uma árdua luta política para obter a validação dos diplomas fornecidos pela Universidade junto aos órgãos competentes, a primeira universidade paulista não foi capaz de resistir ao impacto da nova legislação. Em 1917 o Reitor Eduardo Guimarães encerrou as

atividades da instituição, dando continuidade somente às aulas referentes aos últimos anos dos cursos já em andamento.

Pacheco e Silva, assim como os demais alunos da Universidade *Livre* de São Paulo, viu-se em uma situação delicada. O diploma que obteria da instituição em que estava matriculado não teria validade oficial e, portanto, não lhe permitiria exercer a profissão que escolhera. A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, por sua vez, não acolheu todos os esculápios egressos da instituição concorrente. Pelo contrário: Arnaldo prosseguiu com sua campanha que desabonava tanto os dirigentes, quanto os docentes e alunos da Universidade *Livre* de São Paulo.

A única alternativa viável para Pacheco e Silva era transferir-se para alguma escola médica sediada em outro Estado da federação para poder revalidar os créditos já obtidos e, assim, prosseguir com seus estudos. Desta forma, em dezembro de 1917, juntamente com outros colegas de turma, Pacheco matriculou-se na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, onde prestou as provas que o permitiram efetivar a sua inscrição para o 4º ano do curso médico.

Desde então, diante do forte estigma que recaía sobre aqueles que passaram pela Universidade *Livre* de São Paulo, Pacheco e Silva passou a omitir em seus currículos e documentos oficiais que foi aluno daquela instituição. Para os jovens médicos de São Paulo que iniciaram sua vida profissional entre meados da segunda e da terceira década do século XX, ser associado a uma instituição que fechou as portas em circunstâncias tão adversas era algo a ser evitado. Mesmo no dossiê por ele organizado¹³ para apresentar a sua inscrição no Concurso público para a Cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo¹⁴ os apontamentos sobre a sua passagem pela sua primeira escola médica são extremamente limitados. Nele há registros de dados oficiais de todas as instituições de ensino pelas quais ele passou. Contudo, ao referir-se ao início de sua formação, Pacheco deixou apenas uma pequena nota extraoficial anexada aos documentos referentes à sua formação na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte.

¹³ Tal dossiê faz parte do Fundo documental *Pacheco e Silva*, que faz parte do Museu Histórico “Prof. Carlos da Silva Lacaz” – FMUSP.

¹⁴ A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo passou a se chamar Faculdade de Medicina de São Paulo em 1925. Em 1934 passou a integrar a Universidade de São Paulo, entidade pública e administrada pelo governo paulista, sem possuir qualquer ligação com a Universidade homônima dirigida por Eduardo Guimarães.

Na Faculdade de Medicina mineira, Pacheco teve um envolvimento apenas protocolar. Não há registros sobre alguma possível participação em entidades estudantis e foi possível constatar que ele praticamente não frequentou as aulas teóricas e práticas na instituição. Curiosamente, ao longo de 1918, Pacheco e Silva permaneceu em São Paulo, tendo ainda algumas aulas com os Professores da Universidade *Livre* de São Paulo, indo poucas vezes para a capital mineira para submeter-se às avaliações. Um registro emitido em 17 de dezembro de 1918 pelo Hospital de Caridade do Brás, hospital-escola da universidade privada paulista, revela a sua permanência em São Paulo ao longo daquele ano, mesmo matriculado na escola médica mineira:

Atesto para os devidos fins que Antonio Carlos Pacheco e Silva, aluno da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, frequentou assiduamente durante o ano as Clínicas deste Hospital, demonstrando nos exames clínicos e nas observações de doentes um bom preparo médico cirúrgico. Atesto outrossim que durante a epidemia de gripe dedicou-se carinhosamente no tratamento de doentes aqui internados, auxiliando com dedicação os médicos deste Instituto (Hospital de Caridade do Braz, 1918, p. 1).

Em março de 1919, Pacheco e Silva transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde efetivamente cursou os dois últimos anos de sua formação universitária. Foi na prestigiada escola médica carioca, que ele passou a demonstrar maior interesse pelos estudos sobre a mente humana e suas patologias. As aulas de Psiquiatria eram ministradas no último ano do curso médico por Henrique Belfort Roxo, que já figurava entre os mais renomados psiquiatras brasileiros. Pacheco e Silva aproximou-se do Catedrático de Clínica Psiquiátrica e através dele começou a frequentar os estágios no Hospício Nacional de Alienados, localizado na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Desde 1903, o Hospício era dirigido por Julianio Moreira, que ao lado de Ulysses Pernambucano e Francisco Franco da Rocha era considerado um dos introdutores da “psiquiatria científica” no Brasil. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Carlos Pacheco e Silva foi aluno, também, de Miguel Couto, Antonio Austregésilo e Afrânio Peixoto, de quem se tornaria amigo próximo.

Após dois anos estudando na, então, capital da República, em 17 de dezembro de 1920, Pacheco prestou as provas finais do curso e concluiu a sua graduação em Medicina.

Após idas e vindas, com passagens por três faculdades em diferentes Estados, Antonio Carlos Pacheco e Silva tornava-se, enfim, médico.

Decidido a trilhar carreira no campo da Psiquiatria, poucos dias após prestar as últimas provas do curso médico, embarcou para a Europa para participar de cursos e seminários oferecidos por alguns dos psiquiatras, anatomistas e neurologistas mais influentes daquele período. Assim, na última semana de 1920, Pacheco iniciou uma viagem que duraria cinco meses pela França, onde se matriculou no último ano de graduação oferecida pela Faculdade de Medicina de Paris. Ali especializou-se em Anatomia Patológica do sistema nervoso, desenvolvendo estágios e pesquisas laboratoriais na *Salpêtrière* sob a supervisão de Pierre Marie. Além disso, ao longo do período em que esteve no continente europeu inscreveu-se em aulas públicas e palestras proferidas por George Dumas, Emil Kraepelin, Pierre Janet, Georges Heuyer, entre outros. Nesta mesma viagem, visitou clínicas e hospitais psiquiátricos na Alemanha, Áustria e na França.

Portanto, para finalizar a presente análise sobre o que consideramos ser a *Era formativa* de Pacheco e Silva, cabe-nos apurar o nosso olhar para as especificidades dos preceitos psiquiátricos que eram ministrados tanto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro quanto nas instituições que visitou na Europa. Compreender as disputas por hegemonia e as combinações explicativas de diferentes vertentes científicas, bem como os contextos sociais e políticos em que a Psiquiatria do começo do século XX se constituiu, será fundamental para um melhor entendimento sobre a produção científica e a atuação profissional de Pacheco e Silva nos anos seguintes.

3.3 – Entre a Eugenia, o Organicismo e a Anatomia Patológica: a formação psiquiátrica de Antonio Carlos Pacheco e Silva

Ao transferir-se para a capital federal em 1919, Antonio Carlos Pacheco e Silva encontrou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro uma realidade absolutamente diferente da qual estava familiarizado na Universidade *Livre* de São Paulo. Enquanto a instituição paulista nasceu e sucumbiu em pouco tempo, tendo uma história de apenas seis anos de funcionamento efetivo, a instituição carioca gozava de uma longa tradição

que remetia à vinda da família Real ao Brasil em 1808. A Universidade privada paulista ainda estava em processo de construção de uma identidade própria quando teve que encerrar as suas atividades em 1917. A Faculdade de Medicina da capital federal, por sua vez, já havia passado por diversas reformas em seus currículos, tendo diálogo efetivo com importantes institutos e centros de ensino a partir da interlocução internacional de grande parte de seu corpo docente.

O modelo de ensino adotado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX marcaria significativamente as práticas médicas exercidas por Pacheco e Silva ao longo de sua extensa trajetória profissional. A sua inclinação para as pesquisas laboratoriais, que em sua concepção seriam determinantes para a formulação de diagnósticos no campo da Psiquiatria, pode ser entendida como uma característica da sua formação naquela Faculdade. É verdade que já na Universidade *Livre* de São Paulo ele acompanhava de maneira mais próxima as aulas de Anatomia e atuava nos laboratórios daquela instituição. Todavia, a promoção das pesquisas de bancada possuía um sentido mais amplo na estrutura curricular da instituição carioca. Vejamos.

Enquanto que nas primeiras décadas de seu funcionamento a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi fortemente influenciada pelo modelo de ensino francês, nos últimos anos do Império e com o advento da República, seria o modelo alemão que pautaria as ações estruturantes daquela instituição¹⁵. Se o modelo francês, muito prestigiado pela elite médica brasileira, voltava-se para um ensino baseado no contato direto do médico com o paciente, nos estudos anatômicos e na sintomatologia, a medicina alemã, por sua vez, tinha nas pesquisas laboratoriais e na relação entre pesquisa e prática clínica o seu cerne. Segundo Amy Kemp e Flávio Coelho Edler,

Na primeira metade do século XIX, o estado da arte em educação médica seguia o modelo francês, enquanto que já na última metade do mesmo século a influência da tradição da medicina e educação alemãs

¹⁵ Flávio Edler aponta que uma série de reformas no ensino médico empreendido na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na década de 1880 foram determinantes para a implementação do modelo germânico naquela instituição. Ele afirma: “Defendemos a tese de que as reformas encetadas no início dos anos 1880 – a criação de novas cátedras de clínicas especializadas e a construção de diversos laboratórios compreendendo todo um amplo leque de novas disciplinas clínicas e experimentais, na Faculdade de Medicina, bem como a criação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro – foram a expressão mais imediata de um movimento iniciado na década anterior pelas elites médicas, que desejavam reformar as instituições de ensino e pesquisa segundo o figurino germânico” (Edler, 2014, p. 189).

estava aumentando. O modelo anatomoclínico francês pressupunha um ensino realizado por meio de trabalho e pesquisa no hospital, especializado na observação técnica do corpo humano. Sem dúvida, pesquisa e observação fina eram partes integrantes do modelo francês, mas neste, pesquisa e prática estavam unidos de maneira diferente do modelo alemão [...]. O modelo de pesquisa médica alemão [tinha] propensão para o laboratório, para a hierarquia, especialização nas áreas emergentes das disciplinas experimentais e [propunha] a união das muitas áreas de pesquisa para formar um médico (Kemp; Edler, 2004, p. 571)

As mudanças curriculares da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o seu alinhamento ao modelo alemão de educação afetou, como não poderia deixar de ser, o ensino de Psiquiatria daquela instituição. A valorização dos preceitos da medicina experimental associado ao uso do Hospital Nacional de Alienados (anteriormente chamado de *Hospício de Pedro II*), como um dos hospitais-escola pelos alunos da faculdade carioca, reconfiguraram as perspectivas de apropriação do conhecimento sobre as doenças mentais. Este movimento marcou, também, a transição de uma análise sobre os transtornos da mente inspirada no alienismo francês para a consolidação de uma Cátedra de Clínica Psiquiátrica e Moléstias Mentais calcada em perspectivas mais abrangentes. Cristiana Facchinetti e Pedro Muñoz destacam:

Ainda no século XIX a Faculdade de Medicina havia passado por algumas reformas que modificaram sua estrutura e seu funcionamento, com alterações no modelo de ensino e no perfil pedagógico. As reformas foram responsáveis pelo aumento da liberdade de ensino e pelo ensino prático nas disciplinas médicas, combinando o ideal universalista da medicina experimental com programa voltado para o estudo de nosologias e terapêuticas nacionais, sob a base da noção de progresso e de lei científica. Esse foi igualmente o momento de constituição de novas especialidades médicas e da ampliação de áreas temáticas de investigação disciplinar, sob a inspiração do modelo germânico. No caso da psiquiatria, esse movimento foi central para a criação da Cadeira de Clínica Psiquiátrica e Moléstias Mentais, associada à prática em uma instituição asilar, no Hospício de Pedro II. Com a chegada da República, a FMRJ sofreu novas reformas [que] buscavam restaurar e reforçar a autonomia didática, bem como ampliar o número de cadeiras existentes. Apesar de o modelo de ensino escolhido reservar apenas o sexto ano do curso para o estudo das especialidades – a exemplo da cadeira de clínica psiquiátrica –, a perda de espaço do ensino francês para o modelo alemão foi considerável (Facchinetti; Muñoz, 2013, p. 244).

No campo psiquiátrico essa influência germânica marcaria as práticas médicas, as formulações diagnósticas e as proposições terapêuticas no Brasil ao longo de grande parte do século XX. A busca pelas causas orgânicas dos transtornos mentais baseado em análises laboratoriais e anatômicas animavam os psiquiatras que vislumbravam o reconhecimento da sua prática como um ramo importante da Medicina. Igualmente, a sistematização e a uniformização das classificações das doenças da mente propugnadas pelo alemão Émil Kraepelin, facilitavam os intercâmbios científicos internacionais dos psiquiatras brasileiros, trazendo novas perspectivas para os jovens médicos, como Pacheco e Silva. Não à toa, seria ele, depois de formado, um dos principais difusores desta perspectiva psiquiátrica no Brasil.

É importante notar que no início do século XX duas perspectivas teóricas disputavam a legitimidade da compreensão sobre as doenças mentais: de um lado estavam os psiquiatras organicistas, que cada vez mais levavam a sua área de atuação para um debate mais próximo ao modelo clínico da Medicina tradicional; de outro estavam os psicanalistas, cujo maior expoente era Sigmund Freud, que propunha uma interpretação dos transtornos mentais baseada na compreensão da *psiqué* humana em toda a sua complexidade, para além de sua dimensão orgânica. Neste embate, o fato é que, se a Psicanálise levaria mais alguns anos para ganhar força institucional no Brasil, a Psiquiatria organicista, por sua vez, angariava cada vez mais adeptos e projeção nas escolas médicas e nos hospitais psiquiátricos naquele período. Certamente a força política da corporação médica seria decisiva para isso.

A Anatomia Patológica do cérebro e do sistema nervoso, que tanto atraiu a atenção de Pacheco e Silva, era a “bola da vez” entre os pesquisadores radicados nos grandes centros de estudo europeus desde meados do século XIX. Esse entusiasmo sobre as perspectivas que a Anatomia Patológica traria para a Psiquiatria não era fortuito, como bem apontou Michel Foucault:

Foi essencialmente a anatomia patológica que, de fato, dava a possibilidade de lançar luz numa lesão localizada no interior do organismo e identificável no corpo, sobre a própria realidade da doença. E, por outro lado, essa mesma anatomia patológica dava a possibilidade de construir, a partir dessas diferentes lesões, que individualizavam as

doenças, feixes de signos, a partir dos quais era possível estabelecer o diagnóstico diferencial das doenças. Assinalação orgânica da lesão, possibilidade de um diagnóstico diferencial (Foucault, 2006, p. 345).

A possibilidade de identificar no organismo, na massa cerebral, a causa física de um determinado comportamento considerado desviante e anormal significaria uma verdadeira revolução para a atuação dos psiquiatras. E esse modelo ganhou enorme impulso graças aos estudos que conseguiram pela primeira vez associar as lesões cerebrais geradas pela Sífilis com o desenvolvimento de uma série de transtornos mentais e neurológicos dela decorrentes. Tais transtornos foram agrupados em uma classificação diagnóstica chamada de *Paralisia Geral Progressiva* (PGP) que, além de carregar em si uma série de concepções morais por ser um dos desdobramentos de uma doença sexualmente transmissível, foi a primeira doença mental a ser associada a lesões anatômicas do cérebro comprovadas laboratorialmente.

A identificação de seu agente etiológico, o *Treponema pallidum*, foi considerada um grande avanço para a Psiquiatria, pois permitiu aos pesquisadores relatarem com precisão a causa de uma determinada doença mental, abrindo a possibilidade de se formular estudos direcionados sobre ela e, eventualmente, uma terapêutica específica para curá-la. A razão de tal comemoração não era desmedida: a compreensão sobre as causas orgânicas da PGP legitimava, de certo modo, o esforço de um importante grupo de psiquiatras que buscavam explicar a gênese de várias doenças mentais a partir de análises anatomopatológicas do cérebro. Além disso, a esperança era que tal modelo pudesse ser replicado nos estudos sobre outros transtornos, tornando-se a referência para a elucidação das causas e prognósticos de todas as doenças mentais. Isso, sem dúvidas, representava para este grupo uma maior proximidade da Psiquiatria com a lógica clínica da Medicina, alcançando, assim, o grande objetivo dos psiquiatras desde os tempos de Pinel.

O impacto que os estudos sobre a Paralisia Geral Progressiva tiveram sobre os psiquiatras organicistas foi relatado pelo próprio Pacheco e Silva:

Em 1822, Bayle, um jovem interno do Hospício de Charenton, na França, escreveu sua tese inaugural sobre uma forma clínica por ele isolada do obscuro grupo das doenças mentais: a paralisia geral.

Recebida a princípio sob reservas, o tempo e os fatos se encarregaram de demonstrar o mérito de Bayle, que em época tão remota, sem outros recursos senão a observação clínica e o exame das peças anatômicas a olho nu, logrou traçar os limites de uma nova afecção, dando o maior avanço realizado até hoje em psiquiatria, na opinião dos congressistas que em 1922, se reuniram para comemorar o 1º centenário daquela tese (Pacheco e Silva, 1933-b, p. 1).

Em verdade, a Psiquiatria se desenvolveu e ganhou impulso científico no Brasil, de fato, a partir da união entre os referenciais advindos da Anatomia Patológica com as propostas sobre a “melhoria da raça” e o futuro da nação a partir da Eugenia. Desde o final do século XIX, mas especialmente nas primeiras décadas do século XX, inúmeros comportamentos “desviantes” da norma estabelecida, manifestados por indivíduos considerados “degenerados” – e por isso estigmatizados a partir do arcabouço teórico da Eugenia – eram enquadrados em classificações psiquiátricas essencialmente organicistas, disciplinadoras e moralistas. Os diagnósticos psiquiátricos de então eram estabelecidos sob um grande guarda-chuva, capaz de abarcar uma considerável diversidade de sintomas e variáveis de ordem anatomopatológicas e de predefinições raciais.

A corporação médica, particularmente, teve papel decisivo na compreensão da Eugenia como uma “tecnologia científica” a ser implementada e na discussão sobre a forma pela qual ela podia ou não ser aplicada. De estudos obstétricos a ações dos cirurgiões, de práticas sanitárias às experiências psiquiátricas, todos se ocupavam dos preceitos eugênicos, interpretados e praticados de formas diversas.

Por um lado, a Eugenia teria surgido “como uma resposta a prementes questões nacionais às quais os brasileiros se referiam nos anos de 1920 como a questão social: as aterrorizantes miséria e falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e mulata” (Stepan, 2005, p. 336). Assim, ela era compreendida como uma arma que, em mãos com propósitos higienistas, concorreria para tirar o brasileiro de seu estado de abandono e doença. Por outro lado, seria também uma ciência capaz de identificar disgenias e problemas hereditários, e, por isso, suas respostas deveriam contemplar a contenção de pessoas e grupos cujo estado se considerasse “mórbido”, propondo inclusive a internação compulsória e esterilização involuntária daqueles que eram enquadrados como “degenerados”. André Mota aponta que

As estratégias eugênicas formuladas no Brasil, advindas do campo de ação da higiene, deveriam estar de acordo com aquelas adotadas por outros países, que tinham uma ação teórica e prática, como por exemplo os Estados Unidos e a Europa no sentido de construir homens de “raça elevada” e de utilizar diversos dispositivos para barrar e impedir o surgimento daqueles considerados inferiores e ameaçadores aos projetos nacionais. Por esses motivos, todo o esforço eugênico teria que se desfazer de dois modos: por ação negativa ou *restritiva* e por ação positiva ou *construtiva*.

A ação eugênica *restritiva* abrangia três medidas fundamentais: a regulamentação do casamento, a segregação e a esterilização. A legislação restritiva do casamento visaria a impedir a união de epiléticos, daqueles a quem o diagnóstico médicos atribuiu sintomas de idiotia, alienação ou deficiência mental. A segregação em asilos, por sua vez, representaria um método de isolamento dos que eram declarados incapazes de ter “descendência normal”.

A ação eugênica *construtiva* estava baseada sobretudo na educação higiênica e na propaganda dos princípios de eugenia e hereditariedade. Vale destacar a importância do exame pré-nupcial, que deveria ser largamente divulgado e mais tarde exigido por lei. A propaganda e a educação caberiam às associações particulares de higiene mental e de eugenia, devendo estas responsabilizar-se pelo anúncio de seus resultados (Mota, 2003, p. 44).

Um conceito caro à psiquiatria e à sua lógica eugênica encontrava-se na doutrina de degeneração, formulação aprofundada por Benedict Augustin Morel. Mesmo sendo um termo usado por naturalistas e antropólogos para designar variações étnicas e raciais e sem nenhuma conotação patológica, foi alterado por Morel para significar uma “alteração do tipo antropológico ou do biótipo *Homo sapiens*, com a patologia, particularmente com a patologia mental” (Carrara, 1998, p. 82). Cássio Silveira, destacando o papel central que os debates em torno das questões raciais assumiram, ao lado do organicismo, entre as formulações diagnósticas da Psiquiatria, afirmou que “a Psiquiatria brasileira tem origem em duas matrizes teóricas: as concepções organicistas do século XIX e a teoria da degeneração” (Silveira, 1993, p. 63). E ainda:

A convergência dos problemas de saúde mental da população com os de ordem étnica eram comuns no pensamento médico de então. A Psiquiatria, impulsionada por nomes de expressão naquele momento, associava processos mentais à origem étnica dos indivíduos, fornecendo um quadro de interpretações que transitavam do determinismo biológico até os problemas de adaptação dos diferentes segmentos populacionais nos centros urbanos (Silveira, 1993, p. 64).

Tendo em vista este panorama em que nos parece notória a força que possuía o modelo psiquiátrico organicista somado aos pressupostos eugênicos no início do século XX, cabe-nos observar com um pouco mais de atenção como ele pode ser localizado no pensamento e na produção de alguns dos professores de Antonio Carlos Pacheco e Silva na escola médica do Rio de Janeiro. Como veremos adiante, a Eugenia e o organicismo, que seriam os pilares da produção científica e da sua atuação profissional, possuíam grande presença no ensino de Psiquiatria que ele recebeu na então capital da República no limiar da década de 1910.

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Pacheco e Silva foi aluno de alguns dos mais aclamados médicos brasileiros daquele período. Em suas memórias ele relatou:

No final do curso, feito na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual me diplomei em 1920, dediquei-me particularmente à Neurologia e à Psiquiatria, tanto na parte clínica como na laboratorial. Acompanhei com assiduidade as aulas de Neurologia e Psiquiatria ministradas pelos professores Austregésilo e Henrique Roxo; frequentei também o Hospital Nacional de Alienados, então dirigido pelo saudoso professor Juliano Moreira.

Na velha Santa Casa da Praia de Santa Luzia segui com assiduidade as aulas dos professores Miguel Couto e Aloysio de Castro, catedráticos de Clínica Médica, os quais consagravam muitas das suas aulas às moléstias do sistema nervoso. De Afrânio Peixoto, professor de Higiene, médico-legista e profundo conhecedor de Psiquiatria, me aproximei pela admiração que ele me despertava. Distinguiu-me este Mestre, a partir daí, com sua amizade durante toda a sua grande e fecunda vida de médico e homem de letras (Pacheco e Silva, 1995, p. 124).

Evidentemente, cada um dos docentes mencionados por Antonio Carlos Pacheco e Silva contribuiu de alguma forma para a sua formação médica, sendo que alguns deles, inclusive, acabaram tornando-se seus amigos ou colaboradores científicos próximos. Contudo, é preciso reconhecer que não faz parte do escopo deste trabalho fazer uma análise mais aprofundada sobre a vida e a obra de todos os médicos que foram responsáveis por sua formação universitária. Por isso, tendo em vista que o nosso objetivo aqui é analisar, especialmente, as influências que os preceitos do organicismo e da Eugenia tiveram sobre a formação profissional de Antonio Carlos Pacheco e Silva, destacaremos como essas temáticas foram tratadas, cada qual ao seu modo, por Henrique Roxo e Juliano Moreira. A opção por um olhar mais apurado sobre ambos se justifica diante do lugar de destaque que ocupavam entre os psiquiatras brasileiros no momento em que Pacheco e Silva era um estudante de Medicina. Roxo, como Catedrático de Clínica Psiquiátrica e Moreira como Diretor do Hospício Nacional de Alienados, contribuíram para a consolidação de uma perspectiva psiquiátrica responsável pela formação de gerações de médicos brasileiros.

Juliano Moreira (1873-1933) nasceu em Salvador - Bahia, e graduou-se em Medicina em 1891 pela Faculdade de Medicina de seu Estado natal. Foi nomeado Professor desta mesma instituição em 1896, tendo realizado diversas viagens à Europa, onde se aproximou da obra de Émil Kraepelin e se especializou em Anatomia Patológica das doenças mentais. De volta ao Brasil foi nomeado, em 1903, como Diretor do Hospício Nacional de Alienados pelo então Presidente da República Rodrigues Alves (Venâncio, 2005, p. 60). Foi ele um dos principais introdutores das teorias organicistas no Brasil, especialmente a partir da produção de Kraepelin e Krafft-Ebing, aproximando a psiquiatria brasileira dos modelos germânicos, tendo grande interlocução com diversos pesquisadores brasileiros e europeus. Cristiana Facchinetti e Pedro Muñoz (2013, p. 254) afirmam que Juliano Moreira “se serviu do referencial biológico e experimental da ciência alemã para reformar os conhecimentos e as instituições psiquiátricas brasileiras [...] e foi um importante protagonista no processo de internacionalização da psiquiatria nacional e da aproximação entre a medicina brasileira e a alemã” (p. 254). E completam:

Como grande propagador da “benéfica influência exercida pelas 20 clínicas alemãs sobre o estudo das doenças mentais” e epicentro da articulação entre diversos psiquiatras no Brasil e médicos de língua

alemã é que Juliano estabeleceu as reformas na assistência, criou colônias de alienados, fez reformas estruturais no Hospício Nacional e expandiu a psiquiatria alemã em solo brasileiro. Em consequência, ao longo de sua administração (1903-1930), a estrutura física da instituição foi modernizada por meio de instalações e equipamentos médico-laboratoriais que seguiam os padrões propostos por Kraepelin em sua Clínica de Munique.

Assim, criou novas seções e pavilhões especializados, além da instalação de um laboratório anatomopatológico, dirigido pelo doutor Mário, e do Dispensário Afrânio Peixoto. O Ambulatório Gaffrée-Guinle, que funcionava em conjunto com o Dispensário Afrânio Peixoto, também passou a contar com um laboratório (experimental), especializado [em] pesquisas do gérmen da lues e suas determinações mórbidas. A instalação de laboratórios respondia aos anseios de articular o trabalho dos psiquiatras ao experimentalismo e organicismo da medicina alemã [...]. Inspirado na psiquiatria alemã, Moreira estabeleceu o movimento de reformas no âmbito das terapêuticas, com a retirada das grades e o abandono dos coletes-de-força. Foi ainda responsável pela aceitação das admissões voluntárias e pela introdução da clinoterapia e da balneoterapia no tratamento dos doentes mentais, seguindo os passos das terapêuticas promulgadas pela Clínica de Munique (Muñoz, 2013, p. 246).

Moreira procurou reformular e unificar as classificações das doenças mentais no Brasil com base na organização nosográfica de Kraepelin, que sistematizou a descrição das causas e do desenvolvimento das enfermidades da mente a partir critérios classificatórios oriundos da observação clínica. Para Kraepelin, assim como para Juliano Moreira, os transtornos mentais eram uma exceção biológica passível de ser observada através da dimensão orgânica dos indivíduos (Venâncio, 2005, p. 69). Sandra Caponi, ao abordar a influência e a longevidade do pensamento kraepeliniano no Brasil, afirmou que

Os textos de Kraepelin dão origem a diversas linhas de pesquisa que se mantêm mais ou menos inalterada até os nossos dias. A metodologia de pesquisa dos transtornos mentais por ele inaugurada inclui um novo modo de classificar as patologias psiquiátricas; um interesse em aprofundar os estudos de anatomopatologia do cérebro; a multiplicação de dados estatísticos comparativos entre diferentes populações e regiões, que é denominada “psiquiatria comparativa”; e, por fim, estudos dedicados à hereditariedade das mais variadas perturbações de caráter (Caponi, 2014, p. 123).

Ao longo de sua trajetória, Juliano Moreira se opôs à ideia corrente em sua época de que haveria uma relação entre degeneração orgânica ou constitucional e a “raça” dos indivíduos a partir dos pressupostos do determinismo biológico. Todavia, será ele o responsável por introduzir a psiquiatria organicista em solo brasileiro, o que irá marcar a transição do alienismo para uma psiquiatria, segundo uma expressão da época, “enfim científica”. Cabe destacar que essa perspectiva psiquiátrica organicista marcaria profundamente os interesses profissionais e científicos de Pacheco e Silva. Será ele depois de formado um dos maiores representantes do organicismo no Brasil proclamando nas publicações especializadas a consolidação da “ciência psiquiátrica”. E neste sentido, o próprio Juliano Moreira reconheceria o empenho de seu antigo discípulo.

Em 1922, quando Antonio Carlos Pacheco e Silva era um jovem psiquiatra recém-contratado por Francisco Franco da Rocha para atuar nos laboratórios de Anatomia Patológica do Hospício de Juquery, foi realizado o Congresso Nacional de Neuropsiquiatria na capital da República. Franco da Rocha, adoentado e impossibilitado de deslocar-se para o Rio de Janeiro, enviou Pacheco e Silva para representa-lo neste importante certame, que reuniu os maiores representantes da psiquiatria nacional e latino-americana. Ali Pacheco apresentou dois trabalhos essencialmente calcados nos preceitos do organicismo: *Sobre a diferenciação sintomática das perturbações ocasionadas pelas lesões dos dois lobos da hipófise e da região infundibular* e *Anatomia patológica e patogenia da demência precoce*. Após a realização do Congresso, Juliano Moreira enviou um telegrama para seu colega Franco da Rocha, dizendo:

Mui caro Franco da Rocha,

Grato pela representação no Congresso do colega Pacheco, de quem muito espera a Neuropatologia nacional (Moreira, 1922, p. 1).

Se é possível localizar em Juliano Moreira o lugar que o organicismo ocupou na produção de Pacheco e Silva, em Henrique Roxo veremos o amálgama dos preceitos que valorizavam a busca pela localização física das doenças mentais com a lógica explicativa advinda da Eugenia. Henrique Belford Roxo (1877-1969) era Professor substituto de Psiquiatria e Neurologia na Faculdade de Medicina carioca quando Pacheco e Silva ali estudou, tornando-se Professor Catedrático nesta mesma instituição em 1921. Pacheco e

Silva, que trocava nos anos seguintes diversas cartas com seu antigo professor descreveu em suas memórias a relação que estabeleceu com Roxo da seguinte forma:

Ocupava este colendo Mestre a Cátedra de Psiquiatria, quando fiz o último ano do meu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já havia eu, nessa altura da minha vida, optado pela especialidade por ele ensinada. Segui, pois, com a maior atenção as excelentes aulas por ele dadas, admirando sua extraordinária memória e rara capacidade didática [...]. Mais tarde, já formado e professor, com ele continuei a entreter grande amizade, cuidando de doentes comuns que se deslocavam do Rio de Janeiro para São Paulo e vice-versa. Daí a consolidação de uma velha amizade que se estabeleceu também entre as nossas famílias (Pacheco e Silva, 1995, p. 232).

Roxo formou-se em 1900 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em Psiquiatria sob a orientação de Teixeira Brandão. Dirigiu o Pavilhão de Observações do Hospital Nacional de Alienados e foi o autor de diversos artigos científicos e livros que se consolidaram como importantes referências para a psiquiatria brasileira. Assim como Juliano Moreira, também frequentou as clínicas de Munique, Alemanha, mantendo contato com Èmil Kraepelin e com os principais expoentes da psiquiatria organicista. Entretanto, na obra de Henrique Roxo, diferentemente das abordagens de Juliano Moreira, é possível encontrar de forma evidente a inter-relação entre as explicações organicistas sobre as doenças mentais com os pressupostos eugênicos, especialmente no que tange a inferiorização dos negros em relação aos brancos. Cristiana Facchinetti e Ana Venâncio explicam:

É possível entrever de suas recomendações que a psiquiatria biológica por ele preconizada não incluía apenas lesões, mas estava marcada também por determinações raciais, ainda que associadas a fatores sociais. Logo, o dr. Henrique entendia que haveria doenças mentais advindas do desenvolvimento do cérebro, por sua vez distinto em cada raça. Roxo afirmava então que o cérebro dos negros era menos evoluído do que o dos brancos e por isso mais propenso a certos tipos de loucura. Vale dizer, a inferioridade dos negros não seria devida à sua constituição física ou à cor, mas ao fato de que a evolução não havia ainda se estabelecido neles como teria acontecido aos brancos (Facchinetti; Venâncio, 2006, p. 153).

A obra de Henrique Roxo teve grande impacto na literatura psiquiátrica brasileira a partir de meados da década de 1910 e sua atuação no campo político contribuiu para a ressonância das proposições eugênicas e organicistas, que estariam no centro dos debates médicos a partir dos anos 1920. Nas publicações de Pacheco e Silva é possível notar a presença da obra de Henrique Roxo como um referencial teórico importante, especialmente no que tange a sua compreensão sobre as discussões raciais sob a ótica da Anatomia Patológica. Para o professor e para o discípulo a “inferioridade” evolutiva da população negra poderia ser notada no cérebro dos “degenerados”, pois

O modo privilegiado por Roxo para falar da tensão [entre as dimensões física e moral do humano] era o organicismo, isto é, o modo como Roxo via a ciência, mas também o modo como lia a “questão sociológica” era englobado pelo ponto de vista organicista. A explicação de Roxo parece se dissociar de uma visada organicista mais superficial dos estigmas físicos aparentes – como a cor da pele – para adentrar na discussão sobre o cérebro e sua evolução, na medida em que geração após geração os neurônios seriam chamados a uma maior atividade, afirmando ainda que tal processo de evolução não teria ocorrido entre os negros (Venâncio, 2012, p. 39).

Anos mais tarde Antonio Carlos Pacheco e Silva e Henrique Roxo atuavam em parceria nas atividades da Liga Brasileira de Higiene Mental e travavam debates científicos sobre temas como raça, imigração, anatomia patológica das doenças mentais e proposições eugênicas.

Com sua graduação em Medicina concluída e decidido a enveredar-se pela Psiquiatria, especialmente em sua dimensão anatomopatológica, Antonio Carlos Pacheco e Silva rumou para a *cidade-luz*, matriculando-se no último ano do curso médico da Faculdade de Medicina de Paris para acompanhar as aulas de Neuropsiquiatria ministradas por Pierre Marie. A França que encontrou já não era a mesma de quando passeava despreocupadamente por suas ruas e em seus belos parques. O trauma, a devastação econômica e o saldo de milhões de mortos e feridos na Primeira Guerra Mundial redundaram em uma substancial transformação na sociedade francesa e em suas instituições científicas. Mesmo vencendo o sangrento conflito, a França e a Inglaterra

viram os Estados Unidos assumir o protagonismo cultural e econômico internacional que lhes pertenciam (Hobsbawm, 2015, p. 39).

Neste contexto, Pacheco e Silva permaneceu na França por cinco meses hospedado na residência de seu padrinho diplomata Gabriel Piza, que muito colaborou para estabelecer os contatos necessários entre ele e os professores franceses. Além de desenvolver estágios clínicos na *Salpêtrière*, Pacheco dedicou-se com maior afinco às pesquisas laboratoriais voltadas à elucidação dos casos de Paralisia Geral Progressiva e aos estudos sobre a Anatomia Patológica do Sistema Nervoso. As temáticas de suas publicações científicas produzidas a partir de suas experiências nos laboratórios franceses e editadas assim que ele retornou ao Brasil evidenciam a sua dedicação à psiquiatria organicista. Em 1921 ele publicou dois trabalhos: *Anatomia Patológica de alguns tumores cerebrais* e *Contribuição para o estudo da epilepsia provocada pela cisticercose cerebral*. Nos anos seguintes as temáticas de suas publicações seguiriam pautadas pela sua inclinação para a Anatomia Patológica, assim como fizera na França, mas coletando informações nos casos clínicos analisados no Hospício de Juquery.

Tomando um último registro de suas memórias, vejamos como Pacheco e Silva descreveu as suas experiências no período em que esteve na França entre dezembro de 1920 e maio de 1921:

Em 1920 empreendi viagem de estudos à França no propósito de aperfeiçoar meus conhecimentos de patologia nervosa. Matriculei-me no último ano da Faculdade de Medicina de Paris. Fui admitido na qualidade de assistente estrangeiro na Clínica Charcot, na velha Salpêtrière, onde o Professor Pierre Marie, mestre de renome, um dos últimos remanescentes da escola de Charcot, descobridor da Aeromegalia e autor de numerosos trabalhos científicos, ainda hoje clássicos, continuava a sustentar gloriosamente a bandeira que herdara do seu Mestre.

Passei a trabalhar na clínica que recebera o nome de seu fundador, ficando diretamente subordinado ao Professor Chatelin que estabeleceu o programa que me caberia cumprir: pela manhã, acompanhar as consultas do ambulatório e visitar, em companhia dele, as enfermarias, sendo responsável por cinco leitos; à tarde, realizar pesquisas no laboratório de anatomia patológica do sistema nervoso, dirigido por Ivan Bertrand, que tinha como assistente Constantino Tretiakoff. Procurei dar o melhor desempenho possível à tarefa de que havia sido

incumbido. Além disso, encontrei tempo suficiente para visitar outros hospitais especializados: Bicêtre, Saint Ane, Charenton e Pieté (Pacheco e Silva, 1995, p. 124).

Finalizado seu estágio em terras gaulesas, Pacheco e Silva retornou para a cidade de São Paulo para dar início à sua longa e profícua trajetória profissional. Com uma carta de recomendação assinada por Pierre Marie, Pacheco apresentou-se no Hospício de Juquery, onde se reuniu com o Diretor daquele nosocômio, Francisco Franco da Rocha, com quem já mantivera contato quando este era Professor e Pacheco aluno da Universidade *Livre* de São Paulo. Buscando aproximar-se das discussões em voga sobre a base anatomopatológica das doenças mentais, Franco da Rocha havia destinado um amplo espaço do Hospício para a construção de um laboratório que ainda não havia sido inaugurado diante da carência de profissionais especializados para coordenar as atividades realizadas naquele espaço. Para suprir essa contingência, o Diretor do Juquery contratou Antonio Carlos Pacheco e Silva para dirigir o Laboratório de Anatomia Patológica daquela instituição. E assim tinha início a sua história no Hospício de Juquery no dia 28 de maio de 1921, véspera de seu aniversário de 23 anos.

A partir de sua atuação no Juquery, Pacheco e Silva angariou prestígio científico e político no Brasil e no exterior. Colecionando admiradores e desafetos, introduzindo no país técnicas terapêuticas aplaudidas por alguns e compreendidas como crimes contra a humanidade por outros, Antonio Carlos tornou-se um dos psiquiatras brasileiros mais influentes do século XX. Nas décadas seguintes ele ocupou a Cátedra das principais escolas médicas de São Paulo, militou ativamente no campo político conservador, tornando-se presidente de diversas associações classistas e Deputado estadual e federal, além de ascender no interior das Forças Armadas e lucrar consideravelmente no ramo empresarial. O ápice de sua projeção profissional se deu com a sua nomeação como Presidente da Federação Mundial para a Saúde Mental, órgão vinculado à Organização Mundial da Saúde, em 1959 para o mandato correspondente aos anos de 1960 e 1961.

Analisar com a atenção devida a ascensão profissional e política de Antonio Carlos Pacheco e Silva é o objetivo central do nosso próximo capítulo que engloba a sua trajetória entre os anos de 1921 a 1963. Como veremos, não será fortuito chamar esse período central de sua vida de *Era do fulgor*.

Capítulo 4

A ERA DO FULGOR: DOS LABORATÓRIOS DO JUQUERY AO PRESTÍGIO INTERNACIONAL

*Lá vai nosso herói, Dr. Pacheco
com sua careca inconfundível,
a gravata e o paletó.
Misturando-se às pessoas da vida.
Lá vai Dr. Pacheco,
O herói dos dias úteis,
misturando-se às pessoas que o fizeram ¹*

Ao retornar ao Brasil no início de maio de 1921, trazendo consigo os diplomas obtidos em seu período de estudos na Europa, Antonio Carlos Pacheco e Silva entrou em uma nova fase de sua vida. Agora médico, especialista em Neuropsiquiatria, o jovem prestes a completar 23 anos de idade aspirava iniciar sua vida profissional e dedicar-se às pesquisas laboratoriais que tanto o atraíram ao longo de sua formação universitária. Mas não era somente sua mente que estava povoada de anseios; seu coração fora capturado por uma moça quatro anos mais jovem, que conhecera em uma festa pouco antes de sua ida ao Velho continente.

Lavínia de Souza Queiroz², a moça em questão, era filha de cafeicultores residentes na capital paulista, descendentes dos Barões de Souza Queiroz, que haviam enriquecido a partir da produção de suas fazendas em Campinas. Ambos se conheceram em julho de

¹ Raul Seixas – Trecho da canção “Dr. Pacheco”, 1971.

² Lavínia de Souza Queiroz (1902 – 1963) nasceu em São Paulo e foi uma das alunas do prestigiado *Colégio Des Oiseaux*, destinado à educação das filhas das famílias mais ricas da capital paulista. Dominava vários idiomas e tinha especial apreço pelas artes, dedicando-se às pinturas a óleo e às composições musicais no piano. Foi uma das diretoras da *Liga das Senhoras Católicas* e da *Escola de Educação Doméstica*. Na Guerra Civil de 1932, participou ao lado do levante paulista na assistência aos feridos que eram encaminhados à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Faleceu em 1963 em sua cidade natal e, em sua homenagem, a vereadora de São Paulo, Dulce Salles Cunha Braga encaminhou o projeto de Lei Nº 50/1965 que atribuiu o nome de Lavínia a uma das ruas da capital localizadas no distrito de Santo Amaro (São Paulo - Cidade, 1965, p. 3).

1919, quando Pacheco e Silva passava as férias de inverno na capital paulista e participava de uma festa promovida pela Associação Protetora dos Animais de São Paulo. Dois anos depois deste primeiro contato, quando Pacheco já havia concluído sua graduação no Rio de Janeiro e seus estudos complementares em Paris, ambos se reencontraram em um baile e começaram a namorar. Após um curto período de noivado, o casal chegou ao matrimônio na primavera de 1921 em uma celebração que reuniu grande parte das famílias mais abastadas da capital em um banquete oferecido pelo *Automóvel Club de São Paulo*. O casamento duraria 42 anos, até o falecimento de Lavínia em 1963, tendo como fruto quatro filhos: Clarita, Antonio Carlos, Pérsio e Maria Cecília.

Quando o casal subiu ao altar e fez seus votos matrimoniais, Antonio Carlos Pacheco e Silva estava dando os primeiros passos em sua vida profissional, com bom ordenado mensal - é preciso dizer - no *Hospício de Juquery*. Poucos meses antes do enlace, em maio de 1921, Pacheco havia sido contratado por Francisco Franco da Rocha para dirigir o Laboratório de Anatomia Patológica daquela instituição. Naquele momento o marido de Lavínia era ainda um jovem médico visto como um pesquisador com potencial e formação necessária para desempenhar um bom trabalho no *Hospício de Juquery*. Já em 1963, ano em que Lavínia faleceu, seu marido já era um dos psiquiatras de maior prestígio no Brasil e no exterior, professor de algumas das mais importantes escolas médicas brasileiras, Major das Forças Armadas, político de grande influência e ex-presidente da Federação Mundial para a Saúde Mental.

Nestes 42 anos, Antonio Carlos Pacheco e Silva ascendeu profissionalmente, dedicou-se à política, aos negócios, angariou fama e enriqueceu. Mudou, buscou legitimidade científica e passou a tratar de assuntos que transcendiam os limites de atuação de um psiquiatra, embora toda a sua leitura sobre o mundo fosse feita a partir do viés de sua especialidade médica.

Assim, este período pode ser considerado a *Era do fulgor* da vida de Pacheco e Silva. Este recorte temporal representa o momento em que ele consolidou sua carreira como psiquiatra, legitimou-se entre seus pares e foi responsável pela formulação de políticas públicas que afetaram direta e indiretamente a vida de milhares de pessoas. Conquistando discípulos e inúmeros desafetos, ele rumou do pequeno e isolado Laboratório de Anatomia Patológica do *Juquery* para o prestígio internacional.

É importante salientar que ao classificar este período da vida de Antonio Carlos Pacheco e Silva como um período de *fulgor* não pretendemos coadunar com uma abordagem biográfica laudatória que constrói heróis, gênios e afins. Entendemos, na verdade, o *fulgor* como o processo histórico que o levou até o ápice de sua carreira, bem como o período em que exerceu maior influência e poder no âmbito médico e político. Por isso, *fulgor* será aqui entendido como “um clarão intenso e momentâneo; luz que se esvai” (Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, 2018).

Sendo assim, para que não haja qualquer distorção interpretativa, é válido destacar que ao afirmarmos que há uma *Era do fulgor* em meio à biografia de Antonio Carlos Pacheco e Silva, não pretendemos exaltar a sua “genialidade”, seu “espírito desbravador” ou a sua “excepcionalidade”. Nessa perspectiva, “a biografia será entendida como uma leitura do social no qual se estabelecem relações entre um indivíduo e o tempo sócio-histórico, articulando biografia e sociedade” (Malatian, 2008, p. 27). Com isso em vista, nosso objetivo aqui será buscar compreender os limites do seu espaço de atuação individual somado à interpretação dos contextos históricos e das circunstâncias que contribuíram para que ele viesse a se tornar o aclamado psiquiatra que suscita interpretações tão díspares até os dias atuais.

Portanto, nessa imersão na segunda *Era* da vida de Antonio Carlos Pacheco e Silva nos debruçaremos sobre quatro conjuntos temáticos-temporais. O primeiro deles diz respeito ao período em que atuou no *Hospício de Juquery*, primeiramente como médico anátomo-patologista e, a partir de 1923, como Diretor da instituição. Partindo da premissa de que a experiência no *Juquery* foi decisiva para a ascensão profissional de Pacheco e Silva, dedicaremos maior atenção sobre ela no início deste capítulo. Posteriormente observaremos as suas experiências docentes e, em seguida, as suas ações no campo político, associativo e empresarial. Finalmente, nos voltaremos para a projeção internacional de Antonio Carlos Pacheco e Silva, com especial atenção para a sua atuação no processo que culminou com a outorga do Prêmio Nobel de Medicina para o psiquiatra português Egas Moniz, bem como sobre as suas ações na Presidência da Federação Mundial para a Saúde Mental.

4.1 – Vinho novo em odres velhos: Antonio Carlos Pacheco e Silva e o *Hospício de Juquery*.

O *Hospício de Juquery* foi inaugurado em 1898 como um dos símbolos do projeto modernizante dos republicanos paulistas e por muitos anos foi o maior e mais bem estruturado manicômio brasileiro. Sob a direção de Francisco Franco da Rocha, psiquiatra formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o *Juquery* nasceu para substituir o pequeno, superlotado e defasado *Asilo de Alienados de São Paulo*, que tinha como sede um pequeno edifício na capital paulista. O *Hospício*, segundo a pretensão de seu fundador, poderia inserir São Paulo no circuito internacional do saber médico-psiquiátrico e representaria um significativo avanço para as políticas sociais do Estado.

Franco da Rocha recebeu a responsabilidade pela organização das políticas sobre o tratamento da loucura em São Paulo após a morte de Frederico Alvarenga – um “leigo”, não-médico, segundo um termo da época – que respondia pelo *Asilo de Alienados*. Com isso, Franco da Rocha foi o primeiro médico paulista a assumir um cargo desta natureza e passou a defender a tese de que somente os *esculápios* teriam competência para atuar na assistência aos doentes mentais. De acordo com Paulo Silvino Ribeiro (2010, p. 43), com forte interlocução com a administração paulista, Franco da Rocha posicionou-se contrariamente à proposta do governo de criar diversos hospícios espalhados pelo Estado de São Paulo. Para o psiquiatra, o modelo mais adequado seria o proposto pelos alienistas franceses que propugnavam a conformação de um espaço centralizado de internação, observação e tratamento da loucura. Com o aval e financiamento do governo republicano recém-instaurado, Franco da Rocha inaugurou o *Hospício* em uma região afastada da capital paulista, mas ligada a ela pela via ferroviária. Segundo Maria Clementina Pereira Cunha (1984, p. 67),

Franco da Rocha abre, no caso de São Paulo, a etapa de competência médica em face da loucura. Seu primeiro triunfo se dá no próprio momento em que é nomeado para substituir o administrador do hospício: o alienista torna-se então o primeiro médico a ocupar o novo cargo de diretor do asilo – não mais “administrador” – criado expressamente para ser prerrogativa exclusiva dos especialistas. Este é

o primeiro sinal de reconhecimento no plano estadual, por parte dos poderes públicos republicanos, de uma competência que se instituía.

Revestido de autoridade científica, Franco da Rocha obtém rapidamente a adesão dos dirigentes políticos para a sua ambiciosa proposta: criar em São Paulo uma instituição que atendesse aos desenhos mais atualizados do saber alienista, incorporando e adaptando suas experiências mais “inovadoras” – empreitada que, seguramente, exigiu um investimento bastante razoável de um Estado que, até então, limitara-se aos propósitos de excluir o louco e escondê-los nos hospícios.

A psiquiatria praticada no Brasil nas primeiras décadas do século XX era centrada nos grandes asilos que se organizavam sob a lógica manicomial. Os hospitais psiquiátricos, como o *Hospício de Juquery* em São Paulo, o *Hospital Nacional de Alienados* no Rio de Janeiro, *Hospício Pedro II* em Porto Alegre e o *Hospital Tamarineira* no Recife, por exemplo, eram o polo de formação e praticamente os únicos espaços de atuação profissional dos psiquiatras daquele período. A atividade ambulatorial ou os consultórios privados de psiquiatria eram praticamente inexistentes, haja vista que naquele momento não se concebia entre os médicos um tratamento para a mente que não passasse necessariamente pela internação de médio e longo prazo (Venâncio, 2011, p. 38).

É a partir desta constatação que podemos compreender as motivações de Antonio Carlos Pacheco e Silva ao procurar o *Hospício de Juquery* para obter sua primeira oportunidade trabalho. Para permanecer vivendo em São Paulo e poder exercer a especialidade médica que havia escolhido, não havia uma opção mais atraente para o jovem psiquiatra do que bater à porta de Franco da Rocha para oferecer seus préstimos ao seu antigo professor na Universidade *Livre* de São Paulo. E foi exatamente isso que ele fez.

Iniciava-se assim a sua história no Hospício de Juquery, instituição que lhe conferiu poder, prestígio e importantes dividendos políticos e científicos. Para melhor compreender as suas ações no referido sanatório, dividiremos a sua trajetória na instituição em três fases: a primeira diz respeito às atividades que desenvolveu entre 1921 e 1923, quando coordenou o Laboratório de Anatomia Patológica; a segunda aborda a sua nomeação como novo Diretor do *Juquery* e os dois primeiros de sua gestão, quando teve

que enfrentar uma severa oposição e os efeitos da Guerra civil de 1924 e a terceira fase, finalmente, se refere às suas ações de 1925 até 1937, período em que, legitimado e com sua posição política consolidada, pôde imprimir uma nova perspectiva administrativa e médico-científica.

4.1.1 – Os “primeiros passos na carreira”: Antonio Carlos Pacheco e Silva no Laboratório de Anatomia Patológica do Juquery.

Assim que retornou de Paris no início de maio de 1921, Antonio Carlos Pacheco e Silva solicitou um encontro com Francisco Franco da Rocha. Seu antigo professor o recebeu de bom grado e após uma visita aos pavilhões do sanatório ambos se reuniram para tratar das necessidades da instituição e para chegarem a um consenso sobre em qual setor ele poderia atuar. Franco da Rocha animou-se com a inclinação do jovem psiquiatra para as pesquisas voltadas às bases orgânicas das doenças mentais, haja vista que desde 1918 procurava alguém para coordenar o recém-criado Laboratório de Anatomia Patológica do Sistema Nervoso. Acerca deste encontro, Pacheco e Silva narrou:

Foram os primeiros anos do século XX, por assim dizer, o período áureo da Anatomia Patológica. Evidentemente essas preocupações que dominavam o espírito de todo o mundo não podia deixar de se refletir também sobre os chefes das escolas psiquiátricas brasileiras. Em 1918 o Prof. Franco da Rocha, preocupado com este problema, fez construir no Hospital de Juquery um laboratório de anatomia patológica. Foi construído o laboratório e ele se empenhou vivamente para que fosse contratado um especialista anátomo-patologista do sistema nervoso. E teve para isso uma grande dificuldade [...].

Em nossas tratativas ele [Franco da Rocha] me disse: “Olha, você chega em boa hora. Nós estamos aqui com um laboratório que está vazio e eu fiz várias tentativas e não consegui contratar nenhum especialista., de modo que você vai tomar conta do laboratório e vai pedir tudo quanto precisar”. Eu encontrei o laboratório desaparelhado, comecei a fazer uma requisição de tudo quanto era necessário para montá-lo; naturalmente micrótomos, microscópios e aparelhos de microfotografia, enfim, procurando instalar o laboratório de acordo com o que eu havia visto nas clínicas europeias (Pacheco e Silva, 1976-a, p. 2).

Contando com a confiança de Franco da Rocha, o jovem Antonio Carlos Pacheco e Silva pôde equipar o laboratório sob a sua responsabilidade dando grande impulso às pesquisas desenvolvidas na instituição. O anseio do diretor do Hospício de Juquery desde a fundação do nosocômio era fazer dele não apenas uma instituição hospitalar, mas também um importante centro de estudos psiquiátricos. Com o passar dos anos, as imensas dificuldades para administrar a demanda crescente por novas vagas e o número reduzido de profissionais que ali atuavam fez com que a produção científica realizada a partir do *Juquery* fosse cada vez mais dificultada. Neste sentido, a contratação de um anátomo-patologista como Pacheco e Silva representava uma das tentativas de revigorar o caráter científico da instituição. Não à toa, em 1922, Franco da Rocha o enviou para representá-lo no 2º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, onde seu pupilo apresentou trabalhos derivados de pesquisas psiquiátricas essencialmente organicistas desenvolvidas no Laboratório de Anatomia Patológica.

Entretanto, mesmo com os esforços de Franco da Rocha, o Hospício de Juquery passava por grandes dificuldades no final dos anos 1910 e no início da década seguinte. Após vinte anos de funcionamento, a instituição havia se tornado um grande depósito de indivíduos que, sem perspectivas de cura, superlotavam os seus suntuosos pavilhões. Além disso, neste momento, Franco da Rocha foi obrigado a reduzir suas tarefas diante de uma doença cardiorrespiratória que havia debilitado a sua saúde, o que procurou minimizar designando outros funcionários para cumprirem as demandas da gestão do sanatório. Neste processo, Pacheco e Silva recebeu a incumbência de coordenar a *Seção de Menores Anormaes* nos primeiros meses de 1923 (Tarelow, 2013, p. 24). Todavia, os esforços da Diretoria do *Juquery* não resultaram nos efeitos positivos esperados, pois,

Marcado por uma baixa eficácia terapêutica, recobrimento da pretendida “vocação curativa” pela assistencial, tendência crescente de superlotação, grande demanda reprimida às suas portas, baixo nível de recursos de pessoal, ausência de “avanços significativos” da ciência psiquiátrica o hospício científico de Franco da Rocha vai, gradativamente, se distanciando de sua medicalidade (Pereira, 1995, p. 75).

Como fruto de recomendações médicas para que se afastasse das suas atividades profissionais para cuidar de sua saúde e com certa resignação de que não teria mais condições de encabeçar as mudanças que o Hospício de Juquery necessitava, o experiente e consagrado Francisco Franco da Rocha decidiu desligar-se da direção do hospício que havia idealizado e dirigido por 25 anos.

Em fevereiro de 1923 redigiu e entregou uma carta explicativa e solicitou a sua aposentadoria a Washington Luís, então Presidente da Província de São Paulo. Compreendendo as razões expressas por ele, o chefe do Poder Executivo estadual concedeu-lhe a aposentadoria e pediu a ele a indicação de um sucessor para o seu cargo. Assim, mesmo contando com colaboradores de longa data, Franco da Rocha surpreendeu seus pares ao indicar Antonio Carlos Pacheco e Silva, que tinha apenas 24 anos de idade e somente dois anos de experiência profissional, para a Diretoria da instituição. Passados mais de 50 anos deste ocorrido, o escolhido descreveu a sua “surpresa” com a decisão de Franco da Rocha:

Com grande surpresa para mim, certo dia fui chamado por Franco da Rocha e ele me disse: “eu vou me aposentar; já comuniquei esse fato ao Presidente do Estado e ele lançou sobre meus ombros a responsabilidade de escolher o meu sucessor e decidi que será você quem vai me suceder”. Eu fiquei surpreso e perplexo diante daquilo. Jamais poderia imaginar que seria o sucessor de Franco da Rocha, um jovem de 24 anos, não tinha nenhuma experiência da administração e, evidentemente, com essa idade, com apenas 3 anos de formatura, não podia absolutamente estar em condições de assumir a direção de um Hospital como o Juquery.

Entretanto, ele insistiu e me disse com toda a lealdade: “Eu espero viver ainda alguns anos, se você tiver alguma dificuldade, eu estou pronto a ajudá-lo, mas é preciso que se imprima uma orientação totalmente diferente ao hospital que fundei e do qual tenho ciúme irrepreensível. Durante estes últimos anos a minha saúde não me tem permitido fazer uma reforma completa no Hospital do Juquery. Este hospital caiu na rotina, os médicos que aqui trabalham não revelam maior interesse pela psiquiatria. Isto constitui hoje um verdadeiro cabide de empregos e, frequentemente, aqueles que têm necessidade de emprego público, vem procurar aqui no Juquery. É preciso que se crie aqui uma escola psiquiátrica, coisa que eu fiz um grande esforço e tenho a consciência de ter formado alguns psiquiatras, mas isso não é o suficiente. É preciso que haja uma modificação. É preciso que venha para cá um jovem, com

disposição de trabalhar para refundir tudo. Este hospital foi fundado em 1898 e desde então não sofreu na sua estrutura nenhuma reforma e só uma pessoa jovem, que tenha a disposição de se consagrar não só na parte clínica, como também na parte científica, e cuide também de refundir a estrutura administrativa do hospital” (Pacheco e Silva, 1976-a, p. 10-11).

Pacheco e Silva ponderou a indicação de seu nome e as implicações de uma decisão de tamanho desafio e finalmente assumiu a direção do Hospício de Juquery em 22 de março de 1923. O novo cargo lhe colocaria em uma posição de destaque entre os psiquiatras brasileiros além, é claro, de lhe fazer alvo de uma série de críticas e de olhares desconfiados. A partir de então ele e a psiquiatria praticada em São Paulo nunca mais seriam os mesmos.

4.1.2 – Oposição, reação e em meio disso a Revolução: os primeiros anos de Pacheco e Silva à frente do *Juquery*.

De acordo com o regulamento do *Hospício de Juquery*, o diretor da instituição deveria, obrigatoriamente, morar na residência oficial destinada ao ocupante deste cargo. Dada esta exigência, Pacheco e Silva, sua esposa Lavínia e sua primogênita deixaram a capital paulista para viver na pacata cidade que viria a ser chamada, anos mais tarde, de Franco da Rocha. No entanto, o elevado ordenado que receberia talvez compensasse, de alguma forma, o ônus de ter que deixar a vida na cidade que tanto amava, haja vista que o salário destinado ao diretor do *Hospício* era de 36:000\$000 (36 contos de réis), valor bastante elevado para os padrões da época (Hospital de Juquery, 1925, p. 1).

Não seria exagero de nossa parte supor que a remuneração, o poder e o prestígio que aquele cargo proporcionava ao seu titular eram igualmente almejados pelos médicos que trabalhavam no manicômio. Assim, quando Franco da Rocha nomeou o seu mais jovem assistente para sucedê-lo, preterindo médicos mais experientes e com muito mais tempo de serviços prestados à instituição, imediatamente iniciou-se uma campanha que colocou sob suspeita as razões que o levaram a tomar tal decisão. Segundo Pacheco e Silva (1976-a, p. 12),

As víboras estavam muito mais perto do que eu imaginava, porque tão logo fui eu nomeado diretor do *Juquery*, muito jovem ainda, evidentemente sem experiência, eu era o primeiro a reconhecer, mas eu tinha sido indicado por ele. Mas, infelizmente para mim, que era o chefe político de mais destaque em São Paulo, Presidente da Comissão Diretora, era um tio meu, Senador Lacerda Franco, irmão de minha mãe. Imediatamente se desencadeou uma grande campanha contra a minha nomeação, dizendo que a minha nomeação havia sido feita por imposição política e chegaram até mesmo a fazer alusões que, provavelmente, o Prof. Franco da Rocha, força de conviver com os doentes mentais, tinha tido uma senilidade precoce. Porque só se podia explicar o fato de indicar um jovem nas minhas condições para dirigir um hospital daquela responsabilidade.

É difícil mensurar a influência que o Senador Lacerda Franco teve na nomeação de seu sobrinho para a diretoria do *Juquery*. Contudo, não há dúvidas de que o senador colaborou significativamente para que verbas mais vultosas fossem destinadas ao manicômio a partir das solicitações feitas por ele à administração paulista. De fato, Pacheco e Silva estabeleceu uma relação mais próxima com as forças políticas locais e, com isso, conseguiu a legitimidade necessária para manter-se em seu cargo e colocar em prática novas perspectivas científicas e administrativas. Mesmo sofrendo uma forte oposição interna, nos primeiros anos à frente da instituição, ele promoveu uma série de reformas, ampliações e aparelhamentos no complexo de prédios e laboratórios que aplacaram, em parte, as desconfianças que pairavam sobre sua diretoria. De acordo com André Mota e Lilia Blima Schraiber,

Quando o médico e psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva assumiu a direção do Hospital do Juqueri, desde 1923, buscou dentro e fora do país tecnologias que pudessem ser aplicadas no campo do ensino e da pesquisa, utilizando-se largamente do Hospital como um novo campo de experimentações científicas enlaçado aos momentos políticos vividos por São Paulo (Mota, Schraiber, 2012, p. 230).

Neste sentido, suas primeiras ações à frente do nosocômio voltaram-se para a compra de novos equipamentos para o Laboratório de Biologia e Anatomia Patológica,

atribuindo a este organismo um papel central na produção médico-científica empreendida pelos médicos do *Juquery*. Para dirigir este laboratório, foi contratado o renomado anátomo-patologista Constantino Tretiakoff, pesquisador de origem russa que havia conhecido em seu período de estudos na França, que, além de desenvolver pesquisas, organizou cursos de especialização voltados a médicos e estudantes. Neste processo, o novo diretor do sanatório organizou e editou o primeiro volume da revista científica *Memórias do Hospital de Juquery*³ que tinha como principal objetivo divulgar ao meio científico as pesquisas desenvolvidas pelos psiquiatras paulistas.

A Anatomia Patológica possuía uma notável proeminência no novo modo de produzir e divulgar as práticas científicas no *Juquery*. Isso pode ser notado no relatório de encaminhado ao governo paulista:

Obtidas as verbas respectivas, adquirimos o material preciso para a completa instalação do Laboratório de Anatomia Patológica e Biologia Clínica, obras e coleções completas de revistas da especialidade. Iniciamos as primeiras publicações com a divulgação de observações clínicas perfeitamente documentadas, acompanhadas do respectivo complemento anatomopatológico e das provas paraclínicas.

Não existia naquela época, entre nós, anátomo-patologistas com conhecimentos especializados do sistema nervoso, razão que nos levou a contratar na Europa o Dr. Constantino Tretiakoff, antigo adjunto do Laboratório de Anatomia Patológica da Clínica Charcot, na Salpêtrière. A vinda do conhecido anátomo-patologista despertou iniludível entusiasmo pelo estudo da Patologia Nervosa, como comprova o elevado número de professores, assistentes, médicos e alunos da Faculdade de Medicina de São Paulo que se inscreveram nos cursos então realizados no laboratório do Hospital do Juqueri.

Os resultados dessa atividade científica impunham a criação de uma revista que condensasse todos os trabalhos realizados no Hospital e em 1924 foi possível a publicação do primeiro número das *Memórias do Hospital do Juqueri* (Pacheco e Silva, 1945-d, p. 18).

³ A Revista *Memórias do Hospital de Juquery* teve grande longevidade entre as publicações especializadas em Psiquiatria no Brasil, embora tenha sofrido alterações em seu título dada a ampliação dos departamentos que contribuíram com sua edição. Em 1936 a publicação passou a se chamar *Arquivos da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo* e, posteriormente, *Arquivos de Saúde Mental do Estado de São Paulo* e, finalmente, *Arquivos da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de São Paulo*.

Ainda em seu primeiro ano de gestão Pacheco e Silva pleiteou verbas que permitiram a conclusão de um novo pavilhão feminino que estava com suas obras paralisadas há anos devido à falta de recursos financeiros. Foram reorganizadas e ampliadas, também, as clínicas especializadas em Radiologia, Odontologia e Tisiologia, o necrotério, a cozinha, a lavanderia e a padaria da instituição.

Ao longo dos 25 anos que Franco da Rocha dirigiu o *Juquery* a Laborterapia, também chamada de Ergoterapia, esteve entre as principais técnicas terapêuticas adotadas pela instituição. Este procedimento terapêutico fazia parte do conjunto de técnicas que compunham o *Tratamento Moral* originados nos preceitos do alienismo francês. O trabalho braçal, segundo os alienistas, contribuiria para o restabelecimento das faculdades mentais e do autocontrole dos pacientes, o que poderia curar ou aliviar os seus transtornos mentais, tendo a “finalidade de ocupar a mente enferma com uma atividade digna e saudável” (Pereira, 2002, p. 39). Sob esses argumentos, Franco da Rocha indicava aos pacientes uma série de atividades voltadas à vida campesina, como o plantio, coleta de água, o cuidado com o gado e aves. A Laborterapia praticada no *Juquery* era organizada em um regime chamado de *Outdoor*, no qual algumas famílias que viviam nas fazendas no entorno do manicômio recebiam um valor mensal para tutelar as atividades laborais dos pacientes em suas terras⁴.

Antonio Carlos Pacheco e Silva, por sua vez, alterou substancialmente o sentido da Laborterapia e, através dela, buscou formas de gerar recursos próprios para a instituição e ter maior autonomia orçamentária ao seu dispor. Para tanto, entre 1923 e 1925 foram diversificadas as atividades que os pacientes deveriam desempenhar. Se até então o trabalho braçal dos pacientes tinha a finalidade apenas terapêutica, a nova diretoria do *Juquery* passou a entendê-lo como uma forma de obter dividendos de forma rápida e volumosa. Assim, após explorar a mão de obra dos pacientes, o hospital vendia os produtos por eles fabricados para custear determinadas ações consideradas “mais nobres” como, por exemplo, a organização da Biblioteca do Hospital:

⁴ As famílias que recebiam os pacientes em suas casas no regime de *Outdoor* recebiam cerca de 50\$000 (50 mil réis) por mês. Com esse valor os “nutrícios”, como as famílias eram chamadas, deveriam custear todas as despesas do paciente abrigado, incluindo sua alimentação e higiene pessoal (Hospital de Juquery, 1925, p. 3).

A História da Biblioteca do Juqueri é muito curiosa porque quando eu solicitei verba do Governo para a aquisição de livros científicos, a resposta muito comum é que não havia verba. Não havendo verba, tinha que criá-la. Mas certo dia me ocorreu o seguinte: a única verba que eu tinha disponível era a verba dos rebotalhos. Era a verba resultante da venda dos sacos vazios, latas vazias, de couro de boi, enfim, de tudo o que era considerado rebotalho. O que eu fiz foi procurar industrializar um pouco o Juqueri de maneira a aumentar também, inclusive criando o matadouro, e desta forma aumentei extraordinariamente a verba de rebotalhos. E com essa verba de rebotalhos consegui comprar todas aquelas coleções e formar a melhor biblioteca de psiquiatria da América Latina, com coleções completas de todas as revistas em alemão, italiano e francês, não só a partir daquela época de 1920, como também comprando coleções completas, algumas já datavam do século passado e que devem lá estar (Pacheco e Silva, 1976-a, p. 16-17).

Pouco após completar um ano à frente do *Juquery*, Pacheco e Silva se viu diante do desafio de organizar as atividades do hospital em meio a um levante armado que impactou fortemente a vida de toda a população de São Paulo. A *Revolta* ou *Revolução de 1924*, maior conflito armado da história da capital paulista, foi encabeçado pelo General Isidoro Dias Lopes e por Joarez Távora, tendo origem no movimento tenentista que dois anos antes havia organizado um levante no Forte de Copacabana. Os tenentes tinham como principal objetivo depor o então Presidente da República, Arthur Bernardes “e se tudo desse certo, o poder seria exercido por uma junta governativa que poria em prática um difuso projeto, cujas principais diretrizes consistiam em maior centralização do poder em detrimento da autonomia dos estados e na defesa dos interesses nacionais” (Cohen, 2007, p. 25). Os conflitos duraram cerca de três semanas e estima-se que tenha sido responsável pela morte de mais de 720 pessoas.

Ao longo deste período, o *Hospital de Juquery* sofreu com o desabastecimento de alimentos e medicamentos e com a recepção de centenas de pessoas que pediam abrigo na instituição após fugirem dos locais em que os combates estavam sendo travados. Diante deste quadro, sem possibilidade de contato com os representantes do governo paulista, foi autorizado o pedido de asilo àqueles que haviam solicitado e implementado o racionamento de alimentos e utensílios até que o conflito entre as tropas legalistas e revoltosas pudesse ser encerrado. Sobre este momento atípico, Pacheco e Silva relatou:

Os dias que atravessei durante a Revolução de 1924 foram talvez os mais tormentosos de minha vida. Ainda muito jovem, sem maior experiência administrativa, sem ter para quem apelar em prol da solução de problemas urgentes que se sucediam a cada instante, sentia-me preocupado e angustiado sem saber qual seria o resultado da situação de tamanha responsabilidade em que estive envolvido [...]. Transcorrido período tão atribulado e inseguro, levei muito tempo para repor as coisas nos seus devidos lugares, reorganizar os serviços clínicos, de enfermagem e administrativos, a exigir cuidadosa revisão, reparo e ordenação (Pacheco e Silva, 1995, p. 157).

Após o fim dos conflitos, a sua posição à frente do *Hospital de Juquery* parece ter se consolidado. Superando este período de crise, o diretor do sanatório gozou de maior apoio entre os políticos paulistas e, com isso, pôde aplacar parte de seus críticos. A partir de 1925, o *Juquery* entraria em um novo momento de sua história, ou seja, na vanguarda do desenvolvimento tecnológico da psiquiatria brasileira. Entretanto, se os ares de “modernidade” foram aventados pela diretoria do Hospital, eles não refrescaram a situação dos indivíduos que eram a ele encaminhados. Mesmo submetidos às mais recentes técnicas terapêuticas (a título de experimentação científica, é preciso dizer), os pacientes seguiram sendo internados em pavilhões em condições precárias.

4.1.3 – Modernização sob princípios conservadores: terapias de choque, novos serviços e os mecanismos de exclusão no *Hospital de Juquery*.

Nos dois primeiros anos de trabalho à frente do *Juquery*, Antonio Carlos Pacheco e Silva se empenhou para promover mudanças nas áreas administrativa, financeira e entre os laboratórios e ambulatorios do hospital. Este movimento teve relativo sucesso a despeito da forte oposição que recebeu de parte dos médicos mais experientes da instituição e das dificuldades impostas pela guerra civil de 1924. Contudo, o *Juquery* enfrentava um problema que já se havia configurado ao longo da gestão de Franco da Rocha e que, em verdade, marcou toda a história daquele hospital: a superlotação (Barbosa, 1992, p. 132).

O número excedente de pacientes ingressantes em relação à quantidade de vagas disponíveis foi o fruto de uma política desequilibrada que fazia parte, na verdade, do cerne da lógica manicomial. A cada mês dezenas (e por vezes centenas) de indivíduos eram encaminhados ao *Juquery* para internações de longo prazo ao passo que o número de Altas médicas concedidas era baixíssimo. Soma-se a isso o papel central daquele hospital na política de atenção às pessoas acometidas por algum transtorno mental em São Paulo sem que as verbas destinadas à ampliação do número de vagas fossem satisfatórias. Para tentar equacionar este problema, Pacheco e Silva, inicialmente, buscou recursos junto à administração paulista para a construção de novos pavilhões e colônias visando ampliar o número de leitos do hospital. Mas isso, no entanto, não foi suficiente.

Para reequilibrar o fluxo de saída do Hospital em relação ao número de pacientes ingressantes, era preciso mais que abrir novos leitos e seus dirigentes sabiam disso. Era consenso entre os psiquiatras que atuavam no *Juquery* que a instituição carecia de uma nova abordagem terapêutica que estivesse alinhada às novas perspectivas científicas em voga no período. Desde a sua inauguração no limiar do século XIX, o hospital previa que a internação psiquiátrica em si era o principal mecanismo terapêutico a ser indicado para conter o avanço da maior parte das doenças mentais. Segundo essa perspectiva, o afastamento do indivíduo por tempo indeterminado do local gerador de sua “loucura” o restabeleceria gradativamente. Desta forma, sob a égide da exclusão, o *Juquery* foi se tornando um enorme depósito de pessoas “desajustadas” que viveriam por décadas em um novo microcosmo pautado por uma rígida disciplina estabelecida pelo corpo médico, tal qual uma *instituição total*, nos dizeres de Erwin Goffman:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (Goffman, 2007, p. 11).

Neste contexto, a compreensão sobre o papel que o sanatório deveria desempenhar no tratamento das doenças mentais passou por uma importante revisão. A partir de então, segundo o seu diretor, não era mais concebível que o *Juquery* fosse visto como um “depósito de loucos”; sob sua administração, ele deveria ser um lugar de cura ou

abrandamento dos transtornos mentais dos pacientes sob a sua custódia. Seu objetivo, portanto, era reencaminhar os indivíduos reabilitados para a sociedade e, mais especificamente, para o mercado de trabalho. Não por acaso Pacheco e Silva alterou o nome do estabelecimento de *Hospício* para *Hospital de Juquery* para, assim, demonstrar publicamente a nova abordagem e os objetivos de sua diretoria.

As ferramentas para a consolidação desta nova perspectiva de atenção psiquiátrica emergiram do Organicismo, isto é, através da investigação acerca das relações que poderiam ser estabelecidas entre determinados comportamentos considerados anormais com eventuais lesões ou de uma anatomia patológica do cérebro. Segundo Lygia França Pereira (2002, p. 40),

O asilo-colônia que, sob Pacheco e Silva, passa a se chamar Hospital de Juquery, se empenha na busca de correlações entre as doenças mentais e a existência de alterações anatômicas. Estas podem ser externas, na forma de sinais ou estigmas visíveis a olho nu, segundo a teoria da constituição, ou internas, conforme teoria localizacionista que pretende ligar grupos sintomáticos de perturbações mentais a regiões cerebrais específicas. O hospital investe na criação de um laboratório de anatomia patológica suficientemente aparelhado para enfrentar as novas exigências impostas pela ciência médica.

Se a anatomia cerebral estava no centro das discussões sobre a origem das doenças mentais, igualmente passou-se a buscar mecanismos que pudessem permitir aos psiquiatras agirem diretamente no funcionamento do cérebro dos pacientes para, assim, buscar alterar o seu comportamento “desviante”. Esta abordagem representava uma mudança significativa em relação às concepções sobre a causa das doenças mentais bem como sobre os mecanismos terapêuticos em voga naquele momento. Neste novo leque de possibilidades estava incluso o anseio de que novas terapias pudessem contribuir efetivamente para a remissão das doenças mentais, o que resultaria em um número maior de Altas médicas e, conseqüentemente, na redução do número de pessoas internadas na instituição. Desta forma, identificando a base orgânica das doenças mentais e oferecendo um tratamento específico para elas, o *Juquery* de Pacheco e Silva pretendia ser, enfim, médico.

Foi neste contexto que em 1925, no Hospital de Juquery, foi aplicada pela primeira vez no Brasil, pelas mãos de Antonio Carlos Pacheco e Silva, a *Malarioterapia*, técnica que inaugurou uma série de procedimentos que ficaram conhecidos como *Terapias de Choque*.⁵ Essas terapias tinham como finalidade provocar uma ação brusca no organismo dos indivíduos para, de alguma forma, interferir em seu funcionamento cerebral. Apesar de Pacheco e Silva afirmar que esses procedimentos se assentavam “em dados objetivos e seguros”, as *Terapias de choque* foram aplicadas por décadas e em larga escala exclusivamente a partir da observação dos psiquiatras sobre determinadas eventualidades que, de forma acidental, acabavam por provocar mudanças no comportamento dos pacientes (Tarelow, 2009, p. 12).

Os usos da *Malarioterapia* nos fornecem um excelente exemplo sobre como as *Terapias de choque* se desenvolveram de forma experimental sem maiores critérios objetivos e éticos, ainda que aventada como a primeira etapa de uma verdadeira “Revolução psiquiátrica” (Pacheco e Silva, 1942-b, p. 5). O desenvolvimento desta técnica foi fruto de um empirismo tacitamente aceito pelos psiquiatras que atuavam nos grandes manicômios mundo a fora, pois, via de regra, se entendia ser legítimo desenvolver testes em indivíduos (em geral pobres, é importante que se ressalte) sob a custódia da medicina psiquiátrica em nome do “avanço das ciências”.

Procedimento terapêutico extremamente controverso, indicado para o tratamento dos sintomas da Paralisia Geral Progressiva, a *Malarioterapia* foi desenvolvida a partir da observação clínica de alguns psiquiatras austríacos liderados por Wagner von Jauregg. Os psiquiatras observaram no cotidiano de sua clínica um fenômeno que lhes chamou a atenção: quando alguns pacientes diagnosticados com PGP apresentavam picos febris ocasionados por doenças infecciosas ou virais, após terem a temperatura corporal normalizada, tinham parte de seus transtornos mentais e delírios reduzidos ou eliminados. Com isso em mente, os médicos passaram a buscar alternativas para provocar

⁵ Segundo Antonio Carlos Pacheco e Silva (1942-c, p. 1073), “cumprе esclarecer que, quando nos referimos à terapêutica pelo choque, abrangemos todos os processos aconselhados nestes últimos tempos com o propósito de atuar de forma mais ou menos drástica sobre o organismo, determinando quer uma reação febril por meio de substâncias químicas microbianas ou pela inoculação de outras doenças, quer o entorpecimento por substâncias narcóticas, o estado de coma hipoglicêmico, as crises convulsivas que podem ser desencadeadas por meio de substâncias químicas ou da eletricidade, quer ainda a hipotermia pelos processos de hibernação”.

artificialmente em seus pacientes os picos febris, dando origem, assim, às *Piretoterapias* que, segundo Pacheco e Silva (1951, p. 167):

Consistem no emprego de substâncias capazes de provocar um choque cloidoclásico e consequente estado febril. Há vários processos para se conseguir esse objetivo: quimioterapia (nucleinato de sódio, terabentina, enxofre, metais coloidais, etc); proteinoterapia (leite, peptona, etc.); vacinoterapia (tuberculina, vacina antitífica, vacina contra o cancro mole de Nicolle, Pirifer, etc.); bacterioterapia (Saprovitan); nosoterapia (malária, febre recorrente, etc.) e ainda a fisioterapia (banhos quentes, diatermia, ondas curtas).

A *Malarioterapia* passou a ter destaque entre os psiquiatras a partir das observações de Jauregg que constatou que os indivíduos acometidos pela Malária sofriam com febres mais duradouras e mais fortes do que as registradas pelos outros métodos testados até então. Com isso em vista, procurou meios de aplicar de maneira artificial o agente causal desta doença, o *Plasmodium vivax*, nos pacientes diagnosticados com PGP, tratando-os logo em seguida com o Quinino (Accorsi, 2015, p. 49). Este procedimento passou a ser testado em clínicas psiquiátricas do mundo todo nos anos seguintes e esse sucesso se deve menos à expressividade de seus resultados e mais ao fato de que, através dela, foi registrada pela primeira vez na história da Psiquiatria uma associação clara entre uma doença mental específica e uma terapia indicada especialmente para o seu tratamento.⁶

Pacheco e Silva teve contato com a aplicação da *Malarioterapia* em 1920, quando realizou estágios em algumas clínicas psiquiátricas europeias. Na Direção do *Juquery*, após dois anos à frente da instituição, teve que travar uma árdua luta com parte da corporação médica que fazia oposição à sua gestão para poder experimentar a eficácia desta técnica em seus pacientes. Seu grande desafio foi superar a desconfiança dos médicos que temiam que a introdução desta técnica pudesse acarretar em uma epidemia de Malária entre os indivíduos internados nos manicômios paulistas. O psiquiatra Pedro Augusto da Silva relatou que o diretor do *Juquery*, para viabilizar seu projeto terapêutico, mais uma vez usou de sua influência e prestígio no campo político, solicitando, inclusive,

⁶ O reconhecimento de Jauregg por seus pares se expressou com a atribuição do Prêmio Nobel de Medicina a ele em 1929, o que contribuiu para o fortalecimento das pesquisas para o desenvolvimento de novas terapias sob a lógica do *choque*.

o apoio de Franco da Rocha para que a Secretaria do Interior, responsável pelas instituições paulistas de Saúde naquele momento, o autorizasse a fazer uso da *Malarioterapia* (Silva, 1936, p. 16).

Contando com o apoio da administração paulista, Pacheco e Silva iniciou a inoculação do *Plasmodium vivax* em seus pacientes e publicou uma série de trabalhos analisando os resultados obtidos em suas experiências. Embora alardeada como uma técnica eficaz e revolucionária, por demandar do corpo médico uma complexa estrutura para o cuidado com o paciente e por se mostrar menos efetiva do que se propugnava, essa técnica foi sendo abandonada já no início dos anos 1930 até deixar completamente o arsenal terapêutico do *Juquery*.⁷

Assim, se as piretoterapias não proporcionaram o desejado aumento do número de pacientes curados e egressos do *Juquery*, por outro lado, a lógica terapêutica que as pautou permaneceu viva por longa data. A partir desta primeira *Terapia de Choque*, diversas outras técnicas foram introduzidas sob o mesmo discurso de modernização da psiquiatria paulista como a *Insulinoterapia* e a *Convulsoterapia*, por exemplo.

A *Insulinoterapia* foi aplicada nos pacientes internados no Hospital de Juquery pela primeira vez em 1936 sob a supervisão direta de Pacheco e Silva. Essa terapia foi destinada originalmente ao tratamento das Esquizofrenias tendo sido desenvolvida pelo psiquiatra austro-húngaro Manfred Joshua Sakel, que observara em sua clínica que aqueles que recebiam doses de insulina para o tratamento da abstinência do uso de cocaína apresentavam mudanças em seus comportamentos devido ao coma hipoglicêmico ao qual eram submetidos.⁸ O método preconizado por Sakel e seguido, ao menos nos primeiros testes, pelos psiquiatras brasileiros consistia na aplicação progressiva de doses de insulina nos pacientes em jejum pela manhã fazendo com que, através da hipoglicemia, eles

⁷ As aplicações das terapias piretógenas perderam força até praticamente desaparecerem do arsenal terapêutico psiquiátrico no final dos anos 1940 com a difusão do uso da Penicilina, que passou a ser a terapêutica mais indicada para o combate à Sífilis, o que contribuiu para a drástica redução dos casos de Paralisia Geral Progressiva no Brasil.

⁸ Ao versar sobre a “moderna terapêutica para as esquizofrenias”, Pacheco relatou: “[...] verificando que quando nos morfinômanos se retardavam a administração da glicose, havia uma melhora da sintomatologia devido sobretudo ao choque provocado pela insulina, choque esse que se caracterizava principalmente por um estado vertiginoso e por uma sudorese abundante. Sakel lembrou-se de empregar a insulina na esquizofrenia e, qual não foi a sua surpresa ao verificar que os doentes não só acalmavam como apresentavam melhorias acentuadas, sobretudo à medida que se dilatava o prazo da aplicação da glicose! (Pacheco e Silva, 1940-a, p. 4).

entrassem em um estado de coma, que durava, em média duas horas. Ao final do período de coma preconizado como suficiente para os efeitos terapêuticos, os médicos aplicavam doses de glicose ou “soluções açucaradas” através de uma sonda ligada ao estômago do paciente (Pacheco e Silva; Ferraz, 1937, p. 503).

A *Convulsoterapia*, por sua vez, foi a derradeira terapia de choque introduzida no Juquery no período em que Antonio Carlos Pacheco e Silva esteve à frente da instituição. Essa abordagem terapêutica foi utilizada pela primeira vez no Brasil em 1936 com a promessa de eliminar os sintomas da Esquizofrenia e consistia, basicamente, no estímulo artificial de crises convulsivas em pacientes psiquiátricos para se obter alterações em seu comportamento.

Essa terapia foi desenvolvida pelo psiquiatra Ladislau von Meduna a partir da observação do que chamava de “antagonismo biológico” entre a Esquizofrenia e a Epilepsia. Ao notar o abrandamento de alguns prognósticos da Esquizofrenia em alguns de seus pacientes que haviam, por algum motivo, sofrido crises convulsivas, o psiquiatra húngaro procurou estabelecer formas para provocar essas mesmas convulsões entre os outros enfermos sob a sua responsabilidade. Para tanto, inicialmente ele experimentou a os efeitos da aplicação de cânfora até estabelecer que a injeção de um medicamento conhecido como *Cardiazol*, nome comercial do Pentametilentetrazol, fabricado na década de 1920 pelo laboratório *Knoll*, apresentava resultados mais efetivos para os seus objetivos (Tarelow, 2012, p. 217).

No Juquery essa técnica passou a ser testada entre os homens diagnosticados com Esquizofrenia, aplicando-se o Cardiazol por via endovenosa no período matutino com o paciente em jejum para evitar vômitos ou engasgamentos (Pacheco e Silva, 1940, p. 99). Dada a intensidade das crises epiléticas, aqueles que eram submetidos a essa técnica eram amarrados às macas na tentativa de evitar fraturas ou outras lesões, sobretudo, musculares. De acordo com Pacheco e Silva,

Seguindo os conselhos de von Meduna, costumamos passar dois lençóis, torcidos e úmidos, em torno do corpo do doente, um na altura dos ombros, de maneira a manter os braços colados ao tronco, o outro colocado na altura do terço superior das coxas. Além disso, convém que

o médico se faça auxiliar por quatro enfermeiros, dois de cada lado do leito. Dois ficarão encarregados de impedir a flexão forçada coxa sobre a bacia, afastando desta forma a possibilidade de fraturas do colo do fêmur, acidente sempre a se temer. Os outros dois enfermeiros devem procurar evitar a flexão do braço sobre a articulação escápulo-humeral. A um quinto auxiliar fica reservado o papel de proteger a língua do doente; colocando uma borracha ou uma toalha dobrada entre as arcadas dentárias, tendo o cuidado de evitar não só as mordeduras da língua como também dos lábios (Pacheco e Silva, 1951, p. 178).

Além dos riscos de lesões ósseas, musculares, cerebrais e de gerar graves problemas circulatórios, havia outra característica da *Cardiazolterapia* que assustava os pacientes: a “aura cardiazólica”, que segundo Lygia França Pereira Urquiza, (2002, p. 44), é “um estado de vivências internas e sensações corporais que podem ser extremamente desagradáveis e aterrorizantes”. A justa resistência dos pacientes à aplicação das injeções somada ao elevado custo de importação do Cardiazol, fez com que a essa técnica fosse substituída no início da década de 1940 pela *Eletroconvulsoterapia*, que gerava a mesma reação convulsiva por um custo muito mais baixo e sem provocar a temida “aura”. Pacheco e Silva também seria um dos maiores entusiastas dessa nova técnica, recebendo festivamente em sua clínica, já como professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Ugo Cerletti, psiquiatra responsável pela difusão deste procedimento utilizado indiscriminadamente por muitos anos nos manicômios brasileiros (Pacheco e Silva, 1953-b, p. 2).

De fato, a introdução de um novo arsenal terapêutico no Hospital de Juquery e a criação de uma revista científica que difundia as pesquisas desenvolvidas no interior da instituição recolocaram a instituição na vanguarda do debate científico sobre os rumos da medicina psiquiátrica brasileira. A partir dessas ações, Pacheco e Silva, mesmo ainda muito jovem, ganhou destaque nacional e reconhecimento internacional. Contando com grande apoio político, ele pôde encabeçar a criação de novos equipamentos dentro do complexo hospitalar do *Juquery*, sendo forjado como um dos baluartes do ideal de uma São Paulo “moderna” e “locomotiva da nação”.

Prova disso é que em 1926 ele foi convidado pela *Fundação Rockefeller* para percorrer em uma viagem de estudos, sob o seu patrocínio, as principais clínicas psiquiátricas estadunidenses e europeias. Este convite se deu em meio às tentativas dos

norte-americanos de estabelecer uma maior aproximação entre os psiquiatras *Yankees* e brasileiros no contexto de uma política de cooperação fruto dos acordos estabelecidos entre a *Rockefeller* e a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (Marinho, 2001, p. 18). Neste sentido, o médico higienista Geraldo Horácio de Paula Souza, amigo muito próximo de Pacheco e Silva, que acabara de retornar de uma viagem aos Estados Unidos também financiada pela Fundação, intermediou as negociações entre ele e os norte-americanos.

O objetivo central dessa viagem, que também atendia os anseios da administração paulista, era a coleta de dados para subsidiar a criação de um manicômio voltado exclusivamente para o tratamento dos indivíduos que apresentavam distúrbios mentais e que haviam cometido algum tipo de crime. Com isso em vista, Pacheco e Silva embarcou para os Estados Unidos em uma viagem de estudos que obedeceu ao seguinte roteiro:

Nos Estados Unidos percorremos os hospitais, clínicas psiquiátricas, asilos para insanos e escolas para anormais de Nova York, Chicago, Washington, Baltimore, Cleveland, Boston e Philadelphia. Na França, em Paris, frequentamos o curso de moléstias mentais do Prof. Claude, no Asilo de S. Anne, e assistimos às preleções do Prof. Guillaín, na Salpêtrière. Na Suíça, em Zurique, percorremos a Clínica Burghölzi, do Professor Bleuler, e o Instituto de Neuropatologia do Prof. Monakow. Na Alemanha ocupamo-nos da Clínica do Prof. Kraepelin, em Munique e, finalmente, na Inglaterra, visitamos os hospitais para insanos de Londres e Epsom (Pacheco e Silva, 1926-c, p. 5-6).

Ao retornar ao Brasil, Pacheco e Silva apresentou um longo relatório de atividades ao Secretário do Interior do Governo de São Paulo no qual apontou diversas sugestões de serviços e projetos que poderiam ser implementados no *Juquery*. Dentre os itens apresentados por Pacheco estava o modelo de Manicômio Judiciário⁹, que viria a ser inaugurado em 1933 na cidade de Franco da Rocha (Uga, 2018, p. 67). Outros desdobramentos dessa viagem foi a reformulação da assistência às crianças internadas no *Hospital de Juquery*, com a criação da *Escola Pacheco e Silva para menores anormais*

⁹ Para maiores informações sobre o processo de criação e sobre a história do Manicômio Judiciário de São Paulo, ver também: Ferla, 2009.

(Serra, 2011, p. 105) e a coleta de informações sobre a assistência psiquiátrica privada norte-americana, que resultaria na criação do Sanatório Pinel, instituição particular, fundada por Pacheco e Silva em 1929 (Couto, 1999, p.32).

A criação do Manicômio Judiciário, da *Escola Pacheco e Silva para menores anormais*, a inauguração de novas alas, laboratórios e serviços, bem como a difusão dos preceitos da Eugenia e a introdução das *Terapias de choque* formam a base dessa gestão que visou dar ao Hospital de Juquery um ar de “enfim científico”. Nesse sentido, um olhar voltado somente para a projeção que Pacheco e Silva obteve a partir dessas ações, poderia sugerir que a passagem dele pelo *Juquery* foi “extraordinária”, como aponta uma vertente da historiografia mais afeita a construção de “grandes vultos” da história da Medicina.

Entretanto, para compreender o que significou a gestão de Pacheco e Silva em um dos mais importantes manicômios da América Latina, é preciso levar em consideração não somente os números, relatórios, publicações científicas e a frieza dos novos prédios por ele edificadas. O fato é que não podemos avaliar a sua passagem pelo *Juquery* sem considerar de que maneira as suas ações interferiram, de fato, na vida dos indivíduos sob a sua responsabilidade.

Ao analisar os prontuários médicos dos pacientes internados no Hospital de Juquery entre 1923 e 1937¹⁰, pudemos tomar conhecimento de situações a que os pacientes foram submetidos bastante diversa da aventada por Pacheco e Silva em suas publicações, entrevistas e relatórios; o abandono, falta de atenção médica, superlotação, saneamento básico organizado de maneira precária e internações pautadas exclusivamente por concepções morais, saltam aos olhos a cada documento analisado.

Neste período, cerca de 6.840 indivíduos foram ali internados, o que ultrapassava, e muito, a capacidade da instituição de alocar e tratar com qualidade cada um deles. Soma-se a isso o baixo número de pacientes que deixou o hospital, cuja maior característica era o de promover internações de longo prazo. Mesmo com o advento das novas técnicas terapêuticas, somente 14% dos pacientes deixaram o *Juquery* através de Alta médica,

¹⁰ A análise dos prontuários médicos dos pacientes internados no Hospital de Juquery entre 1923 e 1937 foi empreendida para a construção de minha Dissertação de Mestrado defendida em 2012 na FFLCH-USP sob a orientação da Profa. Dra. Maria Amélia M. Dantes. A Dissertação foi publicada no ano seguinte pela Universidade Federal do ABC sob o título *Entre comas febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923 – 1937)*. Ver: Tarelow, 2013.

19% saíram da instituição “sem Alta”, isto é, evadiram ou foram retirados por familiares, 33% vieram a óbito após longos anos de internação e 34% dos prontuários não registraram a “saída” do paciente, o que ajuda a compreender a situação de abandono de grande parte dos indivíduos¹¹ (Tarelow, 2013, p. 109).

Em uma publicação datada de 1928, na qual versava sobre *A assistência aos psychopaths no Estado de São Paulo*, o então Diretor do Hospital de Juquery revelou que na instituição, “o corpo médico é constituído por um diretor, um vice-diretor, dois assistentes de laboratório, um oculista e quatro estudantes internos” (Pacheco e Silva, 1928-b, p. 4). Diante das demandas de milhares de pacientes, não é difícil supor que este quadro reduzido de médicos não tinha condições de atender a todos com qualidade.

A Escola Pacheco e Silva para menores anormais nos fornece um bom exemplo disso. Ela foi inaugurada em 1929 com a presença das mais altas autoridades paulistas e tinha como principal meta o “tratamento médico-pedagógico como medida de prevenção à perversidade e às práticas antissociais” de jovens do sexo masculino (Serra, 2011, p. 23). Todavia, apenas dois anos após o início das suas atividades o médico e educador Vicente Baptista que fora designado por Pacheco e Silva para coordenar as atividades da Escola, denunciou as suas precárias condições sanitárias e apontou como consequência disso o elevado número de jovens e crianças com lombrigas. Segundo ele,

O laboratório do hospital mostrou ser elevada a infestação intestinal dos asilados pelo *Áscaris lumbricoides*, sendo rara a dos outros parasitos. Procedeu-se, por isso, a duas curas vermífugas, uma em maio e outra em novembro. O vermífugo usado foi o óleo essencial de chenopodio, segundo a fórmula de Fanstock. O menor tomava por 3 vezes seguidas, a cada 5 dias, a dose do lombrigueiro, prescrita individualmente. O encarregado do pavilhão informa que “coleccionou” cerca de 300

¹¹ Outros dados coletados sobre os pacientes internados no Hospital de Juquery entre 1923 e 1937 foram:

- 71% dos pacientes eram do sexo masculino e 29% do sexo feminino;
- 84% eram brancos, 7% negros, 7% pardos e 2% de origem asiática;
- 75% eram brasileiros e 25% estrangeiros;
- 6% tinham, no momento da internação, de 0 a 20 anos de idade, 63% tinham de 21 a 40 anos de idade, 23% tinham de 41 a 60 anos de idade e 8% tinham acima de 61 anos de idade.
- 35% atuavam profissionalmente como operários urbanos, 21% como agricultores, 14% eram profissionais liberais, 19% atuavam em serviços domésticos e 11% eram funcionários públicos;
- 94% se declararam católicos, 3% cristão-protestante e 3% adeptos do espiritismo ou de religiões de matriz africana.

lobrigas do primeiro período e ainda uma centena no segundo! (Baptista, 1931, p. 204).

Um pouco mais adiante dedicaremos nossa atenção para as concepções eugênicas de Pacheco e Silva ao analisarmos a sua atuação associativa, partidária e política. Mas é preciso adiantar que as internações psiquiátricas conduzidas por ele basearam-se não somente em uma leitura organicista das doenças mentais; a Eugenia, com suas concepções morais e raciais, também ocupou um papel central em suas ações como psiquiatra. Por isso, ao longo de sua gestão, milhares de pessoas que não apresentavam qualquer transtorno mental foram conduzidas aos leitos do *Juquery* a partir de diagnósticos formulados exclusivamente por critérios morais como “Pederasta passivo”, “Onanista”, “Vagabundo”, “Amigo do ócio”, “Frigidez feminina”, “Loucura moral”, “Caráter inadaptável à vida em sociedade”, entre outros (Cunha, 1984, p. 170). Sob essas classificações foram segregados inúmeros indivíduos que não seguiam os padrões comportamentais aceitos por uma moral burguesa, racista, hegemonicamente católica, heteronormativa e machista (Tarelow, 2013, p. 120).

Maria Célia Paolli e Adriano Duarte nos fornecem um bom exemplo sobre como operou o mecanismo de encaminhamento de indivíduos sob o diagnóstico de “vadiagem” ao Hospital de Juquery. Segundo os autores, o sanatório ocupou nos anos 1930 um papel central nas políticas de controle social e disciplinarização de comportamentos na cidade de São Paulo e em sua região metropolitana:

Do ponto de vista da cidade da ordem não existem desempregados ou pessoas à procura de emprego, são todos vagabundos acidentais. O universo do trabalho, a partir dos anos 30, não comporta mais meios-terminos: ou se é trabalhador, com profissão regulamentada e carteira assinada, ou se é vagabundo. Se o trabalho é um dever social, todo aquele que não trabalha é um ser antissocial, um doente. A suspeição recai sobre todos, mesmo porque as distinções entre sadios e doentes, sociáveis e antissociáveis não são explícitas e visíveis, e para determina-las é necessária a salvadora intervenção da ciência médica, por meio da psiquiatria. Os vagabundos involuntários não seriam identificados criminalmente, mas seu prontuário ficaria devidamente arquivado na delegacia de repressão à vadiagem. Deste modo, o estigma recaía sobre todos: ociosos voluntários ou ociosos involuntários;

aqueles na cadeia, estes no Juquery. Suspeição generalizada, perseguições constantes, enclausuramento extensivo, eis algumas das maneiras como a cidade da ordem, a partir de 1935, se relacionou com a população pobre e trabalhadora do país e mapeou o espaço urbano (Paolli; Duarte, 2004, p. 79).

Cabe destacar que Antonio Carlos Pacheco e Silva acumulava nos anos 1930 a Direção do *Juquery* com a coordenação do Serviço Penitenciário de São Paulo. Isto é, os mecanismos responsáveis pelo encarceramento dos “vagabundos” e dos demais indivíduos “anormais” nas cadeias e nos manicômios eram fruto da mesma política de exclusão posta em prática, supostamente, em nome da “regeneração” das pessoas e da sociedade.

Por fim, não será demais afirmar que a experiência de Pacheco e Silva no Hospital de Juquery lhe conferiu poder, prestígio, reconhecimento nacional e internacional e lhe projetou para a vida empresarial, política e acadêmica. Ele era um jovem abastado, recém-casado e recém-formado quando iniciou suas atividades profissionais no modesto Laboratório de Anatomia Patológica daquele hospício. Já em 1937, quando deixou a instituição, Pacheco, como ficou conhecido entre seus pares, estava no centro da Psiquiatria nacional, da política paulista e entre os empresários mais bem sucedidos de São Paulo.

Suas ações no *Juquery* fomentam acalorados debates historiográficos até os dias atuais. Alguns defendem a tese de que com a sua saída da instituição findou-se o que consideram o “período áureo” do *Hospital do Juquery*, elegendo Pacheco e Silva e Franco da Rocha como os baluartes da psiquiatria paulista. Outros apontam a sua gestão como o “princípio do fim” da instituição como sanatório-modelo para o país, dadas as suas ações desencontradas. Entendemos ter validade parte das duas versões. De fato, a sua administração remete a uma memória de um hospital que ainda gozava de certo prestígio e investimentos públicos, o que contrasta com a dura realidade daquela instituição nas décadas seguintes quando ela se deteriorou ainda mais, fruto do total descaso das administrações paulistas. Também é verdade que nas mãos de Pacheco e Silva aquele sanatório tornou-se um grande laboratório de experimentação médico-científica tendo os mais pobres como objetos de estudo, além de registrar níveis injustificáveis de superlotação graças à política centralizadora de seu diretor.

Talvez a palavra ambiguidade defina bem a passagem de Pacheco e Silva pelo Hospital de Juquery. Os 16 anos em que esteve na instituição foram marcados pela sua tentativa de modernizar as práticas e as estruturas da instituição e por ter preservado o seu caráter excludente, moralizador e disciplinar, bem como as condições precárias de cuidado aos pacientes ali internados. Como a efetividade da atenção médica proporcionada aos pacientes não estava de fato no centro da preocupação das corporações e daqueles que detinham o poder político, pouco importava que a realidade vivida pelos indivíduos submetidos à internação psiquiátrica fosse bem diferente do que as publicações científicas e os relatórios pomposos apresentavam. Por isso, Pacheco e Silva ascendeu mesmo em um contexto de grande efervescência política e com todas as contradições de sua gestão.

4.2 – A Psiquiatria como ferramenta de intervenção social: Pacheco e Silva, Eugenia e a Liga Paulista de Higiene Mental.

Mesmo dirigindo um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil, Antonio Carlos Pacheco e Silva atuou com afinco para que a psiquiatria e as suas ações profissionais não ficassem restritas aos limites impostos pelos altos muros dos manicômios. Isso não significa que ele encabeçou em algum momento um movimento em prol dos tratamentos pautados pela integração dos pacientes com a comunidade. Muito ao contrário disso, aliás. Na verdade, a grande força motriz de suas ações foi o desejo de fazer da Psiquiatria uma especialidade médica tão largamente respeitada por sua “excelência científica” que seria chamada a contribuir para a organização e normatização da sociedade.

Foi a partir deste objetivo e com a legitimidade forjada a partir dos postos que ocupou e das publicações científicas que produziu, que ele adentrou no campo político. Seja em atividades mais facilmente identificadas com as práticas psiquiátricas ou em ações em agremiações que, a priori, não parecem se relacionar diretamente com o espaço de atuação dos esculápios, Pacheco e Silva tornou-se um político que atuou sob a rubrica do “especialista” na mente e no comportamento humano. Neste sentido, a sua primeira ação de intervenção sobre o social se deu no interior de um movimento originado dentro do campo teórico e metodológico da Psiquiatria, que ficou conhecido como *Higiene*

Mental. O seu engajamento neste movimento nos ajuda a compreender as posições, interesses e a visão de mundo que pautaram as suas ações políticas no período que aqui chamamos de *Era do fulgor* de sua biografia.

O conjunto de atividades em prol do que chamavam de *Higiene Mental* teve origem nos Estados Unidos, tomando corpo institucional através da fundação da *Sociedade de Higiene Mental de Connecticut* em 1908. Entre os objetivos dos psiquiatras-higienistas estavam a prevenção das doenças mentais e a “educação eugênica” da população, visando a redução das internações psiquiátricas e a promoção da saúde mental. Entretanto, na prática, a *Higiene Mental* buscou ditar comportamentos, pautar políticas públicas reacionárias e atuar na educação pública visando a garantia de um determinado *status quo*.

No Brasil, a *Liga Brasileira de Higiene Mental* foi fundada em 1923, no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, que difundiu os ideais higienistas fomentando a criação de Ligas estaduais (submetidas à nacional) a partir de 1926. Neste ano foi formada a *Liga Paulista de Higiene Mental* (LPHM), tendo Antonio Carlos Pacheco e Silva como seu primeiro presidente e que contribuiu para a reorientação das atividades do higienismo mental no Brasil, como apontou Jurandir Freire Costa:

Até 1926, a prevenção, a eugenia e a educação dos indivíduos eram concebidas como atividades que os psiquiatras exerciam no interior dos estabelecimentos psiquiátricos. Durante este período, os psiquiatras não compreendiam, de modo algum, a prevenção da doença mental como uma extensão dos cuidados psiquiátricos às pessoas *normais*. A prevenção fazia-se na medida em que a assistência aos doentes era melhorada através das reformas dos serviços psiquiátricos e aperfeiçoamento profissional dos psiquiatras, enfermeiros e monitores de higiene mental. Esta orientação só muda a partir do momento em que tal ação será inútil, se não se ensinar ao indivíduo como adquirir e preservar a saúde mental.

Sobretudo a partir de 1926, os psiquiatras começam a anunciar suas novas concepções de prevenção. Eles pretendiam tornar a prevenção psiquiátrica similar à prevenção em Medicina orgânica [...]. Esta transformação, no entanto, não tinha nada de fortuita. A Liga Brasileira de Higiene Mental justificava sua nova prática apoiando-se na noção de eugenia. Para os psiquiatras, a mudança imposta aos programas de higiene mental era uma decorrência natural dos progressos teóricos da

eugenia. Era esta noção, portanto, que caucionava, *cientificamente*, a invasão do campo social pela higiene mental (Costa, 1978, p. 46).

A *Liga Paulista de Higiene Mental* tinha como sede o Hospital de Juquery e contava com a colaboração de renomados médicos paulistas, como Geraldo de Paula Souza, Enjolras Vampré, Marcondes Vieira, Cantídio de Moura Campos, Fausto Guerner, Ferreira Alvim e Durval Marcondes. As ações da Liga eram diversificadas, realizando campanhas de “educação eugênica” em fábricas, escolas, entidades sindicais, na mídia e nas publicações científicas. Nos primeiros anos de funcionamento da LPHM, utilizou as *Oficinas Gráficas do Juquery*, pequena editora que funcionava nas dependências do hospital, para a criação dos dois veículos oficiais de divulgação das suas atividades: os *Arquivos Paulistas de Higiene Mental* e os *Boletins de Higiene Mental*.

O primeiro tratava-se de um periódico científico, no qual os membros da Liga Paulista e das demais Ligas de Higiene Mental espalhadas pelo Brasil publicavam os resultados de suas pesquisas e os relatos de suas atividades. Os *Boletins*, por sua vez, tinham um caráter informativo e apresentavam textos curtos e simples com recomendações morais e indicações de como os indivíduos deveriam se comportar para “preservar a saúde mental individual e de toda a coletividade”. Nesses veículos de divulgação e nas campanhas que realizou, a LPHM alardeava sobre os supostos riscos da “mistura racial”, do uso de bebidas alcoólicas, do “sexo fora do casamento”, da entrada no Brasil de imigrantes “degenerados”, das relações homoafetivas e das crenças nas religiões espíritas e afro-brasileiras, por exemplo.

Ainda que a Liga Paulista de Higiene Mental apresentasse propostas de “educação eugênica”, a entidade também militou pela adoção de medidas restritivas como a esterilização compulsória de pessoas com deficiência física ou com transtornos mentais, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial e pela rígida seleção imigratória. Segundo Heleonora Haddad Antunes (2002, p. 92),

Nas terras paulistas a higiene mental parece ter tomado duas direções. Uma de conotação predominantemente eugênica, parecendo sempre adequar o discurso higienista às necessidades de afirmação da prática psiquiátrica como prática médica (centrada no hospital, em um único profissional – o médico psiquiatra – e em terapias predominantemente

somáticas como prática médica) representada por Pacheco e Silva e Ferraz Alvim, entre outros. Nesse sentido, vale lembrar que, reafirmar-se como medicina é, para a psiquiatria, a estratégia para adquirir cientificidade e, desse patamar, propor normas de higiene social. A higiene mental é um dos caminhos na busca de reforçar essa legitimidade [...]. Além disso, se por um lado, em nome da higiene mental, o lugar da prática médica é reafirmado à psiquiatria, por outro lado, as teorias eugênicas são utilizadas para a concepção de sociedade advogada pelos psiquiatras da Liga Paulista, num movimento de reafirmação de seu potencial normativo social.

A primeira publicação de Pacheco e Silva editada pela Liga Brasileira de Higiene Mental nos concede um bom exemplo sobre os valores por ele defendido em sua atuação político-científica a partir dos preceitos da psiquiatria eugenista. Neste texto, editado em 1926, no qual versou sobre *Imigração e Higiene Mental*, o autor propôs ao governo brasileiro que adotasse uma legislação mais rigorosa para qualificar os critérios para o ingresso de estrangeiros no país. Com uma série de associações preconceituosas, relacionando a entrada de imigrantes de determinados povos ao Brasil com o aumento da criminalidade no país, Pacheco e Silva defendeu:

Temos tido ocasião de observar vários casos que demonstram a necessidade urgente em que se encontram os nossos governos de estabelecer medidas rigorosas a fim de coibir o ingresso de indivíduos perigosos ao nosso meio social. Desnecessário se torna assinalar o alcance de providências nesse sentido, cujos efeitos se fariam sentir imediatamente, não só em relação à criminalidade que entre nós tem aumentado extraordinariamente, como também contribuiria para a seleção da nossa raça, afastando elementos nocivos que só servem para influir maleficamente na constituição das futuras gerações brasileiras [...].

A maioria dos estrangeiros que aportam ao Brasil dirige-se para São Paulo, e é aqui que melhor podem apreciar as consequências da falta de seleção entre eles [...]. Em aqui chegando, tais indivíduos, geralmente infectados pela sífilis, levam vida desregrada, entregam-se ao álcool e não tardam a cair nas malhas da Justiça [...].

O Brasil carece e muito de braços para a sua expansão, mas de gente sadia, que venha melhorar as nossas condições de vida e que seja ao mesmo tempo um fator eugenético. Não é justo que estejamos a recolher a espuma resultante no fervedouro que agitou a Europa. Aqui fica o nosso brado. Se ele não for ouvido pelos nossos legisladores,

ninguém poderá dizer mais tarde, quando as consequências do nosso descaso forem ainda mais dolorosas, que os psiquiatras brasileiros se descuidaram do assunto e que a Liga Brasileira de Higiene Mental não cumpriu o seu programa (Pacheco e Silva, 1926-a, p. 10-11).

Dada a sua atuação destacada na defesa dos valores eugênicos e o papel que desempenhava na articulação entre o movimento pela *higiene mental* e os poderes públicos, Pacheco e Silva foi convidado para ministrar a conferência de abertura do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929. Em sua fala salientou a importância das iniciativas que visavam fomentar uma mente humana “ajustada e equilibrada” para a formação e desenvolvimento da “raça brasileira”. Para ele, se a sociedade e seus representantes julgavam ser importante a seleção de animais e vegetais para o consumo da população, não havia razões para acreditar ser antiética a criação de medidas que visassem perpetuar as “raças superiores” e suprimir as “inferiores”:

Bem hajam os abnegados brasileiros que ainda se lembram dos seus compatriotas, preocupando-se com a seleção humana, sem de deixar empolgar pelo extraordinário desenvolvimento material do país, numa época em que muitos cuidam de melhorar as espécies animais, vegetais, deixando no mais completo esquecimento a raça que se forma, sem proteção e sem amparo, sem leis que proíbam a união de elementos malsãos, sem o necessário aparelhamento sanitário e educativo que as nossas condições exigem, para que os nossos pósteros possam conduzir a Pátria aos altos desígnios que lhe estão fadados. [...] Tempo houve em que a preocupação máxima dos que zelam pela integridade da raça visava a perfeição física; se esse ideal ainda anima os homens bem-intencionados, a civilização moderna vem demonstrando a necessidade em que se encontram as raças novas de cuidarem também da higidez mental. É o cérebro humano o grande propulsor do mundo, que coordena todas as nossas energias, que orienta a nossa atividade individual e coletiva, que drena os nossos impulsos, que educa os nossos sentimentos (PACHECO E SILVA, 1929-a, p. 2).

Para Pacheco e Silva, assim como para grande parte dos integrantes dos movimentos eugênicos e de sua vertente psiquiátrica, a Higiene Mental, todos os problemas sociais tinham origem na presença de “elementos inferiores” na “formação racial” brasileira. A exploração da classe trabalhadora, o racismo, o machismo, ausência

de investimentos públicos no fomento à saúde e educação públicas, a histórica e aviltante concentração de renda no país em nenhum momento foram considerados em suas análises sobre a realidade brasileira. Para ele, eliminar gradativamente os “degenerados” e subsidiar a perpetuação dos “elementos eugenicamente superiores” resolveria grande parte dos dilemas da nação. Por isso, mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando as propostas eugênicas restritivas perderam força no mundo todo, Pacheco e Silva prosseguiu defendendo a necessidade de “sanear a raça brasileira”.

Diante disso, não é difícil compreender as razões de seu deslumbramento de com as ações restritivas empreendidas pelos eugenistas e pelos movimentos de higiene mental da Alemanha e dos Estados Unidos que entre as décadas de 1920 e 1940 foram responsáveis pela esterilização de milhões de indivíduos considerados “degenerados” (Cruz, 2013, p. 38). Após visitar essas nações, Pacheco e Silva publicou uma série de artigos e proferiu palestras defendendo que as medidas adotadas pelos países por ele visitados fossem implementadas pelo governo brasileiro.

Em 1941, por exemplo, quando retornou dos Estados Unidos, onde pôde avaliar as mudanças pelas quais a psiquiatria estadunidense passou após 15 anos da sua primeira visita ao país, ele publicou uma série de trabalhos sobre o tema. Após tecer elogios à incorporação cada vez mais ampla da Psiquiatria nos currículos das faculdades de Medicina, salientar a valorização dos estudos sobre Medicina Psicossomática e dos institutos privados de assistência psiquiátrica, Pacheco e Silva exaltou as medidas postas em prática pelos eugenista e pela higiene mental norte-americanas:

Desde há muito que os psiquiatras, sociólogos, psicólogos e pedagogos vêm, nos Estados Unidos, se preocupando com o grande número de anormais. A generalização dos testes psicológicos surpreende as autoridades americanas, que se impressionaram com a elevada porcentagem de débeis mentais existentes no país, exigindo tratamento médico-pedagógico. O público acudiu prontamente ao apelo do governo no sentido de se adotarem medidas eugênicas e de proporcionar assistência adequada aos anormais, com o objetivo de, na medida do possível, torna-los indivíduos úteis à sociedade, mercê de uma orientação adequada. Um sem número de escolas, institutos e reformatórios surgiram em vários pontos do país. Há, presentemente, nos Estados Unidos, 72 instituições públicas destinadas a anormais e epiléticos, cuja população excede a 90.000 pessoas [...]. Convém

salientar o especial cuidado que tais instituições merecem dos homens públicos e dos legisladores americanos, que facilitam todos os recursos destinados a melhorar e aperfeiçoar as instituições desse gênero (Pacheco e Silva, 1941-e, p. 437).

Da mesma forma, em 1937, Pacheco e Silva visitou diversos sanatórios e institutos eugênicos germânicos sob o patrocínio e convite de Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda da Alemanha. É importante destacar mesmo que nos anos subsequentes ele tenha tecido diversas críticas ao regime de Hitler e negado seu apoio ao nazi-fascismo, o fato é que ele encantou-se com as experiências de seleção racial, esterilização e eliminação empreendidas pelos alemães. Em seu retorno ao Brasil cedeu uma entrevista ao Jornal *A notícia médica*, na qual declarou:

Estive na Alemanha a convite do Ministério da Propaganda. Foi uma viagem utilíssima, sendo-me proporcionado ensejo de visitar as principais instituições científicas que diziam mais perto com meus estudos. O Ministério da Propaganda requintou em sua gentileza, a ponto de designar um Professor para acompanhar-me em todas essas visitas. Na Alemanha, como em todos os países que visitei, há muita coisa para ver e aprender. Nota-se, em todos eles, excepcional interesse por todos os aspectos do problema de assistência à infância, de assistência social em geral.

Na Alemanha, uma das coisas que mais me impressionaram foram os seus institutos dedicados especialmente às pesquisas sobre questões raciais, eugênicas, etc. O que se está fazendo, nesse sentido, é efetivamente coisa de gigantesco e de maravilhoso no plano exclusivamente de ordem científica. Estive demoradamente com o Prof. Fischer, que é o encarregado dos serviços de investigação eugênicas. É uma notabilidade na matéria. Visitei ainda os Institutos de Genealogia, de Psicologia, do Gênio e outros mais. Estudei ainda os trabalhos experimentais, que estão sendo realizados sobre a influência do Raio X em face da hereditariedade e da herança. Como se vê, os alemães estão alargando imensamente esse campo de pesquisas científicas, no qual realizam estudos notabilíssimos (A Notícia Médica, 1937, p. 6).

No âmbito de sua luta em prol dos preceitos da Eugenia, Pacheco e Silva dedicou-se à divulgação da obrigatoriedade do exame pré-nupcial e da esterilização compulsória, o que considerava ser um “extraordinário benefício” à sociedade. Todavia, dada a sua

defesa de tais medidas na Assembleia Nacional Constituinte, retomaremos essas questões no capítulo seguinte, quando analisaremos sua atuação como deputado federal. Mas, para concluir este esboço sobre as suas posições políticas expressas em sua atuação nos movimentos de Higiene Mental, cabe destacar o que pensava sobre as mulheres, sobre os negros e sobre a religiosidade e cultura popular.

O sociólogo Gilberto Freyre, conhecedor das posições racistas de Pacheco e Silva, quando o entrevistou para compor o livro *Ordem e Progresso*, lhe fez as seguintes perguntas: “O que o senhor pensa sobre a população negra no Brasil? Veria algum problema se alguma mulher de sua família se casasse com um negro?”. As respostas de seu entrevistado foram assim narradas por autor:

Nascido em São Paulo, em 1898, de gente fidalga, Antônio Carlos Pacheco e Silva lembra terem sido seus antepassados, abolicionistas, e que em sua casa, viveram “tratadas como pessoas da família, velhas ‘manas’ [pretas], cozinheiras e criadas, às quais votei a maior afeição”. Quanto a casamento de filha ou irmã sua com pessoa de sangue africano, diz ser “difícil conceber semelhante hipótese”; e evita definir-se sobre o assunto (Freyre, 1974, p. 242).

Atuando junto à Liga Paulista de Higiene Mental, Antonio Carlos Pacheco e Silva ministrou palestras, publicou artigos e concedeu entrevistas apontando as suas convicções sobre as características do que seria uma religiosidade saudável ou mentalmente perniciosa. Adepto de um catolicismo conservador, com a batuta de “especialista nos assuntos da mente humana”, condenou e patologizou as práticas espíritas e as religiões de matriz africana, considerando-as primitivas e delirantes. Após participar de algumas reuniões de grupos kardecistas e do Candomblé, redigiu avaliações psiquiátricas sobre alguns Médiuns e Babalorixás na Clínica de Psiquiatria da FMUSP. E assim, após essas experiências, atestou que tanto os médiuns quanto os adeptos do espiritismo e das religiões afro-brasileiras sofriam de “inegáveis transtornos mentais”:

Isso nos levou à convicção de que, ao lado dos processos fraudulentos conscientes, muitas das manifestações que ocorrem nas sessões espíritas são inconscientes e se apresentam em indivíduos dotados de

constituição psicopática [...]. A nossa experiência de alienista nos tem dado o ensejo de ver distúrbios psíquicos deflagrarem em indivíduos de constituição neuropata e em débeis mentais sugestionáveis e crédulos, após presenciarem sessões espíritas ou delas terem participado ativamente. Outras vezes, trata-se de pessoas de constituição hiperemotiva, esquizoide, histérica ou mitomaníaca, cuja predisposição permanecia até então em estado de latência e que só revelaram o seu estado mioprágico nervoso logo após as práticas espíritas.

Os indivíduos da raça negra e os mestiços revelam marcada inclinação para o espiritismo, ao qual enxertam numerosas outras práticas de macumba, feitiçarias e candomblés, resíduos de credences ancestrais africanas. Nesse particular, pelo que tem sido publicado se registra fenômeno semelhante nos Estados Unidos (Pacheco e Silva, 1950-c, p. 3-4).

Finalmente, no que tange o papel social das mulheres, Pacheco e Silva defendeu inúmeras vezes que a garantia de uma sociedade equilibrada passava necessariamente pela manutenção da ordem entre das atividades destinadas exclusivamente ao sexo masculino e ao sexo feminino. Para ele, bem como aos grupos conservadores aos quais esteve ligado, caberia aos homens o trabalho remunerado, o sustento do lar, a disciplina e a segurança de sua família. Às mulheres era destinado, por força da natureza, o cuidado dos filhos e de seu marido, o zelo com os afazeres domésticos e a submissão às vontades dos homens, sejam seus pais ou cônjuges. Aos homens, a força e a razão. Às mulheres a volatilidade das emoções e a delicadeza nas ações (TOLEDO, 2015, p. 229).

Em uma de suas análises sobre os dados referentes ao número de pacientes internados no *Juquery* diagnosticados com Sífilis, Pacheco e Silva lamentou o avanço do feminismo e a inserção das mulheres na “luta pela vida”, o que, segundo ele, as expunha a doenças antes restritas apenas aos homens:

A mulher brasileira ainda permanece em situação social mui particular. Cá, como na Europa, as mulheres são em geral caseiras, levam vida calma, e não tomam parte na luta pela vida, - o que as torna menos expostas à sífilis e outras causas adjuvantes da paralisia geral. E como o feminismo vai infelizmente fazendo grandes progressos no Brasil, é de esperar que, quando as mulheres brasileiras conseguirem nivelação social com os homens, não distinga a paralisia geral a diferença dos sexos para a escolha de suas vítimas (Pacheco e Silva, 1923, p. 12).

Também é notável o seu posicionamento sobre o papel social das mulheres em um discurso que proferiu quando foi convidado pelos alunos da FMUSP para ser o paraninfo da turma que se formou ao final do ano de 1938. Naquela turma duas mulheres completaram o curso médico e foram, por isso, “homenageadas” pelo professor. Todavia, se em seu discurso ele procurou mostrar que as portas da medicina estavam abertas para a prática profissional das mulheres, ao fim tratou de delimitar os espaços que poderiam ser preenchidos por elas. Dirigindo sua fala às duas alunas, argumentou:

A mulher é feita para prestar assistência, sobressaindo em muitas tarefas. Incapaz de esforços físicos da grande cirurgia, ela executa maravilhosamente bem massagens, curativos ginecológicos e a medicina infantil. O triste hospital é por elas banhado de doçura, de um pouco mais de piedade. Vêde-as, ainda, nos laboratórios, realizando experiências sobre ratinhos brancos, manejando o micrótomo, corando preparações. Nada mais lhe convém que essa pequena cozinha delicada da histologia normal ou patológica, da microbiologia (Pacheco e Silva, 1939-e, p. 17).

Portanto, diante desse quadro, é possível concluir que o ingresso de Pacheco e Silva na militância política, via Higiene Mental, se deu na defesa de valores conservadores que pretendiam manter o *status quo* vigente. Não será demais reafirmar que classificar as pessoas como sãs ou loucas, interná-las por tempo indeterminado e estabelecer os tratamentos que considerasse mais adequados para a mudança de comportamento de seus pacientes, consistiam em um poder enorme que os psiquiatras possuíam. No entanto, ele e a corporação psiquiátrica desejava mais. Sob a égide da ciência, isto é, da psiquiatria “enfim científica”, Pacheco e Silva buscou intervir no modo de vida das pessoas que estavam fora das cercas dos manicômios. Com ele e seus apoiadores em ação, São Paulo se tornou um grande laboratório de observação, de modo que a ação higienizadora dos psiquiatras poderia, segundo suas pretensões, sanear os problemas existentes e “elevar ainda mais a raça paulista”.

Com os higienistas da mente, Pacheco e Silva militou pela sustentação de uma sociedade em que as mulheres deveriam permanecer em suas funções domésticas, os negros e os demais indivíduos classificados como “degenerados” deveriam ser paulatinamente eliminados e que a moral católica, heteronormativa e burguesa não fosse

ameaçada. Essas pautas, e outras que foram incorporadas posteriormente, nortearam a sua vida política nas décadas seguintes, sendo o anticomunismo a principal delas.

4.3 – As experiências docentes de Antonio Carlos Pacheco e Silva entre a Medicina, Direito e a Escola de Sociologia e Política.

Com o passar dos anos, tendo sua posição consolidada e reconhecida frente ao *Hospital de Juquery*, Antonio Carlos Pacheco e Silva passou a dedicar-se a outras atividades profissionais, acumulando inúmeros cargos e funções. Sua presença no Hospital passou a ser cada vez mais protocolar ao longo dos anos 1930, sendo o cargo ocupava no *Juquery* uma espécie de chave que lhe abriu grandes portas para suas ações no mundo empresarial, político e acadêmico.

Ainda nos anos 1920, mais especificamente a partir de 1926, atuou como professor convidado em atividades ligadas a algumas Cátedras da Faculdade de Medicina de São Paulo, como a de Neuropsiquiatria e de Anatomia, por exemplo. No entanto, no decorrer da década de 1930, Pacheco e Silva que era, até então, um psiquiatra que tinha sua imagem associada à gestão hospitalar, passou a ocupar o rol dos docentes detentores de maior poder e prestígio em São Paulo. Nesta década lecionou na renomada Faculdade de Direito de São Paulo e dedicou esforços para a construção da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, bem como da Escola Paulista de Medicina. Em 1936 ele prestou concurso público e foi aprovado para ocupar a Cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), realizando, assim, um de seus grandes objetivos profissionais.

Em suas memórias relatou que sua dedicação à docência representou a oportunidade de provar para seus detratores, especialmente aos que questionaram a sua capacidade de dirigir o *Hospital de Juquery*, que ele era de fato um psiquiatra qualificado. Neste sentido, ele passou a nutrir uma obsessão por ser aprovado em um concurso público no qual, em tese, não suscitaria dúvidas sobre seu mérito profissional. Em busca desse objetivo, ele voltou a sua atenção para a FMUSP, instituição prestigiada entre seus pares e a única escola médica pública da capital paulista, até então. Em seus registros, afirmou:

Assumi então perante mim mesmo o compromisso de oportunamente disputar a Cátedra da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina, ocupada pelo meu antecessor na direção do Hospital do Juquery, para desfazer qualquer dúvida quanto a minha capacidade para o bom desempenho daquele cargo. Ocorrida a vaga dessa cadeira, prestei concurso para seu preenchimento, tendo sido classificado em primeiro lugar e nomeado Professor catedrático.

Senti-me extremamente feliz com o resultado alcançado, não só por ter realizado uma das maiores aspirações da minha vida, mas também por haver dado provas públicas de haver correspondido à confiança em mim depositada por Franco da Rocha ao indicar-me para substituí-lo no Hospital do Juquery, na certeza de não desiludi-lo, dando provas de capacidade como psiquiatra (Pacheco e Silva, 1995, p. 130).

Mas antes de analisarmos seu ingresso e atuação na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, instituição onde atuou de 1935 a 1968, vamos nos voltar para suas experiências no ensino superior em cursos não-médicos. Isso porque tais experiências fundamentaram a publicação de importantes obras que compõem a sua produção bibliográfica e contribuíram significativamente para a sua trajetória política e para o seu posterior ingresso na FMUSP.

4.3.1 – Psiquiatria para além dos limites da Medicina: Pacheco e Silva na Faculdade de Direito de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política.

Antonio Carlos Pacheco e Silva teve trânsito livre entre as mais destacadas lideranças políticas de São Paulo por muitas décadas. O contato estabelecido com políticos que ocuparam os principais cargos da administração pública de São Paulo lhe rendeu importantes dividendos, como o ingresso na carreira docente, por exemplo. Em 1931, foi convidado pelo ex-senador da República, José de Alcântara Machado D'Oliveira, então Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, para ministrar as aulas de Psicopatologia Forense no recém-criado curso de Doutorado daquela instituição. Pacheco e Silva, além de sua influência política, tinha em seu favo a experiência de formular inúmeros laudos forenses para as autoridades policiais desde que assumiu a

Diretoria do *Juquery*, o que lhe credenciava a debater essas temáticas calçado em uma extensa casuística a que teve acesso.

Suas atividades docentes na Faculdade de Direito se deram mediante contrato temporário até que fosse organizado o concurso público para o provimento definitivo daquela vaga. De qualquer forma, compor o quadro de professores daquela instituição representava um passo importante para todos os profissionais que por ali passaram. Criada em 1827 juntamente com a Academia de Direito de Olinda, a Faculdade (inicialmente denominada Academia de Direito de São Paulo), integrou o primeiro leque de ações do império brasileiro que visava garantir a soberania e a organização do Estado nacional. Ao longo de sua história, a faculdade formou inúmeros quadros que atuaram no aparelho estatal tanto no Império como na primeira República, além de ter seus egressos ocupando importantes cargos no poder Judiciário, no Legislativo e na chefia do Poder Executivo. A escola de Direito exerceu um papel importante no desenvolvimento da cidade de São Paulo e em suas inúmeras transformações entre os séculos XIX e XX, tendo seus alunos e professores integrando a elite intelectual da capital paulista. De acordo com Sérgio França Adorno de Abreu (1988, p. 81),

A Academia de Direito de São Paulo, assim como a de Olinda, tem suas raízes atadas à independência política. Com a emergência do Estado nacional, suscitou-se o delicado problema da autonomização cultural da sociedade brasileira, além da necessidade de formar quadros para o aparelho estatal [...]. Frente a um panorama, aparentemente, estagnado, a Academia de Direito de São Paulo constituiu-se, no período compreendido entre 1827 a 1865-69, em polo difusor de mudanças sociais e que, grosso modo, contrastava com a miséria e a “desordem” imperantes no espaço da cidade.

No início dos anos 1930, quando Pacheco e Silva foi contratado por Alcântara Machado, a Faculdade de Direito era prestigiada por ter sido responsável pela formação de praticamente todos os Presidentes da jovem República brasileira. Mesmo com o Golpe de 1930 que erigiu Getúlio Vargas ao poder, a Faculdade permaneceu como polo de formação, congregação e organização da política paulista. Este panorama nos ajuda a compreender as razões das suas palavras efusivas na aula inaugural de seu curso, ministrada no dia 05 de abril de 1932:

Meus senhores, ao levantar pela primeira vez a minha voz dentro desta casa, sinto a mais extremada emoção ao lembrar que minhas palavras ecoam dentro destas arcadas históricas, por onde passaram tantos e tão grandes vultos do cenário intelectual brasileiro. Jamais poderia supor, abraçando carreira tão diversa das ciências jurídicas, ter algum dia a ventura de falar nesta Faculdade, de respirar um pouco desta atmosfera vivificante, onde uma mocidade estudiosa plasma o espírito no mais sã idealismo, aprendendo, desde cedo, a defender com entranhado amor, desprendimento e sacrifício, as grandes e boas causas, que enobrecem os sentimentos humanos (Pacheco e Silva, 1932-b, p.1).

Ele ali permaneceu por dois anos lecionando e ao final do ano letivo de 1933, se desligou da instituição, deixando como maior fonte de registro do conteúdo de suas aulas, a compilação de textos que deu origem ao livro *Psiquiatria Clínica e Forense* (Pacheco e Silva, 1951-a), que se tornaria a sua obra mais célebre e premiada¹². Para além dos textos publicados, há, na verdade, poucos documentos acerca das suas atividades docentes na Faculdade de Direito. Isso se deve em partes pelo pouco tempo que ele pôde dedicar, de fato, à atuação docente na Faculdade, visto que entre 1932 e 1933, Pacheco e Silva envolveu-se em diversas outras atividades que certamente reduziram o alcance de sua presença institucional. Em 1932 ele, assim como grande parte dos seus colegas docentes e de seus alunos, esteve fortemente engajado em todo o movimento que resultou na Guerra civil paulista. No ano seguinte, Pacheco e Silva assumiu a cadeira de Deputado federal constituinte, dividindo seu tempo entre o *Juquery*, a docência, suas atividades empresariais e as responsabilidades inerentes a um deputado na capital federal.

¹² O livro *Psiquiatria Clínica e Forense* foi publicado em 1942 e teve uma segunda edição ampliada lançada em 1951. A obra foi aclamada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo com o Prêmio Oscar Freire de Criminologia em 1939, quando o trabalho ainda tratava-se de uma Monografia. O parecer da comissão que conferiu o Prêmio a Pacheco e Silva foi assinado por Flamínio Fávero, J. Mamede da Silva, Milton Estanislau do Amaral e A. Almeida Junior. Eles elogiam o currículo de Pacheco, seu poder de síntese e a forma didática com que produziu e organizou os capítulos, mas fazem essa interessante observação: “Evidentemente, nem todos os psiquiatras concordarão com a Psicologia e com a Psiquiatria endossadas e expostas pelo Prof. Pacheco e Silva: esta especialidade se presta, mais que qualquer outra a divergências doutrinárias e a cambiantes de opinião. Também poderá a crítica, ainda que se coloque no ponto de vista do autor, descobrir no livro lacunas em questão de clínica ou forense, reclamar contra a ausência de um capítulo destinado à Higiene Mental, apontar inexatidões neste ou naquele conceito, julgar demasiado severas algumas apreciações do autor referentes às doutrinas que lhe não são simpáticas. De tais censuras poderão isentar-se os melhores compêndios já publicados?” (Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, 1939, p. 3).

Além disso, ainda em 1933, teve presença destacada no movimento de criação Escola Paulista de Medicina e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), sendo um dos signatários do manifesto de fundação de ambas instituições.

A presença de Pacheco e Silva na formação da Escola Livre de Sociologia e Política, ao lado de representantes da elite política, científica e empresarial de São Paulo é um sinal do prestígio e da força política que ele possuía, mesmo sendo ainda jovem, tendo 34 ou 35 anos de idade naquela ocasião. No âmbito da formação da ELSP, Pacheco e Silva atuou conjuntamente com José de Alcântara Machado D'Oliveira, a quem devia seu ingresso no corpo docente da Faculdade de Direito de São Paulo, de Armando de Salles Oliveira, seu amigo e chefe do Executivo paulista e, especialmente, de Roberto Simonsen, então Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (Kantor et al, 2008, p. 30). Somaram-se à força institucional, política e financeira destes, parte dos professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e diversos empresários e proprietários de veículos de comunicação como Assis Chateaubriand. Segundo Paulo Silvino Ribeiro (2016, p. 76),

Esta instituição teria sido fruto de um projeto modernizador e progressista de figuras como Roberto Simonsen, à época eminente empresário, deputado federal, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Instituto de Engenharia de São Paulo. Enquanto instituição, estaria em consonância com as pretensões de um grupo progressista paulista convencido da especificidade do momento político e econômico, bem como da necessidade de qualificação e formação acadêmica para a implantação de um projeto de nação.

A *Escola* se organizou em torno do projeto de modernização das relações de trabalho e da gestão pública, visando formar cientistas sociais que poderiam contribuir para o desenvolvimento das indústrias, da rede de serviços e do aparelho estatal paulista. Justamente por isso, ela contou com o apoio dos setores mais engajados nas articulações da guerra civil paulista de 1932, como os empresários congregados na FIESP e engajados no Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Antonio Carlos Pacheco e Silva, médico, militar, político e empresário representava um dos elos importantes entre essas corporações, sendo um dos personagens centrais para a formação e consolidação da

Escola Livre de Sociologia e Política. A respeito dessa atuação e sobre como lhe foi atribuída a disciplina de Serviços Sociais, disciplina que ministrou entre 1936 e 1939, relatou:

Fui um dos signatários do manifesto lançado entre nós sobre a necessidade de criação de uma escola de Sociologia e Política. A respeito disso mantive contato com outros companheiros, especialmente com Roberto Simonsen e Alcântara Machado, vivamente interessado na realização de tão nobre ideal.

Em uma de nossas reuniões preliminares, meus companheiros comentaram as dificuldades de encontrar alguém para preencher a cadeira de Serviços Sociais, indagando de mim a possibilidade de lecionar tal disciplina, pelo menos interinamente. Justificaram o convite pelo fato de haver eu tratado do assunto na Assembleia Nacional Constituinte, reunindo depois os discursos proferidos num livro chamado “Direito à Saúde”. Relutei em aceitar a indicação, mas ante a insistência dos amigos, acabei por concordar. Procurei dados biográficos, encomendei livros e pus-me a estudar para dar conta do recado, o que procurei fazer da melhor forma que me foi possível (Pacheco e Silva, 1995, p. 180).

No segundo semestre de 1936, Pacheco e Silva ministrou as primeiras aulas do curso de Serviços Sociais aos alunos da ELSP. Com franco caráter eugênico, suas aulas propunham a análise sobre os problemas enfrentados pelas grandes cidades brasileiras a partir da ótica da biologia e da hereditariedade. Destacava o aspecto “incivilizado” da população brasileira para fomentar a análise sobre a pobreza, desemprego, fome e a miséria. As teorias sobre a degeneração da população e as supostas mazelas da miscigenação da população brasileira se faziam presente em suas aulas sobre o dever ou não do Estado assistir a população mais pobre. De acordo com Paulo Silvino Ribeiro, em seu estudo sobre a atuação dos médicos na composição do primeiro quadro de docentes da Escola Livre de Sociologia e Política, os temas abordados por Pacheco e Silva em suas aulas foram:

organização social; higiene social; bases psicológicas; miséria individual; miséria em massa; previdência; seguro social; acidente do trabalho; a pobreza e suas causas; orfandade; velhice; doença;

invalidez; família numerosa; insuficiência de salário; alcoolismo; ignorância; fatores de ordem moral e intelectual; técnica do tratamento social; obra educativa de readaptação do necessitado. Além disso, discussões sobre eugenia, imigração, economia, mulher operária e higiene mental também apareciam no escopo das aulas (Ribeiro, 2016, p. 119).

As aulas de Pacheco e Silva parecem ter despertado a atenção da elite paulista. Quando o curso de Serviços Sociais teve início, ele havia acabado de ser aprovado no concurso público para atuar na Faculdade de Medicina da USP e gozava de reconhecimento como deputado e como um dos líderes paulistas do movimento de 1932, além de ter presença destacada entre as corporações empresariais e médicas. O jornal *Folha da Manhã*, datada de 20 de novembro de 1936, dedicou uma página de seu diário para apresentar o sucesso do seu curso:

Em virtude do aumento progressivo do auditório das sucessivas conferências do Prof. Pacheco e Silva na Escola de Sociologia e Política, que vem funcionando no edifício da Escola de Comércio Álvares Penteado, nota-se o grande interesse da elite da Capital pelo curso de Serviços Sociais (*Folha da Manhã*, 1936, p. 8).

A reportagem deu destaque à análise que ele fez sobre o que considerava as causas da pobreza de grande parte da população paulistana. Segundo o jornal, o professor argumentou que o alcoolismo, a “orfandade”, a grande quantidade de filhos, a desnutrição e os problemas de saúde da velhice contribuem para a escassez de recursos financeiros. A descrição do jornal sobre a conferência se encerra, afirmando que Pacheco e Silva “desenvolve, finalmente, as questões atinentes à ignorância, à indiferença, à imprevidência e ao jogo como fatores que influem poderosamente para o atraso e a pobreza não só individual como coletiva” (*Folha da Manhã*, 1936, p. 8). No ano seguinte, Pacheco e Silva compilou os textos produzidos para as suas aulas e publicou o livro *Serviços Sociais* (Pacheco e Silva, 1937-h).

Neste período ele foi se consolidando como um dos expoentes da Psiquiatria brasileira. Isso se deve não apenas por seus trabalhos científicos, mas especialmente por integrar o grupo de profissionais interessados em alargar o campo de atuação dos

psiquiatras para além dos limites dos manicômios e de seus consultórios particulares. Neste sentido, as suas primeiras experiências docentes revelam este esforço para legitimar a posição da Psiquiatria nos debates acerca da legislação brasileira, da organização social do país, da racionalização das relações de trabalho, na elucidação de crimes e na formulação da pena que os “louco-criminosos” deveriam receber.

Entretanto, mesmo tendo seus olhos voltados para horizontes que transcendiam os limites da prática clínica da Psiquiatria, ele não deixou de se interessar pelas transformações tecnológicas de sua especialidade médica e pela formação de novos profissionais da Saúde. Se por um lado contribuiu para articular a Psiquiatria com outros campos, por outro, não abdicou de lutar no *front* da Medicina, buscando provar que a sua especialidade era, de fato, parte do campo médico e “enfim científica”. Para tanto, dedicou tempo, energia e capital político para estar presente na elite do ensino médico de São Paulo.

4.3.2 – Antonio Carlos Pacheco e Silva, a criação da Escola Paulista de Medicina e a Cátedra de Clínica Psiquiátrica

Em 1933, a Faculdade de Medicina de São Paulo, escola médica oficial e gerida pelo governo de São Paulo, comemorou o segundo ano de funcionamento de seu imponente edifício-sede, localizado no alto do bairro paulistano de Pinheiros. Devidamente aparelhada, contando com um qualificado quadro docente e com amplo aporte financeiro da *Fundação Rockefeller*, a Faculdade obtinha com sua nova sede um espaço de ainda maior destaque no cenário político e científico nacional. No entanto, uma conjunção de fatores que se desdobraram naquele ano faria com que dali em diante a prestigiada instituição fundada por Arnaldo Vieira de Carvalho tivesse que conviver com a concorrência de um estabelecimento de ensino, de caráter privado, em São Paulo: a *Escola Paulista de Medicina*.

Desde o encerramento das atividades da *Universidade Livre de São Paulo* em 1917, a Faculdade de Medicina de São Paulo era a única instituição que oferecia formação médica em solo paulista. Todavia, se o *lobby* da Faculdade oficial foi capaz de implodir

o projeto de escola *livre* de Medicina em São Paulo, o movimento de criação e consolidação da *Escola Paulista de Medicina* em 1933 foi irreversível.

No final da década de 1910, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo já cogitava limitar o número de alunos que poderiam ingressar na instituição a cada ano. Essa era uma das prerrogativas do acordo que Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador e primeiro Diretor da escola médica, buscou estabelecer com a *Fundação Rockefeller* para que a instituição norte-americana aportasse verbas na escola médica paulista. Mesmo com a morte de Arnaldo, a Faculdade de Medicina seguiu, com idas e vindas, ajustando os termos do acordo com os estadunidenses, até que o contrato entre ambas as partes fosse assinado em 1925 sob a diretoria de Pedro Dias da Silva.

Os pontos acordados na parceria estabelecida entre a Faculdade de Medicina e a entidade filantrópica estadunidense foram incluídos no regulamento da instituição que passou a vigorar em 1926. Dentre os itens estabelecidos constava explicitamente a limitação do número de alunos ingressantes, como apontou Maria Gabriela Marinho:

A partir de 1º de janeiro de 1926 passa a vigorar o regulamento que alterou a estrutura acadêmica da Faculdade, estendendo para as disciplinas pré-clínicas o tempo integral previsto desde 1922 para o Instituto de Higiene. Essa mesma reestruturação reduziu para 50 o número de vagas na escola, correspondendo ao estabelecimento do chamado *numerus clausus* [...]. Neste sentido, três aspectos caracterizam o cerne do modelo introduzido pela Fundação Rockefeller: tempo integral para pesquisa e docência (com a consequente estruturação de departamentos com ênfase no trabalho de laboratório), a redução do número de alunos (*numerus clausus*) e a criação do hospital-escola (Marinho, 2013, p. 125).

Em 1932, a Faculdade de Medicina de São Paulo passou por uma nova mudança regimental visando adequar-se a uma nova legislação do Ensino Superior aprovada pelo Governo Federal. Uma das alterações decorrentes dessas novas regras foi a exigência de que a partir daquele ano os alunos ingressantes na instituição deveriam matricular-se em um curso *pré-médico* antes iniciarem, de fato, a graduação em Medicina. No ano seguinte, 119 postulantes obtiveram as notas mínimas exigidas pela Faculdade, contudo, somente os 70 melhor classificados puderam ingressar no curso, como previam os estatutos da

instituição. A partir de então, os alunos “excedentes” do vestibular de 1933 se organizaram para denunciar nos grandes veículos de imprensa o que consideravam ser uma injustiça por parte da escola. Além disso, uniram-se a um grupo de médicos que apostaram no movimento como uma possibilidade de também dar visibilidade às suas insatisfações com as limitações existentes na carreira docente em São Paulo. De acordo com Ana Lúcia Lana Nemi,

À demanda pelo aumento das vagas para estudo de medicina, fortalecida pela experiência dos paulistas que tinham que se deslocar para estudar fora do estado, deslocando também preciosos capitais junto com eles, juntou-se a demanda pelo exercício da docência e da pesquisa em instituições de ensino superior por parte dos pesquisadores e professores que, convidados por Octávio de Carvalho, aliaram-se aos alunos excedentes na nova empreitada. As dificuldades de acesso à cátedra na Faculdade oficial, na qual parte dos fundadores exercia atividades no momento em que as reuniões começaram, foram fatores importantes para os primeiros passos da EPM (Nemi, 2008, p. 105).

Antonio Carlos Pacheco e Silva fazia parte desse grupo de médicos capitaneados por Octávio de Carvalho, que já haviam alcançado postos importantes na gestão de equipamentos de Saúde ou no ensino médico, mas que diante do acesso restrito às cátedras da escola médica oficial, permaneciam excluídos dos principais polos de pesquisa e prestígio acadêmico¹³. Também integrava o grupo que após a derrota dos paulistas na guerra civil de 1932 buscou criar organizações e institutos em São Paulo para reafirmar o protagonismo do Estado no desenvolvimento nacional. Naquela ocasião ele sonhava em ser docente da Faculdade de Medicina de São Paulo, mas não havia, ainda, qualquer perspectiva de que alguma cadeira pudesse ser disponibilizada para o seu ingresso. Em 1933, como já vimos anteriormente, ele estava envolto a inúmeras atividades profissionais e políticas; entretanto, encabeçar o ensino de sua especialidade médica

¹³ A respeito disso, Márcia Regina Barros da Silva afirmou: “No momento da Fundação da Escola Paulista de Medicina vários médicos do grupo exerciam o cargo de auxiliares de ensino, assistentes efetivos ou adjuntos e principalmente assistentes extranumerários de disciplinas clínicas da Faculdade de Medicina. Um dos fatores de descontentamento desses professores era a dificuldade de ascensão ao cargo de professor catedrático, já que o cargo era “vitalício e inamovível, desde a data de sua posse”, como salientava a legislação vigente. Sem uma nova escola médica dificilmente esse grupo ascenderia à posição de catedráticos na FMUSP” (Silva, 2003, p. 44).

estava, certamente, no topo de suas ambições. Justamente por isso dedicou-se com muito afinco ao movimento que culminou com a construção de uma nova escola médica.

Este movimento contou com amplo apoio de grandes veículos da imprensa, com o investimento de capitais por importantes empresários paulistas, pressão política dos alunos “excedentes” do vestibular de 1933 e de médicos consagrados que atuavam em São Paulo. A partir dessa conjunção de forças foi fundada a *Escola Paulista de Medicina* (EPM) no dia 01 de junho de 1933. O corpo docente que atuou nos primeiros anos de funcionamento da nova faculdade foi composto, em sua maioria, por jovens médicos que gozavam de experiência no âmbito da pesquisa e do ensino e, contando com investimentos privados, a ela pôde estruturar-se e subsidiar as suas atividades didáticas e de pesquisa.

Pacheco e Silva colaborou com a construção do projeto curricular da nova escola e integrou o corpo docente da jovem instituição. Com a organização da grade curricular do curso médico, a ele coube a Cátedra de Clínica Psiquiátrica, a qual ocupou por mais de 20 anos, até a sua aposentadoria, quando a EPM já havia sido federalizada¹⁴.

Um dos sinais do reconhecimento do grupo fundador da Escola Paulista de Medicina acerca do papel importante que Antonio Carlos Pacheco e Silva desempenhou para a conformação da instituição foi a sua designação para ministrar a aula inaugural do curso médico. Aceito o convite, ele acenou em sua conferência para a necessidade de uma relação pacífica, harmoniosa e de coexistência entre o estabelecimento então inaugurado e a Faculdade de Medicina de São Paulo, elogiando os méritos da instituição oficial e reconhecendo o seu papel de vanguarda no ensino médico paulista e nacional. Em partes esse gesto pode ser entendido como uma fala representante dos anseios dos dirigentes da instituição, que sabiam que não seria sensato medir forças com a escola médica oficial e seu aparato de apoio político. No entanto, as palavras de Pacheco e Silva também podem ser lidas como uma tentativa cautelosa de não fechar as portas daquela instituição para si em um eventual concurso público que pudesse ser realizado no futuro. Em sua aula inaugural, Pacheco e Silva argumentou:

¹⁴ A Escola Paulista de Medicina foi federalizada em 1956, passando a integrar a Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Eu creio firmemente no êxito deste empreendimento, porque ele nasce em São Paulo, nesta amada terra nossa, onde tudo cresce, vive e prospera. Descrer seria negar as virtudes da raça. Jamais aqui fracassou empresa, por mais grandiosa e temerária que parecesse à primeira vista, quando firmada em bases seguras, em princípios severos, em ideais alevantados.

Este novo tantâmen, que a muitos se afigura obra por demais ousada, logrará, mau grado o vaticínio dos tímidos e dos pessimistas, o mais completo êxito. A ampará-lo está um grupo de paulistas, desta gente heroica que não sabe viver sem rasgar cada dia novos horizontes, onde dar expansão à sua energia construtora. Irmãos de outros Estados, brasileiros como nós, identificados com nossos sentimentos, com as mesmas preocupações, companheiros de todas as horas, vieram formar ao nosso lado, num gesto de solidariedade aos nossos ideais.

A primeira que aqui se formou, orientada por um autêntico representante da nossa gente, Arnaldo Vieira de Carvalho, já conquistou para os nossos domínios a Faculdade de Medicina de São Paulo, esse templo grandioso de ciência, cuja majestade e imponência se ergue como monumento ao saber e à cultura dos que dentro dela pontificam, sem nunca deixar arrefecer a ânsia de aprender e de ensinar.

Mas o propósito de apurar ainda mais, de aprofundar a cultura dos novos forçou a limitação dos que nela ingressam. E, assim como o agricultor, cioso de suas flores e frutos, sacrifica a maioria dos exemplares, para que só algumas aproveitem a pujança da seiva e cresçam viçosos, encantado pela forma e pela essência, foi preciso também reduzir o número. Entraram assim, ali, entre os jovens, a vigorar as leis da biologia, antes de terem penetrado a seara de Hipócrates. Não se conformavam com isso os que contemplavam embevecidos esse jardim maravilhoso, sem ver satisfeita a sua maior aspiração, e exigiram, também para si um pequenino recanto que fosse, à sombra das grandes árvores, onde pudessem encontrar o caminho que conduz ao templo de Esculápio.

Vindo de encontro ao desejo da juventude, outro grupo, mais velho e mais experimentado, clamava também por cátedras, onde pudesse continuar a estudar, convicto de que é ensinando que melhor se aprende. Urgia, destarte, ampliar entre nós o ensino médico, e São Paulo generoso, São Paulo que nunca recusou aos seus filhos meios para satisfazerem seus anseios, ouviu os clamores dos dois grupos, proporcionando recursos para que se transformassem em realidade as suas justas aspirações (Pacheco e Silva, 1933-i, p. 4-6).

Ao que parece, o movimento de Pacheco e Silva e de seu grupo político e científico teve sucesso. Mesmo com uma “rivalidade” construída entre os alunos das duas

instituições, ambas as escolas médicas seguiram seus rumos institucionais próprios nos anos e nas décadas seguintes. Da mesma forma, o seu engajamento na construção da EPM não se tornou um impeditivo para o seu ingresso na Faculdade de Medicina de São Paulo. Em 1935, ele foi contratado pela escola médica oficial, em caráter temporário, para ministrar as aulas de Psiquiatria. Assim, o seu anseio por reger a Cátedra que pertencera anteriormente a Francisco Franco da Rocha estava, enfim, muito perto de ser conquistado.

4.3.3 – Disputas e conquistas na conformação de uma psiquiatria paulista: Antonio Carlos Pacheco Silva na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Pacheco e Silva obteve a sua tão sonhada oportunidade de lecionar na Faculdade de Medicina, incorporada à Universidade de São Paulo em 1934, a partir das reformas curriculares e administrativas que a instituição adotou em 1935. O novo regimento previa o desmembramento da cadeira de Clínica Psiquiátrica e Moléstias Nervosas em duas áreas distintas: Psiquiatria e Neurologia, acompanhando o movimento que já havia sido empreendido por outras importantes escolas médicas nacionais. A Cátedra vinha sendo ocupada desde 1925 por Enjolras Vampré, que na divisão das áreas de estudo optou por ministrar as aulas de Neurologia, deixando vaga a recém-criada cadeira de Psiquiatria.

A opção da Congregação da FMUSP por contratá-lo para liderar interinamente a Cátedra de Clínica Psiquiátrica se justificou por ser ele o então Diretor do Hospital de Juquery e ter contribuído desde o início de sua gestão para o ensino de Medicina nas dependências do manicômio. A partir de então, Pacheco e Silva acumulou o cargo de Professor que já exercia na Escola Paulista de Medicina, ocupando os principais postos no ensino de Psiquiatria em São Paulo, se tornando figura importante na formação de centenas de psiquiatras nos anos seguintes.

Sua empreitada para ampliar os espaços de atuação de sua especialidade médica e para reafirmar o “caráter científico” dela pode ser identificada ao longo de toda a sua atuação docente. Na aula inaugural da disciplina de Clínica Psiquiátrica, por exemplo, quando o curso foi ofertado pela primeira vez como área independente da Neurologia, é possível notar a defesa sobre o quanto considerava importante o conhecimento acerca dos princípios elementares da Psiquiatria na formação de todos os médicos, independente da

especialidade que cada um viria a exercer. Contando, também, com um elogio às políticas eugênicas da Alemanha, Pacheco e Silva afirmou:

Meus senhores. Vamos hoje dar início ao curso de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de São Paulo. É esta a primeira vez que vai esta matéria ser aqui lecionada separadamente de sua irmã gêmea – a Neurologia, - com a qual esteve sempre fundida. Entendeu, entretanto, a douda Congregação desta Escola, aliás mui acertadamente, que a importância de ambas as cadeiras justificava a sua separação para que cada qual constituísse disciplina autônoma, como acontece na maioria das faculdades nacionais e estrangeiras [...].

Meus senhores. Ao estudar a Psiquiatria, convém frisar bem não nos devemos cingir apenas aos grandes síndromos mentais, só encontrados nos hospitais psiquiátricos, e que vão constituir objeto principal dos nossos estudos. A patologia do espírito se integra cada vez mais dentro da medicina geral. Para se fazer tal demonstração, é o bastante recordar que mais de 50% dos casos de alienação mental se originam de afecções localizadas fora do cérebro e que, em tais casos, os distúrbios psíquicos não passam de epifenômenos. Daí a orientação moderna que preconiza a criação de clínicas especializadas, laboratórios bem providos, gabinetes dentários e outros recursos para se proceder, no dizer dos alienistas alemães a “limpeza orgânica” dos doentes [...].

Não há lado para o qual o psiquiatra lance as suas vistas onde não descubra relações entre o seu e os demais ramos da medicina. Bem sei, senhores estudantes, que há marcada tendência de todo professor, empolgado pelo estudo da matéria que leciona, de exaltar o valor da sua cadeira, multiplicando as suas exigências, como se todos os estudantes pretendessem seguir a sua especialidade. Não os condeno por isso, porque julgo só merecerem encômios os que revelam tamanho zelo pelo ensino. Desejo tão somente apontar-vos o valor da psicopatologia, demonstrando a sua utilidade, qualquer que seja o rumo que houveres traçado para a vossa carreira profissional (Pacheco e Silva, 1935-c, p. 435).

No início de 1936, a Congregação da FMUSP organizou o concurso público para o provimento em definitivo da Cátedra de Clínica Psiquiátrica e recebeu a inscrição de dois candidatos para a participação no certame: Antonio Carlos Pacheco e Silva e Durval Bellegarde Marcondes. Ambos contavam com currículos e apoios políticos que os credenciavam para a disputa sendo, cada qual ao seu modo, herdeiros da atuação científica de Franco da Rocha. Pacheco e Silva, por exemplo, foi indicado pelo experiente psiquiatra

para dirigir o *Juquery*, tendo sobre si a aposta de que, com ele, a psiquiatria paulista seria equiparada à praticada nos principais centros científicos do mundo. Durval, por sua vez, foi o colaborador mais próximo de Franco da Rocha em suas incursões nas teorias de Freud, fundando juntamente com o seu antigo mestre a Sociedade Brasileira de Psicanálise, em 1927.

Embora tenham atuado em parceria em alguns momentos, como na Liga Paulista de Higiene Mental, por exemplo, Pacheco e Silva e Durval Marcondes passaram a nutrir uma rivalidade e uma antipatia mútua que perdurou por décadas. As tensões entre ambos se desdobrou na cisão, por muitos anos, entre a Psiquiatria acadêmica (praticada na FMUSP e na Escola Paulista de Medicina) e a Psicanálise, que se organizava institucionalmente naquele momento. Neste sentido, a disputa pela Cátedra da FMUSP em 1936 não dizia respeito somente aos méritos acadêmicos dos candidatos; representava, também, a tentativa de se obter a legitimidade da corporação médica sobre uma das divergentes formas de se compreender e tratar as doenças mentais e de tomar para si o “legado do mestre Franco da Rocha”. Pode-se dizer, afinal, que a disputa entre Pacheco e Durval foi um embate entre “filhos do mesmo pai” De acordo com Leopold Nosek (1994, p. 30),

[O concurso de 1936] se constituiu no marco definitivo da intrincada convivência entre o movimento psicanalítico e psiquiátrico nas décadas posteriores. Não estaremos exagerando ao afirmar que até hoje, sessenta anos após, ainda reverberam subprodutos daquela ocasião. O que se seguiu de imediato, possuía a inevitável marca do conflito entre os dois postulantes à vaga, Durval Bellegarde Marcondes, pioneiro e sustentáculo do movimento psicanalítico paulista, e Antonio Carlos Pacheco e Silva que, ocupando a cadeira, teve um papel de enorme importância na psiquiatria de São Paulo [...]. É possível que essa situação tenha sido fruto mais de mal-entendidos do que de irreduzível divergência científica. Para isso, em muito contribuíram questões de natureza pessoal, mesmo passional. De todo o modo, as relações entre a psicanálise e a psiquiatria acadêmica estiveram, em geral, longe de uma cooperação amistosa.

Ao longo das décadas de 1930 a 1950, não foram raros os momentos em que trocaram farpas em artigos científicos e nos veículos de imprensa. Em um desses

momentos, a título de exemplo, Pacheco e Silva concedeu uma entrevista ao jornal *Diário da Noite* na qual reafirmou suas crenças no caráter científico da Psiquiatria e apontou o que considerava ser “exagerado e desmedido” nas interpretações dos psicanalistas. Suas afirmações se basearam nos das sessões de Psicanálise que ele havia autorizado que fossem realizadas entre os pacientes internados no *Juquery*¹⁵. No dia seguinte à publicação da entrevista, Durval Marcondes enviou um texto ao periódico refutando as falas de Pacheco e Silva, sublinhando os efeitos positivos e “inegáveis” da psicanálise sobre os indivíduos que se submeteram a esta técnica terapêutica. Neste artigo, Marcondes ironizou os argumentos de seu rival ao afirmar que o então Diretor do Hospital de Juquery voltava-se contra a Psicanálise dada a sua incompreensão sobre os escritos de Freud. Não satisfeito, Pacheco e Silva encaminhou ao *Diário da Noite* mais um texto recheado de acidez e ironias contra seu algoz psicanalista, como se pode notar nos trechos a seguir:

Não gostou da entrevista que concedi ao *Diário da Noite* o meu distinto colega Dr. Durval Marcondes e, logo no dia seguinte, chamou a si a incumbência de refutá-la, porque entendeu que as minhas ideias podiam colocar em difícil situação os que, como ele, praticam o método terapêutico de Freud, recomendando aos seus clientes o tratamento analítico. Peço desculpas ao Dr. Durval Marcondes, pois confesso não ter sido essa a minha intenção; digo mais, recusar-me-ia a conceder qualquer entrevista se me houvesse ocorrido que as minhas ideias poderiam influir desfavoravelmente no ânimo dos seus clientes.

Comentando o fato de ter eu facilitado a psicanalistas a aplicação do método terapêutico de Freud em internados do Juquery, o Dr. Durval Marcondes julga-me vítima de uma pilhéria irreverente. Um dos psicanalistas a que me referi – não se espantem – foi o próprio Dr. Durval Marcondes, a quem peço perdão por lhe reavivar a memória. Confesso a minha boa-fé. Nunca poderia imaginar que o meu acatado colega procurasse fazer pilhéria com métodos terapêuticos, ainda mais

¹⁵ Acerca das divergências entre Pacheco e Silva e a Psicanálise (e os psicanalistas), Gustavo Gil Alarcão afirma que: “Postulamos que tal aversão pode ser desdobrada em quatro aspectos. Primeiramente, está centrada na oposição radical a que a psicanálise seja praticada por não médicos. Segundo, correlaciona-se com o modo como ele assimila e interpreta, baseando-se na aplicação parcial de alguns conceitos e teorias [...]. O terceiro aspecto merece ser comentado separadamente, porque é a parte lúcida da aversão de Pacheco e Silva, quando acusa alguns psicanalistas de fazerem interpretações por vezes estapafúrdias ou exageradas [...]. O quarto aspecto baseia-se na premissa de que os saberes sobre o psiquismo humano estão hierarquicamente definidos, partindo sempre da psicopatologia psiquiátrica, que ele define como base teórica por excelência. Esse raciocínio condiz com a primazia da medicina como campo de investigação do humano” (ALARCÃO, 2018, p. 377).

dentro de um hospital. Curioso é assinalar que os doentes não melhoraram e ter o fato se transformado em pilhéria. Errou, pois, o alvo meu nobre antagonista. E, por falar em errar, que interessantes interpretações nos dá Freud no seu livro *Psicologia da vida cotidiana*, inclusive para as faltas involuntárias. O subconsciente está sempre em jogo... (Pacheco e Silva, 1937-i, p. 5-6).

Neste mesmo ano, em uma homenagem recebida por seus companheiros de trabalho e admiradores, Durval Marcondes, após agradecer o gesto de reconhecimento e amizade, aproveitou a oportunidade para reivindicar ser o verdadeiro discípulo de Franco da Rocha, defender as pesquisas desenvolvidas pelos psicanalistas e posicionar-se diante da psiquiatria organicista e das falas de seu maior representante em São Paulo, Antonio Carlos Pacheco e Silva:

[Há] um erro muito generalizado entre os mentalistas de nossa terra e que consiste em abordarem-se os problemas psicopatológicos como se fossem questões de medicina geral. Encarando os assuntos de sua especialidade, não pode o psiquiatra, com efeito, cingir-se aos métodos empregados em outros domínios da Medicina. Além das causas estritamente orgânicas, interfere no vasto campo da psiquiatria outra ordem de fatores, dependentes, estes últimos, das vicissitudes que complicam a adaptação do indivíduo ao meio social [...].

Essa foi a razão pela qual, sem descuidar outros aspectos igualmente importantes, dediquei boa parte de meus esforços ao estudo da psicologia médica, que tem sua máxima expressão na psicanálise freudiana. Não me inspirou fazê-lo nenhum desejo iconoclasta. Segui, nesse particular, a diretriz que vinha sendo pregada no livro e na cátedra pelo meu querido mestre e inesquecível amigo, o saudoso professor Franco da Rocha. Não lhe sendo possível, pela moléstia e pela idade, o exato valor do método psicanalítico, sugeriu-me ele o aprendizado de sua técnica, que julgo ter manejado pela primeira vez entre nós. Cumpri, dessa forma, o dever do discípulo, acolhendo e ampliando os ideais do mestre [...]

Essa diretriz pseudocientífica que se proclama contrária à observação psicológica – verdadeira “psicofobia” no dizer acertado de Bleuler – tem, aliás, uma explicação muito simples e não se afasta, de modo algum, do quadro dos fenômenos naturais. Ela decorre, em primeiro lugar, ser um vício atual do sistema universitário, onde o ensino médico se preocupa exclusivamente com o lado somático dos processos mórbidos, desinteressando-se pelo outro aspecto fundamental, que é o

aspecto psicológico. Educado para ver somente o corpo, o médico esquece quase sempre a alma, falha tanto mais considerável quanto a patologia moderna focaliza cada vez mais a participação de componentes psíquicos na gênese dos distúrbios orgânicos. Construir uma medicina que despreza os ensinamentos da psicologia é construir, conforme as palavras de Campbell, uma verdadeira medicina de cobaias [...]

Finalmente, resta considerar o comodismo, a rotina, a má compreensão das verdadeiras necessidades dos enfermos. Teorias novas representam imenso desconforto para os que se sentam à vontade no conchego das velhas convicções. As leis psicológicas são, por seu lado, muito mais complexas e de domínio mais difícil que os conceitos psíquico-químicos usuais. E, além de tudo, a adoção de novos métodos psicoterápicos acarreta um sacrifício que a arma da ignorância permite evitar (Marcondes, 1937, p. 222).

Tais divergências estavam postas na mesa durante as provas que integraram o concurso para a Cátedra de Clínica Psiquiátrica da FMUSP. Em uma disputa acirrada composta por provas de títulos, avaliação didática, averiguação dos conteúdos dos memoriais e de conhecimentos estritos à prática clínica, Pacheco e Silva e Durval Marcondes estiveram no centro das atenções da corporação médica paulista no primeiro trimestre de 1936. A imprensa noticiou cada etapa do certame, destacando as ações dos candidatos e as avaliações dos membros da banca julgadora.

Com grande destaque, também, foi noticiada a vitória de Antonio Carlos Pacheco e Silva que, com a classificação em primeiro lugar no concurso, passou a ter assento vitalício em uma das Cátedras da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, afirmando-se como o maior expoente da Psiquiatria paulista naquele momento. A sua posse foi celebrada por políticos, jornalistas, médicos e empresários de todo o Brasil e do exterior¹⁶. Em um dos relatos sobre os festejos que cercaram a recepção de Pacheco no rol dos catedráticos paulistas, lê-se:

¹⁶ Ao ser publicado o resultado do concurso, Pacheco e Silva recebeu centenas de cartões, cartas e telegramas de felicitação por sua conquista. A íntegra desses registros pode ser consultada no acervo do Museu Histórico da FMUSP e, dentre eles, destacamos alguns:

- *Roberto Simonsen*: “Receba, prezado amigo, felicitações pelo brilhante resultado do concurso e de sua justa nomeação para o corpo docente da nossa Faculdade de Medicina”.

- *Edmundo Vasconcelos*: “Amigo, Prof. Pacheco e Silva, aceite um grande abraço pela brilhante demonstração de sua bela cultura”.

Por ocasião da posse da Cátedra de Psiquiatria do Professor Pacheco e Silva, a Congregação da Faculdade de Medicina de S. Paulo, alunos, médicos, jornalistas, personalidades do mundo político paulista reuniram-se para um banquete no *Esplanada*, afim de tributarem ao ilustre cientista honras dignas só daqueles que fazem da Ciência um apostolado, um sacerdócio (Cadernos de Pediatria do Hospital Humberto I, 1936, p. 47).

Seguindo a tradição das cerimônias de posse de seus novos Professores, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo reuniu a Congregação de docentes no dia 24 de março de 1936 para receber Antonio Carlos Pacheco e Silva como seu novo membro. Antonio de Almeida Prado, Catedrático de Clínica Médica, foi designado pela Diretoria da Faculdade para proferir o discurso de recepção do novo Professor de Psiquiatria. Chama a atenção nas palavras de Almeida Prado o elogio ao conhecimento clínico do professor empossado advindo, segundo ele, de sua larga experiência à frente do Hospital de Juquery. Nota-se, também no seu discurso o apelo da Congregação da Faculdade de Medicina para que ele pudesse se dedicar integralmente à Cátedra em detrimento de suas profícuas atividades políticas. Na sala da Congregação da FMUSP, voltado para o recém-empossado professor Pacheco e Silva, Almeida Prado discursou:

O vosso concurso, a esse respeito, não deixou dúvidas no espírito de ninguém. Quem vos viu evocar os diversos aspectos da confusão mental e dos estados confusionais, numa descrição precisa e trepidante em que as palavras, numa sucessão caleidoscópica de quadros clínicos, todos vistos e examinados em observação quotidiana, vos afluíam aos lábios em turbilhão verdadeiramente torrencial, não poderá deixar de

- *Ralph Pompeu de Camargo*: “Em nome da população de Juquery e Franco da Rocha, felicitamos Vossa Excelência pelo brilhante êxito no concurso, honrando mais uma vez a alta cultura, tal como digno continuador da obra de Franco da Rocha”.

- *Família Franco da Rocha*: “Tendo acompanhado com o maior interesse as provas da Faculdade de Medicina, felicitamos calorosamente pelo brilhante resultado”.

- *Alcântara Machado*: “Em nome da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, congratulo-me cordialmente com V. Excia pelo brilhante resultado do concurso e consequente posse hoje da cadeira de Franco da Rocha na nossa Faculdade de Medicina. Afetuosas saudações”.

- *Renato Kehl*: “Ao caro amigo e parente, um cordialíssimo abraço pela brilhante vitória. Saudações”.

- *Ulysses Paranhos*: “Abraços e felicitações pela bela prova oral. Sinto-me envaidecido por ter sido o primeiro mestre de um mestre”.

- *Alfonso Bovero*: “Em meu nome particular e em nome dos assistentes do Departamento de Anatomia, exprimo-lhe as mais cordiais felicitações”.

reconhecer na propriedade vocabular, na justeza dos conceitos e na mesma facilidade de exposição, a resultante lógica de um longo passado de estudos de assídua frequência hospitalar e de ininterrupta prática do ofício. Traçastes, em largos lineamentos, a curva de vossa própria ascensão, nos sessenta minutos de vossa prova oral. Só o cimento do tempo e da observação nosocomial diuturna poderia ter argamassado a estrutura compacta daquela peça perfeita [...]

Adquiristes, desde o alvorecer da carreira, a necessidade de ação e o hábito de comando. E foi ainda – não sei se me arrisco a uma afirmação temerária – essa mesma feição do vosso temperamento que quase vos fez descambar para a política. Como bom constitucionalista que sois – isso vai sem ambages, no sentido médico e glandular estrito do termo – sabeis que a política atrai sobretudo os dinâmicos, condutores de homens combativos, os temperamentos votados à agitação tumultuária da vida social, enquanto os apáticos e os contemplativos passam à margem do seu fascínio. Seja como for, tenha sido este ou aquele o motivo que vos ia enredando o caminho, e embora reconheça que a vossa diretriz no parlamento se norteou sempre para o estudo dos problemas de natureza médico-social, os meus augúrios são para que, doravante, o professor sopite os pruridos que do político possam ainda subsistir.

Eis, Sr. Professor Pacheco e Silva, quanto, como representante da Congregação, e talvez exorbitando um pouco do mandato, pensei dizer-vos no instante em que assumis uma Cátedra na nossa Faculdade (Prado, 1936, p. 262-263).

A partir de então, Pacheco e Silva assumiu definitivamente as aulas de Psiquiatria na FMUSP, proferindo as aulas teóricas e conduzindo as atividades práticas no ambulatório do Departamento de Assistência aos Psicopatas de São Paulo, no Recolhimento de Perdizes e nas dependências do Hospital de Juquery. Os temas apresentados ao longo dos mais de 30 anos de docência, acompanharam as transformações pelas quais a Psiquiatria passou neste período. Partindo de uma concepção organicista e imbuída dos preceitos eugênicos, as conferências de Pacheco e Silva, especialmente nos primeiros 15 anos de cátedra, versavam sobre as classificações diagnósticas, indicações e aplicações das terapêuticas de choque, etiologia das doenças mentais, anatomia patológica do cérebro e as perspectivas de ação do movimento pela *Higiene Mental* (Pacheco e Silva, 1945-b, p. 3). Entre as décadas de 1950 e 1960 as suas aulas passaram a dar maior ênfase para as dimensões fisiológicas, sociais e políticas dos

transtornos da mente, bem como sobre o desenvolvimento e uso de novos fármacos (Pacheco e Silva, 1963-b, p. 4).

Ilustrativamente, vejamos o trecho de uma de aulas ministradas aos alunos da FMUSP em 1939, na qual Antonio Carlos Pacheco e Silva apontou exemplos sobre as causas de algumas doenças mentais características, segundo ele, de determinados grupos ou *raças*. A referida aula foi dada pouco tempo após o seu retorno de uma viagem de estudos à Alemanha, onde percorreu os hospitais psiquiátricos organizados e mantidos pelo regime, ficando entusiasmado com o que ali presenciou. Vejamos:

- Judeus: Ao lado da civilização tem uma grande importância na etiologia das psicoses a questão das raças. Tem-se observado, por exemplo, que os israelitas têm o sistema nervoso extremamente vulnerável. Assim, em todos os países do mundo, pois essa raça está hoje difundida em todos os continentes, os especialistas têm notado uma grande frequência de psicopatias entre os judeus. Tem-se observado também que algumas raças são mais resistentes a determinadas psicoses e que essas mesmas raças que demonstram uma certa imunidade à determinada psicose, apresenta por outro lado uma predisposição especial para outras formas clínicas. A questão da relação das raças com as psicopatias tem hoje grande importância social por causa do problema imigratório. Na Assembleia Nacional Constituinte nós tivemos a oportunidade de focalizar essa questão, chamando a atenção do povo brasileiro para a necessidade de se estabelecer não só a seleção racial, mas também a seleção individual de todos os imigrantes [...].

- Hereditariedade e Eugenia: Os psiquiatras modernos têm hoje grande preocupação no estudo da eugenia e na sua aplicação à higiene mental. No Instituto Kraepelin, em Munich, Rudin¹⁷ criou um instituto de *Eugenologia*, onde são investigados os antecedentes de todos os doentes entrados na Clínica do grande mestre alemão [...].

- Homens e mulheres: O sexo também tem a sua influência no modo pelo qual as psicoses se desenvolvem. Se no homem nós vamos encontrar um grande número de psicopatias consequentes à Sífilis, o alcoolismo, à estafa física e psíquica, aqui o homem vive mais exposto do que a mulher e ainda tem também fatores que agem ativamente, fornecendo um elevado coeficiente de desordens mentais. É a

¹⁷ Cabe aqui salientar que Ernst Rüdin foi um psiquiatra suíço, radicado na Alemanha, responsável por toda a política de esterilização em massa do regime nazista. Defendia a eliminação de pessoas com deficiência física e doentes mentais, bem como daqueles que considerava “degenerados”, tais como homossexuais, comunistas e adeptos de determinadas religiões, por exemplo. Em 1939 Rüdin foi condecorado por Hitler por seus serviços prestados ao *Reich* e em 1945 foi preso e condenado em Nuremberg.

menstruação com as suas perturbações psíquicas observadas durante esse período, é a gravidez com todas as suas consequências fisiológicas e patológicas, é o aleitamento, é o esgotamento consecutivo em que caem as mães (Pacheco e Silva, 1939-c, p. 5-7).

Com a crescente demanda de trabalho na FMUSP e nas inúmeras outras atividades que desempenhava paralelamente à docência, somada à precariedade cada vez mais evidente do Hospital de Juquery e dos serviços de saúde mental geridas pela administração paulista, Pacheco e Silva teve grandes dificuldades para ministrar as aulas práticas de sua disciplina. Além disso, após visitar as mais renomadas clínicas psiquiátricas do mundo, ficou convencido de que o desenvolvimento da Psiquiatria no Brasil dependia da construção de equipamentos que transcendessem a lógica manicomial. Seu grande anseio passou a ser erigir um instituto especializado no tratamento das doenças mentais que seguisse as mesmas orientações de um hospital geral, com ambulatorios, clínicas especializadas, serviços de emergência psiquiátrica e internações de curto e médio prazo.

4.3.4 – Avanços e recuos na formação do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas – FMUSP

Antonio Carlos Pacheco e Silva encabeçou um movimento de pressão política e institucional pleiteando a construção de um Instituto de Psiquiatria submetido à Cátedra sob a sua responsabilidade na FMUSP. Sua iniciativa se deu na carona da construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP), que teve início em 1938 e foi concluída em 1944. A documentação consultada revela que ao longo dos anos 1940, Pacheco e Silva solicitou diversas vezes à Diretoria da Faculdade que lhe fossem disponibilizadas verbas e estrutura física que lhe permitissem dar continuidade às aulas práticas, contudo, alegando problemas orçamentários, a administração estadual recusou todas as suas solicitações.

Não obstante, um encontro inusitado ocorrido em 1943 entre Pacheco e Silva e o então Presidente da República Getúlio Vargas, seu desafeto desde a Guerra Civil paulista

de 1932, resultou, mesmo em uma situação adversa e delicada, nos primeiros passos para a construção do Instituto de Psiquiatria. Em suas memórias explicou:

Estava já desanimado e convencido de que não poderia jamais contar com instalações adequadas para a cadeira que me competia lecionar, quando um fato extremamente inesperado e lamentável ocorreu, que veio porém facilitar o início das obras tão ansiosamente esperadas. Adoece gravemente em São Paulo, onde fazia estágio em uma fábrica de produtos químicos, o jovem Getúlio Vargas Filho, atacado de grave neurovirose. Fui convocado, em companhia de outros colegas, para assisti-lo (Pacheco e Silva, 1995, p. 153).

Poucos dias após a internação de Getúlio Vargas Filho, o jovem filho do Presidente faleceu aos 23 anos de idade, tendo sido acompanhado pela equipe de médicos e professores da FMUSP. Em seu relato, Pacheco e Silva prosseguiu e apontou os desdobramentos deste ocorrido:

Os médicos assistentes, de comum acordo, resolveram não apresentar conta dos honorários por se tratar do filho do Presidente, que estudava em São Paulo. Dias mais tarde fomos procurados pelo Dr. Lutero Vargas, que vinha em nome do pai saldar as contas devidas aos médicos assistentes de seu desditoso irmão. Diante da recusa de todos em apresentar contas, indagou o Dr. Lutero, em nome de seu pai, que estava muito reconhecido, de que forma poderia manifestar o seu reconhecimento. De comum acordo com o Dr. Godoy Moreira, manifestamos o desejo de ver iniciadas as obras das Clínicas Psiquiátrica e Ortopédica, planejadas a anos, mas não executadas por falta de verbas.

O Presidente, ao tomar conhecimento disso, comunicou-se com o Dr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, pedindo-lhe que nossas pretensões fossem atendidas. Uma verba não tardou a ser destinada para o início das obras de ambas as clínicas. Iniciada a construção da Clínica Psiquiátrica, não tardou a esgotar-se a verba concedida, ficando a obra paralisada. Durante anos foi recomeçada e suspensa, a despeito de todos os nossos esforços para prosseguir-la, sempre por carência de recursos (Pacheco e Silva, 1995, p. 153).

A partir de então, a conclusão das obras do Instituto de Psiquiatria passou a ser um verdadeiro *tour de force*. A situação se agravou nos anos seguintes visto que quem assumiu o governo de São Paulo naquela ocasião foi ninguém menos que Adhemar de Barros, antigo desafeto do grupo político do ex-governador paulista, Armando de Salles Oliveira, que era, por sua vez, amigo e correligionário de Pacheco e Silva. Diante de tantas negativas, Pacheco radicalizou a sua estratégia política no final do período letivo de 1948. Ao finalizar seu curso, informou ao Diretor da Faculdade de Medicina e ao Reitor da Universidade de São Paulo que, diante da impossibilidade de ministrar as aulas práticas de sua disciplina, iria cancelar as aulas de sua Cátedra no ano letivo seguinte, caso suas reivindicações não fossem atendidas. Na missiva remetida a João de Aguiar Pupo, então Diretor da FMUSP, argumentou:

Falharam todos os esforços que realizamos junto a Assembleia Legislativa do Estado, que forneceu os necessários créditos para o prosseguimento das obras da Clínica Psiquiátrica durante o ano de 1948, créditos esses que, entretanto, não foram nelas aplicados. Não tendo sido atendidos, por outro lado, os apelos dirigidos ao Senhor Reitor e ao Senhor Diretor, no sentido de ser a Clínica Psiquiátrica dotada, senão de instalações definitivas, pelo menos provisórias, de molde a permitir a realização de um curso eficiente, vejo-me, Sr. Diretor, obrigado a comunicar a V.Excia. que, no próximo ano de 1949, não poderei realizar o referido curso enquanto não for a Clínica Psiquiátrica dotada de instalações adequadas (Pacheco e Silva, 1948-c, p. 3).

Entendendo a gravidade da situação e pressionados politicamente, o Diretor da FMUSP e Jorge Americano, então Reitor da Universidade de São Paulo, intercederam junto à administração paulista. Diante disso, o Governador Adhemar de Barros cedeu e destinou maiores recursos para o prosseguimento das obras do Instituto de Psiquiatria. Todavia, rapidamente ficou claro que as verbas eram insuficientes para a realização do empreendimento e que não havia, de fato, disposição da administração paulista para atender aos apelos do rival político que ocupava a Cátedra de Psiquiatria de sua escola médica oficial. Nos anos seguintes as obras tiveram continuidade em passos lentos até a sua conclusão em 1952, quando Pacheco e Silva pôde, enfim, reorganizar o ensino de

Psiquiatria e a assistência psiquiátrica na capital paulista¹⁸. Segundo André Augusto Seixas,

A partir da inauguração do Instituto o ensino de Psiquiatria passou a ser realizado em prédio próprio. Assim cresceu o número de psiquiatras, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos e outros técnicos, necessários às exigências inerentes ao serviço. A cátedra passou a ser constituída de professor catedrático: Prof. Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva; professor associado: Prof. Dr. Fernando de Oliveira Bastos; professores assistentes: Prof. Dr. João Carvalhal Ribas e Prof. Dr. José Roberto de Albuquerque Fortes; instrutores: Dr. Públio Salles Silva e Dr. Paulo de Camargo. O corpo clínico, pertencente ao quadro do Hospital das Clínicas constava de 9 médicos assistentes, 4 médicos adjuntos, 4 médicos auxiliares e 8 médicos com função gratificada. Em 1953, a cadeira foi desdobrada, passando a ministrar as aulas de psicologia médica e medicina psicossomática para quarto ano e aulas de clínica psiquiátrica para o quinto ano do curso de Medicina. Os cursos de Psiquiatria e Enfermagem psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo também eram realizados nas dependências do Instituto (Seixas, 2012, p. 45).

Em 1968, ao completar 70 anos de idade, Antonio Carlos Pacheco e Silva se aposentou compulsoriamente, deixando a Cátedra de Clínica Psiquiátrica da FMUSP após mais de 30 anos de atividades docentes. Nessas três décadas, angariou prestígio científico e poder político, formando centenas de psiquiatras na Universidade de São Paulo e na Escola Paulista de Medicina. Na FMUSP, contribuiu com o projeto de internacionalização da instituição, tendo participado de inúmeros eventos científicos e recebendo no Instituto de Psiquiatria renomados psiquiatras de várias partes do mundo. Dentre eles destacam-se Ugo Cerletti, Henri Claude, Georges Heuyer, Egas Moniz e John Rawlings Rees¹⁹.

¹⁸ Sobre a criação do Instituto de Psiquiatria, Gustavo Gil Alarcão defende que: “A implantação da Clínica Psiquiátrica ancora-se em dois pilares: o movimento de afirmação da Psiquiatria como especialidade da Medicina e as ações de Pacheco e Silva nos campos político-social e médico-psiquiátrico. De um lado, aliando-se à cientificidade dos tratamentos disponíveis, a Psiquiatria procura avidamente colocar-se como uma especialidade médica como “outra qualquer”. A construção da Clínica Psiquiátrica ligada à FMUSP com base no discurso da modernidade é o símbolo máximo desse processo em São Paulo” (Alarcão, 2018, p. 211).

¹⁹ Para maiores informações sobre a presença de alguns dos psiquiatras mais influentes do período no Instituto de Psiquiatria, ver: Antonio Carlos Pacheco e Silva, 1953-b, 1953-c, 1953-d, 1953-e, 1957-f, 1965-a.

Sua capacidade de diálogo internacional parece ter sido destacada pela Faculdade de Medicina. Em 1954, por exemplo, foi designado pela Congregação para proferir o discurso de boas vindas para Alexander Fleming, quando o aclamado bacteriologista visitou as dependências da FMUSP em sua passagem pelo Brasil. Em 1968, quando Pacheco e Silva se aposentou e foi alçado ao título de Professor Emérito da instituição, o HC-FMUSP o nomeou como Diretor de Relações Públicas do hospital. No exercício deste cargo, Pacheco atuou diretamente nas articulações entre o Hospital das Clínicas, a imprensa nacional e estrangeira e os conselhos de ética médica para viabilizar a execução, em maio de 1968, do primeiro transplante de coração e de fígado da América Latina (Pacheco e Silva, 1968-b, p. 3).

Ao contrário do que apontam alguns estudos, ele seguiu sendo uma figura respeitada e com grande poder de influência nos rumos do Departamento de Psiquiatria e no Instituto de Psiquiatria, mesmo após a sua aposentadoria. Foi ele o principal articulador do concurso que nomeou seu sucessor na Cátedra, sendo capaz de viabilizar politicamente que seu assistente, Fernando de Oliveira Bastos, encabeçasse a Psiquiatria da FMUSP nos anos seguintes. Da mesma forma, tendo forte articulação com a cúpula das Forças Armadas que governava o Brasil durante a Ditadura Militar, fez *lobby* em diversas ocasiões para o financiamento de projetos do Instituto nos anos 1970. Além disso, em 1967, foi eleito Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, o que lhe conferiu ainda maior poder e visibilidade na psiquiatria nacional (Pacheco e Silva, 1967-c) e, em 1968, recebeu do Ministro da Saúde da França a *Medalha da Ordem Nacional da Legião de Honra*. Este conjunto de fatores sinalizam que mesmo no final de sua carreira docente, Pacheco e Silva estava longe de ser uma espécie de “figura decorativa” nos espaços que ocupava. Isso fica ainda mais claro quando observamos com mais atenção a sua presença internacional nos anos correspondentes a essa *Era do fulgor*.

4.4 – O *fulgor* internacional: a ascensão profissional e os cargos ocupados por Antonio Carlos Pacheco e Silva.

Ao longo de sua carreira, Antonio Carlos Pacheco e Silva percorreu dezenas de países para ministrar palestras, participar de conferências e desenvolver intercâmbios

científicos. Passando por países da América Latina, América do Norte, Ásia e Europa, ele foi ocupando gradativamente o posto de um dos psiquiatras mais influentes de seu tempo e o maior expoente internacional da psiquiatria brasileira.

Sua primeira incursão científica em âmbito internacional se deu com a viagem de estudos que realizou aos Estados Unidos, Canadá e a países europeus sob o patrocínio da Fundação Rockefeller em 1926, como vimos anteriormente. A partir dos anos 1930, na qualidade de Professor universitário, Diretor do Hospital de Juquery e de autor de trabalhos científicos sobre Anatomia patológica das doenças mentais, angariou cada vez mais prestígio entre seus pares, passando a presidir certames científicos e a ser convidado para ministrar conferências em universidades e institutos de Saúde. Neste período Pacheco também integrou importantes entidades e associações médicas estrangeiras, como a Academia das Ciências de Lisboa, Associação Médica Argentina, Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, Associação Psiquiátrica Peruana, Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria, Sociedade Argentina de Medicina Psicossomática, Sociedade Argentina de Criminologia, Associação Médica Argentina, Associação Neuropsiquiátrica de Medicina Legal de Lima, The Royal Society of Medicine, na Inglaterra, American Pshychiatric Association, nos EUA, The Royal Medic-Pshychological Association, em Londres, Société Neurologique e a Société Médico-Pshychologique, em Paris.

Diante disso, em algumas ocasiões, o governo brasileiro e as administrações paulistas o designaram para representar o país em ações de aproximação diplomática. A já referida viagem empreendida aos institutos eugênicos da Alemanha em 1938, por exemplo, foi fruto das articulações políticas feitas pelo Estado Novo brasileiro com o regime presidido por Adolf Hitler (Pacheco e Silva, 1938-d, p. 1).

Ainda nesse ano fundou e se tornou o primeiro Presidente da União Cultural Brasil-Estados Unidos, entidade que se mantém atuante até os dias atuais, e que nasceu com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países em um momento em que o governo brasileiro flertava com o fascismo, contrariando os interesses geopolíticos estadunidenses. Vinculando a fundação da *União Cultural* com a oposição às perseguições políticas promovidas por Vargas, Pacheco e Silva assim narrou o processo de criação e consolidação da instituição:

Em 1938 o Brasil atravessava um dos períodos mais agitados e difíceis da sua história, quando, cerceadas as liberdades democráticas com a implantação do Estado Novo, o povo brasileiro passara a sofrer as consequências da ditadura implantada no país. As classes universitárias foram as que maiores tributos pagaram, particularmente em São Paulo, onde vários professores das nossas escolas superiores foram detidos, outros afastados de suas cátedras, estudantes foram presos, impedidos de manifestarem seu livre pensamento e vítimas das maiores violências, em virtude de se rebelarem contra o regime de opressão e de força, que asfixiava a nação. Os dirigentes do Estado Novo manifestavam evidente simpatia pelos países do Eixo, fazendo claras declarações nesse sentido, conquanto a opinião pública do país repelisse tais tendências e reafirmasse as suas convicções democráticas [...].

Todos reconheciam, então, a importância de uma maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos, campeão da democracia [...]. Surgiu daí a ideia de se fundar em São Paulo uma entidade cultural com o propósito de estreitar as relações do Brasil com os Estados Unidos, traduzindo o pensamento das nossas classes universitárias e contribuindo para fortalecer as ideias dominantes para o restabelecimento da legalidade em nosso país.

Foram as primeiras reuniões promovidas por quem vos fala, no Sanatório Esperança, com o comparecimento de vários professores e alunos das nossas faculdades superiores, interessados na fundação da nova entidade [...]. A sessão solene de instalação da União Cultural teve lugar na sede do Clube Piratininga, com a presença do Sr. Carol H. Foster, então Cônsul Geral Americano em São Paulo, e a ele, como ao seu sucessor, o Sr. Cecil Cross, muito ficou a dever essa instituição” (Pacheco e Silva, 1958-d, p. 4).

Como Presidente da União Cultural Brasil-Estados Unidos, Antonio Carlos Pacheco e Silva aproximou-se da embaixada norte-americana ao promover eventos científicos, viagens de intercâmbio para outros médicos brasileiros e recebendo na sede da entidade figuras de destaque nos círculos políticos, artísticos, científicos e empresariais estadunidenses. Nos anos seguintes colaborou com a criação de entidades congêneres promovendo parcerias entre cientistas brasileiros e franceses, suecos, dinamarqueses, portugueses, uruguaios, peruanos, argentinos e canadenses.

Não obstante, sua projeção internacional, bem como o capital científico que angariou ao longo do período que aqui chamamos de *Era do fulgor*, podem ser melhor

percebidos em dois momentos decisivos de sua vida profissional: o primeiro trata-se de sua participação direta nas articulações que culminaram com a concessão do Prêmio Nobel de Medicina para o psiquiatra lusitano Egas Moniz e o segundo foi a sua eleição e atuação na Presidência da Federação Mundial para a Saúde Mental. Vejamos:

A capital portuguesa sediou em 1948 a 1ª Conferência Internacional de Psicocirurgia²⁰, que congregou centenas de psiquiatras especialistas neste tipo de procedimento terapêutico oriundos de diversos países. O Brasil foi representado por uma grande delegação que participou do certame sob a liderança de Antonio Carlos Pacheco e Silva, que gozava do *status* de uma das principais referências mundiais em tratamentos de choque. A “estrela” principal do evento era Egas Moniz, psiquiatra português responsável pelo desenvolvimento da Angiografia Cerebral, bem como os procedimentos que deram origem à Leucotomia pré-frontal - uma das técnicas que compunham o conjunto das *Psicocirurgias*.

Os congressistas, de acordo com Manuel Correia e Maria Gabriela S.M.C. Marinho, se reuniram neste evento com o objetivo principal de demonstrar a força da corporação psiquiátrica e seu apreço às técnicas de trepanação cerebral em um momento em que tais procedimentos vinham sendo duramente criticados por sua baixa eficácia e pelos danos irreversíveis que causavam. Neste sentido, a aclamação de Egas Moniz com a outorga da premiação mais representativa do mundo científico – o Prêmio Nobel de Medicina – cairia como uma luva para que a predileção de alguns médicos pelas técnicas terapêuticas restritivas fosse legitimada. Deste modo, pode-se compreender que

A iniciativa do conclave inscreveu-se claramente numa dupla estratégia: demonstrar a influência mundializadora da Psicocirurgia num evento de caráter fundacional sublinhando o seu caráter neuropsiquiátrico, ao mesmo tempo que, estrategicamente, reforçava o lobby destinado a levar Egas Moniz ao Nobel. A primeira sugestão terá partido de Walter Freeman que escreveu a Egas Moniz em 14 de Setembro de 1946 auscultando-o para o efeito. A ideia fez caminho, mas face às múltiplas manifestações congratulatórias que Moniz ia recebendo (Reunião da Sociedade Britânica de Neurocirurgias em

²⁰ O termo *Psicocirurgia* foi adotado pelos psiquiatras portugueses e norte-americanos para designar as técnicas de intervenção terapêuticas que previam intervenções cirúrgicas no cérebro dos pacientes visando promover mudanças comportamentais. As duas principais *Psicocirurgias* são a Lobotomia e a Leucotomia pré-frontal. Para maiores informações ver: Tarelou, 2013.

Lisboa, em 1947), o adiamento da realização primeiro para Abril e finalmente para Agosto de 1948, foi, por isso, visto com bons olhos. O enquadramento político foi imponente com o Chefe de Estado Português e algumas figuras do Governo na sessão inaugural; a cobertura midiática foi generosa; e a apresentação de uma moção recomendando Egas Moniz para o Prêmio Nobel do ano seguinte, aprovada por “aclamação” na sessão final ilustra bem a componente estratégica. Se juntarmos à moção a disposição anunciada por alguns dos participantes em diligenciar junto das entidades estatais dos respectivos países para apoiar “diplomaticamente” essas nomeações para o Nobel, teremos o quadro quase completo desta parte da estratégia de lobby (Correia; Marinho, 2012, p. 19).

Pacheco e Silva foi um dos principais colaboradores para o sucesso do *lobby* pró-Egas Moniz. Foi ele quem redigiu e fez a primeira subscrição na moção dos psiquiatras brasileiros aos psiquiatras dos demais países representados no evento para que se unissem em apoio à essa indicação ao Prêmio Nobel. Após participar das articulações com as delegações estrangeiras, Pacheco e Silva viu sua moção ser aprovada por unanimidade e aclamação por todos os congressistas ao final da 1ª Conferência Internacional de Psicocirurgia. O documento fazia as seguintes recomendações:

Moção da Delegação Brasileira aos membros da *International Conference on Psychosurgery*

Lisboa, 07 de agosto de 1948.

Os membros da 1ª Conferência Internacional de Psicocirurgia, a qual aderiram 27 países diferentes, considerando inestimáveis serviços prestados à Ciência e à humanidade, pelas duas notáveis descobertas do Prof. Egas Moniz, representadas pela arteriografia e leucotomia cerebrais, hoje universalmente consagradas resolvem, na sua sessão de encerramento, sugerir às associações médicas dos diversos países que compareceram à Conferência de Lisboa, a apresentação do nome do insigne cientista português, como digno, por todos os títulos, à candidatura ao Prêmio Nobel de Medicina.

A. C. Pacheco e Silva | Paulino Longo | Aloísio Matos Pimenta | Mário Yahn | Aníbal Silveira | Antonio Carlos Barreto | Hélio Simões (Pacheco e Silva et. all, 1948, p. 1).

Este engajamento nessa campanha também pode ser compreendido como uma ação em reconhecimento à amizade que ambos nutriam desde o final dos anos 1920, quando o psiquiatra português visitou pela primeira vez as dependências do Hospital de Juquery. Após essa ocasião, eles se reencontraram diversas vezes, trocando materiais de estudos, cartas e publicações científicas. Conforme o próprio Pacheco e Silva descreveu:

O insigne sábio português Egas Moniz, o único da nossa raça a receber o Prêmio Nobel, tornou-se meu amigo ao visitar o Hospital de Juquery. Havia eu sido nomeado há pouco tempo diretor deste estabelecimento quando ele desejou conhecê-lo, levado pela fama que desfrutava o nosocômio fundado por Franco da Rocha.

Ao visitar Lisboa tempos depois, fui procura-lo desejoso de conhecer o serviço por ele dirigido. Trocamos ideia sobre debatidos problemas psiquiátricos. Impressionaram-me sobremodo nossas afinidades na apreciação de questões da especialidade, muitas delas objeto de controvérsias, tantas eram as escolas psiquiátricas em vigor [...].

No I Congresso Internacional de Psicocirurgia, realizado em Lisboa, cidade escolhida em sua homenagem, a delegação brasileira que tive a honra de presidir, sugeriu às demais delegações estrangeiras a iniciativa de conceder a Egas Moniz o Prêmio Nobel de Medicina. A ideia tomou corpo e as demais delegações presentes a endossaram. Foi feita a indicação do nome de Egas Moniz como merecedor da grande láurea, que veio ele a receber no ano seguinte.

Tendo o grande mestre tido conhecimento dos esforços da delegação brasileira no sentido de lhe ser concedida a grande láurea, mostrou-se sobremodo agradecido. Não se limitou ele, porém a isso. Não tardou a propor meu nome para membro da Academia das Ciências de Lisboa, onde fui recebido, em sessão solene por ele presidida, e saudado o meu distinto colega e amigo Barahona Fernandes (Pacheco e Silva, 1995, p. 265).

Finalmente, cabe aqui destacar a ascensão de Antonio Carlos Pacheco e Silva à Presidência da Federação Mundial para a Saúde Mental, o que consideramos ser o ápice de sua atuação e reconhecimento internacional.

Desde as primeiras décadas do século XX foram registradas tentativas de criação de entidades que pretendiam congregar psiquiatras, instituições de assistência às pessoas que sofriam com algum transtorno mental, além de docentes de Psiquiatria vinculados a

escolas médicas de diversas partes do globo. Por inúmeras razões nenhuma delas havia obtido o êxito esperado, o que dificultava a interlocução internacional da produção científica entre profissionais que atuavam em regiões distantes dos grandes centros europeus. Dentre essas entidades de pretensão global o Comitê Internacional de Higiene Mental (CIHM), fundado em 1919, pelo norte-americano Clifford Beers, responsável pela promoção de grandes congressos de Psiquiatria, Eugenia e Higiene Mental foi o que alcançou maior capilaridade.

Em 1948, o CIHM foi incorporado pela recém-fundada Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização Mundial da Saúde (OMS), um de seus braços de atuação. Este processo de integração se deu diante do entendimento da ONU de que seria fundamental centralizar as diretrizes internacionais para a Saúde Mental como parte dos esforços para a manutenção da paz mundial. O resultado destes esforços foi a criação da Federação Mundial para a Saúde Mental, conforme apontou Eugene Brody:

As origens da Federação Mundial para a Saúde Mental estão nas expectativas de consolidação da paz através da colaboração internacional, após o término da Segunda Guerra Mundial. Isso resultou, em 1948, na fundação da Organização das Nações Unidas e Organização Mundial da Saúde, uma de suas entidades associadas. A OMS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fundada anteriormente, foram os principais patrocinadores do Terceiro Congresso Internacional de Higiene Mental, realizado em Londres em 1948, no qual o antigo Comitê Internacional de Higiene Mental foi transformado em Federação Mundial para a Saúde Mental.

Este congresso foi uma oportunidade para as associações nacionais de Saúde Mental retomarem seus contatos internacionais interrompidos pela guerra. Mas o ímpeto real para uma nova entidade internacional de saúde mental veio de psiquiatras, que conceberam isso como uma agência de defesa da paz mundial e uma organização de ligação entre a ONU e as associações de saúde mental do mundo todo (Brody, 2004, p. 54 – tradução nossa).

Atendendo ao convite do psiquiatra inglês John Rawlings Rees, emissário da OMS para a criação da Federação Mundial para a Saúde Mental, Pacheco e Silva vinculou-se à instituição como um de seus conselheiros e peritos internacionais. A partir de então,

emitiria pareceres, participaria de inúmeras reuniões da entidade, sediada em Genebra – Suíça, colaborando com a formulação de políticas de Saúde Mental em vários países, especialmente da Ásia, África e América do Sul. Participaria, também, da intensa campanha de denúncia contra os psiquiatras soviéticos que, segundo afirmavam, utilizavam técnicas terapêuticas do campo psiquiátrico como ferramentas de tortura contra presos políticos.

Em 1960, Antonio Carlos Pacheco e Silva foi eleito Presidente da Federação Mundial para a Saúde Mental para um mandato de duração de dois anos. Tal feito foi aclamado por seus pares brasileiros, especialmente por ser 1960 o ano escolhido pela ONU como o *Ano Mundial da Saúde Mental*, o que trouxe maior visibilidade para a Psiquiatria. As ações da ONU neste campo estariam, portanto, sob a batuta de um médico brasileiro, o que deixava sob o escrutínio internacional o trabalho desenvolvido por todos os psiquiatras verde-amarelos. Por isso, sua posse foi, também, cercada de cobranças e expectativas, como se pode notar na *Saudação ao Prof. Pacheco e Silva em nome de todos os psiquiatras brasileiros* proferida por José Lemos Lopes:

A possibilidade de um brasileiro realizar no âmbito internacional a projeção que conseguistes, Prof. Pacheco e Silva, é para nós psiquiatras motivo da mais grata satisfação. No entanto, é muito provável que nos tempos próximos, a geração chamada a substituir aquela de que sois epígono não o possa fazer. É no sentido de pedir-vos, no plano internacional, em que sois chamado a atuar, e às autoridades aqui presentes, no plano nacional, providências no sentido de minorar as constrangedoras condições atuais, que pesam sobre a cultura nacional [...]. É na certeza de vosso prestígio que aproveito a oportunidade para trazer-vos duas sugestões: primeiro para que trabalhe no sentido de que a língua portuguesa, a nossa língua, venha ter o mesmo curso internacional que possui no momento o espanhol; segundo que dessa reunião no Rio de Janeiro, para a consagração de um eminente professor de São Paulo, se reavive a ideia de congregar todos os psiquiatras brasileiros numa associação de âmbito nacional, capaz de coordenar os interesses profissionais e científicos dos especialistas de todo o Brasil. Perdoai-me Prof. Pacheco e Silva essas ousadias, tomadas como intérprete dos psiquiatras brasileiros, que marcaram esse encontro para justamente homenagear-vos. Elas estão plenamente justificadas em função da liderança que assumis e vos devem fazer prever que outras solicitações surgirão, no sentido de uma alta cooperação, indispensável

para que se possam realizar entre nós os elevados ideais da saúde mental (Lopes, 1959, p. 5).

No plano internacional a sua posse também foi cercada de aclamações festivas, especialmente por parte do governo francês, com quem Pacheco e Silva tinha bom trânsito desde sua juventude, através da mediação de seu padrinho e ministro Plenipotenciário do Brasil em Paris, Gabriel Piza e, ainda mais, através da Aliança Cultural França-América. Diante disso, os franceses pleitearam que a sua recepção na Presidência da Federação Mundial para a Saúde Mental fosse realizada em solo gaulês, na Universidade de Sorbonne e não em Genebra, onde a Federação mantinha sua sede. Em suas memórias, ele narrou:

Figurei, durante cerca de dez anos, como Perito Internacional em Saúde Mental, participando de numerosas reuniões em Genebra, no intuito de estudar e propor medidas tendentes a melhorar a saúde mental do mundo.

Durante meu mandato na presidência da Federação Mundial para a Saúde Mental, 1960-1961, visitei mais de vinte países em vários continentes, o que me permitiu conhecer povos de raças, línguas, crenças, costumes e hábitos diferentes, a constituir uma grande lição prática da vida, que me foi sobremodo útil, sob múltiplos aspectos.

Ao ser empossado na presidência dessa Federação, no grande teatro da Sorbonne em Paris, recebi na sessão solene então realizada, das mãos do Ministro da Saúde Pública da França, as insígnias de *Comandeur de L'Ordre de La Santé Publique*. Foi este um dos dias de maior ventura na minha carreira profissional, não só pela alta distinção recebida na presença de 37 representantes de países diferentes, mas pelo fato de ser eu um brasileiro a recebê-la (Pacheco e Silva, 1995, p. 205).

De fato, o trabalho empreendido à frente da Federação Mundial para a Saúde Mental foi profícuo, rendendo-lhe visitas a dezenas de países onde manteve contato com autoridades políticas e científicas. Isso pode ser notado a partir do relatório de atividades que encaminhou ao Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, de onde solicitou licença de dois anos para dar cabo de suas atividades internacionais. No referido documento, relatou:

O ano de 1960 foi reconhecido pela Federação Mundial para a Saúde Mental como o “Ano mundial da Saúde Mental”, o que exigiu da nossa parte, na qualidade de Presidente da referida entidade, um enorme esforço e um grande número de viagens ao estrangeiro, a fim de dar cabal desempenho às atribuições que nos assistem.

Em janeiro estivemos em Londres para participar da reunião do Comitê Executivo da Federação e concertar os planos para a realização do Congresso Internacional de Saúde Mental, a efetivar-se no próximo mês de agosto, na Sorbonne, em Paris. Em março, a convite do Reitor da Universidade de Buenos Aires estivemos na Argentina, onde presidimos a sessão inaugural do Simpósio sobre “Estados Depressivos”.

No mês de abril, a convite do Presidente Eisenhower fomos a Washington a fim de participar da “White House Conference on Children and Youth”, na qual os problemas atinentes à psiquiatria infantil mereceram especial atenção. O Presidente Eisenhower dirigiu-se ao Governador do nosso Estado manifestando-se sobre nossa atuação nessa conferência.

Em agosto estivemos em Portugal, onde fomos recebidos pelo Ministro da Saúde, Dr. Martins de Carvalho, tendo realizado duas conferências sobre assuntos da especialidade, uma em Lisboa e outra no Porto. Ainda em agosto, na cidade de Edimburgo, fomos empossados na Presidência da Federação Mundial para a Saúde Mental. A convite de várias entidades filiadas à Federação visitamos a França, a Suíça e o Egito.

Na Inglaterra tomamos parte na “London Conference on the Scientific Study of Mental Deficiency”. Em novembro fomos a Mar del Plata, na República Argentina, onde participamos, na qualidade de convidado de honra, do 2º Congresso Argentino de Psiquiatria. Em dezembro comparecemos ao 4º Congresso Latino-americano de Saúde Mental, realizado em Santiago, no Chile. Finalmente, a convite da Liga Peruana de Higiene Mental, estivemos em Lima, onde pronunciamos quatro conferências sobre o Ano Mundial da Saúde Mental, o Urbanismo e a Saúde Mental, a Medicina Psicossomática e o Aparelho Circulatório e sobre a Guerra Subversiva (Pacheco e Silva, 1961-f, p. 1-2).

Ao final de seu mandato à frente da mais importante entidade psiquiátrica do mundo, Antonio Carlos Pacheco e Silva retornou às suas atividades docentes, bem como ao seu consultório privado, às responsabilidades assumidas nas associações empresariais e nas Forças Armadas. Do alto do prestígio obtido, ele estava já distante daquele jovem

médico que iniciara sua carreira como anátomo-patologista nos pequenos laboratórios do Hospital de Juquery. Rico, dono de um suntuoso imóvel onde residia na capital paulista, cercado de seus filhos e netos, detentor de fama e reconhecimento profissional, Pacheco e Silva, de fato, gozou dos frutos da *Era do fulgor* de sua trajetória biográfica.

Todavia, paralelamente a tudo isso, Pacheco e mergulhou com extrema dedicação à luta política contra as forças de esquerda brasileiras, reforçando o exército anticomunista que militou no país em meio à Guerra Fria. Posicionando-se como peça de articulação e interlocução entre as Forças Armadas, empresários, entidades civis e os políticos filiados aos partidos de centro-direita e direita, Antonio Carlos Pacheco e Silva adentrou a um caminho sem volta na esteira do projeto que culminou com um golpe militar e um regime autoritário que perdurou por 21 anos. Somou-se a isso o falecimento de sua esposa, problemas familiares e sua absoluta aversão à ampliação das liberdades individuais que, segundo seu entendimento, eram os responsáveis pela “degeneração” da sociedade brasileira.

Justamente por isso o *fulgor* foi sendo deixado para trás e substituído gradativamente por um período de *acirramentos* em sua vida. Da publicação de consagrados trabalhos científicos e de uma atuação política, ainda que reacionária, mas mediada pelos limites democráticos, ele migrou para a redação de textos cada vez mais agressivos, estigmatizantes, com uma retórica de confronto contra seus opositores e a uma prática política autoritária e de eliminação de seus adversários.

Agora, na última etapa de sua vida, veremos um Pacheco e Silva mais experiente, afamado e, por isso, sem a necessidade de medir palavras ou usar de subterfúgios para legitimar-se. A partir de então, todo o capital angariado no período de *fulgor* de sua vida seria usado para ter a proeminência nos eventos que cercaram a *Era dos acirramentos* que perdurou até 1988, quando faleceu às vésperas de seu 90º aniversário.

Capítulo 5

A ERA DOS ACIRRAMENTOS: FARDA, GOLPES DE ESTADO E OS ÚLTIMOS DIAS

*Na surpresa, afastei a cortina
que me separava do passado.
Pouco a pouco notei antigos rostos,
que vinham belos a sorrir saudades,
mas que sorrindo se transformavam
em nuvens densas de poeira cinza.¹*

Ao deixar a Presidência da Federação Mundial para a Saúde Mental, Antonio Carlos Pacheco e Silva retornou às suas atividades docentes, empresariais e ao atendimento aos seus clientes em seu Instituto. Condecorado por autoridades políticas de diversas nações, reconhecido entre seus pares, afamado e com vida financeira confortável, ele que era então um sexagenário, se orgulhava de ter alcançado patamares que jamais poderia sequer sonhar quando iniciou as suas atividades no modesto Laboratório de Anatomia Patológica do Hospício de Juquery.

Entretanto, como nos chamam a atenção Pierre Bourdieu (1998, p.185), François Dosse (2012, p. 143), Lilia Schwarcz (2013, p. 53) e Jacques Le Goff (1999, p.18), ao examinarmos a história de uma vida, não podemos esperar continuísmos, linearidades, tampouco uma sucessão inexorável de eventos que, supostamente, revelariam a “evolução” do indivíduo estudado. Neste sentido, é preciso considerar atentamente que as pessoas mudam, se transformam e mesmo em um contexto de sucesso e prestígio elas se ressignificam o que, por vezes, pode causar surpresas para quem busca uma certa “coerência biográfica”. Como entendemos que essas mudanças de rota sejam, talvez, a grande riqueza de uma biografia, não nos surpreendemos ao constatar que em meio ao

¹ Victor Motta – Trecho do poema “Vozes do passado”, 2014.

período de *fulgor* de sua vida, Pacheco e Silva gestava e gradativamente adentrava em um período de *acirramentos* que marcariam profundamente os anos finais de sua vida.

Com uma retórica cada vez mais beligerante contra as forças políticas de esquerda e alinhando-se à cúpula das Forças Armadas através da Escola Superior de Guerra, embarcou definitivamente nos *fronts* da Guerra Fria. Dali em diante a sua atuação como psiquiatra, político e empresário confluía para a sua empreitada contra o que chamava de “venenos sociais”, que supostamente ameaçariam o país e a saúde mental dos brasileiros. Não obstante, esse acirramento não se deu, somente, contra seus opositores. Tudo nos leva a crer que as suas posições e sua dura personalidade custaram caro para o bom andamento de sua vida pessoal e de sua própria saúde mental. Isso fica claro em um episódio decisivo de sua trajetória: a sua tentativa de suicídio no início dos anos 1960.

Este trágico acontecimento se deu pouco tempo depois do falecimento de sua esposa, Lavínia de Souza Queirós, quando ele já havia iniciado um relacionamento com Dirce Rudge a quem conheceu em eventos que celebravam a memória do movimento armado que se insurgiu em 1932. Dirce era uma senhora abastada sempre presente nos altos círculos sociais paulistanos e tinha 21 anos a menos que seu companheiro. Após um curto período de namoro o casal selou suas núpcias, o que despertou a oposição e o distanciamento dos familiares de Pacheco e Silva, o que o deixou extremamente abalado emocionalmente. O estopim dessa situação se deu numa acalorada discussão que travou com sua nova esposa em abril de 1964, quando receberia em sua residência Humberto de Alencar Castello Branco, com quem mantinha antiga amizade e que acabara de ser aclamado Presidente da República.

Nas palavras de Paulo de Vaz Arruda, psiquiatra e amigo de Pacheco e Silva, em depoimento prestado a Gustavo Gil Alarcão,

Houve um golpe militar. Um pouquinho antes disso, falece a esposa dele. O Pacheco ficou viúvo. Ele tinha um defeito: não sabia namorar, tinha que casar. Ele não tinha namorada; eram todos pequenos casamentos. Arrumou as namoradas dele, bonitão, todo perfumado, como dizia o Boris [o mordomo], cheiroso, muito elegante, fazia bastante sucesso, arrumou uma senhora maravilhosa lá e casou. Essa união, assim, precisava ser oficial. Casaram. Casou e, como já tinha tido grande importância na Escola Superior de Guerra, na primeira vez que

o Castello Branco viria a São Paulo, foi ser hospedado por ele, recebido por ele.

Então, preparou uma casa maravilhosa, o palacete dele, com a mesinha para receber o batalhão, etc. Ele teve uma discussão muito forte com a esposa. Ela, arrumando a mesinha, não teve dúvida: puxou a toalha e jogou tudo no chão. Isso, duas outras horas antes de chegar a comitiva do Castello Branco ali. Olha, eu sei que atrasaram uma meia hora para ele poder receber todo mundo direitinho. Então, ali, nesse instante da vida dele, ele tinha uma viuvez ainda muito cedo, um problema político, a briga com essa namorada, essa senhora, fez com que ele ficasse sozinho.

Ele brigou com os filhos para poder casar com essa senhora, jogou a mulher dentro de casa, e os filhos não quiseram saber. Então, houve um problema muito sério, aquele palacete imenso sem ninguém, porque todo mundo brigou com ele, e ele sozinho ali, dentro da coisa. Então, houve uma solidão grande. Eu não lembro bem que acontecimento iniciou o fato de eu me preocupar com ele sozinho lá. Eu não lembro, não lembro mesmo. Ou se foi ocasional. Eu sei que ele tendo ficado sozinho – porque ele brigou com a mulher quando ela fez isso: brigou e ficou sozinho. Tinha brigado com o filho, os outros filhos foram embora, e eu passava lá para vê-lo.

E numa dessas vezes, a coisa é difícil porque ele, sempre incrivelmente elegante, sempre muito bem posto, ele estava lá, com a mão esquerda dentro do bolso, sereno, mas com aquele olhar que tem alguma coisa por trás. Eu fiquei muito assustado. Sozinho, naquela casa que é uma quadra. Sozinho, sozinho, sozinho. “Professor, qualquer coisa...”. “Eu estou bem”. E, por exemplo, ele não tirava a mão dali, fiquei pensando: “O Pacheco vai se matar”. Aquele olhar e aquela mão, falei: “puxa, eu devia ter pego para ver o que era”. E ele, tão sozinho, que deixou a chave da casa para mim.

Eu tinha a chave. Peguei um taxi, fui voando para a casa dele. Quando entrei, o quarto estava fechado a chave. Bati, e nada. Peguei imediatamente o professor Bastos, e ele ligou para o professor Julião, já como neurologista. Eles foram para lá e aí arrombamos. Ele já estava em coma profundo. Ficou em coma por mais de 20 dias. Ele tinha tentado o suicídio com uma dose cavalgar. Era um negócio para morrer mesmo, não era para brincar, não. Ficou internado no nosso pronto-socorro do Hospital das Clínicas e depois levei para o Samaritano.

E, assim que ele melhorou, aquela coisa toda, ele correndo, tinha cortado o dedo aqui, um cortinho no dedo, achando que ia acontecer algo. Desejo de viver. Então, sarou magnificamente dessa história. Imediatamente, pediu aposentadoria. Fechou o consultório, fechou tudo e o próprio sanatório ele vendeu para nós. Então, esse lado, ele continuou com um cargo junto à superintendência do Hospital das

Clínicas. Ele ocupava um cargo lá, relações públicas, qualquer coisa assim. E depois acabou por vender o sanatório. Ele nos vendeu. E, como aquilo não ia dando muito certo, o Hospital das Clínicas comprou a clínica dele (Arruda, *apud* Alarcão, 2018, p. 251-252).

Após esse episódio, Pacheco e Silva – com sua saúde recuperada – caminhou por uma trilha de radicalidade e passou a dedicar suas energias às ações políticas, apresentando uma retórica cada vez mais enérgica tanto em suas produções científicas como em seus discursos e publicações em jornais de grande circulação. Veremos, a partir de então, ele se apresentando como um dos intelectuais de sustentação da Ditadura, circulando pelas mais altas esferas de poder da República.

Mas para compreender como esse *acirramento* de ideias e de forças foi se configurando será preciso que recuemos um pouco no tempo. Essa necessidade se impõe, pois entendemos não ser possível analisar a contento a sua participação nos movimentos conspiratórios que depuseram o Presidente João Goulart, bem como a sua contribuição à manutenção de um Estado de Exceção, sem que esteja claro como se configurou suas posições políticas, bem como se deram as suas ações nas agremiações partidárias a que foi filiado, nas entidades classistas que pertenceu e nos cargos públicos que ocupou nas décadas anteriores.

5.1 – Um psiquiatra na arena política: as interlocuções e a radicalidade de Pacheco e Silva no Parlamento, nas agremiações partidárias e em movimentos armados.

Embora importantes trabalhos acerca dessas posições e do pensamento social de Antonio Carlos Pacheco e Silva já tenham sido publicados², há ainda uma lacuna historiográfica a respeito das suas atividades nas agremiações partidárias e nas entidades patronais a que pertenceu e presidiu. Entendemos que sem uma leitura mais clara acerca desses grupos, dos cargos estratégicos ocupados e de suas contribuições ao debate político nacional, perdemos uma das facetas mais interessantes do personagem em questão. Mais

² Dentre eles se destacam Silveira, 1993 e Assumpção Jr, 2003.

que isso: ficamos com uma compreensão limitada sobre como se tornou uma figura tão influente nos meios político e militar nacional.

De antemão é possível definir que desde o final dos anos 1920, ele circulou entre um grupo composto essencialmente por profissionais liberais e por parte dos industriais paulistas que, a partir de uma aliança com uma nova geração de postulantes a cargos públicos, foi capaz de protagonizar importantes momentos históricos nos anos seguintes. Com uma grande capacidade de interlocução política, foi eleito deputado federal e estadual, tendo alcançado no pleito regional a segunda maior votação do Estado de São Paulo. Foi, ainda, um dos líderes das tropas paulistas na Guerra civil de 1932 e um dos homens fortes da articulação golpista de 1964.

Assim, como apresentado nas discussões teórico-metodológicas empreendidas anteriormente, adotaremos como subsídio analítico as teorias sobre o pensamento conservador brasileiro. Além disso, partiremos das bases teóricas que nos ajudam a localizar Pacheco e Silva como um dos difusores ideológicos da *paulistanidade*, isto é, a ideia de que havia em São Paulo uma excepcionalidade, que conferia ao povo paulista uma *superioridade natural* frente aos demais brasileiros.

5.1.1 – Mudam-se as peças, o jogo continua: Antonio Carlos Pacheco e Silva nos movimentos políticos de 1930 e de 1932.

O Brasil experimentou ao longo dos anos 1930 profundas mudanças em seu regime político e nas correlações de força regionais e sociais. Neste decênio foram aplicados golpes de Estado e mudanças constitucionais, deflagradas guerras civis, greves operárias, implantada uma sangrenta ditadura e foram organizados novos partidos e movimentos políticos ligados desde o comunismo aos valores nazifascistas. Antonio Carlos Pacheco e Silva participou ativamente de alguns desses eventos que afetaram diretamente a organização do país e do Estado de São Paulo. Neste período, com grande habilidade política, não só manteve os cargos que ocupava como ascendeu em meio às mudanças no tabuleiro político.

Desde 1923, ele ocupou cargos públicos em comissão, começando pela Diretoria do Hospital de Juquery, posto considerado estratégico, de confiança e subordinado aos projetos políticos da administração paulista a partir de sua Secretaria do Interior. Em 1930, com a vitória do movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder e promoveu uma intervenção federal no governo de São Paulo, podia-se supor que Pacheco e Silva seria retirado de seu cargo, o que efetivamente não aconteceu. Ele seguiu, na verdade, à frente do *Juquery* e ainda foi promovido, tornando-se responsável por toda a política de atenção psiquiátrica em São Paulo nos anos seguintes.

Para buscar compreender como foi desenhada essa (aparentemente) improvável ascensão, voltemos até o ano de 1926, quando surgiu o Partido Democrático de São Paulo (PD), ao qual foi filiado.

O PD foi fundado em fevereiro de 1926 tendo em suas fileiras fazendeiros e profissionais liberais insatisfeitos com a hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP) nos desígnios políticos do Estado. O partido contava com apoio de setores da classe média baixa e de imigrantes, especialmente de origem italiana e espanhola, ainda que a cúpula partidária fosse formada por homens ricos, que buscavam, ao fim e ao cabo, ter seus interesses comerciais e políticos atendidos. O manifesto de fundação da agremiação encampava a defesa dos valores liberais na economia e na recomposição dos poderes federativos, além de propor o sufrágio secreto e o fim dos arranjos oligárquicos. Entretanto, ao longo de sua história, o PD lutou menos contra as oligarquias paulistas do que se dedicou a criticar os movimentos sociais, as greves operárias, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos-eleitorais do seu rival PRP. De acordo com Maria Ligia Coelho Prado,

O Partido Democrático surgiu com um projeto específico para fazer frente ao movimento social que avançava “perigosamente”, podendo pôr em risco as estruturas político-sociais vigentes. A relação entre classe dominante e classe dominada estava colocada de forma límpida pelo governo (sustentado pelo Partido Republicano Paulista): a dominação se exercia através da repressão pura e simples (Prado, 1982, p. 158).

Mesmo fazendo parte do alto escalão da administração comandada pelo PRP, Pacheco e Silva aderiu ao Partido Democrático. O programa modernizante e liberal, que ao mesmo tempo não afrontava os valores morais conservadores das elites paulistas, parece ter atraído o jovem psiquiatra. Mesmo não tendo muitos registros sobre a sua efetiva militância entre os Democráticos, acreditamos que os seus discursos no âmbito da Higiene Mental, valorizando a modernização dos serviços públicos e a reorganização do modo de vida da população paulista estavam, indubitavelmente, vinculados aos valores defendidos pelos ideólogos do Partido.

Nas eleições presidenciais de 1930, o Partido Democrático, assim como a maior parte das entidades de oposição enraizadas nos demais estados da federação, aderiu à Aliança Liberal, que tinha o gaúcho Getúlio Vargas como cabeça de chapa. Com a vitória de Júlio Prestes, candidato governista e membro do PRP, o PD se dividiu em duas alas: uma delas se conformou com a derrota eleitoral, aceitando o resultado das urnas mesmo tendo graves desconfiças contra o processo eleitoral; e outra, que contava com o apoio da cúpula do Partido, radicalizou as suas críticas ao pleito e tomou parte no movimento armado que se levantou contra a “fraude eleitoral” que elegera o sucessor de Washington Luís. Assim, com apoio formal do Partido Democrático, no dia 24 de outubro de 1930, foi aplicado o golpe de Estado que depôs o presidente a República e impediu a posse de Júlio Prestes, conduzindo Vargas ao poder (Levi-Moreira, 1989, p. 174).

Ao longo dos anos 1920, Pacheco e Silva não teceu críticas públicas às administrações paulistas. Obteve, na verdade, amplo apoio da gestão estadual para realizar os projetos que julgava necessário no Hospital de Juquery, tendo bom trânsito entre os representantes do governo, o que lhe permitiu empreender viagens de estudos e obter maiores verbas para a ampliação do manicômio. Talvez por isso, também não parece ter havido em nenhum momento uma ameaça ao seu cargo, mesmo sendo filiado a um partido de oposição. Todavia, se ao longo do processo de organização da chapa rival do PRP e do movimento armado que depôs o Presidente da República, ele agiu com cautela, assim que o novo regime foi instalado, explicitou suas divergências com a antiga administração e seu apoio ao governo “revolucionário”.

O General Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar, assumiu a junta administrativa que comandou São Paulo a partir de 25 de outubro de 1930 e nomeou José Carlos de Macedo Soares, um dos principais líderes do Partido Democrático, como novo

Secretário do Interior. Pacheco e Silva, amigo de longa data e correligionário de seu novo chefe, ganhou dividendos políticos com a nova composição administrativa à qual o Hospital de Juquery estava submetido. Acerca disso narrou:

Constituído o novo governo, fui chamado pelo meu saudoso amigo José Carlos de Macedo Soares, então nomeado Secretário do Interior, que solicitou minha colaboração no planejamento e execução de várias reformas relativas aos serviços de assistência social. Foi nessa ocasião constituída uma comissão encarregada de cuidar do assunto, presidida pelo Dr. Samuel Ribeiro, da qual faziam parte os Drs. José Cássio de Macedo Soares, Oswaldo Ribeiro, Jorge Queiroz de Moraes e eu (Pacheco e Silva, 1995, p. 161).

No dia seguinte à posse do governo provisório, o diretor do Hospital de Juquery emitiu uma nota aos médicos e funcionários informando-lhes que a administração da instituição não seria substituída e que nenhum funcionário seria demitido. A missiva exprimiu críticas à “inércia” do governo deposto e manifestou as esperanças depositadas no grupo que haveria de dirigir São Paulo a partir de então:

Nenhuma alteração sofreu a direção desta casa com a modificação verificada no Governo da República e do Estado.

Logo após a posse do novo Secretário do Interior – o Exmo. Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, - ao mesmo me apresentei, sendo recebido com as mais inequívocas provas de confiança e de animação no prosseguimento do posto que ocupo.

Não tendo ligações de ordem política com o governo passado, não me tendo nunca afastado das normas pelas quais sempre pautei os atos da minha vida, de rigorosa probidade administrativa, de justiça, de independência, de tolerância e, ao mesmo tempo, de rigor no cumprimento da ordem e do dever, prestigiado pelos funcionários e empregados deste estabelecimento nos momentos mais difíceis da vida do país, continuo no meu cargo, sem transigir, como é público e notório, com minhas ideias, e profundamente reconhecido à dedicação e solidariedade dos meus auxiliares [...].

Bafejados por um novo surto, animados por novos ideais, desvencilhados de uma organização política que emperrava todas as administrações, assiste-nos o dever de corresponder à confiança com que nos honra o novo governo, conservando-nos nos nossos postos,

buscando empregar ainda maior esforço no desempenho das nossas obrigações. Urge concluir o programa já iniciado de reconduzir o psicopata à categoria dos demais doentes, de assisti-lo num ambiente de conforto, cercado de todos os recursos da psiquiatria moderna.

Apelo, pois, para todos, desde o mais modesto dos meus auxiliares até os que comigo colaboram mais de perto, para que emprestem a maior dedicação e carinho na assistência aos doentes que nos estão confiados, agora que um governo popular vai consagrar-se inteiramente à solução dos problemas sociais, particularmente os de assistência pública, que há tanto tempo demandava maior atenção (Pacheco e Silva, 1930-c, p.1).

A nomeação do Tenente João Alberto Lins de Barros para ser o Interventor Federal em São Paulo, em detrimento do Presidente do Partido Democrático – Francisco Morato, fez com que grande parte dos integrantes do partido se sentisse contrariado e traído por Getúlio Vargas. As indisposições políticas que se sucederam levaram os secretários de Estado vinculados ao PD, entre eles o responsável pela pasta do Interior, Macedo Soares, a deixar o governo (Keller, 2018, p. 2).

Mesmo perdendo o apoio de seu correligionário na Secretaria do Interior, Pacheco e Silva recebeu mais uma promoção, mesmo diante de outro cenário de acirramento de forças políticas. Ele que já havia conseguido passar incólume pela implantação de um novo governo em São Paulo, sendo nomeado pelo novo regime para colaborar com a revisão das políticas assistências do Estado, a partir de uma nova articulação política se tornaria ainda mais poderoso. O Interventor Lins de Barros nomeou em dezembro de 1930 o médico Artur Neiva para comandar a Secretaria de Governo em sua gestão. Pacheco e Silva, que já havia travado conversas com o novo Secretário nas reuniões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo nos anos anteriores, se aproximou dele e lhe apresentou um projeto de reestruturação das políticas públicas que regulamentavam o funcionamento dos hospitais psiquiátricos paulistas. Segundo Para ele,

Logo depois estabeleci relações amistosas com o Dr. Artur Neiva, Secretário de Governo, com ele trocando ideias sobre a necessidade de se pôr em execução um projeto de reforma da Assistência aos Psicopatas de São Paulo, criando uma Diretoria Geral encarregada de superintender todos os estabelecimentos de assistência aos doentes mentais do Estado, criando asilos regionais para retirar os doentes

mentais recolhidos às cadeias, conjuntamente com criminosos, a constituir verdadeira pecha para o Estado de São Paulo. Sugeriu, então, ao Secretário de Governo o aproveitamento do projeto da minha autoria, que há muito dormitava nos arquivos governamentais, o que foi aceito.

Nomeado Diretor Geral da Assistência aos Psicopatas, pude dar maior desenvolvimento aos hospitais já existentes, criar outros novos e reiniciar as obras do manicômio Judiciário e do Hospital Psiquiátrico de Ribeirão Preto, paralisadas já há de muito (Pacheco e Silva, 1995, p. 161)

Assim, a partir do dia 24 de dezembro de 1930, ele passou a responder não somente pelo Hospital de Juquery, mas por todos os hospitais psiquiátricos do Estado. A ele coube a formulação de propostas para readequar o tratamento oferecido às pessoas que sofriam com transtornos mentais e subsidiar a implantação de novos manicômios, ambulatorios e institutos de pesquisa. Na Diretoria Geral da Assistência aos Psicopatas, exemplarmente, dedicou-se ao fortalecimento das ações da Liga Paulista de Higiene Mental e a denunciar, embora sem conseguir solucionar o problema representado pela manutenção irregular de pessoas que sofriam com transtornos mentais nas cadeias públicas do Estado:

Enquanto isso, milhares de criaturas, das mais infelizes, jazem nos cárceres, tendo por leito o cimento frio e a palha úmida, sem ar, sem luz, sem sol, mal alimentados, imundos, tratados por soldados brutais, amarrados, torturados, cobertos de parasitas, minados pela tuberculose. Mas são criminosos, direis. Não. Os criminosos já recebem assistência que lhes é devida, no melhor presídio do mundo, orgulho de São Paulo. Os que curtem misérias nas cadeias infectas e em recolhimentos inadequados, não têm crimes, tiveram apenas a desdita de enlouquecer e cumprem pena por crime que não cometeram. São os loucos, esses infelizes que nem a vantagem de propagar os seus males têm, porque se isso acontecesse, o egoísmo humano não tardaria, como com os morféticos, em dar-lhes assistência adequada. É para esses infelizes, vítimas muitas vezes da injustiça e da ingratidão dos seus semelhantes que os nossos políticos devem volver as suas vistas, lembrando nos momentos em que votam milhares de contos para a construção de palácios, a situação que eles desconhecem e que a nossa constituição proíbe (Pacheco e Silva, 1931, p. 2).

Ao longo de 1931 até o início de 1932, uma série de disputas políticas envolvendo os membros do Partido Democrático e os militares de baixa patente provocaram sucessivas mudanças na administração paulista. Alternando a nomeação de interventores civis com a indicação de tenentes para comandar o Estado, Getúlio Vargas viu a insatisfação dos políticos e dos setores mais abastados da sociedade paulista crescer rapidamente. Em meio a isso, Pacheco e Silva permaneceu à frente da Diretoria da Assistência aos Psicopatas, mas posicionou-se favoravelmente ao rompimento do PD com o governo provisório.

De acordo com Maria Helena Capelato tais disputas se acirraram e “entre novembro de 1931 e fevereiro de 1932, o PD procurou alianças em outros Estados, rompeu publicamente com Getúlio Vargas e concretizou um acordo com o PRP, seu inimigo de antes. Formava-se então a *Frente Única Paulista*” (Capelato, 1981, p. 16).

A partir de então uma série de manifestações políticas e populares ganharam força levantando a bandeira da “reconstitucionalização do país” e clamando pelo retorno do país ao regime democrático, suspenso desde a posse de Vargas em outubro de 1930. O ápice da crise entre os paulistas e o governo central se deu em 23 de maio de 1932, quando em uma manifestação popular foi reprimida pelas forças federais e, em meio a tiroteios, quatro jovens estudantes foram atingidos e faleceram. A partir da comoção gerada pelo ocorrido foi formado o núcleo de um grupo paramilitar decidido a pegar em armas contra o governo de Vargas. O movimento que ficou conhecido como M.M.D.C contou com a presença de Antonio Carlos Pacheco e Silva como um de seus membros fundadores. Segundo ele,

O estado de tensão da população paulista atingiu seu auge quando, a 23 de maio, grande massa popular percorreu as ruas de São Paulo protestando veementemente e exigindo a volta do país ao regime legal. Inconformados, os esbirros da ditadura não hesitaram em tentar dispersá-la mediante rajadas de metralhadoras.

Quatro jovens tombaram fulminados pelas balas assassinas. Mas, nem por isso, o povo se rendeu e prosseguiu na sua marcha, protestando e exigindo o retorno ao império da lei. Não foi em vão, entretanto, o precioso sangue vertido pelos primeiros paulistas tombados na luta pela liberdade. Horas depois do trágico acontecimento, a 24 de maio, vinte e três elementos representativos das classes liberais e empresariais,

revoltados com a morte dos quatro jovens, cujo crime tinha sido o de exigir a volta da legalidade, deliberaram construir uma sociedade secreta, uma milícia civil, paramilitar, no propósito de conspirar, articulando elementos do Exército e da Força Pública do Estado de São Paulo para a derrubada do presidente Getúlio Vargas, que se perpetuara no poder de forma discricionária e prepotente, contrariando os compromissos que assumira ao instalar-se no poder, após a revolução de 30, como chefe do governo provisório.

Recordo-me de ter sido um dos primeiros signatários do manifesto que deu origem à referida entidade [...]. Uma vez criada a M.M.D.C, estava formada a Milícia Civil Paulista. Estabelecida em linhas gerais a organização da sociedade secreta, cogitou-se de um nome. Surgiu logo a ideia de uma sigla formada pelas primeiras letras dos sobrenomes dos jovens que haviam sucumbido por tão nobre causa: M.M.D.C – Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo.

Os componentes do M.M.D.C não tardaram a dispensar os maiores esforços, cada qual no seu setor, no sentido de congregar novos companheiros, dando providências mais urgentes a fim de preparar a luta, para que nada viesse a faltar aos combatentes. E a 9 de julho, deflagrada a Revolução, a M.M.D.C saiu da clandestinidade já perfeitamente preparada. Instalado o quartel General, tornou-se logo insuficiente para atender a milhares e milhares de voluntários, cada qual a disputar a primazia de se alistar nos primeiros batalhões, ansiosos para lutar de mãos armadas contra a ditadura que nos oprimia (Pacheco e Silva, 1995, p. 164).

As narrativas memorialísticas de Pacheco e Silva sobre os acontecimentos de 1932 procuraram exprimir um caráter épico ao que chamou de “epopeia paulista”, e de “o maior movimento cívico da história brasileira”.³ Sua interpretação, em verdade, está em consonância com a memória sobre a guerra que foi forjada especialmente pelos antigos integrantes do PD e do PRP. A versão de que a luta se deu contra a “suspensão das prerrogativas democráticas” do governo provisório de Vargas buscou conferir um caráter “de interesse nacional” para o movimento de 1932, escamoteando o verdadeiro aspecto

³ Em diversas ocasiões ao longo de sua vida, Pacheco e Silva rememorou os eventos de 1932, exaltando o seu caráter “épico”. Em 1974, por exemplo, em um discurso proferido durante as comemorações dos 42 anos do levante paulista, Pacheco e Silva afirmou: “Há 42 anos, neste mesmo dia, São Paulo vilipendiado, oprimido e humilhado pela Ditadura que se implantara no Brasil, levantou-se unido e coeso, como um só homem, disposto a tudo para exigir a constitucionalização do País, qualquer que fosse o preço e o sacrifício exigido dos seus filhos. Foi, realmente, um espetáculo de grandeza sem par, o da união de todos os paulistas e brasileiros radicados em nosso Estado, sem distinção de idade, cor, raça, religião, política ou classe social, galvanizados todos pelos mesmos sentimentos e impelidos por um só e nobre ideal - o de restabelecer a Democracia no Brasil” (Pacheco e Silva, 1974-d, p. 1).

regional que, de fato, pautou o confronto. Assim, diferentemente dessas abordagens, as interpretações da historiografia apontam para os interesses locais e mais particulares das elites paulistas ao insurgir-se em armas. De acordo com André Mota e Marco Cabral dos Santos,

Em 9 de julho de 1932 irrompeu-se o conflito armado contra o Governo Federal. De Mato Grosso chegava a notícia do apoio irrestrito do General Bertoldo Klinger, que prometia desembarcar em São Paulo com expressivo contingente fortemente armado. Sua chegada, no entanto, frustrou as expectativas, uma vez que era acompanhado por poucas centenas de homens. Ainda assim, foi-lhe confiado o comando das operações, o que supostamente ajudaria a escamotear o ranço regionalista do conflito. Os prometidos apoios do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais não se confirmaram. As elites políticas mineiras e gaúchas, a despeito de demandarem ao Governo Provisório medidas que impulsionassem o país em direção a um regime constitucional, não se dispunham a atentar contra um governo pelo qual tinham lutado ferrenhamente dois anos antes. São Paulo viu-se sozinho numa luta que se autoproclamava nacional.

O manifesto da *Frente Única de São Paulo*, dirigindo-se à nação em nome do “povo paulista”, exigia a “pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia que há dezesseis meses se acha esbulhado”. O tom regionalista fazia-se mais presente nas queixas formuladas no *Manifesto de Rompimento do Partido Democrático com o Governo Provisório*, no qual se denunciava a traição de Vargas, observando-se que “em São Paulo a sua política tem consistido em governar com elementos estranhos e indesejáveis”. Note-se que a intensão de reconstitucionalizar o país não era um fim em si, mas um meio para se reconquistar a autonomia política de São Paulo, condição especialmente valorizada pelos políticos do PD (Santos; Mota, 2010, p. 16).

Durante o conflito armado, Pacheco e Silva atuou como um dos líderes da milícia paulista, comandando a distribuição de alimentos e medicamentos além de auxiliar no envio dos voluntários para os treinamentos e para os fronts de batalha através do Centro de Inspeção de Saúde. Há registros de que também percorreu algumas regiões do Estado para atuar no cuidado médico aos soldados feridos e de que auxiliou a direção do M.M.D.C na coleta de recursos financeiros para custear a empreitada dos paulistas. Seu irmão Domício, engenheiro formado pelo *Mackenzie*, esteve ao seu lado na guerra,

trabalhando na fabricação de armamentos e na organização da logística de disposição dos equipamentos bélicos; sua mãe, sua esposa Lavínia e Dirce, com quem se casaria anos depois, se dedicaram à confecção de fardas e à assistência às famílias dos voluntários que estavam na linha de frente da Guerra.

Diante das sucessivas derrotas sofridas pelas tropas paulistas, no dia 01 de outubro de 1932, o M.M.D.C assinou a sua rendição, encerrando a guerra civil. Os líderes do movimento paulista foram presos pelas tropas federais e encaminhados ao Rio de Janeiro para serem julgados, presos e posteriormente exilados. O local designado para o encarceramento dos paulistas foi a *Sala da Capela*, pequeno recinto no interior da Casa de Correção da Capital Federal, onde os coordenadores da milícia paulista permaneceram por cerca de dois meses, antes de serem expulsos do país. Curiosamente Pacheco e Silva foi um dos poucos líderes do movimento que não foi obrigado a deixar o país, graças ao “apelo de sua clientela junto ao Presidente da República”. De acordo com ele,

Vencidos os paulistas, fui chamado a apresentar-me, juntamente com outros companheiros da direção do M.M.D.C, à chefia de Polícia. Não fugi às minhas responsabilidades, apresentei-me, fui preso e encaminhado ao Rio de Janeiro, tendo sido recolhido à Sala da Capela, em companhia de outros chefes revolucionários. Lá também se encontrava meu ilustre confrade Aureliano Leite. Permaneci preso cerca de dois meses, fui deposto em liberdade provisória, tendo a cidade do Rio de Janeiro por menagem. Ao regressar a São Paulo, continuei a trabalhar na associação encarregada de assistir aos exilados (Pacheco e Silva, 1995, p. 170).

Após o término do conflito, ele se tornou um dos atores do rearranjo político que tomou forma nos anos seguintes. Por ter sido um dos líderes do M.M.D.C, foi indicado pelos empresários paulistas para concorrer a uma vaga na Assembleia Constituinte pela *Chapa Única por São Paulo Unido*, que congregou políticos do Partido Republicano Paulista e do recém-criado Partido Constitucionalista, ao qual havia se filiado. A partir de então, ele ingressou na vida político-partidária institucional, sendo eleito deputado, utilizando seu mandato para fazer uma destacada defesa um dos interesses corporativos e da implantação dos preceitos eugênicos na Carta Magna como veremos a seguir.

5.1.2 – O psiquiatra, o empresário e o deputado

Com as suas tropas derrotadas na guerra civil, as elites paulistas se reaglutinaram para que os prejuízos que o conflito acarretou não fossem ainda maiores. Para tanto, as forças políticas estaduais trabalharam em duas frentes para buscar “reavivar a pujança paulista”: do ponto de vista mais ideológico tentaram realçar os aspectos morais do levante, formando uma narrativa que destacava a “vitória dentro da derrota” e a “proeminência do povo bandeirante”; por outro lado, de forma mais pragmática, reorganizaram as suas estratégias políticas para defender na Assembleia Constituinte os interesses dos industriais e cafeicultores que haviam sido postos em xeque desde o Golpe de 1930. De acordo com Marco Cabral dos Santos e André Mota (2010, p. 80),

A revolta e a decepção geradas na população pela inesperada notícia da derrota só foi amainada pela propagação da noção de que, moralmente, São Paulo saíra vitorioso das trincheiras, uma vez que a bandeira constitucionalista mostrava-se muito mais nobre comparada com as tendências demonstradas pelo governo de Vargas, abertamente acusado de ditador [...]. Pode-se dizer que no caso da guerra civil que se travou no Brasil em 1932, os vencidos não foram silenciados. Muito ao contrário, trataram de erigir obra memorialística que atestasse a grandeza e a justeza de suas causas, delineando versões que até hoje figuram com força no imaginário concernente ao conflito. Assim, um dos mitos constitutivos dessa memória, baseia-se na ideia de que São Paulo, mesmo derrotado nos campos de batalha, foi o vencedor moral.

Em meio a tal conjuntura, estabelecendo uma relação muito próxima com Armando de Salles Oliveira e Roberto Simonsen, Pacheco e Silva pôde, novamente, ascender politicamente e ter acesso a postos importantes na administração pública e nas entidades privadas, contribuindo com a formação de um novo partido político e, na qualidade de parlamentar, na formulação do novo conjunto de leis expresso nas Constituições federal e estadual.

A história de seu ingresso no meio político-partidário sob as bênçãos da burguesia bandeirante teve início com a fundação do Sanatório Pinel, hospital psiquiátrico de caráter privado, localizado na região de Pirituba – São Paulo, em 1929. A instituição era

destinada a atender os indivíduos oriundos das famílias mais abastadas e contava com uma estrutura luxuosa, diametralmente oposta da que era encontrada pelos pacientes internados no Hospital de Juquery. Contando com o apoio de parte da corporação médica e com o aporte financeiro de investidores capitalistas, ele inaugurou o seu hospital-modelo, tornando-se o seu presidente e diretor clínico.

O sanatório logo ganhou destaque nacional e internacional por sua suntuosidade e chamou a atenção do meio empresarial por sua alta lucratividade a partir de investimentos relativamente baixos. Além disso, o *Pinel* garantia aos seus clientes conforto, sigilo e um “tratamento eficaz” contra as “moléstias nervosas” e “distúrbios da mente”, permitindo o contato diário dos pacientes com os seus familiares em um regime de “liberdade e paz”.⁴ Nos materiais de divulgação comercial o Sanatório procurou mostrar as suas credenciais aos seus potenciais clientes:

Um sanatório moderno para o tratamento das doenças nervosas, das toxicomanias e das psicopatias deve preencher uma série de requisitos, a saber: situação privilegiada, em local aprazível e de excelente clima, em pleno campo; instalação terapêutica completa; competente corpo clínico, grande conforto de habitação. Tendo em vista esses princípios, em Pirituba, junto a São Paulo, num local de fácil acesso por automóvel ou trem, numa belíssima colina, dominando vastos horizontes, em cujo fundo se destaca o Jaraguá, foi instalado o Sanatório Pinel. O moderno estabelecimento, o mais importante no gênero, reúne aos meios terapêuticos, aos processos de tratamento os mais aperfeiçoados, as melhores condições de conforto e bem-estar [...].

O serviço médico é dirigido pessoalmente pelos Diretores Clínicos, que comparecem diariamente ao estabelecimento, onde permanecem constantemente dois médicos internos residentes. O novo instituto dispõe de pavilhões isolados para a assistência familiar, nas quais os doentes podem ter ao seu lado pessoas da família, sem entrar em contato com os demais internados. O estabelecimento dispõe de instalações técnicas aperfeiçoadas, montadas de acordo com o que há de mais moderno nos Estados Unidos e Europa (Pacheco e Silva, 1930-e, p. 2-3).

⁴ Para maiores informações sobre a história do Sanatório Pinel, ver: Couto, 1999.

O *Pinel* esteve sob sua direção 15 anos até ser alvo de uma lucrativa transação entre os seus sócios e o governo de São Paulo. Em 1944 os hospitais psiquiátricos de característica asilar já passavam por duras críticas diante de sua evidente ineficácia na recuperação dos indivíduos que eram a eles encaminhados. Assim, visando oferecer às elites paulistas um “modelo moderno” de assistência psiquiátrica, Pacheco se engajou na construção de um novo estabelecimento, ao passo que ao comprar uma estrutura hospitalar já pronta, o Estado tentaria desafogar o superlotado Hospital de Juquery transferindo para Pirituba parte dos pacientes sob a sua responsabilidade (Vitoriano, 2017, p. 10).

Logo após a venda do Sanatório Pinel foi fundado naquele mesmo ano, no centro de São Paulo, o *Instituto Pacheco e Silva*, que se apresentava aos seus ricos clientes como uma “clínica modelo” moderna e condizente com as novas propostas terapêuticas em voga naquele momento. Geograficamente bem localizado e contando com forte investimento para o financiamento de sua estrutura e de seu pessoal, o *Instituto* foi inaugurado com a presença de figuras de destaque nos meios políticos, empresariais e religiosos de São Paulo. Segundo o jornal *São Paulo Médico*,

O Instituto Pacheco e Silva é uma clínica modelo, destinada a um número limitado de doentes, de forma a permitir aos que deles cuidam uma assistência diária e constante e a aplicação dos métodos terapêuticos adequados a cada caso. Mui propositalmente foi afastada a ideia de se construir um hospital do tipo monobloco, simétrico, de formas pesadas e soturnas, para não se dar ao estabelecimento o aspecto de uma prisão e ao hóspede o de um condenado.

O conjunto hospitalar se compõe de pavilhões separados, do tipo residencial, onde o doente se sente como em sua própria casa. Ao lado dos pavilhões existem parques cercados por árvores frondosas, onde tudo convida ao repouso e à tranquilidade. As acomodações são dos mais variados tipos, desde apartamentos isolados, contendo salas, quartos e banheiros privados, até pavilhões coletivos, amplos, bem arejados e dotados de todo o conforto moderno, cujas diárias são, entretanto, acessíveis às pessoas mais modestas (São Paulo Médico, 1944, p. 201-202).

Décadas mais tarde, ele voltaria a fazer negócios lucrativos com o governo paulista ao vender o seu Instituto para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Com a compra das instalações do *Instituto Pacheco e Silva*, o HC-FMUSP o reestruturou e inaugurou em 1971 o *Hospital Auxiliar de Cotoxó*,⁵ (Marinho; Mota, 2012, p. 222).

Assim, considerado um empresário de sucesso por seus empreendimentos psiquiátricos, Antonio Carlos Pacheco e Silva passou a integrar as principais associações patronais de São Paulo, tendo participação destacada na fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e na direção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Nas décadas seguintes seus negócios foram diversificados, tendo investido na Companhia Brasileira de Seguros, na Fundação Moinho Santista e na Companhia Probel. Contudo, a sua atuação no IDORT merece ser aqui destacada, haja vista que foi através das articulações que ali desenvolveu que ele conseguiu os apoios necessários para ocupar uma das cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho foi fundado em 1931 como uma sociedade civil sem fins lucrativos vinculado ao movimento internacional de difusão do Taylorismo. Seu principal objetivo era contribuir com a reorganização das dinâmicas do processo de trabalho das repartições públicas, do parque industrial e das empresas prestadoras de serviço. De acordo com Fábio Maza, os fundadores do IDORT vislumbravam que a “racionalização” deveria “expandir-se do âmbito da produção para todos os setores da sociedade, abrangendo o Estado. Racionais deveriam ser os métodos da produção, a política protecionista, o câmbio, as finanças, etc.” (Maza, 2004, p. 201).

A primeira Diretoria do IDORT foi composta por representantes das classes dominantes de São Paulo, tendo Armando de Salles Oliveira como presidente e Antonio Carlos Pacheco e Silva como seu primeiro vice-presidente. O Instituto contava com a colaboração de representantes das indústrias, do mundo político e das ciências, como Roberto Simonsen, Geraldo de Paula Souza, Roberto Mange, Monteiro de Camargo,

⁵ O Hospital Auxiliar de Cotoxó, atualmente, “atua como Hospital de Retaguarda com assistência médico-hospitalar especializada em cuidados intermediários a pacientes com internação de média permanência, transferidos do Instituto do Coração, Instituto da Criança e Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP (Marinho; Mota, 2012, p. 222).

Gastão Vidgal, Domício Pacheco e Silva, José Carlos de Macedo Soares, Henrique Dummont Villares, dentre outros (Correia; Almeida, 2013, p. 39).

Em 1933, Armando de Salles Oliveira foi nomeado por Getúlio Vargas como Interventor de São Paulo e em decorrência disso se viu obrigado a renunciar ao posto que ocupava no IDORT. Pacheco e Silva foi então alçado à presidência da instituição, onde capitalizou politicamente ao encabeçar os canais de diálogo entre os capitalistas de São Paulo e as administrações públicas em âmbito estadual e federal. Um bom exemplo disso é que à frente da administração paulista, Armando de Salles Oliveira contou com a sua colaboração para introduzir na gestão da máquina do Estado os princípios defendidos pelo IDORT, implementando o programa de *Reorganização Administrativa do Governo do Estado* (RAGE). Ao analisar a interferência do IDORT na gestão pública, na disciplinarização das relações de trabalho, bem como no controle “racional” do tempo livre do trabalhador, Álvaro Tenca explanou:

O IDORT, criado em 1931, embora já praticamente organizado em 1929, surge, com a bandeira da racionalização do trabalho, como a grande agência responsável, direta ou indiretamente, pela multiplicação de inúmeras outras voltadas para a busca da realização da acumulação do capital, pela intensificação da exploração do trabalho, numa ampla cruzada pela ocupação e controle do tempo do trabalhador [...].

As instituições voltadas para o controle do chamado tempo livre do trabalhador – o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), criados em 1946 – têm suas raízes nos projetos sobre serviço social, disseminados na *Revista do IDORT*, sobretudo a partir de 1938, depois da viagem que o então presidente do Instituto, o médico Antonio Carlos Pacheco e Silva, fez à Alemanha, de onde voltou fascinado com a racionalização do trabalho implementada na era Hitler.

A presença do IDORT, a partir dos anos 30, foi marcante: na reorganização do ensino profissional no Brasil; na estruturação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP); na criação do SESC e do SESI; na Reorganização Administrativa do Governo do Estado (RAGE), em São Paulo; em iniciativas vinculadas direta ou indiretamente à FIESP, como na criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, antecipando-se mesmo à constituição da Universidade de São Paulo, criada em 1934, no governo de Armando Salles de Oliveira, que foi um dos fundadores do IDORT em 1931 (Tenca, 2006, p. 41).

Com a definição de que em novembro de 1933 teriam início os trabalhos dos deputados constituintes, o PRP e o PD uniram-se para formar a *Chapa Única por São Paulo Unido* para estabelecer pontos básicos que pautariam a atuação dos futuros legisladores paulistas. Com a reforma do código eleitoral promulgado no ano anterior, foi instituído o posto de deputado-classista, cuja eleição se daria em um pleito específico ao passo que os demais deputados seriam escolhidos em eleições gerais. Os *classistas* representariam cada um dos sindicatos registrados no Ministério do Trabalho bem como as entidades patronais e as federações de indústrias, agropecuárias e de setores comerciais. Neste contexto, Pacheco e Silva, ao lado de Roberto Simonsen, foi indicado pela *Chapa Única* para ser um dos representantes da FIESP e do IDORT. Acerca disso ele relatou:

Os revolucionários paulistas que se bateram denodadamente pela volta do País ao regime constitucional sentiram-se obrigados a continuar unidos e coesos a defender, na Constituinte convocada, os mesmos princípios que inspiraram o movimento de 1932. Convocado que fui, tomei parte em várias reuniões com outros companheiros de luta, sem, contudo, pleitear qualquer cargo eletivo. O Dr. Antônio Cintra Godinho, então Presidente da Associação Comercial de São Paulo, encaminhou ao Sr. Fábio Prado, Diretor da Federação das Indústrias, a pedido desta, sugestão de quatro nomes para figurarem na chapa dos deputados classistas, cujos componentes iriam se incorporar à “Chapa única por São Paulo Unido”. Assim ele se expressou para justificar a indicação feita: [...] “Antonio Carlos Pacheco e Silva, sócio-diretor do Sanatório Pinel e como tal elegível pelos empregadores, foi um dos diretores da M.M.D.C. e é um cientista de renome nacional, sendo ainda presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo” [...].

Aceita a indicação, fui eleito deputado classista à Assembleia Nacional Constituinte de 1933. De acordo com o que ficara combinado, ao ser empossado incorporei-me à Chapa Única da bancada paulista, liderada pelo meu eminente amigo professor Alcântara Machado. Ao iniciar os trabalhos da Constituinte, fui encarregado pelo líder da bancada de estudar os problemas médico-sociais, redigindo emendas a ser apresentadas ao anteprojeto já elaborado e de defendê-las depois em plenário. Assim o fiz, tendo logrado ver algumas delas aprovadas pelos meus pares (Pacheco e Silva, 1995, p. 172-173).

No dia 15 de novembro de 1933, ele iniciou seu mandato parlamentar que foi marcado, especialmente, pela defesa radical da introdução dos princípios eugênicos restritivos na Carta Magna brasileira. Dentre as propostas apresentadas aos constituintes, defendeu a esterilização compulsória, o endurecimento das leis de imigração de modo a restringir a entrada no país de indivíduos não-europeus, além de pleitear a obrigatoriedade do exame pré-nupcial e a necessidade de inserir nos currículos escolares a “educação eugênica”⁶.

Em seu entendimento a obrigatoriedade do exame pré-nupcial a todos os nubentes seria o primeiro passo para garantir que os indivíduos “degenerados” (leia-se pessoas com deficiência física ou intelectual, dependentes químicos e pobres, de maneira geral) não pudessem ter filhos o que, com o passar dos anos eliminaria “a prole inferior”. Em defesa de tal medida, discursou:

Não se compreende, numa época em que se obriga a apresentação de um certificado médico para efetuar-se a matrícula numa escola, para ingressar numa fábrica, para fazer o serviço militar, para viajar, para guiar automóvel, que não exija também essa medida quando duas pessoas pretendem casar-se. O exame pré-nupcial deverá apoiar-se nessa nova ciência que é a Eugenia, que visa a pesquisa e a aplicação de conhecimentos úteis à reprodução, à conservação e à melhoria das raças humanas, tanto sob o ponto de vista físico, como psíquico. Os trabalhos da genética humana, conquanto ainda exigindo novas pesquisas e observações, já nos permite reconhecer e afastar os portadores de taras neuropsíquicas, de forma a impedir a perpetuação das estirpes degeneradas (Pacheco e Silva, 1952-b, p. 3).

Pacheco e Silva que dizia ser um liberal e um “democrata convicto”, no Parlamento mostrou-se pouco afeito às liberdades individuais. Além de pleitear que o Estado tivesse a incumbência de determinar quem poderia ou não unir-se matrimonialmente, ele reivindicou que os indivíduos que fossem considerados um “perigo ao futuro da raça” deveriam ser compulsoriamente esterilizados. Sob o argumento da “economia de

⁶ Os discursos de Pacheco e Silva na Assembleia Nacional Constituinte podem ser encontrados nos Anais da Assembleia Constituinte organizada pela Câmara dos Deputados, bem como em compilações de discursos organizados pelo próprio Pacheco e Silva como os livros *Direito à Saúde* (Pacheco e Silva, 1934-a), *Direito à Saúde na legislação brasileira* (Pacheco e Silva, 1940-b), *Higiene Mental do lar* (Pacheco e Silva, 1952-b), dentre outros.

recursos” pelo Estado na construção de mais vagas em presídios, manicômios e centros de assistência social, propôs que o supremo conjunto de leis do país determinasse a esterilização do que chamou de “elementos inúteis”. Em uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* em que foram apresentados os discursos proferidos naquela semana pelos deputados da Chapa Única por São Paulo Unido, a sua preleção foi então reproduzida:

Razões ponderáveis, não só humanitárias, como econômicas justificam a tendência que vai pelo mundo de procurar evitar a procriação de elementos inúteis, incapazes de prover a própria subsistência. Se nas espécies animais a eliminação de produtos inferiores não encontra maiores obstáculos, na espécie humana, o elevado grau de civilização a que atingimos, o respeito pela vida de cada um, obriga a sociedade a pagar largos tributos com a assistência dessa legião de infelizes que povoam os hospitais para alienados, as escolas para anormais, as penitenciárias, as colônias correccionais, os institutos de reabilitação. O ideal eugênico deve preocupar os homens aos quais a nação confiou a elaboração das suas leis básicas, na certeza de que os interesses mais vitais do seu povo não serão esquecidos [...]. As razões expostas justificam, Sr. Presidente, a inclusão na nossa Carta Magna de uma linha apenas em que se assinale o dever dos poderes públicos de cuidar das questões eugênicas (O Estado de São Paulo, 1934, p. 4).

Tendo em vista o ingresso de um grande contingente de imigrantes e migrantes nas primeiras décadas do século XX, Pacheco e Silva expressou inúmeras vezes sua preocupação acerca de quais povos poderiam ser admitidos ou não pelo Serviço Imigratório brasileiro. Ao seu ver, as “raças superiores” deveriam ser estimuladas ao passo que os africanos, asiáticos e latino-americanos de ascendência indígena deveriam ser evitados. No fundo, com isso, o seu objetivo era “branquear” o país, eliminando gradativamente os indivíduos que não correspondessem à “estética eugênica”. Nesse sentido, apresentou na Assembleia Constituinte diversas propostas de seleção imigratória visando oficializar o incentivo estatal à introdução dos imigrantes europeus arianos e proibindo que pessoas advindas de outros continentes aportassem no Brasil.⁷

⁷ Sobre a seleção imigratória e a discriminação sobre as populações não arianas, Maria Luiza Tucci Carneiro afirmou: “Estudos recentes da historiografia brasileira têm comprovado com base em documentação inédita que, há séculos, os judeus, os negros, os ciganos e os japoneses não são cidadãos bem-vindos à composição

A nossa experiência mostra que a assimilação das raças brancas do sul da Europa se faz com grande rapidez e muitas vantagens. O Dr. Paulo Azevedo Antunes um dos estudiosos desses assuntos entre nós, demonstrou, em exaustivo trabalho, a superioridade da raça ariana, concluindo: “[...] depreende-se, e o bom senso faz supor, que o cruzamento da raça branca com qualquer das outras duas será um prejuízo para a primeira sob o ponto de vista intelectual. Baseados nisto, quando tivermos de escolher o imigrante para o nosso país devemos procurá-lo na raça branca e evitar a todo o transe que se introduzam imigrantes pretos e amarelos” (Pacheco e Silva, 1934, p. 38).

Dados os seus trabalhos e seus “firmes posicionamentos” no parlamento, Pacheco e Silva foi aclamado pelas elites paulistas. Dentre as inúmeras cartas e telegramas elogiosos que recebeu entre 1933 e 1934, destacamos a missiva assinada por seu primo, Aristides do Amaral, na qual exaltou a sua contundente fala contra o que chamou de “despejo da escória de todos os países”:

São Paulo, 22 de fevereiro de 1934.

Presado primo e amigo Antonio Carlos:

Aceite os meus vivos parabéns pelo seu belo discurso sustentando a emenda paulista que obriga os poderes públicos a cuidar da educação eugênica e social. Só assim o Brasil deixará de receber o despejo da escória de todos os países (Amaral, 1934, p. 1).

Ainda no exercício do seu mandato de deputado federal, Pacheco e Silva fez parte do grupo liderado por seu mentor político, Armando de Salles Oliveira, que formou as bases de uma nova agremiação que foi batizada como *Partido Constitucionalista* (PC). O partido foi construído a partir do sucesso eleitoral obtido pela Chapa Única por

étnica da sociedade nacional. O discurso, que persistiu desde os tempos coloniais, era o de que esses grupos representavam perigo para a nação, em distintos espaços e tempos históricos. Avaliado em um tempo de longa duração, esse discurso congregou diferentes correntes de opinião, alcançando seu auge durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, e mais especificamente durante o Estado Novo (1937-1945), que, enquanto, tomava como parâmetro os paradigmas sustentados pelo fascismo europeu, procurou estabelecer canais e instrumentos que permitissem acelerar o processo de modernização do país.” (Carneiro, 2013, p. 251).

São Paulo Unido e congregava antigos membros do Partido Democrático (que foi extinto com o advento do novo partido), da Ação Nacional Republicana (facção dissidente do Partido Republicano Paulista, PRP) e da Federação dos Voluntários de São Paulo (Ramos, 2018, p. 1). O partido alcançou capilaridade por todo o Estado, aplicando uma vitória eleitoral significativa sobre o PRP nas eleições parlamentares de outubro de 1934.

Pacheco e Silva, ao manifestar seu apoio à formação na nova estrutura partidária, declarou:

Não tenho a menor dúvida de me pronunciar pela criação de um novo partido paulista, que reúna em seu seio as forças vivas de São Paulo, os espíritos mais esclarecidos, as mentalidades mais sadias, as inteligências mais cultas, os ideais mais alevantados [...]. Os que se bateram pelos ideais que nos animaram em 32, os que se sacrificaram em holocausto à nossa grande e nobre causa, não o fizeram para ver a sua gente dividida por sentimentos facciosos, pelo espírito pequeno das competições partidárias, quando ainda estão em jogo interesses supremos da nossa terra. O maior monumento que se poderá levantar em memória dos que tombaram é a formação de um grande partido, cuja divisa seja a mesma que desfraldamos naqueles dias épicos – por São Paulo forte e o Brasil unido (Pacheco e Silva, 1934-e, p. 1).

Ao concluir as suas atividades como deputado classista e sem interesse em disputar uma cadeira para a Câmara Ordinária, retornou para São Paulo para seguir suas atividades docentes e nos serviços públicos a que estava comprometido. Todavia, em uma articulação costurada com Armando de Salles Oliveira, candidatou-se pelo Partido Constitucionalista para ser um dos representantes do novo partido na Assembleia Constituinte Estadual que estava prevista para ser instalada em abril de 1935. Segundo ele,

Assim, concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, transformada que foi em Câmara Ordinária, participei a Armando Salles de Oliveira, então Interventor do Estado de São Paulo, meu propósito de renunciar ao meu mandato de deputado, para volver ao exercício de minhas atividades profissionais. Relutou ele, no entanto, em concordar com meu propósito, mas diante da minha insistência, acabou por reconhecer as razões que me levaram a tomar aquela decisão.

Exigiu, entretanto, minha concordância na inclusão de meu nome na chapa de candidatos à Assembleia Constituinte Estadual, sob a alegação de ter eu condições de prestar mais alguns serviços, mercê dos conhecimentos e da experiência adquirida na Constituinte Federal. Entendi não poder deixar de atendê-lo, com a condição de permanecer somente até a promulgação da nova Constituição Estadual. Uma vez eleito, dela participei, continuando a defender os mesmos princípios relativos à Saúde Pública, como já havia feito na Constituinte nacional. Promulgada a Nova Constituição Estadual, a 9 de julho de 1934, a 14 do mesmo mês renunciava ao meu mandato, voltando ao exercício da medicina (Pacheco e Silva, 1995, p. 175).

Eleito com a segunda maior votação de São Paulo, recebendo a expressiva marca de 225.395 votos, Pacheco e Silva foi ao lado de Henrique Smith Bayma, um dos líderes do Partido Constitucionalista na Assembleia Constituinte Estadual, defendendo no plenário paulista os mesmos princípios eugênicos que marcaram a sua atuação na câmara federal. Contudo, um episódio de seu mandato como parlamentar estadual parece ser exemplar acerca dos embates que travou ao assumir posições consideradas por muitos como “radicais”. No plenário, em uma de suas preleções em que defendia a tese de que o Estado poderia ser a vanguarda nacional dos movimentos de restrição eugênica, ele foi interpelado pelos deputados oposicionistas do PRP e da Ação Integralista Brasileira⁸ que, manifestando repúdio ao “radicalismo” do médico-deputado, contra argumentaram afirmando que a esterilização compulsória, tal como por ele defendida, “feria o direito natural” à reprodução:

O Sr. Pacheco e Silva – Não posso, como afirmei em aparte, deixar de aplaudir, em tese, todas as medidas visando combater a chamada “maré montante de tarados de toda a espécie”, que sobrecarrega a sociedade em todos os países do mundo, como um enorme peso morto, consumindo as melhores das energias das forças vivas, obrigadas que estão, por um princípio humanitário, a prover a assistência aos desprotegidos, dos infelizes que a doença os vícios ou o infortúnio reduziram a invalidez e a miséria. Reconheço, assim, a necessidade de se adotarem medidas as mais radicais, mas não deixo também de

⁸ O Deputado João Carlos Fairbanks foi o único representante do Movimento Integralista na Assembleia Constituinte Paulista. Os deputados Sebastião de Magalhães Medeiros, Carlos Cyrillo Junior e Tarcísio Leopoldo e Silva, que também interpelaram Pacheco e Silva pertenciam, por sua vez, ao Partido Republicano Paulista que fazia oposição ao governo de Armando de Salles Oliveira e às bandeiras defendidas pelo Partido Constitucionalista.

reconhecer que é, talvez, muito cedo para introduzi-las no nosso país porque viriam a ferir fundos preconceitos de ordem sentimental, social e religiosa do nosso povo.

O Sr. João C. Fairbanks – V. Excia. dá licença para um aparte?

O Sr. Pacheco e Silva – Com todo o prazer.

O Sr. João C. Fairbanks – Não é só o preconceito. Fere também o fundamento básico do direito natural

O Sr. Sebastião de Medeiros – Fere o direito natural mesmo sem mutilação.

O Sr. Pacheco e Silva – Desejo argumentar com a Suprema Corte dos Estados Unidos que reconheceu ser constitucional essa medida e devo esclarecer que, quando falo em esterilização, não falo em mutilação.

O Sr. Leopoldo e Silva – Mesmo sem mutilação...

O Sr. Pacheco e Silva – (...) de qualquer órgão, nem na privação de qualquer função.

O Sr. Leopoldo e Silva – Mas V. Excia. pretende privá-lo de uma capacidade. [...]

O Sr. Cyrillo Júnior – Quero continuar a ouvir o Sr. Pacheco e Silva com a costumeira atenção, porque V. Excia está fazendo uma brilhante preleção científica.

O Sr. João C. Fairbanks – Brilhante na forma, e não no fundo (O Estado de São Paulo, 1935, p. 6).

Em julho de 1935, Antonio Carlos Pacheco e Silva renunciou ao seu mandato para se dedicar aos estudos para prestar concurso público para a Cadeira de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Todavia, mesmo tendo se afastado de seu mandato eletivo, a política jamais deixou de fazer parte de sua vida. Seja nas associações médicas, nas entidades civis, militares, empresariais e partidárias, ele seguiu até o final de sua vida sendo um psiquiatra-político e um político-psiquiatra com enorme trânsito entre aqueles que ocupavam os mais altos postos de poder.

5.1.3 – “O preço da liberdade é a eterna vigilância” – Pacheco e Silva e a União Democrática Nacional

A partir de 1937, com o golpe e a instalação da ditadura do Estado Novo, Armando de Salles Oliveira foi duramente perseguido pelas forças repressivas federais haja vista que seria ele o adversário de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais previstas para o ano seguinte. O antigo mandatário paulista foi exilado e seu grupo político sofreu um duro golpe com a extinção do P.C e das demais agremiações políticas. Contudo, em 1945, com a retomada do pluripartidarismo, Pacheco e Silva fez parte da reaglutinação de seus correligionários e foi um dos signatários da fundação da União Democrática Nacional (UDN), partido em que militou nos 20 anos seguintes.

No seu novo partido, ele seguiu atuando como um dos interlocutores entre os profissionais liberais, o mundo acadêmico, o Exército e os políticos paulistas. Sua relação com a UDN foi conflituosa em diversas ocasiões, visto que a *União Democrática* tinha como uma de suas principais características a pluralidade de correntes internas com objetivos e plataformas contraditórias e, em diversos temas, antagônicas. Fundada em abril de 1945, a UDN polarizou com o Partido Social Democrático (PSD) nas disputas eleitorais travadas entre o final do Estado Novo e o Golpe de 1964, sendo o partido representante dos interesses de grande parte das elites brasileiras. Segundo Maria Vitoria Benevides, em sua análise sobre a UDN e o *udenismo*,

Dos idealistas democratas de 1945 aos adeptos do Ato Institucional nº 5, do purismo do lenço branco ao populismo da vassoura, a trajetória da UDN é marcada por contradições várias, num desafio à busca da unidade e da identidade. A perplexidade é compreensível: coexistiram, na UDN, algumas teses liberais e progressistas, com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia e denuncia, às raias do absurdo, a "infiltração comunista" nos setores da vida pública. E mesmo para o simples leitor de jornais, como entender a convivência cordial, no mesmo partido, do charme discreto de um liberal consagrado, como Milton Campos, com a agressividade virulenta, injuriosa e "golpista" de um Carlos Lacerda?

Seria assim tão surpreendente constatar essas contradições e ambiguidades? A UDN surgiu como uma frente, organizou-se como um partido e identificou-se, também, como um movimento (o *udenismo*). Até que ponto as contradições não pertenceriam à lógica própria de uma organização que se define institucionalmente — a estrutura partidária, o espaço legal — mas que se identifica com uma "herança ideológica" (o liberalismo) que já é, em si, marcada pela ambiguidade? A "unanimidade na divergência", afirmada por alguns udenistas históricos, talvez não fosse, apenas, um rasgo de involuntária ironia. Ela refletiria a soma de avanços e recuos na temática liberal, a singular atração/repulsão pelo poder, o confronto entre a constante elitista e a tentação populista. Não seriam estas as características da "feição udenista" na arena partidária? (Benevides, 1981, p. 12).

O papel de Pacheco e Silva nas articulações políticas do partido pode ser notado em sua atuação nas tratativas que permearam as eleições para o Governo de São Paulo programadas para serem realizadas em janeiro de 1947. Naquela ocasião, a UDN lançou como candidato o Prof. Almeida Prado, contudo, com a aproximação da data do pleito, verificou-se a dificuldade que o partido teria para derrotar o forte adversário Adhemar de Barros, que já havia sido Interventor de São Paulo entre 1938 e 1941. Nos meses finais de 1946, Adhemar liderava a disputa com o seu recém-criado Partido Social Progressista (PSP) que havia costurado uma surpreendente coligação com o Partido Comunista Brasileiro (Almeida, 2013, p. 53).

Diante disso, a UDN se aproximou de seu rival PSD, que tinha Mário Tavares como cabeça de chapa, para formalizar uma aliança visando “barrar o avanço de Adhemar de Barros e do comunismo”. Para tanto, Pacheco e Silva foi escalado pelos dirigentes partidários para negociar com os representantes da agremiação concorrente a possibilidade de Almeida Prado (UDN) e Mário Tavares (PSD) abrirem mão de suas candidaturas em nome de um terceiro postulante definido em reuniões conjuntas entre os dois partidos. O candidato da *União Democrática* aceitou abrir mão da disputa, porém, o postulante *social democrata* insistiu em participar do pleito, inviabilizando a aliança proposta. Na *Minuta sobre as articulações da U.D.N em torno das eleições e da oposição à chapa de Adhemar de Barros coligada com o Partido Comunista*, se lê:

Logo após a decisão do PCB de apoiar a candidatura de Adhemar de Barros, vários membros da UDN, bem como grande número de

paulistas de responsabilidade, manifestaram-se a respeito, julgando a situação de extrema gravidade. Realmente, a possibilidade de vitória de Adhemar de Barros, homem sem princípios e destituído de escrúpulos, consistiria em uma ameaça para São Paulo, entregue aos comunistas e a um governo capaz dos maiores desmandos [...].

Tendo em vista a gravidade da situação um grupo de Udenistas reunidos na casa do Prof. Waldemar Ferreira aventuraram a hipótese de se tentar novamente um entendimento com membros do PSD no sentido de escolher um terceiro candidato, homem acima de partidos, paulista digno e administrador consumado, em condições de merecer a confiança de todas as correntes políticas empenhadas em salvar São Paulo e o Brasil da desordem e da anarquia e de defender intransigentemente a democracia [...]. Essa solução estaria sobremodo facilitada, visto que o Prof. Almeida Prado com a nobreza e elevação que caracterizam todas as suas atitudes, já havia declarado várias vezes que estaria pronto para desistir de sua candidatura [...].

Alguém aventou a hipótese de se procurar o Dr. Roberto Simonsen, um dos líderes mais influentes do PSD, sugerindo o nome do Sr. Antonio Noschese para esse entendimento. O Sr. Noschese lembrou o nome do Sr. Pacheco e Silva para aquela missão tendo em conta as relações de amizade pessoal existente entre ele e o Dr. Simonsen. O Dr. Pacheco e Silva não teve dúvida em aceitar a incumbência que lhe era atribuída, porquanto dias antes, em palestra cordial com o Dr. Roberto Simonsen, ouvira deste a opinião de que a situação de São Paulo era de suma gravidade e que se impunha uma frente única de todos os paulistas a fim de se opor à demagogia que se desenhava entre nós, pondo em risco a nossa estabilidade social e as nossas mais sagradas instituições democráticas e cristãs.

Logo na manhã seguinte o Dr. Pacheco e Silva procurou o Dr. Simonsen, que, prontificou-se a empenhar os seus mais vivos esforços no sentido de se estabelecer uma união entre os dois partidos [...]. O Prof. Almeida Prado, na impossibilidade de procurar pessoalmente o Dr. Mário Tavares, em razão de estar doente e acamado, delegou poderes aos seus dois amigos, Cantídio de Moura Campos e Pacheco e Silva, para em seu nome entender-se com o Dr. Mário Tavares e fazerem sentir o seu sincero propósito de desistir de sua candidatura em favor de um terceiro nome.

Tavares recebeu cordialmente os emissários de Almeida Prado, ouvindo atentamente a exposição sincera e leal que lhe fora feita. Elogiou a atitude desprendida do Prof. Almeida Prado, de cuja nobreza jamais duvidara, mas objetou não ser mais possível, de acordo com o Código Eleitoral inscrever um terceiro candidato. Ao demais, havia considerar o compromisso firmado com os demais partidos que apoiavam a sua candidatura.

O Dr. Roberto Simonsen julgou impossível, dados os fatos assinalados, a escolha de um terceiro nome, conquanto acolhesse a ideia com a maior simpatia. O resultado desta palestra foi levado ao Prof. Almeida Prado, que lamentou não permitir a situação a solução que lhe parecia mais feliz [...]. O Dr. Pacheco e Silva considerou, assim, encerrada a missão que lhe foi confiada pelos membros da UDN e pelo Prof. Almeida Prado (Pacheco e Silva, 1946-b, p. 1-3).

Ao final das eleições os esforços da UDN não surtiram os efeitos esperados. Em janeiro de 1947, Adhemar de Barros (PSP) foi eleito Governador de São Paulo, com 393.637 votos, ficando Hugo Borghi (PTB) em segundo lugar com 340.502 votos, Mário Tavares (PDS) em terceiro com 289.575 e Almeida Prado (UDN) em último, com 93.169 (Mayer, 2018, p. 1).

Nas eleições nacionais de 1950, a cúpula partidária destacou Pacheco e Silva para participar das suas convenções internas visando a indicação de seu nome para concorrer a uma das cadeiras da Câmara de Deputados. No entanto, em uma missiva enviada aos dirigentes do partido, ele alegou que não poderia aceitar “tão honrada indicação” visto que já possuía compromissos de trabalho assumidos anteriormente com a Federação Mundial para a Saúde Mental, o que tomaria grande parte de seu tempo nos meses seguintes. Lamentando a recusa de seu correligionário, Waldemar Ferreira, então Presidente da União Democrática Nacional, remeteu ao seu colega a seguinte carta-resposta:

São Paulo, 30 de agosto de 1950.

Eminente companheiro,

Levamos ao seu conhecimento que, na Convenção Estadual de 19 corrente, cientes de que o ilustre correligionário deliberara não disputar o cargo de deputado federal no pleito de 3 de outubro próximo, manifestaram os convencionais seu pesar em face dessa resolução, em virtude da qual a futura bancada udenista não contará com o inestimável apoio do eminente companheiro, que, por suas virtudes e experiência, prestaria à Nação os mais assinalados serviços.

Com alto apreço e distinta consideração, subscrevemo-nos,

Waldemar Ferreira – Presidente da UDN (Ferreira, 1950, p. 1).

Ao longo da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960, Pacheco e Silva seguiu contribuindo com os programas *udenistas*, publicando artigos em defesa dos princípios do liberalismo econômico ao passo que clamava por um Estado forte e capaz de deter o avanço do comunismo. Neste período também se aproximou das Forças Armadas e encontrou na Escola Superior de Guerra um espaço privilegiado de militância política. A partir de então sua retórica passou a ser cada vez mais incisiva, patologizando e criminalizando os movimentos sociais e operários, compondo um arsenal teórico sobre o que chamou de “guerra psicológica” e “guerra subversiva”.

Desde a segunda metade dos anos 1950, mais especificamente a partir de 1958, quando integrou a Escola Superior de Guerra, o seu anticomunismo deixou de ser apenas um exercício retórico e passou a pautar a sua ação política e sua prática como um profissional da Psiquiatria. A partir de então podem ser encontrados inúmeros artigos científicos que estabeleciam o que considerava ser o caráter “psicopático” dos militantes de esquerda, além de uma série de registros sobre o anseio de seu grupo político em implantar um regime de força e rigidez para eliminar a “esquerda revolucionária” no Brasil. De acordo com ele,

O povo não está ainda suficientemente educado para se valer dos seus direitos políticos, deixando-se frequentemente embair pelos discursos e pelas promessas dos mais audazes e irresponsáveis, julgando os homens mais pelas suas palavras, menos pelos seus atos. A bandeira que tem como símbolo a foice, companheira inseparável da morte, e o martelo da demolição, é empunhada por um grupo atacado de verdadeiro fanatismo, que se prevalece das liberdades democráticas para asfixiar a própria Democracia, procurando instalar entre nós a pior das tiranias de todos os tempos, o mais intolerante dos despotismos, a mais execrável das servidões (Pacheco e Silva, 1947-c, p. 12).

Nesse sentido, em meio a este período de *acirramentos*, um golpe de Estado era cada vez mais iminente e Pacheco e Silva não mediria esforços, tempo, energia e capital político e científico para vê-lo se concretizar. A partir de então entraria em um caminho sem volta, que o colocou no centro da construção e sustentação de uma ditadura torpe e sangrenta.

5.2 – Golpe à vista! Antonio Carlos Pacheco e Silva e as articulações pré-1964

Com o final da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética protagonizaram um conflito conhecido como *Guerra Fria* que, embora não tenha se convertido em ataques bélicos, lançou o mundo em um período de incertezas, polarizações e de perseguições a opositores. Entre 1945 e 1989, em nome do comunismo e do capitalismo (forças políticas e ideológicas que estavam no centro dessa ferrenha oposição) foram aplicados golpes de Estado, empreendidos rearranjos diplomáticos, conflagradas guerras civis e instauradas ditaduras extremamente autoritárias mundo a fora. Nas zonas sob a influência capitalista estadunidense o “perigo comunista” passou a fazer parte do imaginário popular a partir de uma muito bem orquestrada propaganda que visava defender, supostamente, as “liberdades individuais”. Acerca disso, Eric Hobsbawn refletiu:

Como vamos explicar os quarenta anos de confronto armado e mobilizado, baseado na sempre implausível suposição – neste caso claramente infundada – de que a instabilidade do planeta era de tal ordem que uma guerra mundial podia explodir a qualquer momento, possibilidade essa afastada apenas pela incessante dissuasão mútua? Em primeiro lugar, a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado (Hobsbawn, 2015, p. 228).

O Brasil também foi, evidentemente, capturado por essa polarização. Alinhado aos Estados Unidos, a quem apoiou na Segunda Guerra Mundial, o país viu crescer em suas elites militares, financeiras e políticas uma repulsa às forças políticas de esquerda cada vez mais acirrada. Com o realinhamento de forças que tomou forma na segunda metade dos anos 1940, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) reivindicou maior atenção diplomática por parte dos norte-americanos oferecendo como contrapartida a sua submissão às doutrinas anticomunistas que começavam a florescer. Apesar de ter sido

eleito a partir do sufrágio universal, Dutra adotou práticas autoritárias e antidemocráticas, passando a perseguir e lançar na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro e seus militantes. Segundo Carlos Fico (2000, p. 171),

O governo Dutra julgava-se merecedor de atenções especiais dos Estados Unidos. Afinal, o Brasil revelava-se um fiel aliado, colaborando com as iniciativas norte-americanas para a América Latina e para a criação de instituições internacionais do pós-guerra. Contava ainda com uma Constituição liberal e eleições democráticas – e, vantagem adicional, perseguia o comunismo e os comunistas.

Entretanto, para os representantes dos setores financeiros sedentos por ordem social e liberdade econômica, ainda era preciso mais que lançar na ilegalidade o comunismo e os comunistas. Era preciso, segundo eles, eliminar qualquer foco do “perigo vermelho”. Para tanto, ao longo dos anos 1950 e 1960 foi-se forjando a ideia de um golpe de Estado que uniria a elite financeira nacional, os grupos políticos reacionários e a cúpula das Forças Armadas que, em consonância, poderiam alinhar o país ao liberalismo estadunidense e eliminar seus opositores que, segundo eles, ameaçavam a integridade e a soberania nacional. Em meio a esse contexto, a frágil democracia brasileira foi, mais uma vez, fraturada em março de 1964.

Atentos a este cenário nacional e internacional, pretendemos aqui lançar luz sobre a participação de Pacheco e Silva nesta aliança que culminou com a deposição de João Goulart e instauração de uma famigerada ditadura. Para tanto, em um primeiro momento, nos debruçaremos sobre a propaganda anticomunista que ele ajudou a difundir a partir de sua relação com as doutrinas da Escola Superior de Guerra. A seguir o nosso olhar se voltará para as suas posições e ações junto aos movimentos civis de oposição, especialmente o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS).

5.2.1 – Um psiquiatra de farda: Antonio Carlos Pacheco e Silva, a Escola Superior de Guerra e o Anticomunismo.

Antonio Carlos Pacheco e Silva ingressou nas Forças Armadas Brasileiras assim que concluiu sua graduação em Medicina, recebendo a patente de Tenente do Exército Brasileiro. Em 1925, por ocupar a Diretoria do Hospital de Juquery – serviço público considerado estratégico pelas Forças Armadas – ascendeu ao posto de Capitão.

Em meio à Segunda Guerra Mundial, ajudou a compor a articulação entre o alto escalão do Exército e os professores da Universidade de São Paulo para a formar os *Fundos Universitários de Pesquisa para a Defesa Nacional* (FUP). De acordo com Roney Cytrynowicz, “os *Fundos* visavam, inicialmente, obter doações para financiar pesquisas aplicáveis ao esforço militar, até que se estruturou juridicamente uma fundação com conselho técnico científico e clara orientação de pesquisa universitária. O FUP mobilizava, segundo o governo, os ‘soldados da ciência’” (Cytrynowicz, 2000, p. 266).

As suas contribuições às ações da FUP podem ser consideradas um importante marco para o estreitamento das relações entre ele e os dirigentes do Exército brasileiro. Foi no âmbito desse alinhamento que ele iniciou seus estudos sobre as possíveis contribuições que a Psiquiatria poderia ofertar para as estratégias militares e à saúde mental dos soldados. Com isso em mente, organizou em 1943 o *Curso de Aperfeiçoamento de Psiquiatria de Guerra*, sediado na Universidade de São Paulo, que contou com a adesão de afamados cientistas e militares brasileiros e estrangeiros. O curso versava sobre temas como “Os simuladores, indisciplinados, desertores e os traidores em face da Psiquiatria”, “Psicologia coletiva”, “A Guerra e a Psiquiatria”, “Profilaxia mental em tempo de guerra”, “Psiconeuroses de Guerra” e “Classificação de recrutas - Métodos psicológicos experimentais”.⁹

Com o sucesso de suas aulas e cada vez mais próximo da cúpula militar, Pacheco e Silva recebeu em 1947 a patente de Major Médico da Reserva do Exército Brasileiro. Daí em diante será possível notar uma mudança significativa em seus discursos que contribuiriam para alimentar o crescente anticomunismo em solo brasileiro ao alinhar-se

⁹ Para maiores informações, ver: Pacheco e Silva, 1943-a, 1943-d, 1943-e, 1943-f, 1943-g, 1943-h.

às doutrinas de Segurança Nacional oriundas da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949.

Um exemplo disso pode ser encontrado no primeiro registro obtido sobre a sua aproximação com os dirigentes da ESG. Em uma carta enviada ao General Oswaldo Cordeiro de Farias¹⁰, primeiro Diretor da Escola, manifestou seu apoio ao posicionamento do seu destinatário e colocou-se à disposição para uma organização mais efetiva contra aqueles que desejam “implantar entre nós o regime marxista”:

Meu General,

Permita que um modesto professor universitário, major da Reserva do Exército Nacional, cumprimente V. Excia. pelos conceitos elevados, ponderados e justos emitidos no seu discurso aos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

A atitude assumida por V. Excia. causou uma sensação de desaforo à maioria dos brasileiros, os quais já há muito sentiam a necessidade de ouvir a opinião de uma alta patente do nosso Exército, fixando diretrizes e reagindo contra a onda subterrânea que vem solapando progressivamente as nossas instituições, buscando implantar entre nós o regime marxista.

Entretanto, Sr. General, tenho a impressão de que o gesto de V. Excia não pode permanecer como uma reação isolada, exigindo o prosseguimento dessa campanha e, sobretudo, o preparo psicológico do nosso povo, inteiramente desprevenido, incapaz de compreender a gravidade da situação internacional e nacional, e de realizar os grandes sacrifícios que a sequência dos acontecimentos vai, certamente, exigir de todos nós.

A importância do conhecimento da psicologia das massas e o emprego adequado dos métodos de difusão de ideias, como é do conhecimento de V. Excia. constituem no presente momento uma arma poderosa, tanto no preparo dos soldados e da retaguarda, como na ofensiva e na defensiva do que se convencionou chamar de “guerra dos nervos”.

Convencido dessa necessidade, tenho procurado, na qualidade de professor de psiquiatria e de perito internacional em Saúde Mental junto à Organização Mundial da Saúde, envidar os maiores esforços para difundir esses conhecimentos, sobretudo entre os meus alunos. Tomo

¹⁰ Oswaldo Cordeiro de Farias comandou as ações governistas que combateram o levante comunista de 1935 e foi nos anos seguintes Interventor Federal do Rio Grande do Sul. Atuou, também, como um dos articuladores do Golpe de 1964 e ocupou entre 1964 e 1966 o Ministério do Interior no governo de Castello Branco.

assim a liberdade de fazer chegar às mãos de V. Excia algumas publicações que, talvez, possam figurar na biblioteca da Escola Superior de Guerra (Pacheco e Silva, 1950-e, p. 1).

A sua relação com os generais se intensificou no decorrer dos anos seguintes e resultou no seu ingresso na Escola Superior de Guerra na qualidade de aluno e conferencista em 1958. Com um forte viés anticomunista e com uma posição cada vez mais enérgica contra as forças políticas de esquerda, a Escola formou centenas de civis e militares que iriam ocupar, especialmente após o golpe de 1964, destacados cargos no governo federal. Segundo Ananda Fernandes Simões,

A Escola Superior de Guerra foi criada com base no modelo do *National War College*, quando os militares brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), antes de retornarem ao Brasil após terem participado da Segunda Guerra Mundial, foram enviados aos Estados Unidos para entrar em contato com suas instituições militares de ensino. Ali, os oficiais brasileiros perceberam a demonstração da superioridade militar-bélica norte-americana e o clima da Guerra Fria. A ESG teve dois nascimentos. O primeiro ocorreu em 1948, sendo a continuidade do projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser frequentado por generais e coronéis e, posteriormente, por altos oficiais das três armas; o segundo foi em 1949, quando o projeto de 1942 foi rapidamente atropelado pelo contexto da Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos enviaram uma missão de assessoria. Assim, pela Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949, surgia a ESG, tendo por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional” (Simões, 2009, p. 12).

Como desdobramento de sua elogiada monografia que lhe conferiu o diploma da ESG, Pacheco e Silva lançou em 1961 o livro *A Guerra subversiva em marcha*. Esta obra inauguraria uma série de publicações nas quais denunciaria os “perigos do comunismo” e as estratégias dos grupos marxistas para a tomada de poder no país. Desde então o *acirramento* político parece ter tomado as suas energias, tempo e paixões. Entre as décadas de 1960 e 1970 ele lançou mais de quarenta textos com conteúdo anticomunista, entre livros, artigos científicos, monografias e colunas para jornais de grande circulação. Adotando uma retórica que visava alardear os seus leitores e procurando demonstrar os

aspectos “incivilizatórios e degradantes” dos regimes comunistas, atribuiu aos militantes de esquerda a propagação do caos e da desordem. Segundo ele os comunistas não passavam de

Homens sem religião, sem alma, que não acreditam em Deus e desrespeitam tudo quanto há de mais sagrado na vida. Querem escravizar tudo quanto há de mais sagrado na vida. Querem escravizar todos os povos do mundo e obriga-los a trabalhar para eles. Não respeitam a propriedade alheia. Tudo quanto foi ganho com esforço, trabalho, suor e sacrifício é tomado, roubado e confiscado.

Ninguém pode ter a sua casa, viver com conforto e bem-estar, pois é obrigado a entregar ao governo, que dispõe de tudo, como bem entender. Todo mundo recebe o mesmo salário, come a mesma comida, veste a mesma roupa, calça o mesmo sapato, quer seja trabalhador ou vadio, competente ou incapaz, esforçado ou preguiçoso. Toda a gente é obrigada a viver em promiscuidade, isto é, junta, empilhados uns sobre os outros, ao lado de pessoas estranhas, de outros hábitos, educação e princípios ou religião. O nome diz tudo – comunismo – isto é, tudo em comum, sem distinção alguma, sem levar em consideração a pessoa, a instrução que tem, ou a maior ou menor capacidade (Pacheco e Silva, 1974-f, p. 1).

A associação do comunismo com a supressão das liberdades individuais e comunitárias pode ser encontrada em vários de seus textos nos quais defendeu ferozmente o argumento que uma eventual revolução comunista no Brasil acarretaria inevitavelmente na submissão do povo aos “interesses mesquinhos” dos dirigentes soviéticos e na “expropriação dos nossos bens conquistados com muito esforço”. Neste sentido, conclamando os liberais brasileiros e latino-americanos a uma ampla frente anticomunista, bradou:

Muitos entendem que a liberdade absoluta lhes outorga o direito de defender seus interesses pessoais, de reivindicar para si direitos pretendidos, embora este fosse, em prejuízo da comunidade, ou não tenham cabimento nem sentido.

A liberdade social ou civil, isto é, o tipo e os limites do poder exercido legitimamente pela sociedade sobre seus súditos, é inerente ao gênero humano, deve ser respeitada a todo custo e não pode ser negociada,

porque não tem preço. Mas o comunismo, sistema social que preconiza a comunidade de bens e a supressão da propriedade privada, anula a liberdade do cidadão, que passa a ser um escravo do Estado. Mas como é governado, nos países comunistas, por um grupo de potentados, na verdade, seus súditos ficam à mercê deles, que recorrem à força e à violência para fazer valer a sua vontade, asfixiando a vontade de pensar, falar, ouvir ou agir [...].

Sendo assim, os povos amantes da liberdade têm a obrigação de defendê-la sem transigir, sem debilidades, sem negociações e nem permutas. Para isso, devem estar todos unidos a fim de impedir que seja atropelada, destruída, vilipendiada, arrasada e exterminada, reduzindo os homens a uma condição de escravos. Mas unidos, graças a Deus, não seremos vencidos (Pacheco e Silva, 1979-a, p. 3-4).

Considerando o enquadramento teórico-metodológico empreendido no início deste trabalho, compreendemos que Pacheco e Silva foi um dos intelectuais adeptos da ideia que o liberalismo econômico poderia ser posto em prática como política de Estado por um governo autoritário, sem que isso fosse visto necessariamente como uma contradição. Isto é, para ele o liberalismo econômico não precisava estar vinculado obrigatoriamente à defesa das liberdades individuais e da democracia. Assim, o seu apelo às “liberdades” que subsidiava a sua luta anticomunista no mesmo momento em que ele próprio dava sustentação a um regime militar de cunho repressivo e autoritário parece ir ao encontro da tese defendida por Rodrigo Patto Sá Motta:

A fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana. O tema da liberdade constituiu-se em ponto delicado no interior do anticomunismo, pois durante boa parte do período em foco o país foi governado por regimes autoritários. Isto explica o fato de ter ficado apagada, em alguns momentos, a crítica aos aspectos autoritários do comunismo, aparecendo na forma vaga de denúncias contra a “tirania” ou a “escravização” vigentes na Rússia (“Somos contra o comunismo, porque lutamos pela liberdade... Detestamos o regime de Moscou, porque não temos a alma de escravo”). Dependendo das circunstâncias políticas, tornava-se arriscado assumir posturas liberais ou democráticas mais enfáticas (Motta, 2000, p. 61).

No final da década de 1960, ele se associou às principais entidades anticomunistas internacionais, passando a representar no Brasil a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) e a *World Anticommunist League* - Liga Anticomunista Internacional (WACL). Em ambas ocupou posições de direção, contribuindo para a organização de congressos e as representando em reuniões diplomáticas com políticos e chefes de Estado. A WACL foi fundada em 1966 por Chiang Kai-Shek, presidente da República de Taiwan, que encampava uma oposição internacional ao regime comunista chinês e reuniu adeptos de diversos países que passaram a promover os ideais capitalistas e liberais como forma de contrapropaganda ao marxismo.

Pacheco e Silva tomou parte nas ações da *Liga* através do Almirante Carlos Penna Botto que, segundo ele, em 1952 “fundou a Cruzada Brasileira Anticomunista, a primeira organização de maior envergadura que se estabeleceu entre nós, para dar combate aos subversivos, tendo sido eleito o seu primeiro presidente” (Pacheco e Silva, 1980-k, p. 1). O Almirante Botto colaborou ativamente com a criação da WACL tendo grande proximidade com Kai-Shek e se tornou presidente da entidade em 1975. Entre os anos 1950 e 1970, Pacheco e Silva trocou inúmeras correspondências e se encontrou diversas vezes com o Almirante, sendo por ele convidado para ministrar palestras sobre Psiquiatria e Segurança Nacional.

A partir de 1974, passou a compor a diretoria da Confederação Anticomunista Latino-americana, célula mais radical da WACL, que “tinha uma posição antissionista e nenhum apreço pela democracia, que era a base doutrinária da *Liga Internacional*” (Valente, 2009, p. 1). Nesse mesmo ano, na reunião anual da CAL realizada em Guadalajara – México, Pacheco e Silva foi acolhido como um dos presidentes de honra do evento e recebeu dos anticomunistas latino-americanos a incumbência de investigar o que chamavam de “invasão marxista” nas Universidades locais (Rostica, 2018, p. 315). Nessa ocasião discursou:

Agradeço, sensivelmente, a generosa designação feita por aclamação, como Presidente de Honra desta importante comissão do II Congresso da CAL, encarregada de estudar os diversos meios de ação para combater e extirpar a subversão vermelha em nossas escolas e universidades.

Os comunistas, em seu propósito deliberado de implantar sua ideologia e seu regime em todo o mundo, voltaram os seus olhos para os estudantes, sobretudo das escolas superiores, que consideram um grupo social suficientemente estruturado, forte e bem doutrinado para servir como ponta de lança na luta subversiva em que estão empenhados.

Para levar adiante nos planos que têm em mente, os comunistas contam com vários fatores favoráveis. Em primeiro lugar, a propaganda inteligente e astuta de um grupo estruturado, representado pelos católicos chamados progressistas ou de esquerda, que havia estabelecido com eles uma aliança para a formação de uma “Frente Única”, com o propósito de alcançar mais rapidamente a subversão planejada, derrubar os governos locais e instalar em nossos países repúblicas sindicalistas, como uma primeira etapa para depois transformá-las em repúblicas socialistas (Pacheco e Silva, 1974-c, p. 1)

Poucos meses após o Congresso de Guadalajara, remeteu à CAL as suas primeiras considerações sobre as ações que deveriam ser tomadas pelos cientistas, intelectuais e artistas anticomunistas do continente. Segundo ele, seria necessária a consolidação de um apoio mútuo para formar uma forte oposição à “máfia marxista” infiltrada nas instituições de ensino. Essa “máfia”, ao seu ver, seria a responsável por uma espécie de “boicote intelectual” aos professores que manifestavam concepções políticas de direita. Tendo isso em mente, na *Minuta sobre a necessidade de promover e apoiar os pesquisadores patriotas que hoje são ignorados, perseguidos e discriminados nas áreas de Filosofia, Humanidades e Ciências Sociais* defendeu:

Muitas vezes temos ouvido falar do assalto que vêm realizando as forças internacionais antipatrióticas aos diferentes agrupamentos de científicos que funcionam em nossos países. Com um bom planejamento de propaganda, em que são evidentes os “elogios mútuos”, a criação de “vedetes” para consumo juvenil e a repetição de nomes e méritos reais ou outorgados graciosamente os comunistas vêm introduzindo a maldade de que a única possibilidade de reconhecimento de um trabalho intelectual em alguns países democráticos é cumprir com o requisito prévio de converter-se em “companheiro de viagem” o comunista de *carnet* [...].

Muitos casos existem de cientistas de nossos países que hoje vivem, trabalham e ajudam a outros países porque no seu já não toleram as condições de pressão que impõem as verdadeiras “máfias” de intelectuais, agitadores e artistas que de fato os colocam ante as

alternativas da cumplicidade, do exílio voluntário ou do abandono da disciplina para dedicar-se a outro tipo de atividades que não guardam relação com a sua vocação.

Assim, o campo fica livre para que os charlatões não encontrem verdadeira oposição e possam cobrar uma fama considerável entre o público medianamente educado da mesma maneira que a usam no momento oportuno para exercer pressão, firmar manifestos de protestos, encabeçar manifestações, porém, sobretudo, para deformar o enfoque que se tem dado às diversas disciplinas, principalmente as sociais, nas classes de ensino médio e superior (Pacheco e Silva, 1974-e, p. 1-2).

Com uma relação cada vez mais próxima com a cúpula das Forças Armadas (com especial destaque para a amizade que passou a nutrir com o General Humberto de Alencar Castello Branco), além de manifestar um latente sentimento antimarxista, Pacheco e Silva passou a integrar o grupo daqueles que defendiam a aplicação de um golpe de Estado – travestido sob o que consideravam ser uma “revolução” – que poderia “barrar finalmente o avanço do comunismo no Brasil”. Em meio ao processo conspiratório, ele contribuiu para a o estabelecimento das articulações entre os civis e militares, promovendo encontros, proferindo palestras e publicando artigos em jornais de grande circulação em oposição aos governos de Jânio Quadros e de João Goulart.

Enfim, pode-se dizer que nesses tempos de *acirramentos*, a construção de um governo encabeçado pelos militares e sustentado por uma elite intelectual e financeira visceralmente anticomunista parece ter se tornado uma obsessão para o psiquiatra que vestia coturno e trajes verde-oliva.

5.2.2 – Um psiquiatra de terno: Antonio Carlos Pacheco e Silva e as articulações civis para o golpe de 1964

A historiografia brasileira tem empreendido, nas últimas décadas, um amplo debate sobre os limites e alcance das articulações civis e de sua aproximação com os interesses de camadas militares no processo de construção e efetivação do golpe de Estado de 1964. Carlos Fico (2004, p. 42) aponta que tais trabalhos “podem ser agrupados em três

correntes: as tentativas de teorização da Ciência Política, as análises marxistas e a valorização do papel dos militares”. Dado o escopo desta Tese, não será possível explorar os ricos debates em torno dessas temáticas¹¹. Nosso objetivo é, portanto, localizar as ações e contribuições de Antonio Carlos Pacheco e Silva ao processo histórico que se configurou nos primeiros anos da década de 1960 e que se desdobrou na derrocada do governo de João Goulart e na consolidação de uma sangrenta ditadura.

Quando analisamos a produção de Pacheco e Silva, podemos localizar desde o final da Segunda Guerra Mundial, um volume crescente de textos e discursos anticomunistas. Todavia, foi a partir de 1958 – quando adentrou na Escola Superior de Guerra – que ele passou a se dedicar efetivamente a um projeto de tomada de poder e eliminação das forças políticas de esquerda. Neste contexto, nos chama a atenção a posição “híbrida” que ele ocupava neste momento pois, como poucos de seu tempo, pôde ter bom trânsito entre os militares, visto que era Major-médico da reserva, além de ter acesso aos movimentos civis que se formaram para, supostamente, “defender os interesses liberais”.

Como debatido anteriormente, os grupos conservadores brasileiros conseguiram historicamente dar eco aos seus interesses a partir da retórica de denúncia de uma suposta “crise” (seja ela qual for) para a qual a solução é por eles apresentada em forma de austeridade, autoritarismo e intervenção no seio da sociedade. E, tendo isso em vista, este período parecia ser um “prato cheio”, no dizer popular, para os grupos capturados pelo clima beligerante da Guerra Fria que pretendiam eliminar do Brasil o “fantasma do comunismo”. Neste sentido, uma renúncia presidencial, crise sucessória, economia com números aquém dos desejados pelos setores mais ricos e a desagregação das forças políticas que protagonizaram as disputas eleitorais desde a democratização do país abriram espaço na opinião pública para os discursos dos diversos espectros da direita, que mesmo com seus interesses difusos, se aglutinaram para formar um bloco de oposição ao governo. Neste sentido, René Dreifuss afirmou que

Com a desagregação política do bloco histórico populista, outro problema significativo apareceu: a convergência de classe que havia controlado o Estado e dominado a sociedade teve de reconhecer a sua

¹¹ Um balanço sobre o debate historiográfico sobre as articulações golpistas bem como sobre as versões sobre a Ditadura pode ser encontrado no referido trabalho do historiador Carlos Fico: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. 2004; 24(47): 29-60.

perda de poder ou ser convencida de que não mais possuía o controle [...]. Assim, o golpe final contra o populismo foi descarregado por uma política de desestabilização, pela ação em grande parte encoberta da burguesia contra o Executivo e contra as organizadas classes subordinadas. A ação deliberada da burguesia envolvia a resolução de uma dualidade problemática: a constituição de um novo sistema hegemônico ou dominante (um Estado em formação), inicialmente capaz de lidar economicamente, mas não de governar, juntamente com a eclosão de uma crise de domínio político, desdobrando-se assim uma situação favorável para a afirmação política de novas forças sociais. O bloco de poder multinacional-associado emergente afirmar-se-ia, inicialmente, criticando “cientificamente” as diretrizes políticas do bloco histórico populista e envolvendo a opinião pública em uma cruzada contra “o caos e a estagnação, corrupção e subversão” (Dreifuss, 1981, p. 142).

Em meio a isso, Antonio Carlos Pacheco e Silva passou a criticar publicamente as ações dos presidentes Jânio Quadros e, posteriormente, de João Goulart. Em desabono a Jânio ele disparava contra as atitudes controversas do chefe de Estados tanto no âmbito de suas ações políticas (denunciadas como alinhadas aos interesses do bloco soviético) quanto de suas atitudes cotidianas, sua retórica e trejeitos considerados “típicos de um psicopata” (Pacheco e Silva, 1961-a, p. 4). Sua campanha midiática que invariavelmente lançava suspeita sobre a sanidade mental do presidente ganhou eco na imprensa nacional de modo que quando a renúncia de Jânio chocou o país em 25 de agosto de 1961, Pacheco e Silva foi convidado por jornais e emissoras de rádio para se pronunciar sobre o inesperado ocorrido. Duas décadas depois rememorou:

Jânio continuou, não obstante, a tomar providências inexpressivas, sem o menor sentido, umas inconsideradas, outras até mesmo ridículas, mediante os célebres bilhetinhos, onde deixava transparecer preocupações pueris, descabidas e despropositadas, impróprias de um Chefe de Estado.

O povo brasileiro, inclusive alguns elementos do próprio governo, começava a se alarmar com as atitudes insólitas do novo Presidente que, contrariando a sua pregação liberal, feita ao tempo da propaganda, dava agora mostras evidentes de seu colorido vermelho, revelando procedimento anormal, incompatível com a austeridade, a dignidade e o equilíbrio exigidos de um Chefe de Estado.

Homens de maior responsabilidade, chefes civis e militares, seriamente preocupados com os desmandos do Presidente da República, analisam a situação, trocam ideias, criticaram-lhe a conduta, alarmados com o desenrolar dos acontecimentos. Datam daí as primeiras articulações concretas dos democratas no sentido de reagir e evitar a todo o custo a comunização do país (Pacheco e Silva, 1981-h, p. 7).

Os discursos contra a “comunização do país” se tornaram ainda mais expressivos com a posse de João Goulart que, por ter uma ligação histórica com o trabalhismo de Getúlio Vargas e defender a ampliação de direitos constitucionais visando a promoção de uma maior inclusão social, era pejorativamente identificado com as pautas socialistas. Nos idos de 1963 e 1964, as forças civis e militares que vinham se articulando desde o governo de Juscelino Kubitschek já estavam melhor estruturadas e puderam empreender uma dura oposição ao governo lançando mão de um ambiente político e social cada vez mais acirrado. Lucila Almeida Delgado analisou esse processo e afirmou que

Na verdade, manifestações sociais mais autônomas, que sempre foram mal absorvidas pelo processo político brasileiro, no governo de João Goulart cresceram em número e diversidade e ganharam maior densidade e capacidade de pressão. Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. Em uma conjuntura marcada pela guerra fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por essas associações, reivindicando reformulações expressivas nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento de uma polarização política bastante peculiar àquele tempo de dicotomia internacional.

Como presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu (Delgado, 2010, p. 128).

Neste contexto, Pacheco e Silva, assim como grande parte de seus correligionários, aventava a tese que com Goulart o Brasil havia entrado definitivamente na “fase nacionalista-revolucionária de conformação de uma República Sindicalista que, em breve, desaguaria em um regime socialista bolchevique” (Pacheco e Silva, 1976-c, p. 15). Assim, com a convicção de que nada houve de positivo nos anos em que Jango comandou o poder Executivo federal, denunciou:

Ao assumir a presidência da República, Goulart não tardou a dar demonstrações evidentes de sua incapacidade para desempenhar tão elevado cargo. Inicia uma política repassada de demagogia, não tardando a provocar a derrocada da economia brasileira, já seriamente abalada pela renúncia inesperada e intempestiva de seu antecessor e pelos graves incidentes políticos que se lhe seguiram [...]. A conduta política e administrativa do presidente Goulart, não foi apenas desastrada, como ainda profundamente contraditória: inspirado no seu chefe e protetor – Getúlio Vargas – cujas diretrizes tentava seguir religiosamente, buscou ele, apoiado no Partido Trabalhista, implantar no país um sistema fascista *sui generis* [...].

Portanto, ao proceder a uma análise cuidadosa e imparcial do Governo de João Goulart, nele não se registra qualquer iniciativa positiva, nem uma só reforma proveitosa ou medida útil em benefício do povo ou da nação (Pacheco e Silva, 1981-i, p. 4).

Diante deste cenário, ele aderiu definitivamente ao projeto golpista que se apresentava como a única solução possível para retirar o Brasil do “mapa do comunismo internacional”. Nos meses finais de 1963 e no início de 1964, se empenhou energicamente para angariar apoio a uma intervenção militar no governo federal entre seus colegas docentes, junto aos industriais congregados na FIESP, bem como nas entidades em que se encontrava com parte da elite econômica nacional como o Fórum Roberto Simonsen, *Rotary Club* e o Clube dos 21 irmãos-amigos. Anos mais tarde, em suas *Confidências de um psiquiatra*, ele descreveu as razões que o motivaram a militar por um movimento armado contra o governo de Goulart:

Ao refletir sobre as intenções manifestadas pelos comunistas e, ao confrontá-las com a situação brasileira, acentuou-se a minha convicção quanto aos propósitos dos vermelhos, de aqui aplicarem as mesmas técnicas utilizadas em outros países para conquistar o poder. O tempo viria comprovar que as nossas previsões não eram descabidas, muito pelo contrário, os acontecimentos que se sucederam, em cadeia, não deixavam dúvidas quanto aos objetivos dos que tencionavam transformar o Brasil em uma república socialista. A conjuntura brasileira se afigurava cada dia mais grave, o que levava a prever não tardar o momento em que seria deflagrado um movimento subversivo, provocado por aqueles que se não cansam de proclamar a necessidade de uma revolução permanente, de caráter mundial, como a única forma para implantar o comunismo nas nações livres.

O mundo já estava, nessa altura, dividido por duas ideologias opostas e irreconciliáveis. Não havia mais lugar para posições ambíguas, atitudes dúbias, hesitantes, bifrontes ou isolacionistas. Pelo contrário, exigia a tomada de posição definidas, claras, positivas, corajosas, sem tergiversações, transigências ou capitulações. As tentativas de coexistência pacífica não passavam de mero pretexto para protelar decisões. Acenada pelos soviéticos, visavam eles ganhar tempo para prosseguirem eles na guerra fria, mercê de qual conquistaram tantos países, sem disparar um só tiro, recorrendo apenas à uma propaganda bem planejada, á desinformação e a outros métodos para dominar povos que acreditavam em promessas jamais cumpridas e na pregação de princípios liberais, em completa contradição com o totalitarismo que impera nos países da cortina de ferro” (Pacheco e Silva – *Confidências de um psiquiatra*, s./d., p. 18).

Deste modo, além de ter destacado engajamento nas ações ESG e nos movimentos anticomunistas em atividade no país, ele foi um dos membros fundadores e um dos interlocutores do *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPÊS), entidade que teve papel importante nas ações em prol do golpe de 1964. A organização fundada em novembro de 1961 reuniu integrantes de grandes corporações financeiras e industriais insatisfeitas com as políticas econômicas e com o avanço das legislações trabalhistas, agrárias e sociais. Pacheco e Silva, na qualidade de um dos diretores da FIESP lá estava como um dos representantes dos anseios da burguesia paulista e dos profissionais liberais. Segundo René Dreifuss,

Uma série de encontros informais liderados por empresários nas casas de proeminentes homens de negócio de São Paulo e do Rio iniciou abertamente um estágio no processo onde diferentes organizações de classe e órgãos do governo começaram a pregar mudanças fundamentais na economia e no sistema político. Desses encontros planejados e encontros preliminares com um constante e crescente número de pessoas de destaque, surgiu a ideia de estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política [...]. Os fundadores do IPÊS do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram as suas relações econômicas multinacionais associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado [...]

O IPÊS desenvolveu uma dupla vida política desde seu início. Aos olhos de simpatizantes e defensores, a sua face pública mostrava uma organização de “respeitáveis homens de negócio” e intelectuais, com um grande número de técnicos de destaque [...]. Afirmavam que seus membros “se reúnem para analisar a situação e contribuir para a solução dos problemas sociais que surgem constantemente na vida brasileira. Por isso, a direção do IPÊS conta com a colaboração de professores universitários, técnicos e peritos que, de acordo com seus postulados, estejam dispostos trabalhar no estudo e equação dos problemas nacionais” [...].

O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do IPÊS, avidamente dedicados à manipulação de opiniões e guerra psicológica, organizavam e recrutavam um núcleo de 50 membros, cada um encarregado de trazer mais cinco outros, e eles, por sua vez, outros cinco. Eles concordavam em conduzir tanto as operações públicas quanto as encobertas (Dreifuss, 1981, p. 163-164).

As ações de Pacheco e Silva no IPÊS se deram tanto na face “pública” quanto na face “encoberta” da entidade. Internamente colaborava na coordenação ideológica e política do grupo bem como na cooptação de novos membros. Publicamente, por sua vez, se apresentava como um dos intelectuais dispostos a analisar a situação política do país e a apresentar soluções para as “crises” por ele enfrentadas. Não à toa publicou a partir de então dezenas de artigos e proferiu palestras e conferências sobre o que chamava de “perigo mental” que, supostamente, estava sendo promovido pelos comunistas para conquistar a “hegemonia psicológica” do povo brasileiro. De acordo com ele,

Enfrentando os maiores perigos, sem ter em conta as possíveis consequências os seus atos, os dirigentes do IPÊS empenharam-se vivamente na luta anticomunista. Alertaram a população dos sérios perigos a que estava exposta, arriscada a ser dominada pelos soviéticos, procurando ao mesmo tempo demonstrar em que consistia, na realidade, a ideologia marxista [...].

Convidado a dar, também, na qualidade de um de seus fundadores, a nossa opinião sobre os principais objetivos a atingir, insistimos na necessidade de o IPÊS, sem de descurar dos fundamentos jurídicos e ideológicos que motivaram a sua criação, adotar também medidas objetivas e concretas, ou melhor, participar mais ativamente da conjura que se tramava, no intuito de depor o governo corrupto e subversivo. Cumpria, no nosso entender, aos dirigentes da organização procurar estabelecer uma ação conjugada com as demais organizações já formadas com os mesmos fins, para evitar a dispersão de esforços.

Impunha-se, assim, uma atitude franca e corajosa de esclarecimento da opinião pública, um trabalho intenso de preparação psicológica anticomunista, uma participação ativa na conspiração encabeçada por militares e civis, decididos a enfrentar o inimigo, qualquer que fosse o terreno, no intuito de impedir a todo o custo a consumação dos propósitos que o animava (Pacheco e Silva, 1981-i, p. 10).

Portanto, ao analisar o papel desempenhado na construção de uma articulação que culminou com deposição do presidente da República, compreendemos que se Pacheco e Silva não assumiu efetivamente um papel de liderança, foi o seu posicionamento “híbrido” – de civil e militar – que lhe conferiu a oportunidade de transitar por diferentes grupos, utilizando amplamente as suas habilidades de bom articulador que lhe acompanharam ao longo de sua vida. Em um momento de alinhamento de interesses difusos, ele foi certamente um dos responsáveis pelo agrupamento de forças que, sob a batuta do anticomunismo, tomou o poder. Assim como Lucila Neves Delgado, temos a

convicção de que os responsáveis pela deposição de João Goulart foram militares, respaldados por apoio internacional e em parceria com partidos políticos, segmentos e organizações da sociedade civil que se opunham à opção política do presidente e de seus aliados históricos. Foram os grupos conservadores, históricos opositores do trabalhismo e de João Goulart, os responsáveis pela interrupção da experiência

democrática brasileira em 1964. Foram eles também que, à frente do governo federal, reproduziram por vinte anos uma prática discricionária, autoritária, arbitrária e excludente. Inauguraram e reproduziram o tempo da ditadura no Brasil pós-1964 (Delgado, 2010, p. 145).

E lá estava ele em meio a este grande conjunto de forças citadas (militares, partidos políticos, entidades internacionais, organizações da sociedade civil) que se uniram para a tomada de poder. Com maior ou menor protagonismo, com maior ou menor exposição pública, podemos encontrá-lo vinculado a cada uma das pontas que se ligaram para golpear a democracia em nome de um projeto conservador, autoritário e de recrudescimento social.

5.3 – A “Guerra psicológica”: a Psiquiatria em tempos de *acirramentos*

Se as práticas políticas de Antonio Carlos Pacheco e Silva haviam sido impactadas por este período de *acirramentos*, não se poderia esperar que o mesmo não ocorresse também em sua atuação como médico psiquiatra. Como temos visto até aqui, psiquiatria e política são faces de uma mesma moeda ao longo de toda a sua biografia.

É possível notar que desde o final dos anos 1950 as temáticas abordadas em seus livros e artigos científicos passaram por uma significativa mudança em relação aos objetos de interesse de suas pesquisas desenvolvidas até então. Foi nesta década que o advento dos medicamentos neurolépticos substituiu grande parte das terapias de choque e que o aprofundamento dos estudos sobre a fisiologia do cérebro humano foi gradativamente tomando o lugar da anatomia patológica como o foco central dos estudos psiquiátricos (Urquiza, 1991, p. 35). Por isso, diante das fissuras nas “rochas” sobre as quais havia firmado os alicerces de sua produção científica e devido à obsessão por eliminar todos os vestígios de comunismo e de qualquer coisa que supostamente estivesse associado a ele, o psiquiatra-cientista Pacheco e Silva redirecionou o foco de seus estudos. Por isso, dos anos 1960 em diante abundaram publicações sobre “o perfil psicológico dos

estudantes de Medicina”¹², “hipnose e psiquiatria”¹³, “hippies, drogas e subversão”¹⁴, “as grandes cidades sob o olhar de um psiquiatra”¹⁵, “homossexualidade e perversão”¹⁶ e, sobretudo, acerca do que chamava de “guerra psicológica”, “guerra subversiva” e “guerra dos nervos”¹⁷.

Vinculado aos propósitos do IPÊS e com as experiências colhidas sobre estratégias militares na Escola Superior de Guerra, ele se tornou um dos difusores da ideia que os comunistas brasileiros estavam sendo financiados por Moscou e promovendo uma estratégia de dominação psicológica da população. Junto ao arregimento de forças de direita que se organizou neste período, apontava que havia uma “guerra psicológica e subversiva em marcha” com a finalidade de “acirrar a luta de classes” e, através de intensa propaganda, conquistar a população para a causa soviética. Afirmavam, também, que a América Latina era vista como local central para a política internacional da URSS que desejava “enfraquecer a política de boa vizinhança dos EUA” e que o Brasil deveria assumir o protagonismo na luta anticomunista através de uma organizada antipropaganda.

O conceito de “guerra psicológica” adotado pela direita brasileira foi importado da terminologia bélica que, embora utilizada desde séculos atrás, ganhou contornos mais nítidos na 2ª Guerra Mundial:

A guerra psicológica consiste essencialmente no manejo da palavra falada e escrita com o propósito de abalar o moral do inimigo e abreviar as operações bélicas. Levada a cabo com destreza poderá poupar muitas vidas. Caso contrário, repercutirá negativamente sobre o adversário, irritando-o e robustecendo a sua capacidade de resistência. Em tempo de paz, o emprego criterioso de métodos e conceitos de guerra psicológica é de suma importância para impedir a eclosão de um conflito armado. Usados com fins escusos ou sem a devida cautela

¹² Pacheco e Silva, 1959-g, 1961-d, 1962-c e 1967-b.

¹³ Pacheco e Silva, 1959-e, 1965-a, 1965-c.

¹⁴ Pacheco e Silva, 1959-d, 1966-b, 1966-c, 1971-g, 1972-c, 1972-d, 1975-d,

¹⁵ Pacheco e Silva, 1969-b, 1970-e, 1971-c, 1982-f.

¹⁶ Pacheco e Silva, 1971-e, 1975-e.

¹⁷ Pacheco e Silva, 1952-d, 1961-g, 1964-b, 1964-d, 1964-f, 1964-g, 1967-c, 1969-a, 1971-a, 1980-d, 1980-m.

agravarão sobremaneira as latentes tensões internacionais, pondo em risco a coexistência pacífica entre os povos (Brant, 1967, p. 8).

Apropriando-se dessa linguagem que já vinha estudando desde a preparação dos cursos que ministrou através dos Fundos Universitários de Pesquisa para a Segurança Nacional, Pacheco e Silva se tornou um dos ideólogos do plano de ação psicológica do IPÊS. Para tanto, forneceu subsídios teóricos para as ações de antipropaganda promovidas pelo *Instituto* e, aproveitando de seu prestígio no meio científico nacional e internacional, passou a conceder inúmeras entrevistas sobre o “perigo mental” representado pelo marxismo. No jornal *O Estado de São Paulo*, em uma entrevista concedida no dia 02 de fevereiro de 1964, ele bradou em tom alarmista:

A guerra subversiva ou revolucionária, que é uma das modalidades da guerra fria, conhecida e empregada desde a mais remota antiguidade, tem sido largamente utilizada, nas suas conquistas, pelos russos, que a aperfeiçoaram e sistematizaram.

Oculto, manhosa, sub-reptícia e clandestina, antes de ser posta em execução é estudada e planejada por técnicos experimentados e perfeitos conhecedores das condições do país em que se vai desencadear. Tem ela por objetivo implantar a indisciplina, quebrar a hierarquia incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida, pela exploração das massas. Objetiva principalmente a desorganização e a desintegração da estrutura social do país, pelo enfraquecimento do potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente constituídas e aniquilamento das classes produtoras, visando a implantação do comunismo em todo o mundo (Pacheco e Silva, 1964-b, p. 4).

Além de se manifestar nos grandes veículos de comunicação, também fomentou o discurso anticomunista nas entidades a que pertenceu. Ao tomar posse da Presidência da Associação Brasileira de Psiquiatria em 1967, por exemplo, conclamou seus pares para lutarem em todos os seus campos de atuação contra o “perigo mental”, argumentando que “cabe-nos uma missão muito mais transcendente e de grande relevo na defesa social, ante a gravidade do que se convencionou chamar de perigo mental, séria ameaça à nossa

civilização, fruto do esforço ingente das gerações que nos precederam e que nos legaram preciosa e inestimável herança pela qual devemos zelar” (Pacheco e Silva, 1967-c, p. 2).

No ano seguinte foi convidado pelo General Carvalho Lisboa, comandante do 2º Exército, para ministrar aos seus oficiais subordinados uma conferência no Q.G da instituição sobre a “guerra subversiva” (Pacheco e Silva, 1968-a, p. 1). No ano seguinte, em um encontro do *Rotary Club* de São Paulo, chamou a atenção dos presentes oriundos das famílias paulistas mais abastadas, que era preciso que estivessem todos atentos a um “novo tipo de agressão insidiosa” a que estavam expostos. O risco apresentado pelos comunistas, segundo ele, teria origem em uma forma de violência “disfarçada em não-violência que é tanto mais temível, perigosa e condenável, porquanto, se a guerra pelas armas convencionais, acarreta hecatombes terríveis, a luta mais cruenta em que está hoje o homem empenhado visa não apenas o corpo, mas sobretudo o espírito” (Pacheco e Silva, 1969-a, p. 133).

Já na sua atuação na “face encoberta” do IPÊS, isto é, na preparação de seus quadros para a luta contra a esquerda e contra o governo federal, buscou fornecer subsídios teóricos e estratégias de ação a partir de seus estudos a respeito da “psicologia das massas”. Em uma conferência apresentada aos integrantes do *Instituto*, na qual palestrou sobre a “psicologia do boato”, apresentou dados sobre os mecanismos adotados pelos comunistas para “desestabilizar as forças democráticas”. Como resposta a esse movimento, sugeriu a adoção de uma estratégia mais ousada nos veículos de comunicação de massa como o rádio e a televisão:

Uma das armas de que mais se utilizam os comunistas, no desenvolvimento da guerra subversiva, consiste na disseminação de boatos alarmantes, visando implantar o desassossego e o pânico no seio da população. Após os atentados terroristas, buscam os vermelhos lançar uma onda de boatos, visando gerar a confusão, o sentimento de insegurança e a desordem. A fim de impedir que sejam descobertos os autores insinuam eles falsas pistas e supostos autores, confundindo as autoridades com o objetivo de desmoralizá-las [...].

No combate à guerra subversiva, todos os veículos do pensamento e recursos de propaganda, e meios de comunicação devem ser utilizados de forma inteligente e eficiente. A imprensa, o rádio e a televisão são recursos poderosos nessa campanha, sobretudo quando bem orientada. Esses veículos tanto podem servir como poderoso instrumento de

propaganda, para minar o espírito público, abater-lhe o moral, desmoralizar as autoridades e comprometer a segurança nacional, como para fortalecer a união, consolidar o prestígio dos governantes e contribuir eficazmente para gerar a confiança nos destinos da nação na ação dos seus governantes, impedindo a desintegração nacional (Pacheco e Silva – *Boatos* – s./d, p. 2-3).

Deste modo, Pacheco e Silva parece ter se alinhado ao plano de ação do IPÊS e das forças políticas que o impulsionava. A psiquiatria praticada por ele, que ecoava nos veículos de divulgação científica e na mídia popularizada ganhava ares de radicalidade cada vez maior. De forma dissimulada, em nome da “preservação da saúde mental” dos cidadãos, os psiquiatras alinhados ao projeto de poder em curso disseminavam o medo, pânico e uma sensação de perigo constante em consonância com os argumentos utilizados pelo bloco capitaneado pelos Estados Unidos no auge da Guerra Fria. De acordo com Dreifuss (1981, p. 244),

A elite orgânica do IPÊS, por meio de seu Grupo de Opinião Pública e o Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo, mostrava-se bem dinâmica no rádio e na televisão, onde a máxima cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e ideias. Através da mídia audiovisual organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo. Procurava também moldar opiniões dentro das Forças Armadas, infundindo o senso de iminente destruição da hierarquia, instituições e da nação e estimulando uma reação quase histérica das classes médias que, por sua vez, fortaleciam a racionalização militar para a intervenção. Finalmente, visava contrabalançar a sua própria mensagem social, econômica e política com o impacto da ideologia nacional-reformista do governo dentro das classes trabalhadoras.

Diante disso, é possível considerar que do ponto de vista político, a retórica acerca de uma suposta “guerra psicológica” teve papel destacado como ferramenta de propaganda anticomunista. Por outro lado, tais discursos receberam duras críticas e foram interpretadas como uma oportunidade de manutenção de um certo status científico por aqueles que já estavam deslocados das principais linhas de pesquisa da psiquiatria de

então. Em tempos de Guerra Fria, de *acirramentos* vários, certamente a psiquiatria, prática social que é, não passaria incólume.

Não obstante, neste mergulho sobre as práticas psiquiátricas de Pacheco e Silva, cabe ainda apresentar algumas concepções morais que pautaram as suas pesquisas neste período. Deixando para trás as pesquisas laboratoriais que marcaram os primeiros anos de sua carreira científica, os comportamentos, manifestações coletivas, as práticas sexuais e as ideologias políticas entraram na alça de mira do seu escrutínio.

A sexualidade e, mais especificamente, a homossexualidade foi tema de diversos artigos por ele publicados nos anos finais de sua carreira. É fato que desde suas atividades no Hospital de Juquery as práticas sexuais que fugissem do padrão heteronormativo e realizadas dentro dos limites do matrimônio eram consideradas “anormais” e passíveis de intervenção dos psiquiatras. Entretanto, nos anos 1960 e 1970, Pacheco e Silva mostrou-se inconformado com o que chamava de “expansão de desenfreada libertinagem” e com as práticas “perversas que não passam de aberração” (Pacheco e Silva, 1975-c, p. 2). Por isso, se nas décadas anteriores a homossexualidade era vista por ele como uma “exceção diante das normas naturais”, em um contexto de liberdades sexuais, ele dizia temer a perda de controle das autoridades sobre tal “absurdo”:

É insofismável o fato de que todos os povos que alcançaram o mais alto grau de civilização e de estabilidade social foram os que mais se preocuparam com a moral sexual, procurando preservar o sexo de todas as aberrações, combatendo a promiscuidade e os maus costumes, por respeito à castidade, à virgindade, ao pudor, à decência, à fidelidade conjugal e às relações sexuais normais.

Na civilização atual, um sem número de fatores têm contribuído para afrouxar a moralidade, para promover a libertinagem dos costumes, para a ruptura de uma tradição secular. A própria Igreja, que sempre desempenhou um papel preponderante na preservação da moral sexual, tem se revelado impotente para combater a avalanche que ameaça destruir a família, seriamente ameaçada de desintegração, ante à liberdade sexual e a licenciosidade dos costumes [...]

Assim, até em relação às perversões sexuais, como, por exemplo, a homossexualidade, considerada degradante, como um verdadeiro opróbrio no passado, é hoje aceita e tolerada pela sociedade, que nada faz para combatê-la, como uma aberração da natureza (Pacheco e Silva, 1971-e, p. 3-4).

O movimento *hippie*¹⁸ também foi alvo de inúmeras de suas análises sendo tema central de um dos seus mais alardeados livros publicados nos anos 1970, intitulado *Hippies, drogas, sexo, poluição* (Pacheco e Silva, 1974-f). Para ele, a partir de suas convicções científicas, o *hippie* não passava de um “psicótico” além de ser, “por essência, um anti-intelectual, que de tudo duvida e suspeita. Revoltado contra o sistema educacional que se lhe quer impor, abandona os estudos, em busca de um mundo melhor e recusa-se a aceitar toda e qualquer forma de hierarquia e disciplina” (Pacheco e Silva, 1971-d, p. 2). E ainda:

Presentemente, o critério adotado para qualificar a doença mental, baseia-se no fato da pessoa comportar-se de forma estranha, ter uma conduta irregular, afastar-se das normas, dos padrões, dos modelos, dos costumes da sociedade em que vive, para adotar outras formas de viver, de pensar e de agir, em completo desacordo com a educação e a moral, sem o respeito devido aos direitos alheios, à ética e aos costumes [...].

A história refere-se ao fato de se terem manifestado, no passado, surtos de psicose coletiva, de maior ou menor extensão, algumas acompanhadas de terríveis consequências para a humanidade. Cita-se, frequentemente, como exemplo, as epidemias de demonopatia ocorridas na Idade Média, das quais resultaram suplícios os mais bárbaros, atrozes sofrimentos e inarráveis torturas.

Estamos, agora, assistindo a uma verdadeira psicose coletiva, que ataca particularmente os jovens, os quais, de um momento para o outro, em completo desacordo com o passado e com o ambiente em que vivem, adotam o gênero de vida extravagante, hábitos excêntricos e práticas amorais. Eles próprios adotaram a expressão *hippie*, para caracterizá-los (Pacheco e Silva – *A palavra “alienado” deriva...*, s./d, .p. 1-2).

Por fim, cabe destacar as suas posições diante do embate premente nos anos 1970 entre os psiquiatras “tradicionais” e os seus críticos organizados em torno do movimento

¹⁸ Os *hippies* surgiram como um movimento de contracultura formado por jovens de classe média que passaram a viver em comunidades autônomas e procuravam romper com os valores hegemônicos das sociedades ocidentais. Embora assumissem bandeiras difusas, tendo uma adesão limitada no comparativo ao conjunto da sociedade, eles marcaram o imaginário de uma geração a partir da defesa da liberdade sexual, da vida comunitária e de uma discussão contra hegemônica acerca do uso de drogas (Resende; Vieira, 1992, p. 133

de *Antipsiquiatria*. Desde a década de 1940 já havia uma crescente oposição à política manicomial e ao seu regime de encarceramento. Os abusos cometidos nos processos terapêuticos e as condições precárias a que os pacientes eram submetidos devido, sobretudo, à superlotação foram tema de reportagens jornalísticas e de textos científicos. Todavia, na década de 1960 as ações de repúdio aos hospitais psiquiátricos ganharam corpo e passaram a ser pautadas por jovens médicos que ganharam projeção em meio ao contexto de contracultura que marcou aquele período.

Iniciado na Inglaterra a partir das experiências de Ronald Laing, David Cooper e Aaron Esterson, a *Antipsiquiatria* “não estava em oposição apenas às práticas asilares – o eletrochoque, o uso de psicofármacos e outras restrições de liberdades infringidas aos doentes internos – mas, sobretudo, contra os princípios nos quais se assentava toda a ‘medicina mental’, a começar pela distinção entre ‘louco’ e ‘normal’” (Delacampagne, 2004, p. 29). Nesta direção, David Cooper em sua clássica obra *Psiquiatria e Antipsiquiatria*, publicada em 1967, disparou:

No cerne do nosso problema está a violência. No entanto, o tipo de violência que aqui considerarei pouco tem a ver com pessoas que utilizam martelos para golpear a cabeça de outras, nem se aproximará muito do que se supõe façam os doentes mentais. Se se quer falar de violência em psiquiatria, a violência que brada, que se proclama em tão alta voz que raramente é ouvida, é a sutil, tortuosa violência perpetrada pelos outros, pelos “sadios”, contra os rotulados de loucos. Na medida em que a psiquiatria representa os interesses ou pretensos interesses dos sadios, podemos descobrir que, de fato, a violência em psiquiatria é preeminentemente a violência *da* psiquiatria (Cooper, 1967, p. 31).

A partir desses pressupostos, os movimentos críticos à “psiquiatria tradicional” defendiam uma nova abordagem psiquiátrica pautada pela convivência dos pacientes com a sociedade, tendo a família como núcleo central do processo terapêutico e, sobretudo, praticada fora dos limites dos muros manicomiais. Isso, evidentemente, causou enorme alvoroço na corporação médica que se viu obrigada a posicionar-se diante do debate então levantado. Diante disso, Pacheco e Silva opôs-se visceralmente às propostas de Cooper classificando-as como “estultícias” e “absurdo inqualificável”:

Há neste momento uma corrente orientada por pseudo-psiquiatras, os quais pregam abertamente a vida em comum, de alienados com pessoas normais, como se isso fosse exequível. Para estes, a sociedade seria a única responsável pelos distúrbios mentais e, sendo assim, caberia a ela suportar os psicopatas, deixando-os viver em liberdade, mesmo quando ofereçam perigo aos seus semelhantes.

Os autores de tal recomendação demonstram total desconhecimento do problema, falta de experiência e propósitos inconcebíveis. Quando um ser humano revela comprometimento da razão, acusando alucinações, ideias ou interpretação delirantes, pode ele praticar atos mórbidos dos mais graves, pondo em risco a sociedade e a sua própria pessoa. Os que pregam a liberdade desses infelizes deveriam ser responsabilizados pelos atos praticados pelos psicopatas [...].

A antipsiquiatria prega a liberdade dos psicopatas, sejam eles perigosos ou não, o que é um absurdo inqualificável. Mas quem concebeu semelhante estultícia? Não será, por acaso, a psiquiatria um ramo da medicina, que progrediu extraordinariamente nestes últimos anos, mercê dos esforços dos seus cultores? Ser contra ela, equivaleria a ser contra toda a medicina.

Não faltará, amanhã, contestadores que se insurgirão contra os cirurgiões, por eventrarem impunemente os seus clientes, a fim de livrá-los de tumores, ou por amputar a perna gangrenada de um infeliz para salvar-lhe a vida. A prevalecer tal critério, igual medida seria tomada contra os médicos que recorrem à antibióticos para combater graves infecções, as quais não tratadas levariam o doente a sucumbir, conquanto passíveis de determinar reações a intolerância medicamentosa.

A contestação, o negativismo e a atitude dos que se insurgem contra a psiquiatria e os psiquiatras, constituem um absurdo sem precedentes, a exigir o repúdio das pessoas conscientes (Pacheco e Silva, 1975-a, p. 3-4).

Finalmente, entendemos que neste período correspondente aos anos finais da vida profissional de Antonio Carlos Pacheco e Silva, a sua produção científica foi pautada essencialmente por uma ação conservadora. Pretendia, assim, *conservar* um determinado *status quo* que se viu ameaçado pelos avanços sociais que o regime democrático havia conquistado. No plano dos costumes, ele se alinhou aos movimentos científicos que patologizaram a diversidade sexual, as diferentes formas da sociedade se organizar e da juventude se expressar. E, por fim, procurou combater os questionamentos cada vez mais

fortes e organizados contra os alicerces sobre os quais as suas convicções científicas haviam sido construídas.

Em um mundo em transformação, a psiquiatria praticada por ele e seus parceiros ansiava pela manutenção de uma determinada ordem dos corpos, dos comportamentos, dos prazeres e da estratificada estrutura social. Tempos de mudanças, psiquiatria em *acirramento*.

5.4 – Um mergulho no obscurantismo: a participação de Pacheco e Silva na Ditadura instaurada em 1964

Na madrugada do dia 31 de março de 1964 a democracia brasileira foi, mais uma vez, golpeada. O processo conspiratório difuso, mas unido em torno da bandeira anticomunista, chegara ao seu ápice e através de um levante militar liderado pelo General Hamilton Mourão Filho depôs o presidente João Goulart. Após duas semanas comandado por uma junta militar, o Brasil veria o também General Humberto de Alencar Castello Branco ser aclamado como novo chefe do poder Executivo. Inaugurava-se assim o regime autoritário que comandou o país por 21 anos. O golpe, conforme as palavras de Carlos Fico (2014, p. 8), “representou a expressão mais contemporânea do persistente autoritarismo brasileiro, que já se manifestou em tantas outras ocasiões – como no outro regime autoritário republicano – o Estado Novo (1937 – 1945)”¹⁹.

Com o regime instaurado, buscou-se construir um projeto político minimamente coeso diante da diversidade de interesses daqueles que apoiaram e colaboraram com a tomada de poder. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,

Os vencedores não tinham rumo claro sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a crença na necessidade de “limpar” o país – e o sistema político – de inimigos reais e imaginários. Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente

¹⁹ O debate historiográfico sobre os sentidos, causas e agentes do golpe, bem como a respeito dos diversos aspectos do regime que se instaurou é amplo e reiteramos que, dado o escopo do presente trabalho, não temos condições de explorar a riqueza das análises sobre o período em questão. Nosso objetivo é localizar as ações de Pacheco e Silva diante dos eventos decorrentes da Ditadura que vigorou entre 1964 e 1985.

heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas, o que tornou impossível reunir uma coalizão tão ampla em torno de um programa afirmativo. Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados receberam com alívio o golpe, pois haviam perdido a confiança no governo de João Goulart. O único consenso era negativo: tirar do poder um governo acusado de conduzir o país para o precipício (Motta, 2014, p. 8).

Em meio a esse grupo heterogêneo estava Antonio Carlos Pacheco e Silva em sua já comentada posição “híbrida”, transitando entre as principais organizações civis que ajudaram a depor Goulart e entre a cúpula do governo militar na capital federal. Amigo de longa data do novo presidente da República, ele foi um dos interlocutores entre as posições assumidas pelo governo e os interesses dos empresários paulistas. A proximidade de ambos incluía visitas constantes de Pacheco e Silva a Brasília, almoços de Castelo Branco e seus correligionários na residência de seu amigo em São Paulo, bem como trocas de correspondências e de favores mútuos (Pacheco e Silva, 1995, p. 270). As suas ações foram reconhecidas pelo novo presidente que ainda em 1964 lhe outorgou a *Comenda do Mérito Militar* em virtude dos “relevantes serviços prestados às Forças Armadas do Brasil”. Ao receber tal honraria, discursou:

Para um civil, a concessão da Comenda do Mérito Militar constitui motivo de desvanecimento e de ufanía, sobretudo para os que, como eu, tendo passado pela Escola Superior de Guerra, sabem da severidade e do rigor com que são julgados, pelos nossos militares, a ação daqueles que se empenham na defesa e na segurança nacional, seja pela palavra, seja pela ação [...].

Mas penso que não basta, porém, cortar a erva daninha para eliminá-la. Sem extirpar as suas raízes profundas, sem se proceder a rigoroso expurgo do solo, a boa semente não poderá medrar e não tardará a ser suplantada pelas que infestavam o terreno. Nessa tarefa ingente, as Forças Armadas têm relevante papel, merecendo integral apoio do povo brasileiro, que confia no patriotismo e na abnegação daqueles aos quais cabe velar pela Segurança Nacional e colaborar na reconstrução da nossa grande Pátria, que tem hoje como supremo mandatário a figura impoluta desse grande brasileiro que é o Marechal Castello Branco (Pacheco e Silva, 1964-d, p. 1-2).

Em outubro de 1965, com a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) que extinguiu todos os partidos políticos, somada à entrada em vigor do Ato Complementar nº 4, que definia as regras para a formação do bipartidarismo, Pacheco e Silva foi convocado por Castelo Branco para integrar a comissão responsável pela elaboração do programa da agremiação partidária que representaria o governo. Assim que recuperou sua saúde, após atentar contra a própria vida, ele passou a se dedicar integralmente à formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime no Congresso Nacional que para conferir maior controle do Executivo sobre o parlamento agrupou “os apoiadores do golpe de 1964 espalhados pelos diversos partidos em uma única agremiação, evitando a necessidade de negociação entre o Executivo e os vários partidos políticos existentes” (Sobreira, 2016, p. 3).

Em 04 de abril de 1966, quando a ARENA foi oficializada, o seu nome de constava na lista dos membros fundadores que subscreveram o manifesto de lançamento da agremiação (Tribunal Superior Eleitoral, 2016, p. 5). Nos anos seguintes ele passaria a fazer parte da Comissão Executiva da *Aliança* e, devido a isso, foi diversas vezes convocado a opinar sobre os rumos políticos nacionais. No processo sucessório que se deu em 1966, por exemplo, a cúpula partidária lhe enviou a missiva reproduzida abaixo solicitando a sua posição acerca de quem deveria representar o partido no pleito que seria realizado de forma indireta no dia 15 de novembro daquele ano:

Brasília, 15 de abril de 1966.

Exmo. Sr. Prof. Antonio Carlos Pacheco e Silva,

Na conformidade do que foi deliberado pelo Gabinete Executivo da Aliança Renovadora Nacional, temos a honra de transmitir ao ilustre correligionário lista de seis nomes de preclaros concidadãos lembrados como possíveis candidatos à Presidência da República, a fim de que nos responda sobre dois ou três de sua preferência: Marechal Ademar de Queiróz; General Arthur da Costa e Silva; Ministro Etelvino Lins; Ministro Ney Braga; Embaixador Olavo Bilac Pinto (Aliança Renovadora Nacional, 1966, p.1).

Arthur da Costa e Silva foi, no final das contas, o candidato escolhido pelo grupo governista e, controlando o Congresso Nacional após a cassação do mandato de diversos

parlamentares da oposição, a ditadura “elegeu” o seu segundo presidente da República. O novo mandatário, aprofundou o aparelho repressivo construído por seu antecessor e ampliou o alcance dos mecanismos de vigilância, tortura e eliminação de seus opositores, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O Ato permaneceu em vigor até 1978 e concedeu plenos poderes ao Estado para perseguir aqueles que foram chamados de “inimigos da nação”, conferindo ao Executivo federal o poder de: a) decretar o recesso do Congresso Nacional sem necessidade de avaliação judicial; b) intervir nos estados e municípios; c) cassar mandatos parlamentares; d) suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; e) decretar o confisco de bens considerados ilícitos; f) suspender a garantia do *habeas-corpus* por tempo indeterminado.

Nesse sentido, a ascensão de Costa e Silva significou o rompimento de setores da sociedade que se aventuraram nas articulações pré-1964 acreditando que os militares aplicariam um “golpe preventivo” para o “restabelecimento da ordem” passando o poder para os civis logo em seguida. De acordo com Maria Aparecida de Aquino,

O desenrolar da trama historicamente tecida vem demonstrar divergências onde antes só havia coesão e continuidade, onde se previa ruptura. A emergência de cisões entre os grupos (tanto entre militares quanto civis), relativamente à forma pela qual prosseguiria o processo histórico brasileiro, coloca a continuidade da excepcionalidade, e mesmo o recrudescimento da mesma, após o governo Castelo Branco e durante o de Costa e Silva, com a edição do AI-5. Os militares pertencentes à “linha dura” e os civis que não se afastam do círculo do poder, em uma concepção teórica que, por oposição ao liberalismo lockeano, pode ser delineada como de matriz conservadora, promovem a continuidade e o recrudescimento da exceção, através da aceleração da concentração no Executivo e do incremento da interferência estatal, elementos distintos de quaisquer conotações liberais (1999, p. 210).

Poderíamos supor que o apoio de Pacheco e Silva ao golpe de 1964 e às primeiras ações da ditadura seria uma espécie de alinhamento às proposições do então ex-presidente Castelo Branco. Todavia, mesmo com a saída de seu amigo da chefia do Executivo, seguida de seu controverso falecimento em julho de 1967, e com as diretrizes ainda mais repressivas implantadas, ele demonstrou que seu apoio ao regime militar era orgânico e duradouro. Até os anos finais de sua vida, apoiou o regime e clamou por mais e mais

repressão nos momentos em que “os princípios norteadores da Revolução de 64” se viam ameaçados.

Em 1970, quando o General Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência após a morte de Costa e Silva em um tumultuado processo de sucessão – que incluiu o impedimento da posse do vice-presidente por ser ele um civil – Pacheco e Silva discursou aos seus colegas empresários:

O ano findo foi para o Brasil, sem sombra de dúvidas, um ano cheio de realizações. Não quer isso dizer, no entanto, que no decurso desses doze meses não se tenham registrado preocupações e vicissitudes. Tivemo-las, sim, como ainda recentemente, com a doença que acabou por vitimar o Presidente Marechal Costa e Silva, criando instantes de grande apreensão para todo o país. De um instante para outro, quando menos se esperava, viu-se o governo privado de seu chefe, cujo espírito moderado, conciliador, inspirado por grande bondade e por sentimentos profundamente humanos, tornara-o justamente estimado e admirado por todos os brasileiros.

Todavia, não obstante doloroso esse acontecimento, a vida nacional não sofreu solução de continuidade, tendo podido a administração prosseguir sem maiores obstáculos; é que os homens que assumiram o poder, no impedimento do Presidente, souberam agir com calma e grande espírito público. A escolha do substituto processou-se dentro da maior harmonia, tendo em vista os magnos interesses do Brasil.

O General Médici e seus auxiliares, compenetrados das grandes responsabilidades que lhes pesam sobre os ombros e da gravidade da situação, têm procurado agir com cautela, pondo em execução medidas adequadas ao momento, reveladoras da compreensão e clarividência. Fiéis à Revolução de Março de 1964, os novos dirigentes do País prosseguem na mesma trilha de seus antecessores, buscando atender às exigências e anseios do povo (Pacheco e Silva, 1970-a, p. 1).

Diferentemente de algumas linhas historiográficas, não acreditamos que tenha havido, de fato, uma dicotomia entre os grupos chamados de “moderados” (representados pelo primeiro presidente da ditadura) e os militares de “linha-dura”, encabeçados por Costa e Silva e seu grupo de apoiadores. Ainda que Castelo Branco seja identificado com um perfil “menos violento” que seus sucessores, fato é que desde 1964 as torturas, perseguições, censuras e assassinatos já estavam se alastrando pelo país com a anuência

do chefe de Estado. Assim, entendemos que o AI-5 baixado em 1968 não inaugurou, mas aprofundou os mecanismos de repressão do regime ditatorial. Portanto, coadunamos com Carlos Fico quando aponta que

A contestação dessa leitura corrente sobre a “moderação” de Castelo não é apenas mais uma disputa de memória, pois, felizmente, hoje, ampara-se em pesquisas profissionalmente conduzidas. Trata-se de um pressuposto básico para firmar-se uma interpretação que se baseia em pesquisas ainda incipientes: o entendimento do regime militar como o da trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como *linha dura* [...]. Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios do período, pois informa que o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longa estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã” (Fico, 2004, p. 33).

Tal registro é importante, pois através desta perspectiva podemos compreender mais claramente as ações de Pacheco e Silva no contexto político que se constituiu após a saída de Castelo Branco da presidência. Isso porque, desde os primeiros dias do regime ditatorial ele tinha ciência e, mais que isso, apoiava as violações democráticas e humanitárias que estavam sendo praticadas pelo Estado brasileiro. Conforme a violência repressiva foi se acentuando, seus discursos também se acirraram na defesa aberta dos mecanismos de censura, na legitimação das ações dos “esquadrões da morte” e na tentativa de “desmentir” que por todo o país os opositores do regime estavam sendo brutalmente torturados.

Posicionando-se diante das crescentes denúncias sobre a prática de torturas, ele foi aos principais veículos de notícias para afirmar que isso jamais teria existido e que as manchetes não passavam de uma farsa criada pelos comunistas para desestabilizar o governo. Visto que parte da imprensa nacional se encontrava sob censura e outra de fato

apoiava as ações da ditadura, as informações sobre as violações praticadas no Brasil ganhavam maior eco na mídia estrangeira, o que impulsionou uma campanha internacional de pressão sobre o país. Diante disso, Pacheco e Silva reagiu:

Os comunistas, que introduziram no Brasil atos de terrorismo os mais violentos, praticando assaltos, roubos, assassinatos, raptos, sequestros, incêndios, atos de sabotagem e lançamentos de bombas, são aqueles que procuram, hoje, fazer crer no estrangeiro, ser o nosso país onde se pratica maior número e mais cruéis torturas. [...] A propaganda feita, sobretudo na Europa, em jornais e revistas de grande circulação, provocou escândalo internacional, a exigir intervenção estrangeira, a fim de pôr paradeiro às crueldades que estariam sendo aqui praticadas [...].

É profundamente lamentável que se procure denegrir nosso país, acusando as nossas autoridades de empregarem processos condenáveis e até o nosso povo de tolerar práticas desumanas. Há pouco era o genocídio praticado contra os nossos índios. Agora, nos utilizaríamos de cobras e crocodilos para novas e requintadas formas de tortura. Não necessitam Jean Paul Sartre e seus comparsas de se apiedarem e muito menos promover subscrições internacionais para a proteção e manutenção de terroristas. Serão eles, certamente, tratados devidamente, punidos como merecem, de acordo com as nossas leis e de acordo com os princípios humanitários que sempre inspiraram os brasileiros. Não só eles, como também os que ficaram inválidos pela sua ação criminosa e as famílias dos que tombaram heroicamente na defesa da sociedade e da Pátria, serão assistidos, tratados e amparados como merecem. Pena é que as vítimas dos terroristas não tenham merecido o mesmo zelo e compaixão revelados em favor destes (Pacheco e Silva, 1970-c, p. 49).

No final dos anos 1960 organizou-se em São Paulo um aparato policial que agia a partir de procedimentos extralegais, embora contando com a anuência dos poderes do Estado, para torturar e assassinar criminosos e militantes de organizações de esquerda. Este aparato que ficou conhecido como *Esquadrão da morte* atuava sob o comando do delegado do Departamento de Ordem e Política Social (Dops) Sérgio Paranhos Fleury, que havia angariado prestígio por ser considerado, a despeito de seus violentos métodos, um “caçador de bandidos”:

O esquadrão da morte do Estado de São Paulo se forma do meio da polícia civil durante a Ditadura Militar nos anos 1960, tornando-se uma organização não formal dentro de uma organização formal do Estado. Muitos dos seus integrantes passam por treinamentos para combater os simpatizantes do comunismo e os oponentes ao Regime Militar, fazendo com que uma parte da polícia transponha as atribuições policiais e legais e passe a agir de forma política. Eles atuavam como polícia política, integrando o sistema de segurança que tinha como objetivo eliminar de modo sumário pessoas consideradas inimigas, além de praticar torturas para aterrorizar e intimidar os inimigos do regime. Dois anos antes da formalização da existência do esquadrão da morte, os índices de criminalidade no estado de São Paulo eram altos, portanto, ao intimidar a população pela violência, legitimavam-se as ações desse esquadrão sob a pretensa necessidade de ofensiva contra essa situação (Meneghetti, 2011, p.3).

O jurista Hélio Bicudo, um dos principais responsáveis pelas investigações que ajudaram a esclarecer as violações de direitos humanos praticados pelo *Esquadrão da morte* pontuou que “construíra-se assim, dentro do poder policial, um poder maior e incontrolável, que era usado para fins inconfessáveis e que, livre de peias legais, também poderia vir a ser utilizado para fins políticos” (Bicudo, 1976, p. 36). Diante disso, quando o genocídio praticado pelo *Esquadrão* começou a vir à tona e a ser denunciado na imprensa nacional e estrangeira, Pacheco e Silva procurou minimizar os protestos contra essas práticas, além de justificá-las argumentando que eram uma “resposta à violência a que a sociedade estava exposta”:

Os órgãos encarregados da nossa segurança, particularmente a polícia, cujos elementos se sacrificam diariamente, com risco à própria vida, são apontados como participantes do esquadrão da morte, que fuzila impiedosamente inocentes, quando na verdade são eles obrigados, em legítima defesa, a empregar a violência contra a violência, na defesa da sociedade (Pacheco e Silva, 1979-f, p. 5).

Em outra esfera de interesses, ele também radicalizou suas posições em relação à liberdade de expressão e de imprensa afirmando, na qualidade de psiquiatra, que determinadas informações e conteúdos eram maléficos à saúde mental da população. As críticas ao governo, as denúncias de violações aos direitos humanos, os programas que,

em sua visão, “corrompiam os bons costumes” eram apontados por ele como geradores de conflitos desnecessários e por perturbações mentais de grande parte dos cidadãos. A seu ver, a mídia, especialmente a televisiva e radiofônica, deveria fomentar a paz social com “boas notícias” sobre os rumos do país e oferecer um entretenimento “saudável e pacificador”, isto é, que não colocasse em xeque a moral da “família brasileira”, não se opondo à censura que os veículos de comunicação foram submetidos, mesmo quando a repressão atingiu os jornais de base liberal que haviam apoiado o golpe em 1964, como *O Estado de São Paulo*. Para ele a censura seria válida quando visasse a “preservação da gloriosa Revolução de 31 de março”.

De acordo com Maria Aparecida de Aquino, a imprensa, os artistas e a intelectualidade brasileira conviveram com as tentativas de silenciamento desde o início do governo ditatorial, o que teve a situação agravada a partir de 1968, com o AI-5:

Em um primeiro momento, entre 1968 e 1975, a censura assume um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos. De 1968 a 1972 tem-se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, e em que o procedimento praticamente se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações.

Na segunda fase (1972 a 1975) há uma radicalização da atuação censória, com a institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que oferecem resistência. Observa-se que em parte desse período o regime político recrudescer em termos repressivos, momento em que o controle do Executivo pertence aos militares identificados com a “linha-dura”. O ano de 1972 marca a radicalização e a instauração da censura prévia, e coincide com a discussão da sucessão presidencial que levará à escolha do General Ernesto Geisel, oriundo da ala militar da “Sorbonne” e que terá uma grande dificuldade de aceitação por parte dos militares da “linha-dura”. Estes prosseguirão controlando altos cargos (por exemplo, o Comando do II Exército em São Paulo), durante algum tempo (Aquino, 1999, p. 212).

Diante disso, em resposta àqueles que afirmavam que a censura era um atentado à liberdade de expressão e dos direitos de livre-pensar, Antonio Carlos Pacheco e Silva comparou a necessidade de serem implementados mecanismos censores com a obrigatoriedade da “vacinação de todos os cidadãos”; para ele, por mais que ambas as

medidas ferissem a liberdade individual, deveriam mesmo assim ser levadas adiante em nome da “manutenção do bem-estar coletivo”:

A censura, em certos e determinados casos tem inteiro cabimento, quando feita não para cercear a liberdade, mas para beneficiar a comunidade. Não determina, por acaso, o governo a vacinação obrigatória para evitar a disseminação de epidemias? Por que, pois, não impedir a ação de agentes de poluição mental, que contaminam os espíritos, despertam a ansiedade e o pânico, prejudicando seriamente os bons costumes, atentando contra a formação da família, e corrompendo o caráter? Dar liberdade aos interessados em a ela recorrer para destruí-la é, sem dúvida, um absurdo incompreensível (Pacheco e Silva, 1979-f, p. 3).

E ainda:

Permitir que os orientadores da opinião pública, jornalistas, radialistas e televisionistas, valendo-se dos recursos que têm a seu alcance e das imunidades de que usufruem, delas se utilizem para poluir a psique dos semelhantes, neles inculcando ideias perniciosas, ato de lesa-saúde mental, é realmente inconcebível e inadmissível.

Não faltará, isso posto, quem alegue implicar a censura em desrespeito à liberdade individual, por contrariar os direitos do homem quanto a manifestar livremente suas ideias. E que tal medida poderá dar lugar a abusos de toda a sorte, como ocorre nos países totalitários. Mas abusos ocorrem frequentemente em toda a parte, e para isso há sanções e penalidades. É preciso, porém, que se estabeleça, desde logo, uma distância entre os que se utilizam da liberdade para o bem comum e os que dela se valem para poluir, envenenar e corromper o caráter.

Protestos os mais enérgicos e até mesmo reações violentas verificaram-se no passado, quando as autoridades sanitárias obrigavam a vacinação contra a varíola. Muitos contra ela se insurgiram e se opuseram tenazmente ao seu emprego. Hoje, porém, o público, suficientemente esclarecido, não só se submete voluntariamente à vacinação contra as mais variadas doenças, mas também reclama energicamente quando as autoridades sanitárias não têm condições para aplica-la regularmente.

Determinar o isolamento compulsório de um doente contagioso ou o internamento de um alienado perigoso implica cerceamento da liberdade individual, sobretudo quando o paciente se recusa a aceita-lo

e é obrigado a se sujeitar a isso compulsoriamente. É necessário não perder de vista que, acima da liberdade e da vontade individual, estão os supremos interesses da coletividade, que devem ser defendidos intransigentemente, máxime quando em jogo a preservação da saúde da com unidade.

Ora, se tais medidas acauteladoras são empregadas com todo o rigor, aceitas e reconhecidas como legítimas, quando se trata de defender a saúde física, razão não há para que não se adote idêntico critério em relação à saúde psíquica, impondo umas tantas regras para preservá-la, de acordo com as normas ditadas por especialistas (Pacheco e Silva, 1973-a, p. 5-6).

A vigilância aos conteúdos publicados pela imprensa parece ter sido uma das mais efetivas de suas contribuições à manutenção do regime. No entanto, se a mídia nacional estava sob a mira dos censores que eram, em geral, oficiais das Forças Armadas ou civis que eram por elas treinados, os militares arregimentaram personalidades com bom trânsito internacional para reunir materiais sobre a repercussão na imprensa estrangeira. Neste sentido, ele ocupava posição destacada, visto que anos antes havia sido presidente da Federação Mundial para a Saúde Mental, condecorado por autoridades francesas, presidia a União Cultural Brasil-Estados Unidos, além de ser membro de diversas entidades científicas sediadas em diferentes países.

Já em 1964, nos primeiros meses do governo de Castelo Branco, ele ainda de forma espontânea, sem estar em uma missão oficial, reuniu comunicações da imprensa europeia que repercutiam e repudiavam o realinhamento de forças no Brasil que desencadeou perseguições, torturas e expurgos. Em 21 de setembro daquele ano enviou os materiais coletados ao presidente da República junto com a seguinte missiva:

Nota confidencial endereçada a Sua Excelência o Senhor Presidente, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

São Paulo, 21 de setembro de 1964.

Senhor Presidente, na Europa, onde permaneci seis semanas, visitando a Inglaterra, França, Suíça e Itália, busquei colher informes e observar, tanto quanto possível, a forma pela qual a Revolução Brasileira está sendo apreciada, comentada e julgada naqueles diferentes países.

Infelizmente, o movimento revolucionário, que alijou do poder os comunistas e corruptos, continua a sofrer total distorção. O atual governo é objeto de ataques contínuos por parte da imprensa, sobretudo a francesa, que não se cansa de profligar os atos dos que dirigem o nosso país no momento atual. Ao que tudo indica, há um movimento perfeitamente organizado e articulado, com o objetivo nefasto de denegrir a nossa Revolução e endeusar o governo deposto.

Comunistas de toda a parte se movimentam com a finalidade de apontar os seus companheiros de ideologia como pobres vítimas de um governo totalitário, que se compraz em perseguir os homens de cultura, realizando contra eles a mais atroz das campanhas, aprisionando-os, exilando-os cassando-lhes os direitos políticos e civis, sem que para isso motivo exista, porquanto trata de homens de renome internacional. É necessário demonstrar, de forma clara e objetiva, que o propalado terrorismo cultural não passa de uma fábula. O que há é o propósito sincero de expurgar as nossas Universidades e as nossas instituições científicas de comunistas notórios (Pacheco e Silva, 1964-e, p. 1-3).

Como resposta às críticas internacionais sobre o regime que ajudou a implantar e com o aval do governo federal, enviou um texto para a *France-Amerique Magazine* no qual defendeu a tese de que em 31 de março daquele ano não ocorrera um *golpe*, mas sim uma *revolução cívica* para salvar a “pátria do comunismo”. Segundo ele,

A imprensa estrangeira na sua grande maioria apresentou a Revolução Brasileira como um golpe de Estado, executada por militares reacionários. Para restabelecer a verdade e facilitar a compreensão do que houve é indispensável lembrar que as forças armadas brasileiras, contrariamente ao que ocorre em muitos países latino-americanos se caracterizam pelo feitio popular e, dele decorre, sua extrema sensibilidade à opinião pública [...].

Quando no dia 19 de março de 1964, partindo de São Paulo, na grandiosa manifestação pública chamada ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’ (com mais de meio milhão de participantes), um irresistível movimento cívico popular se alastrou pelo Brasil, com ampla cobertura de imprensa, rádio e televisão, as Forças Armadas responderam ao clamor popular por uma ação decisiva [...].

Chega-se assim ao início de 1964. A paciência do povo, a repugnância por uma guerra fratricida e o apego à legalidade mantem por longos meses as Forças Armadas numa expectativa vigilante. A confiança em seu sucesso atinge o auge no campo comunista; eles falam, eles agem,

eles conquistam, o povo e seu exército se calam. Mas nesta cegueira eufórica dos comunistas, não percebem eles que nos bastidores, homens, mulheres, estudantes e militares patriotas trabalham, arregimentam, formam quadros e líderes democráticos, unem-se no propósito de resistir no golpe que vem. Mais de 2500 elementos passam por cursos de treinamento cívico, equipes especializadas cuidam da formulação de um programa cívico e agem na medida do possível na imprensa, rádio e televisão [...]

De fato, tão seguros estavam os comunistas de dominar este país-continente, esta nação estrategicamente essencial na guerra mundial, forte, de seus 75 milhões de habitantes, com riquezas naturais imensas e potencial de desenvolvimento ilimitado que na sua derrota e fuga eles abandonaram toneladas de documentos, valores e materiais. Estas provas serão demonstradas ao mundo para que reconheçam ter o povo brasileiro, seu exército, seu novo governo, salvando sua Pátria, prestado à humanidade um serviço inestimável merecendo gratidão, a confiança e a ajuda de todos os democratas.

Não houve no Brasil um golpe de Estado, nem um “pronunciamento militar”; houve sim uma Revolução cívica de uma grande nação democrata e cristã (Pacheco e Silva, 1964-f, p. 2-4).

As publicações reunidas no exterior foram produzidas por jornalistas que atuavam como correspondentes no Brasil, por intelectuais que mantinham contato com brasileiros exilados, bem como pelos próprios indivíduos que, por suas posições políticas, foram expulsos do país. A oposição vocalizada nos veículos de imprensa estrangeiros gerou problemas para as relações internacionais do governo brasileiro e se constituíram como importante ferramenta de pressão sobre a ditadura, visto que essa “via alternativa de informações permitia repercutir no exterior aquilo que era proibido de circular na imprensa nacional, como por exemplo, os nomes de desaparecidos políticos, os casos de tortura e outras formas de repressão policial” (Barcelos; Ribeiro, 2009, p.7).

Diante da crescente pressão internacional, o governo Médici recrutou oficialmente alguns daqueles que já vinham desempenhando as ações de defesa do regime de forma mais ou menos espontânea no exterior. A partir de então os recrutados se reportariam diretamente à Presidência da República e deveriam agir como se não estivessem em missão oficial para, assim, poder ter maior discrição e liberdade de ação. Entre os convocados estava Antonio Carlos Pacheco e Silva que, ao receber a lista de tarefas que deveria cumprir, respondeu ao General-presidente:

No cumprimento da missão que me cabe, lançarei mão de todos os meios de comunicação ao meu alcance, para demonstrar, de forma objetiva e concreta, através da palavra falada e escrita (slides, filmes, dados estatísticos, etc.) a exposição, aceitando debates, evitando, contudo, entrar em polêmicas.

Buscarei de preferência agir nos meios universitários e intelectuais, onde tenho maior penetração, no seio das classes empresariais e nos quadros políticos, insistindo sempre que não estar em qualquer missão oficial, mas de caráter universitário, o que não deixa de ser verdade, porquanto na qualidade de representante do Brasil na Associação Psiquiátrica Mundial, de Conselheiro da Federação Mundial para a Saúde Mental, sou obrigado a estar em contato permanente com os demais membros daquelas entidades, na preparação de Congressos Internacionais.

Ao lado dessas atividades procurarei colher informações verbais e escritas, publicações e outros dados atinentes ao comunismo internacional, à agressividade, à violência, às toxicomanias e a tudo quanto possa interessar a segurança nacional.

Como a ofensiva desencadeada contra o Brasil obedece a um critério global e a ação comunista desencadeada contra nós é com frequência planejada e articulada no estrangeiro, há o maior interesse em manter intercâmbio com as organizações e pessoas de toda a parte, trabalhando com idênticos objetivos [...].

Na missão que me é atribuída, buscarei por todos os meios e formas, tudo fazer para demonstrar:

- Tentarem os comunistas, através de uma campanha mentirosa, tendenciosa e ignominiosa, criar, no Exterior, uma imagem totalmente falsa e deturpada do Brasil [...].
- Demonstrar estarem asseguradas no país todas as liberdades para aqueles que respeitem a lei e a ordem legal.
- Que as Forças Armadas tem dado, após a Revolução de Março de 1964, as mais inequívocas demonstrações de desprendimento, compreensão e patriotismo, não implantando no Brasil uma ditadura militar, mas assegurando ao país a tranquilidade, a ordem, a disciplina e a segurança de que carecia, para que a Nação siga os seus altos destinos inscritos no pavilhão nacional “Ordem e Progresso”.
- Salientar não se ter registrado no Brasil, como se tem propalado, um *putsh* militar, mas sim uma legítima revolução cívica, realizada por uma grande nação democrática e cristã, que repudiou o comunismo, já praticamente nela implantado. [...]

- Haver o atual governo, cuja frente se encontra o Presidente Médici, alcançado impressionante popularidade, tanto mais notável, porquanto não foi alcançada mercê de qualquer propaganda, processo demagógico ou outro meio de promoção.
- Que os atentados terroristas, relativamente insignificantes, tendo-se em conta a população do país, longe de granjearem adeptos para a ideologia dos seus autores ou provocar pânico, despertam a maior repulsa da população, que enfrenta corajosamente os vermelhos, sem se deixar impressionar ou amedrontar, colaborando para o extermínio daqueles que querem aqui implantar o regime comunista (Pacheco e Silva, 1972-e, p. 2-3).

No ano seguinte, como reconhecimento pelos “relevantes serviços prestados à nação”, foi condecorado pelo presidente da República e pelo Ministro da Educação e da Cultura, Jarbas Passarinho, com a *Medalha da Ordem Nacional do Mérito Educativo* no grau de Oficial. Com isso, no intervalo de nove anos, ele laureado três vezes²⁰, sinal de seu absoluto alinhamento ao o regime instaurado em 1964.

Assim, as bandeiras liberais e democráticas que encampou quando fez oposição ao Estado Novo (visto que o regime varguista perseguiu o grupo político de Armando de Sales Oliveira – ao qual ele pertencia) parecem ter ficado cada vez mais no passado. Ao longo de toda a ditadura e até os seus últimos escritos, Pacheco e Silva defendeu a manutenção de uma ostensiva repressão aos opositores do regime até que todas as forças de esquerda fossem eliminadas da vida política e da cena cultural brasileira. Até 1980, quando somava 82 anos de idade, ele seguiu enviando ao Palácio do Planalto materiais coletados no exterior; nos anos seguintes publicou suas memórias sobre sua participação no golpe de 1964 e no regime que se esvaía com o último General-presidente, João Figueiredo. Indignado com o processo de abertura política e com o retorno dos “subversivos” ao país através da Lei da Anistia, aos poucos foi se retirando da vida política e se recolhendo ao seu apartamento na Av. Angélica – São Paulo.

Entretanto cabe destacar, finalmente, como o seu apoio irrestrito às ações políticas empreendida se desdobrou no confronto com companheiros de profissão e alunos da

²⁰ Pacheco e Silva recebeu de Castelo Branco, em 1964, a *Comenda do Mérito Militar*; em 1968 foi agraciado por Arthur da Costa e Silva com a *Medalha da Ordem Nacional do Mérito* e em 1973 Emílio Garrastazu Médici lhe conferiu a *Medalha da Ordem Nacional do Mérito Educativo*

Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo destacando exemplarmente o impacto das suas ações na prisão e exílio do professor Thomas Maack.

5.4.1 – A Ditadura na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Antonio Carlos Pacheco e Silva e o “caso Thomas Maack”

Com a vitória da articulação civil-militar em 31 de março de 1964 a repressão às forças políticas de esquerda foi rapidamente instaurada por aqueles que passaram a controlar o Estado. Logo nos primeiros dias do regime os sindicatos, ligas camponesas, movimentos estudantis e as universidades foram alvo das ações inaugurais de cerceamento e violência estatal. Conforme apontou Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 23),

Vitorioso o golpe, e antes que os novos donos do poder definissem que rumos dariam ao país, o expurgo dos derrotados já era a sua primeira preocupação. Depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, as instituições universitárias foram os alvos prioritários das ações repressivas. Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrudescimento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários.

Na Universidade de São Paulo o golpe foi impetrado em meio a uma acalorada discussão sobre a necessidade de uma ampla reforma nos mecanismos estruturantes da instituição. O regime de cátedras vitalícias conferia a uma pequena elite docente prestígio, altos ordenados e plenos poderes sobre a sua área de saber, podendo decidir quais conteúdos e pesquisas deveriam ou não ser estimuladas. Os catedráticos podiam contratar e demitir professores assistentes e pesquisadores além de ter acesso exclusivo aos mecanismos decisórios da universidade visto que apenas eles tinham poder de voto nas congregações das faculdades e nos conselhos universitários. Tal regime era apoiado

apenas pela elite acadêmica (que de fato se beneficiava dele) ao passo que o grupo de professores auxiliares, jovens pesquisadores e estudantes universitários reivindicavam a eliminação das cátedras, a democratização das instâncias decisórias, ampliação das vagas nas universidades e a adoção do sistema de departamentos de ensino e pesquisa.

Neste contexto, em 1960, Antonio Barros de Ulhoa Cintra, Catedrático de Clínica Médica da Faculdade de Medicina, assumiu a reitoria da USP com o apoio de grande parte do grupo que reivindicava tais reformas. O principal núcleo de sustentação da gestão de Cintra foi formado pelos jovens docentes e pesquisadores da FMUSP, o que acirrou naquela escola as disputas entre a elite acadêmica conservadora e o grupo mais identificado com as propostas modernizantes. Deste modo,

A candidatura de Antônio Barros de Ulhoa Cintra à reitoria da Universidade, em 1960, foi caracterizada como uma tentativa de modernização. Longe de ser consenso, foi entendida como uma alternativa viável por parte daqueles que defendiam mudanças [...].

Nesse período, o clima geral na Universidade era de intensa discussão sobre essa pauta. As críticas ao sistema de cátedra foram intensificadas, assim como a adesão à reforma estrutural da Universidade. Aos olhos conservadores, algumas reivindicações, como um terço da participação dos alunos nos órgãos colegiados, significavam a implantação de uma ideologia comunista. Somavam-se a essa bandeira outros pontos de pauta: o apoio à pesquisa, o incentivo ao tempo integral e a proposta de uma política que levasse a instituição a se preocupar com os sérios problemas de saúde pública e saneamento básico. As propostas de reformulação do estatuto da Universidade e das ementas das disciplinas da Faculdade de Medicina e a visão que muitos pesquisadores tinham de como a USP deveria atuar em relação aos problemas inerentes às precárias condições de vida das populações desfavorecidas foram relacionadas com bandeiras defendidas pela esquerda.

O despertar da década de 1960 encontrou a Faculdade de Medicina como um caldeirão de discussões que iam de polêmicas científicas a disputas internas de cargos. Dois grandes temas nucleares dominavam o debate: de um lado, a necessidade de modernização da pesquisa e o incentivo à investigação experimental, contra o conhecimento erudito e conservador já estabelecido nas ementas de várias disciplinas; de outro, a necessidade de uma reforma universitária que restringisse o poder do catedrático e instituisse a abolição da cátedra vitalícia (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 24).

Em meio a tais disputas deu-se o golpe que alçou Castelo Branco à presidência e, a partir de então, iniciou-se a perseguição, prisão, tortura e expurgo de professores de alunos e professores de diversas instituições universitárias pelo país. A Congregação da FMUSP que vinha sofrendo severas críticas por suas posições conservadoras foi um dos primeiros colegiados a manifestar seu alinhamento ao novo regime que se instaurou. Logo no dia 02 de abril de 1964 os docentes de reuniram e a maioria deles decidiu emitir uma moção de apoio aos militares. Deste modo,

O golpe militar representou a vitória dos grupos conservadores e em pouco tempo promoveu o fechamento político. A implantação do regime militar repercutiu rapidamente na Universidade de São Paulo e a Faculdade de Medicina seria o pivô de uma longa crise institucional que começou a ficar nítida logo após a destituição de João Goulart, em 31 de março de 1964.

Numa conjuntura em que os acontecimentos se precipitavam rapidamente, ampliando a concentração de poder em todos os níveis hierárquicos, a Congregação da Faculdade de Medicina se reuniu logo em seguida, no dia 2 de abril de 1964. Em convocação extraordinária, a maioria dos membros presentes decidiu declarar-se solidária ao regime militar, mediante moção de apoio e confiança ao grupo que se instalava em Brasília (Marinho; Mota, 2012, p. 142).

Entre os catedráticos que se apresentaram de prontidão em favor do novo regime, defendendo energicamente a “coragem de nossas Forças Armadas”, estava o professor de Clínica Psiquiátrica, Antonio Carlos Pacheco e Silva.

A partir de então a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo se tornou uma das instituições mais afetadas pelo aparelho repressivo e foi palco de inúmeras denúncias às autoridades militares sobre as “atividades subversivas” praticadas por funcionários, professores e alunos da instituição. Duas interpretações se somam para explicar a virulência das perseguições na FMUSP. A primeira aponta para o incômodo sentido pelos professores catedráticos, afeitos às “tradições da Casa de Arnaldo” com o ingresso, a partir dos anos 1950, de grupos não pertencentes à linhagem “quatrocentona” que imperava na instituição desde a sua fundação. Outro caminho interpretativo elege as disputas em torno das propostas de reforma universitária como elemento central para as disputas entre os professores catedráticos e aqueles que propunham mudanças nos

regimentos da Universidade, que viriam a ser perseguidos a partir de 1964. Rodrigo Patto Sá Motta fez a seguinte análise:

Por que as demissões na USP em 1964 se limitaram ao grupo da Medicina? A explicação mais provável é que a direção da própria faculdade tenha pressionado pelo afastamento. A Medicina era conhecida por possuir influente grupo de direita, inclusive alguns egressos do integralismo [...]. A tradicional instituição, para desgosto de muitos de seus líderes, teve de conviver com personagens estranhos aos princípios conservadores a partir do fim dos anos 1950, quando começou a admissão de professores não pertencentes às famílias “quatrocentonas” (filhos de imigrantes judeus, por exemplo) e também jovens ligados à esquerda. Na Faculdade de Medicina da USP, como em outras, a polarização política em 1964 era também interna, e alguns professores tornaram-se suspeitos por sua origem social e por questionarem as tradições. Com as mudanças políticas de 1964, a direita da faculdade achou que era a hora de livrar-se do “corpo estranho” (Motta, 2014, p. 53).

A Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, por sua vez, atribuiu às disputas ideológicas em torno da manutenção ou não do regime de cátedras bem como a defesa empreendida por jovens médicos sobre a necessidade de a FMUSP contribuir de maneira mais efetiva nas ações políticas, sociais e sanitárias de São Paulo como o foco principal das perseguições empreendidas pela direção da instituição a partir de 1964. De acordo com o relatório da Comissão,

Várias disputas pessoais, já existentes entre os professores, foram alimentadas com novas acusações. Alguns docentes com reconhecida reputação em suas áreas de pesquisa, como aqueles que travavam combate às endemias e alertavam para as precárias condições sanitárias de grande parte da população brasileira, foram estigmatizados politicamente. O período contou com uma onda de delações instigada por um grupo de acadêmicos que se autodenominava “democratas e verdadeiramente cristãos”. Esse grupo não poupou esforços no sentido de afastar os jovens médicos defensores de mudanças estruturais nos estatutos da Faculdade e, utilizando de estratégias antiéticas, enviou uma carta anônima ao governador de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros. Em maio do mesmo ano, a denúncia foi encaminhada pelo governador para providências por parte do governo militar. Outra carta

anônima, recebida pelo Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, enviada em 25 de junho de 1964 para o reitor Luís Antônio da Gama e Silva, também lista nomes supostamente ligados a esquerda, em especial ao PCB. Tais cartas podem não terem sido os fatores determinantes para a instauração dos IPMs [Inquéritos Policiais Militares], em 1964, e as demais perseguições nos anos seguintes, porém, revelam o clima de delação, ciúme e de defesa da preservação do antigo regimento em prol da manutenção de suas cátedras (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 25).

Somadas essas interpretações, temos um bom panorama sobre o clima de disputas e perseguições políticas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A partir disso podemos, então, destacar a colaboração de Antonio Carlos Pacheco e Silva em um caso exemplar representado pela perseguição e prisão do professor auxiliar do Departamento de Fisiologia da FMUSP, Thomas Maack.

Pacheco e Silva permaneceu, em verdade, por pouco tempo na Faculdade de Medicina após a tomada do poder pelos militares. Em 1967 ele solicitou a sua aposentadoria e mesmo desempenhando ainda algumas funções no Instituto de Psiquiatria, sua presença, ainda que muito poderosa, foi se tornando mais protocolar do que efetiva. Como pudemos notar nas páginas anteriores, neste período ele dividiu seu tempo entre as ações partidárias, a coleta de informações sobre o regime no exterior, a administração do seu instituto privado, além de passar por problemas familiares que muito o afetaram. Mas ainda assim compôs, ao lado de outros catedráticos como João Alves Meira, Carlos da Silva Lacaz e Edmundo Vasconcelos, a ala dos professores que fizeram a defesa na universidade do sistema de cátedras e do governo que se formou.

Neste momento Maack, que se graduou pela FMUSP em 1961, fazia parte do grupo de jovens pesquisadores liderados pelo professor de Histologia e Embriologia, Michel Rabinovitch. Em 1964, dadas as suas avançadas pesquisas sobre nefrologia, foi contratado como professor auxiliar da Cátedra de Fisiologia pelo professor Alberto Carvalho da Silva. Do ponto de vista político, Maack afirma ter sido um militante ativo, não uma liderança, nos movimentos estudantis como a União Nacional dos Estudantes bem como em sindicatos e pequenas organizações partidárias, militando “quase sempre fora do ambiente universitário” (Maack, 1991, p. 122). No contexto da política universitária, ele fazia parte do grupo de jovens cientistas que defendiam as já referidas

reformas e, a seu ver, foi devido a esse posicionamento e não por suas convicções político-filosóficas, que se tornou alvo das forças repressivas que atuaram dentro da Faculdade de Medicina (Pesquisa FAPESP, 2014, p. 29).

Durante a sua graduação, foi aluno de Pacheco e Silva e foi um dos discentes submetidos aos questionários que o professor havia desenvolvido em 1959 para analisar “o perfil psicológico dos estudantes de medicina”.²¹ O questionário de duas páginas incluía perguntas genéricas como “Dados pessoais”, “Nacionalidade”, “Nacionalidade dos pais”, “Onde estudou”, “Classificação no vestibular da FMUSP”, “Qual a razão por que escolheu a profissão médica?”, “Qual especialidade o atrai?”, “Possui recursos materiais para estudar?”, “Trabalha?”, “Quanto recebe?”. Entretanto, também solicitava do entrevistado informações que revelariam os seus posicionamentos e engajamento políticos tais como “É eleitor?”, “É filiado a algum partido político?”, “Está quite com o serviço militar?”, “Qual religião professa?”, “Quais são as suas concepções políticas e filosóficas?” (Pacheco e Silva, 1959-g, p. 1-2).

Assim, evidentemente, mais que fornecer dados para a produção de trabalhos acadêmicos, o questionário (que foi realizado sob a garantia de total anonimato por parte do professor responsável) resultou num vasto material que ajudaria a identificar as posições políticas de todos os estudantes da FMUSP justamente no momento em que as tensões políticas do país estavam cada vez mais acirradas. Após cinco anos, poucos meses após a tomada de poder pelos militares, o destino do agora professor Thomas Maack se cruzaria novamente com o seu colega de profissão Pacheco e Silva.

Por seus posicionamentos políticos, no dia 10 de junho de 1964, Maack foi encarcerado e transferido para o navio-prisão *Raul Soares* aportado em Santos e submetido a inúmeras violações. Após diversos interrogatórios a que foi submetido, foi intimidado e surpreendido por policiais que faziam a leitura das respostas que havia dado, uma única vez em sua vida, ao questionário feito por seu antigo professor de clínica psiquiátrica. Sobre as implicações desse ocorrido, relatou:

²¹ Os materiais coletados nas entrevistas realizadas com os alunos subsidiaram a produção dos trabalhos *Problemas psicológicos del estudiante de Medicina e interrelaciones entre estudiantes y profesores* (Pacheco e Silva, 1961-d), *Inquérito sobre a atitude do estudante de Medicina* (Pacheco e Silva, 1962-c), *Situação estudantil em São Paulo* (Pacheco e Silva, 1967-c) e, especialmente, o livro *Estudantes de medicina de hoje* (Pacheco e Silva; Letaif, 1962).

Em 1959, quando eu cursava o quarto ano da faculdade, o professor Pacheco e Silva, catedrático de Psiquiatria, entra numa das aulas do curso de Psicologia Médica carregando um calhamaço de folhas. Dirige-se à classe dizendo que está fazendo um estudo sobre o perfil psicológico do estudante de Medicina. Pede-nos para escrever uma autobiografia e responder um detalhado questionário. As questões eram íntimas e privadas, incluindo *status* econômico da família, vida sentimental, vida familiar, ideologia filosófica e política, e atividades que estávamos envolvidos. Pacheco e Silva assegura-nos completa confidencialidade e apela para a nossa colaboração. Como bons jovens de vinte anos mentimos bastante sobre a nossa vida sentimental, mas derramamos a alma sobre a nossa ideologia política e filosófica. Lembre-se o leitor, a minha foi a geração que cresceu nos tempos das liberdades democráticas e da repressão sexual. Mesmo assim evitei mencionar associações ou atividades políticas concretas e escrevi sobre a minha ideologia de uma forma vaga.

Ao sairmos da aula um colega pergunta-me se tinha respondido às questões. Digo que sim. Ele exclama: “Você é louco! O Pacheco vai mostrar esse negócio pra todo mundo”. Respondo: “Deixa de ser paranoico!”.

Os tempos fáceis em Quitaúna [onde Maack ficou preso por cerca de seis meses] haviam acabado. As amenidades da “cesta vermelha”, da “meia-carta”, e dos “livros de protocolo” deram lugar a interrogatórios duros sobre a realidade das minhas atividades políticas fora da FMUSP. Na tentativa de quebrar o meu silêncio, o coronel Alvim decide mandar-me para [a prisão no navio] “Raul Soares”. A seu favor devo dizer que não recorreu à tortura física e não precisei de heroísmo para manter meu silêncio. No meu último dia em Quitaúna, o coronel Alvim, com um sorriso nos lábios, me diz (parafraseando): “Pois é, agora você silencia, mas nos tempos da democracia vocês falavam e escreviam abertamente sobre tudo”. Para demonstrar o quanto isso era verdade ele repete o que escrevi sobre a minha ideologia política uma única vez na minha vida, num único lugar. Pacheco e Silva tinha entregue ao Exército minha autobiografia privada, minhas respostas ao seu questionário confidencial (Maack, 1991, p. 133).

Com isso, Thomas Maack fez parte do grupo dos 11 professores foram indiciados, presos ou tiveram seus cargos cassados pela chamada “operação limpeza” empreendida nos primeiros anos da ditadura. Na lista de professores “expurgados” constam, além dele, os nomes de importantes pesquisadores como Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney

F.P. Camargo, Luiz Rey, Michel Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha, Reynaldo Chiaverini, Israel Nussenzveig, Isaías Raw, dentre outros (Associação dos Docentes da USP, 2004, p. 31).

Após sete meses de prisão, Maack obteve um *habeas corpus* e partiu para os Estados Unidos, onde lecionou e desenvolveu pesquisas de grande impacto sobre fisiologia renal nas universidades de Siracusa e Cornell. A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por sua vez, perdeu muito de seu protagonismo internacional e se viu diante de profundas crises ao perder parte de seus melhores cientistas no processo de “limpeza” promovido por seus dirigentes e com o prosseguimento dos mecanismos de repressão interna nos anos seguintes. Pacheco e Silva, finalmente, após dedicar-se avidamente ao trabalho de sustentação do regime, a partir do início dos anos 1980 foi gradativamente se recolhendo e saindo de cena.

5.5 – Entre o “ocaso da existência” e a memória de si: os últimos anos de Antonio Carlos Pacheco e Silva

Ao completar 80 anos de idade no dia 29 de maio de 1978, Antonio Carlos Pacheco e Silva iniciou a redação de suas memórias afirmando que “no ocaso da existência, surgiu em meu espírito a ideia de relatar os principais fatos de minha vida, ocorridos no decurso de longa, trabalhosa, movimentada e, porque não dizer, acidentada vida” (Pacheco e Silva, 1995, p. 1). Esse conjunto de textos memorialísticos foi compilado e publicado sete anos após o seu falecimento por sua filha Clarita Pacheco e Silva em parceria com a diretoria da União Cultural Brasil-Estados Unidos sob o título *Reminiscências*.

Esta obra se soma a um conjunto de materiais produzidos entre 1978 e 1983 que retratam a sua preocupação em registrar uma memória de si e apresentar a uma versão sobre os processos históricos em que esteve envolvido ao longo de sua vida. Ao analisar esse conjunto é possível encontrar um Pacheco e Silva nos anos finais de sua vida, revisitando, a partir do ponto de vista do momento vivido, as outras duas *Eras* (*formativa* e *fulgor*) de sua existência. Compreendemos esse processo de construção de uma imagem de si se deu, conforme apontou Teresa Malatian, como um “trabalho de criação específico e distanciado, mas ao mesmo tempo próximo de outros momentos naquele instante

revisitados e reelaborados, colocando à luz esse eu construído antes de tudo para si mesmo, buscando elucidar o enigma de sua própria existência” (Malatian, 2008, p. 24).

Os temas privilegiados nesses documentos foram a guerra civil de 1932, a sua participação no golpe de 1964, as memórias sobre a “velha casa de Arnaldo”, a saúde mental do idoso, bem como as relações que travou com figuras de destaque no meio político, científico e empresarial no Brasil e no estrangeiro. Foi nesse espaço de cinco anos que ele editou, por exemplo, trabalhos como *Envelhecer se esmorecer* (1980-c); *Observações, reflexões e sugestões de um Revolucionário de 1964* (1980-f); *Primórdios da Velha Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo* (1982-a); *Reflexões de um psicólogo* (1979-f); *Aspectos psicológicos do envelhecimento* (1979-e) e *Uma análise retrospectiva* (1980-m). Esse conjunto de trabalhos se enquadra, a nosso ver, nos apontamentos feitos Michael Pollak:

Ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (Pollack, 1989, p. 12).

É importante pontuar que tais memórias foram produzidas em sua velhice e, tendo em vista que esta etapa da vida possui suas próprias vicissitudes e que cada sociedade a compreende e trata de formas diferentes, coadunamos com Ecléa Bosi quando aponta que

Além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice [...]. Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho. Destruirão amanhã, o que construímos hoje (Bosi, 1994, p. 35).

Com isso em vista, foi possível observar que, de maneira geral, os últimos trabalhos de Pacheco e Silva expressam sua sensação de ruptura e de estranhamento com o mundo, costumes, tecnologias e cultura de um tempo presente com o qual não se identificava. A cidade de São Paulo, onde sempre viveu, a medicina – profissão a que se dedicou por mais de seis décadas – já não seriam mais as mesmas, o que lhe fazia sentir-se alijado do mundo que o cercava. Segundo ele,

O mundo atual se afigura para os da minha geração estranho, indecifrável, impenetrável, tumultuado e sem entranhas, não lhes permitindo nele integrarem tão grande foi a mutação verificada. Sentem-se eles marginalizados, alienados, quando não rejeitados, dominados por uma sensação de total desajuste. Então os velhos da atualidade, desorientados e perdidos no espaço, no tempo e no meio-ambiente, sem atinar precisamente com o que se passa no mundo em que estão vivendo e muito menos prever qual será o futuro da humanidade [...].

Isto posto, sinto-me autorizado a propor uma mudança, uma inversão na forma de definir e classificar as gerações, considerando como perdidas não as mais novas, como se apregoa, mas sim as mais velhas, que se sentem inteiramente desajustadas, desorientadas, fora da realidade e da órbita terrestre, sem encontrar uma saída no mundo caótico e desumano que as cerca (Pacheco e Silva, 1995, p. 7).

Nas análises que empreendeu sobre a medicina praticada no último quarto do século XX, ele também expressou suas contrariedades com o que vislumbrava. Conforme apontam André Mota e Lilia Blima Schraiber, a partir dos anos 1930, o trabalho médico foi deixando de ser uma prática liberal, empreendida nos consultórios privados, para ser praticada nos hospitais e centros de Saúde, tendo o desenvolvimento tecnológico e a consolidação das especialidades médicas como o seu motor. Desta forma, “a medicina se reafirmava em sua dimensão laboral pela compra de serviços, mas abria-se para o trabalho médico assalariado, até então rechaçado principalmente pelos médicos de formação generalista” (Mota, Schraiber, 2009, p. 351). Tendo presenciado a efetivação dessas transformações ao longo de sua vida, em sua velhice, Pacheco e Silva afirmou:

As profundas mutações ocorridas na vida moderna tem concorrido, direta ou indiretamente, para que a medicina fosse perdendo, progressivamente, o sentido profundamente humano e a posição privilegiada que desfrutavam antigamente os seus cultores. Estes, não dispunham, é certo, de maiores recursos terapêuticos, buscando compensar as suas falhas e deficiências, dedicando maior assistência espiritual e calor humano aos seus clientes, cumprindo rigorosamente a ética médica, no que tem ela de mais nobre e sublime, revestida de humanismo, o que hoje não mais se observa, salvo honrosas exceções. Vai, assim, o médico, sem que disso se aperceba, perdendo gradativamente o sentido humano da sua profissão, hoje equiparada à todas as outras liberais, onde o ganho constitui, senão o único, o principal objetivo do seu exercício [...].

Vive hoje o médico, particularmente os que clinicam nas megalópoles, em ambiente sobremodo tenso, carregado, hostil e agressivo. Esfalfado e atribulado pelas lides cotidianas, sujeito constantemente a uma série infinita de empecilhos. Sobrecarregado de trabalho, mal remunerado, obrigado a sujeitar-se a empregos, sem a necessária qualificação, com horários rígidos e implacável marcação do ponto, transformados em meros funcionários públicos ou empregados de empresas comercializadas (Pacheco e Silva, 1982-a, p. 14).

Ao iniciar sua autobiografia, Pacheco e Silva expressou ter em mente fazer um trabalho comparativo entre as memórias de sua infância na cidade de São Paulo e o que pensava sobre ela no momento vivido, quando possuía 80 anos de idade. Logo em seguida explicou as razões de ter abandonado tal empreendimento, pois “na medida e em que ia coletando dados aqui e acolá, capacitei-me da impraticabilidade de meu intuito, pois é impossível comparar coisas heterogêneas, já que são discordantes e dessemelhantes”. E prosseguiu: “espantam e assombram modificações tão radicais, ocorridas em tão curto espaço de tempo, entre uma e outra época, a ponto de permitir que um mesmo homem, que viveu muito, observar tamanha revolução” (Pacheco e Silva, 1995, p. 5). Contudo, em um discurso intitulado *São Paulo, terra de heróis e berço de guerreiros*, comparou:

Quando vim ao mundo, São Paulo não passava de uma cidadezinha inexpressiva. Meus olhos infantis depararam deslumbrados imensos sobradões coloniais que não tardaram a ser demolidos e substituídos por arranha-céus colossais [...]. Poluição era palavra ignorada; a poeira era generalizada. Mas já fora do centro o ar era puro, diáfano e aromatizado por belas flores nos jardins vizinhos.

Raríssimos os automóveis que trafegavam pelas ruas com as buzinas ensurdecedoras, espantando os transeuntes e dispersando a animalada espavorida. Trombadas e batidas raramente aconteciam entre motoristas e cocheiros desprevenidos, particularmente nas noites e nas manhãs garoentas e nevoentas, em lugares mal iluminados.

Tudo porém mudou como que por encanto; melhor para alguns, pior para outros. Há hoje descontentes, queixosos e revoltados contra as metrópoles. Outros, porém, mostram-se alegres, felizes e satisfeitos na Babel em que habita, vivendo em disparada, indiferentes aos contratempos. Essa porém não é a opinião daqueles que aqui viveram nos velhos tempos dos primeiros anos deste século, mas que precisam curvar-se ante o progresso, pois São Paulo é hoje a terceira cidade do mundo (Pacheco e Silva, 1978-f, p. 2-3).

Mas, além da retomada das memórias sobre a sua vida, os últimos anos de Pacheco e Silva, quando ele se recolhia de suas atividades e gozava do repouso de sua aposentadoria, foram marcados por um crime que tomou as manchetes dos grandes jornais paulistanos. No dia 15 de junho de 1982, o seu apartamento foi invadido por três assaltantes que fizeram ele, sua esposa e empregados reféns, conforme noticiou a *Folha de São Paulo*:

Ao tentarem assaltar, ontem de manhã, um prédio a quatro quarteirões da Secretaria de Segurança Pública e a 400 metros do 7º Batalhão de Polícia Militar, três ladrões transformaram a Avenida Angélica em uma verdadeira praça de guerra, enfrentando 15 viaturas e 100 policiais, num tiroteio presenciado por centenas de pessoas.

Tudo começou por volta das 8 horas quando os ladrões resolveram assaltar um apartamento do edifício São Pedro. Entraram pela garagem dos fundos e encontraram, próximo ao balcão da portaria, o faxineiro Ismael C. conversando com Aurélio M., motorista particular de uma família que mora no 3º andar (o prédio tem um apartamento por andar). É Ismael quem conta: “Vi três homens armados e um gritou ‘isto é um assalto’. Queriam saber quem era o zelador. Eu disse que ele dormia. Um deles disse para deixar dormindo e ordenaram que nós dois entrássemos no elevador e mandaram a gente apertar o 12. Obedecemos”.

O 12º andar é o último andar do edifício São Pedro. Ali moram, num amplo apartamento de frente para a Angélica, o casal Antonio Carlos Pacheco e Silva, 84 anos, professor da Faculdade de Medicina da USP, e sua mulher Dirce Rudge Pacheco e Silva. Nesse momento estavam

também lá seus empregados Arnaldo S. (motorista), Teresinha R., Fátima P.M e Casimira J.S (domésticas).

Segundo o faxineiro Ismael, na porta do apartamento os ladrões se esconderam e obrigaram o motorista Aurélio M. a apertar a campainha. Quando a empregada Teresa abriu a porta, todos entraram de supetão, os dois reféns empurrados pelos três ladrões. Teresa recebeu ordem para ficar quieta e todos se encaminharam à cozinha. Ali estavam conversando as outras duas empregadas e o motorista Arnaldo. Pegos de surpresa, nem esboçaram reação. Receberam ordens de levar os assaltantes ao dono da casa.

Todos foram juntos até o quarto do casal, onde só estava dona Dirce telefonando para a filha. Ao ver homens armados, ela disse à filha que estavam sendo assaltados e desligou o telefone. Em roupas de dormir, foi empurrada junto com os outros para o escritório, onde estava o marido, estudando, de pijama. Todos foram trancados pelos marginais que, segundo Ismael, perguntaram onde era o cofre e disseram que não iriam matar ninguém: apenas queriam joias e dinheiro para fugir.

A filha de dona Dirce comunicou ao Copom que sua família estava em perigo e em cinco minutos duas viaturas, com nove policiais, estava em frente ao prédio [...]. Pela janela os marginais viram as viaturas. Quando os policiais abriram a porta de madeira do elevador, no 12º andar, foram recebidos com armas em sua direção [...].

Enquanto no 12º andar os soldados comandados por Camilo entravam para libertar as pessoas presas no escritório, no térreo três bandidos surpreenderam os quatro policiais, desarmando dois deles e fazendo-os reféns [...]. Confusos, os marginais começaram a atirar nos policiais e dois deles desceram a Av. Angélica correndo, enquanto o outro parava um taxi e obrigava o motorista a fugir. Os policiais responderam aos tiros, apesar de haver centenas de curiosos na avenida. Felizmente ninguém foi atingido.

Após intensa troca de tiros dois assaltantes foram presos e um deles conseguiu fugir.

No 12º andar, a tentativa dos policiais de salvar as pessoas presas no escritório quase termina em tragédia. “Depois que os bandidos saíram”, contou Ismael, o faxineiro, “nós começamos a empilhar móveis na porta, quebramos a cômoda, a escrivaninha, cadeiras, tudo até livros usamos para impedir a sua volta. Aí, começaram a bater com força na porta, dizendo que era a polícia. O motorista do seu Pacheco desmaiou pensando que eram os bandidos de volta e uma das empregadas – parece que é a Casimira, eu sei que é uma preta – tentou se jogar pela janela. Ficou pendurada no parapeito e eu precisei fazer muita força para puxá-la de novo para dentro. Por fim, abrimos uma fresta na porta e vimos

que era a polícia mesmo e ficamos todos livres” (Folha de São Paulo, 1982, p. 12).

Diante disso podemos encontrar, talvez, um último eco de suas posições incisivas que ficaram ainda mais explícitas nesta *Era dos acirramentos*. Poucos meses após o crime sofrido, ao saber que os indivíduos que invadiram sua residência eram egressos do sistema prisional, ele publicou um artigo na *Revista da Associação Internacional de Segurança – ASIS Brasil* no qual evocou os controversos trabalhos de Hans Goebbels, para argumentar que

A maioria dos salteadores já cumpriu penas por crimes anteriores; outros são foragidos de estabelecimentos penais, havendo ainda os que se encontram em regime de prisão albergue ou em livramento condicional, o que é inconcebível. A grande maioria dos criminosos, assinala Hans Goebbels, com a sua autoridade, são sociais, inadaptáveis, irrecuperáveis, que não se emendam. Dotados de constituição psicopática, do tipo perverso, não se beneficiam de qualquer tipo de regime penitenciário, seja este mais severo ou mais brando, gozando o criminoso de maiores ou menores regalias [...]. O fato da grande maioria de reincidentes serem irrecuperáveis, de impossível regeneração, decorre de serem eles anômalos morais. Não acusam, em geral, maior comprometimento das faculdades intelectuais, são extremamente vivos, possuindo alguns deles elevado quociente intelectual, o que agrava ainda mais a sua temibilidade, porquanto aplicam a inteligência exclusivamente para a prática do mal (Pacheco e Silva, 1982-f, p. 20).

Dali em diante, passamos a encontrar cada vez menos registros e escritos em seus arquivos, o que revela o seu gradativo recolhimento. Os últimos registros que obtivemos dele datam de 1984, ano em que ministrou as suas derradeiras palestras na *Universidade da Terceira Idade*, bem como quando participou de algumas atividades promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era *sócio correspondente*. Nos anos seguintes ele permaneceu com sua família e cuidando de sua saúde. Antonio Carlos Pacheco e Silva faleceu na cidade de São Paulo no dia 27 de maio de 1988, na antevéspera das comemorações de seu 90º aniversário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um trabalho historiográfico nenhuma visita ao passado é feita despretensiosamente e de forma “neutra” como, por muito tempo, se pretendeu. Se é fato que nem toda pesquisa histórica ambiciona buscar em tempos de outrora respostas sobre o momento vivido, também é verdade que o contato com este passado não pode se dar senão mediado pelas contingências do tempo presente. Nesse sentido, a interpretação de um se ancora no outro, como bem apontou Marc Bloch:

O presente e o passado se interpenetram. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício de historiador, são de sentido duplo. Se, para quem quer compreender mesmo o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca — embora não nitidamente alertado — não é menos verdadeira (Bloch, 2002, p. 65).

Por mais que tal constatação seja uma premissa fundante do ofício do historiador, ressaltá-la se faz necessário para apontar que a escolha do objeto de pesquisa, bem como as questões que pautaram as análises sobre ele se deram nesta mão-dupla entre uma interpretação sobre o passado que ajuda a compreender o presente e as questões formuladas no presente que fornecem subsídios para a leitura do passado. Ao longo de toda a Tese, este movimento esteve latente, nos revelando que um dos aspectos mais atraentes de uma biografia é que ela não se conclui com o falecimento do personagem em questão. Pelo contrário; as ações de um homem em seu tempo nos fornecem um amplo leque de significados que fazem e seguirão fazendo emergir novos interesses e questões.

Ao traçar a biografia de Antonio Carlos Pacheco e Silva buscamos identificar permanências e rupturas, continuidades e distensões, para que fosse possível capturar a singularidade de sua trajetória em meio aos contextos históricos em que ele viveu. Tal exercício biográfico nos permitiu constatar que parte das ideias que defendeu parecem ainda ecoar – com novas estéticas e sentidos – em um mundo que, ao mesmo tempo, não é mais exatamente aquele que conheceu. Da mesma forma que encontramos vestígios, ora mais e ora menos evidentes, de cada uma das diferentes *Eras* de sua vida nos momentos seguintes de sua existência (visto que ele e o mundo em que viveu estiveram

em constante transformação ao longo do *Breve século XX*), também podemos verificar sinais de sobrevivência de alguns de seus ideais políticos, científicos e sociais após 30 anos de seu falecimento.

Cabe mais uma vez destacar que o estudo aqui empreendido seguiu as balizas teórico-metodológicas da ciência histórica. Isso quer dizer que não coadunamos com uma tradição biográfica de narrativas memorialísticas que acarretam na cristalização do personagem analisado a partir de conceitos pré-definidos. Por isso analisamos o nosso objeto a partir das definições de como se opera a *lógica histórica*, assim definida por Edward Thompson:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas de um lado e a pesquisa empírica de outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese; o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas [...]. O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não por isso inverídico), (b) seletivo (mas não por isso inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas às evidências (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só “verdadeiro” dentro do campo assim definido (Thompson, 1981, p. 49).

Desta forma, calcada nessa “lógica”, a produção biográfica com a qual o presente trabalho procurou dialogar ampliou suas perspectivas metodológicas, diversificou o leque de fontes consultadas e, com isso, deixou de ser apenas a representação escrita da exaltação dos “grandes heróis”, da proclamação via exemplo individual de valores morais “elevados” para ser um dos recursos mais potentes para os estudos historiográficos. Em consonância com essa revalorização e de formação de novos sentidos para as biografias, buscamos fugir de uma abordagem totalizante e da pretensão de esgotar todas as leituras possíveis sobre a vida, a obra e as ações de Pacheco e Silva. Assim como afirmou François Dosse, compreendemos que “em sua era hermenêutica o biógrafo já não tem a ilusão de fazer falar a realidade e de saturar com ela o sentido. Ele sabe que o enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica. A porta permanece escancarada para sempre, oferecida a

todos em revisitações sempre possíveis das efrações individuais e de seus traços no tempo” (Dosse, 2009, p. 410).

Portanto, a Tese que aqui se conclui não pode, de maneira alguma, ser compreendida como a descrição de quem foi *o* Pacheco e Silva em sua completude; entregamos ao leitor, em verdade, *um* Pacheco e Silva, ao qual pudemos biografar a partir dos documentos a que tivemos acesso, das leituras empreendidas e dos recortes teórico-metodológicos adotados. Após os 120 anos de seu nascimento e 30 anos de sua morte, certamente outras leituras, propostas, interpretações, temas, métodos e questões sobre sua profícua biografia virão. Por eles aguardamos ansiosamente!

Era formativa – entre São Paulo, Paris e a Psiquiatria

Álbum

Antonio Carlos Pacheco e Silva no 2º ano do Ginásio no *Mackenzie College*, 1912.
Acervo do Centro Histórico-Cultural do Mackenzie.

Antonio Carlos Pacheco e Silva quando tinha 13 anos de idade.
Acervo do Centro Histórico-Cultural do Mackenzie.

Antonio Carlos Pacheco e Silva sentado, ao lado do Professor Antonio Pinto Nunes Cintra,
quando era assistente da Cátedra de Anatomia descritiva da
Universidade Livre de São Paulo, 1916.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Antonio Carlos Pacheco e Silva com a turma do curso de Farmácia da
Universidade Livre de São Paulo, 1915.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Pacheco e Silva com a Diretoria da *Associação Universitária da Universidade Livre de São Paulo*, onde exerceu o cargo de Bibliotecário, 1917.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Jardim da Infância de São Paulo, onde Pacheco e Silva estudou em sua primeira infância.
Crayon sobre cartão de Augusto Esteves.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Convite para atividade comemorativa no *Ginásio Nogueira da Gama*. Em destaque o título do discurso que proferido por Pacheco e Silva, em que se lê: "Discurso sobre o 12 de Outubro, pelo alumno do segundo anno Antonio Carlos Pacheco e Silva Netto", 1910.

Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Solicitação de Matrícula de Antonio Carlos Pacheco e Silva na Universidade Livre de São Paulo, 1914.

Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Antonio Carlos Pacheco e Silva com a turma de estagiários de Anatomia Patológica do Sistema Nervoso do Hospício de *Salpêtrière*, sob a coordenação de Pierre Marie, no centro da imagem, 1920.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Visto emitido pelo consulado francês autorizando Pacheco e Silva a permanecer por um ano na França para completar seus estudos, 22/09/1920.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Era do fulgor – dos laboratórios do Juquery ao prestígio internacional

Álbum

Franco da Rocha e Pacheco e Silva no
Laboratório de Anatomia Patológica do Hospício de Juquery, 1921.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Franco da Rocha transmitindo a Direção do Hospício de Juquery a Pacheco e Silva,
22/03/1923.

Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Antônio Carlos Pacheco e Silva entre médicos do Hospital do Juquery e da Faculdade de Medicina de São Paulo na Semana Antialcoólica promovida pela Liga Paulista de Higiene Mental, 1928.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Antônio Carlos Pacheco e Silva, Diretor do Hospital de Juquery
À esquerda, fotografia e à direita gravura de Tarsila do Amaral, 1930.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Congresso de Psicocirurgia realizado em Lisboa, 1948.
Pacheco e Silva, Egas Moniz e Walter Freeman em destaque.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Pacheco e Silva sendo recepcionado pela comissão designada pelo
Ministério da Propaganda da Alemanha, 1937.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Projeto para o edifício do Instituto de Psiquiatria do HC-FMUSP, 1944.

Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Pacheco e Silva e demais peritos internacionais da Federação Mundial para a Saúde Mental, 1959.

Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Antonio Carlos Pacheco e Silva recebendo do Ministro da Saúde Pública da França a Medalha *Comandeur de L'Ordre de La Santé Publique*, 1960.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Pacheco e Silva no Congresso de Saúde mental da Organização Mundial da Saúde, Genebra, 1958.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

*Era dos acirramentos ~ farda, golpes de Estado e os
últimos dias*
Álbum

Pacheco e Silva e Armando de Sales Oliveira, 1934.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Vista aérea do Sanatório Pinel, 1931.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Antonio Carlos Pacheco e Silva, Major médico da Reserva, 1947.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo reunida para
manifestar sua solidariedade às Forças Armadas, 02/04/1964.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Antonio Carlos Pacheco e Silva ao ser condecorado com a Medalha da Ordem Nacional do Mérito pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, 1968. Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Um Psiquiatra Analisa a Renúncia de Jânio

SÃO PAULO, 20 (Especial para O GLOBO) — No momento em que é formada uma comissão parlamentar de Inquérito para investigar as causas que levaram o Sr. Jânio Quadros a renunciar à Presidência da República, o Professor A. C. Pacheco e Silva, presidente da Federação Mundial para a Saúde Mental, evoca algumas considerações em torno de crises políticas, à luz da psicanálise, feitas e discutidas no último congresso daquela entidade, em Berlim, as quais se tornaram bastante atuais.

Para salientar os perigos a que se expõem os povos dirigidos por líderes de acentuada instabilidade emocional, disse que os progressos da ciência e da técnica deram extraordinário desenvolvimento à palavra falada, permitindo a um só homem dirigir-se a multidões através de alto-falantes potentes, do rádio, do cinema e da televisão. Assim, quando uma personalidade mórbida, dotada de grande força de proselitismo, logra meios de atuar sobre a massa, utilizando-se de métodos demagógicos, a turba se exalta, as idéias se propagam, sob a forma de ondas, sobretudo quando a maioria é constituída de gente inculta, incapaz de raciocinar, de compreender e, sobretudo, de resistir à sugestibilidade. Por isso, a idéia, uma vez lançada, se avoluma, toma corpo, cresce e se transforma num verdadeiro sentimento generalizado, numa alma coletiva, dotada de grande energia em potencial, capaz de se transformar em movimento com grande dinamismo, uma vez despertada.

Causas

Sobre as causas que possibilitam a exis-

mui semelhantes e se utilizam dos mesmos processos de propaganda, não revelando maior escrúpulo na sua maneira de agir.

Ditadores

— Saídos quase sempre da obscuridade, — prosseguiu — para alcançarem rapidamente a liderança não se contentam em ocupar altos postos no regime democrático, mas se transformam em ditadores. Não toleram a crítica e, se para sua manutenção no poder torna-se necessário lançar o país na guerra ou na revolução civil, não hesitam em sacrificar friamente a população inteira, levando o país à ruína e à desgraça.

Refúgio no Estrangeiro

— Alguns são impulsivos ou agressivos; outros, frios e concentrados. Mas tanto uns como outros lançam mão da violência e da força contra aqueles que se insurgem contra seus objetivos, — continuou o psiquiatra. Revelam-se autoritários, despóticos e intransigentes. Se em determinada contingência não se podem manter no poder e são forçados a abandoná-lo, não enfrentam a situação. Refugiam-se no estrangeiro, onde acumulam prudentemente fundos para qualquer emergência, ou, então, dominados por um grande amor próprio, preferem o suicídio.

Mania de Perseguição

O Professor Pacheco e Silva cita também André Schlemmer, quando este, ao estudar a crise no mundo do pensamento, disse: "Os condutores políticos cultivam constantemente o seu sentimento de orgulho reprimido, a

"Um psiquiatra analisa a renúncia de Jânio".

Entrevista concedida por Pacheco e Silva ao jornal *O Globo*, 1960.

Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

II CONGRESSO DA CAL
RIO DE JANEIRO - GB - BRASIL

Agradeço, sobretudo aos brasileiros, a ^{generosa} ~~honra~~ ^{indicação} do meu nome, feita por deliberação, para presidente de honra desta importante Comissão do II Congresso da "CAL", encarregada de estudar os diversos meios de ação para combater e extirpar a subversão vermelha das nossas escolas e universidades.

Consciente os comunistas, no seu propósito deliberado de suplantarem a sua ideologia e o seu regime em todo o mundo, voltaram as suas vistas para os estudantes, sobretudo das escolas superiores, que se lhes oferecem um grupo social suficientemente forte, estruturado, forte e bem dotado para servir como ponte de ligação na luta subversiva em que estão envolvidos.

Para levar avante os planos que ^{tem} ~~estão~~ ^{estão} em mira, ~~contam~~ ^{contam} os comunistas com fatores favoráveis: em primeiro lugar, a propagação intensiva...

Manuscritos da apresentação de Pacheco e Silva no
II Congresso da Confederação Anticomunista Latino-americana, 1975.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

O ARMAMENTO MODERNO EVITA UM CONFLITO GENERALIZADO MAS REFORÇA A GUERRA FRIA

SAO PAULO, 17 (Especial para O GLOBO) — "A Guerra Subversiva em Marcha", é o título da conferência que o Prof. Pacheco e Silva, conhecido psiquiatra em São Paulo e catedrático de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, pronunciará depois de amanhã, no auditório da Federação das Indústrias, a convite do Fórum Roberto Simonsen. Antigo estagiário da Escola Superior de Guerra, o Prof. Pacheco e Silva já teve, anos atrás, intensa atividade política, sendo ainda um estudioso dos problemas nacionais. Como catedrático da Faculdade de Medicina, iniciou, ali, com a colaboração de colegas e assistentes, em 1943, um curso de extensão sobre psiquiatria de

guerra, quando o Brasil acabava de entrar na II Guerra Mundial. Tem feito estudos continuos de psiquiatria social e, nesse setor, tem colaborado com vários organismos internacionais, entre os quais a Organização Mundial de Saúde que, como ele explica, não está preocupada apenas com a saúde física das populações do mundo, mas também com o estabelecimento de um estado de completo bem-estar social. Com essas preocupações, o Prof. Pacheco e Silva tem realizado estudos sobre aspectos psicológicos, sociais e econômicos da chamada "guerra fria", sendo esse o assunto da conferência, a respeito da qual adiantou alguma coisa a O GLOBO.

Prof. Antônio Carlos Pacheco e Silva

A Guerra Psicológica

Observa, inicialmente, o Prof. Pacheco e Silva que, ao terminar a II Guerra Mundial, verificava-se um desequilíbrio estratégico no mundo, na comparação feita entre as duas potências que já então se caracterizavam como antagonicas. A alteração dos regimes de alguns países e a submissão, pela força, de outras nações, ao domínio soviético recompueram essa situação, estabelecendo o equilíbrio. E diz então que essa alteração na disposição de forças estratégicas se deve, sobretudo, ao que se pode chamar de guerra revolucionária, ou guerra subversiva, que "é uma guerra total, universal e permanente". Lenine, Stalin, Tito e outros chefes dos regimes comunistas já lançaram mão de

var à violação da consciência humana, pelo incitamento à desordem, à indisciplina e à revolta. E, hoje, o grupo interessado em fazer essa guerra subversiva vai conseguindo, a pouco e pouco, fascinar as massas, interessá-las vivamente com idéias que parecem novas e promissoras, chegando mesmo a "hipnotizar" as massas, conforme expressão usada mais vulgarmente. A infiltração dessas idéias novas obedece a uma técnica quase subliminal. E a ação dos que exercem a guerra fria oferece aos que querem reprimi-la a dificuldade de nunca se saber, efetivamente, onde começa essa ação subversiva.

Naturalmente, a ação subversiva leva a uma reação, por parte do bloco ocidental, que a sofre. E o Prof. Pacheco e Silva

Diz, incisivo, o prof. A. C. Pacheco e Silva:

"AMEAÇADO O BRASIL DE UMA CONVULSÃO SOCIAL"

"A Guerra Subversiva em Marcha", tema da conferência que o conhecido psiquiatra e psicólogo pronunciará amanhã no Fórum Roberto Simonsen — A inflação e a desorganização econômico-social — Alerta à população — O perigo de uma guerra insurrecional

Entrevista de Pacheco e Silva ao jornal *O Globo* onde denunciou o "avanço do comunismo" e a "guerra psicológica", 1959.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Antonio Carlos Pacheco e Silva discursando na Sala da Congregação da FMUSP, 1978.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Pacheco e Silva, concedendo uma entrevista em sua residência, 1983.
Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

REFERÊNCIAS

- Abreu SFA. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra; 1988.
- Academia de Medicina de São Paulo. *Biografias*. Disponível em <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/?pg=biografias&idioma=1>>. Acesso em 29 de setembro de 2016.
- Accorsi GA. *Entre a moléstia e a cura: a experiência da Malarioterapia pelos psiquiatras do Rio de Janeiro (1924-1956)*. [Dissertação]. Rio de Janeiro: – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2015.
- Aird MCR. *O Jardim da Infância Público anexo à Escola Normal da Praça: um estudo sobre o gênero*. [Dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2015.
- Alarcão GG. *Na contracorrente? Resistências, adaptações e apropriações: a formação do Serviço de Psicoterapia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – 1962 – 1965*. [Tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 2018.
- Albuquerque Júnior DM. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: Albuquerque Júnior, DM. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc; 2007.
- Almeida FO. *Profissionalismo médico paulista e a reforma na Saúde Adhemarista*. São Carlos: Ed.UFSCAR; 2013.
- Almeida JS. Currículos da Escola Normal Paulista (1846- 1920): Revendo uma Trajetória. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 1995; 76(184):665-689.
- Almeida JS. Missionárias norte-americanas na educação brasileira: vestígios de sua passagem nas escolas de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*. 2007; 12(35): 327-342.
- Antunes HH. Raça de Gigantes: a Higiene Mental e a imigração no Brasil. In: Pereira, LMF et al. (Orgs.). *Psiquiatria, loucura e arte: fragmentos da história brasileira*. São Paulo: Edusp; 2002. p. 81-104.
- Aquino MA. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC; 1999.
- Arfuch L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ; 2010.

- Associação dos Docentes da USP. *O controle ideológico da USP (1964 – 1978)*. São Paulo: ADUSP; 2004.
- Associação Paulista de Medicina. *Homenagem ao Prof. Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva*. São Paulo: Associação Paulista de Medicina; 1978.
- Assumpção Júnior FB. A ideologia na obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*. 2003; 6(4): 39-53.
- Ayres JRCM. Ricardo Bruno: história, processos sociais e práticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(3): 905-912.
- Barbosa RM. *A presença negra numa instituição modelar – O Hospício de Juquery*. [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 1992.
- Barcelos TA, Ribeiro APG. Militantes e jornalistas: A imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura. In: *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Rio de Janeiro: UFRJ; 2009, p. 1-15.
- Bastos ER. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: Miceli, S. *O que ler na Ciência Social Brasileira*. São Paulo. Ed. Sumaré; 2002. p. 183-230.
- Begliomini H. *Asclepiades da Academia Paulista de Letras*. São Paulo: Expressão e arte; 2009.
- Begliomini H. *Celestino Bourroul*. Disponível em: <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/32/BIOGRAFIA-CELESTINO-BOURROUL.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2016.
- Begliomini Helio. *Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Disponível em <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/137/BIOGRAFIA-ANTONIO-CARLOS-PACHECO-E-SILVA.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2016.
- Benchimol J (Org.). Narrativa documental e literária nas biografias. *Ciência, Saúde e História – Manguinhos*. 1995; 2(2): 93-113.
- Benchimol J. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *Ciência, Saúde e História – Manguinhos*. 2003; 10(1): p. 13 – 83.
- Benevides MVM. A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra; 1981.
- Bertolli Filho C. A construção midiática da biografia na era Vargas: Vital Brazil na Rádio Nacional. *Cadernos de História da Ciência*. 2006; 2(1): 9-45.
- Bicudo H. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

- Birman J. A Physis da Saúde Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2005; 15: 11-16.
- Bloch M. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2002.
- Bomtempo Júnior B. *Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica*. Uberlândia: EDUFU; 2015.
- Borges VP. Grandezas e misérias da biografia. In: Pinsky, CB. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto; 2008. p. 203-234.
- Bosi E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, Companhia das Letras; 1994.
- Bourdieu P. A ilusão biográfica. In: Ferreira, M.M e AMADO, J (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- Brandão GM. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*. 2005; 42(2): 231 – 269.
- Brant JE. *Segredos da Guerra psicológica: reminiscências da 2ª Guerra Mundial*. São Paulo: Difusora cultural; 1967.
- Bresciani MS. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: Cordeiro, SL. *Os cortiços de Santa Ifigênia: Sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa oficial; 2010.
- Britto N. *Oswaldo Cruz: A construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1995.
- Brody E. The World Federation for Mental Health: its origins and contemporary relevance to WHO and WPA policies. *World Psychiatry*. 2004; 3(1), p.. 54-55.
- Burke P. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Revista Estudos Históricos, FGV*. 1997; 10(19): p. 83-98.
- Câmara dos Deputados. *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933/1934*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13216>>. Acesso em 05 de novembro de 2016.
- Camargo MRRM (Org.). *Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação*. São Paulo: Editora da UNESP; 2010.
- Capelato MH. *O movimento de 1932. A causa paulista*. São Paulo: Brasiliense; 1981.
- Capelato MH. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista (1920 – 1945). São Paulo: Brasiliense; 1989.
- Caponi S. *Loucos e degenerados: uma genealogia da Psiquiatria Ampliada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014.

- Carneiro MLT. Metáforas roubadas à doença: particularidades do discurso racista. In: Monteiro, YN e Carneiro, MLT. *As Doenças e os Medos Sociais*. FAP-UNIFESP: São Paulo; 2013. p. 251 – 268.
- Carrara S. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro/São Paulo: Uerj/Edusp; 1998.
- Carrara S, Carvalho MA. Sífilis e o *aggiornamento* do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2010; 17(2): 391-399.
- Carvalho JR, Heimann LS, Derbli M (Orgs.). *O social na Epidemiologia: um legado de Cecília Donnangelo*. São Paulo: Instituto de Saúde; 2014.
- Chauí M. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: Moraes, R; Antunes, R; Ferrante, VB. (Orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 198; p. 27-42.
- Cohen Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: da vanguarda ao conservadorismo*. Vol. 4. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2018.
- Conill EM. O enfoque ecológico-social e a atenção primária na construção de sistemas universais na trajetória de Hernán San Martín. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2016; 1: 173-178.
- Cooper D. *Psiquiatria e Antipsiquiatria*. São Paulo: Perspectiva, 1967.
- Correia M, Marinho MGSMC. A 1ª Conferência Internacional de Psicocirurgia e a influência dos cientistas brasileiros na atribuição do Prêmio Nobel a Egas Moniz. In: Mota, A; Marinho, MGSMC (Orgs.). *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica*. Coleção Medicina, Saúde e História. São Paulo: CD.G; 2012, p. 11-28.
- Correia TB, Almeida CCO. Habitação econômica no Brasil: o IDORT e sua revista (1932-1960). *Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. 2013; 17, p. 62-74.
- Costa JF. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Graal; 1978.
- Couto RCCM *Nos corredores do Pinel: Eugenia e Psiquiatria*. [Tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 1999.

- Cruz RA. Das ervilhas mendelianas ao “décimo submerso”. Aspectos teóricos e práticos do desenvolvimento da Eugenia nos Estados Unidos. In: Mota, A; Marinho, MGSMC (Orgs.) *Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades*. Coleção Medicina, Saúde e História. São Paulo: FMUSP/UFABC; 2013, p. 37-48.
- Cunha MCP. *Espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1986.
- Cytrynowicz R. *Guerra sem guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp; 2000.
- Dantes MAM, Silva MRB (Orgs.). *Arnaldo Vieira de Carvalho*. Rio de Janeiro: Instituto Miguel de Cervantes; 2012.
- Del Priori M. História do cotidiano e da vida privada. In: Vainfas, Ronaldo; Cardoso, Ciro Flamarion. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus; 1997.
- Delacampagne C. A contestação antipsiquiátrica. *Mental*. 2004; 2(2): 27-34.
- Delgado LAN. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*. 2010; 14(28): 125-145.
- Dicionário Michaelis da Língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em 02 de novembro de 2018.
- Dosse F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp; 2009.
- Dosse F. *A História*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp; 2012.
- Dreifuss RA. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes; 1981.
- Edler FC. *Ensino e profissão médica na Corte de Pedro II*. Santo André: Universidade federal do ABC; 2014.
- Enders A. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*. 2000; 25: 41-62.
- Escorel S. Mário Magalhães: Desenvolvimento é Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(8): 2453-2460.
- Facchinetti C, Muñoz PFN. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903-1933. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2013; 20(1): 239-262.
- Facchinetti C, Venâncio ATA. Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil. *Revista Latino-americana de Psicopatologia fundamental*. 2006; 9(1): 151-161.

- Farina DC. Antonio Carlos Pacheco e Silva: mestre e democrata. In: Farina, DC. *Memórias e tradições da Casa de Arnaldo (páginas esparsas de saudade e respeito)*. São Paulo: Faculdade de Medicina da USP. 1972.
- Farina DC. Antonio Carlos Pacheco e Silva. *Revista Paulista de Medicina*. 1982; 13: 99.
- Febvre L. *Martinho Lutero, um destino*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Três estrelas; 2012.
- Ferla L. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda; 2009.
- Ferreira AC. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940)*. São Paulo: Ed. Unesp; 2002.
- Fico C. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: Mota, CG (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transição. São Paulo: SENAC; 2000.
- Fico C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. 2004; 24(47): 29-60.
- Fico C. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: Fico, C et. all (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; p. 53-76.
- Fico C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV; 2014.
- Figueroa SFM. A propósito dos estudos biográficos na História das Ciências e das Tecnologias. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. 2007; 4(4): 1-14.
- Fleury S. Giovanni Berlinguer: socialista, sanitarista, humanista!. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(11): 3553-3559.
- Freyre G. *Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. 3ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Instituto Nacional do Livro (INL); 1974.
- Foucault M. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes; 2006.
- Foucault M (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Tradução de Denise Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 2013.
- Franco SP, Nascimento DR, Silveira AJ (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte: Fino Traço; 2015.
- Ginzburg C. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras; 1989-a.

- Ginzburg C (et. all.) *Micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Beltrán; 1989-b.
- Ginzburg C *O queijo e os vermes*. Tradução de Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras; 2013.
- Glezer R. As transformações da cidade de São Paulo na virada do século XIX e XX. *Cadernos de História de São Paulo*. 1994/1995; 3-4: 17-28.
- Glezer R. Instrumentos de pesquisa para a história de São Paulo. *Revista de História*. 199; 139: 127-135.
- Góes WL. *Racismo, Eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. [Dissertação]. Marília: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2015.
- Goffman E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva; 2007.
- Goldbaum M. Guilherme Rodrigues da Silva: a formação do campo da Saúde Coletiva no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(7): 2129-2134.
- Gomes LN. Higiene Mental e Segurança Nacional na obra de Antônio Carlos Pacheco e Silva. In: *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH – Rio*. Rio de Janeiro: ANPUH/UFRJ; 2016.
- Guimarães AP. *Arnaldo Vieira de Carvalho*. Biografia e crítica. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 1967.
- Hobsbawm E. *A Era dos Impérios (1875 – 1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988.
- Hobsbawm E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.
- Hobsbawm E, Ranger T (Orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra; 2008.
- Hochman G. Samuel Barnsley Pessoa e os determinantes sociais das endemias rurais. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(2): 425-431.
- Hochman G, Nunes, ED. Abertura de uma nova seção na RC&SC. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(1): 137.
- Homem MCN. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira – 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes; 1996.
- Kantor I, Maciel D, Simões JA (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)*. São Paulo: Editora sociologia e Política; 2008.
- Keller V. *José Carlos de Macedo Soares*. In: CPDOC – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

- Kemp, A; Edler, FC. A reforma médica no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação entre duas retóricas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2004; 11(3): 569-585.
- Kishimoto TM. Os Jardins de Infância e as Escolas Maternais de São Paulo no início da República. *Cadernos de Pesquisa*. 1988; 64: 57-60.
- Lacaz CS. *Vultos da Medicina Brasileira*. São Paulo; Pfizer, 1963.
- Lacaz CS. Um psiquiatra vê São Paulo. In: *Temas de Medicina: biografias, doença e problemas sociais*. São Paulo: Lemos editorial; 1997, p. 39-40.
- Le Goff J (Org.). *As Doenças têm história*. Lisboa: Terramar; 1985.
- Le Goff J. *São Luís*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record; 1999.
- Le Goff J. *São Francisco de Assis*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record; 2010.
- Le Goff J. *A História deve ser dividida em pedaços?* Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Ed. Unesp; 2015.
- Levi-Moreira S. São Paulo na Primeira Republica: Democracia e oposição liberal. *Revista de História*. 1989; 121: 173-176.
- Levillain P. Os protagonistas: da biografia. In: Rémond, R (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2003.
- Littré É. *Oeuvres complètes d'Hippocrate*. Traduction nouvelle avec le texte grec en regard, collationné sur les manuscrits et toutes les éditions; accompagnée d'une introduction, de commentaires médicaux, de variantes et de notes philologiques; suivie d'une table générale des matières. Tome premier. Paris: Chez J.B Baillière, Libraire de L'Academie Royale de Medecine; 1839.
- Loriga S. A biografia como problema. In: Revel, J (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV; 1998, p. 225-249.
- Maack T. Casa de Arnaldo, *circa* 1964. Considerações pessoais sobre a repressão interna na Faculdade de Medicina da USP no ano do Golpe Militar. *Revista USP*. 1991; 10: 121-134.
- Maciel ACMD. Personagens, seus objetos, suas imagens. Arcabouço material como evidência biográfica. *História Social*. 2013; 24:17-30.
- Mallatian TM. A biografia e a História. *Cadernos Cedom*. 2008; 1(1): 16-31.
- Marinho MGSMC. *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo, 1934-1952*. São Paulo: FAPESP; 2001.

- Marinho MGSMC. Intelectuais e saber médico. História da Psiquiatria e das Práticas Médicas no “Fundo Pacheco e Silva”. In: *Centenário Simão Mathias: Documentos, métodos e identidade da história da ciência*. São Paulo: PUC-SP; 2008.
- Marinho MGSMC. Elites em negociação. Breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931). In: Marinho MGSMC, Mota, A. *Caminhos e Trajetos da Filantropia Científica em São Paulo*. A Fundação Rockefeller e suas Articulações no Ensino, Pesquisa e Assistência para a Medicina e Saúde (1916-1952). São Paulo: FMUSP/UFABC; 2013; p. 79-176.
- Marinho MGSMC, Mota A. Da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: conjunturas e contextos. In: Marinho MGSMC, Mota A (Orgs.). *Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”*. São Paulo: FMUSP; 2012.
- Matos ASO. Colégio Protestante de São Paulo: um estudo de caso sobre o lugar da educação na estratégia missionária da Igreja. *Fides Reformata*. 1999; 4(2): 2-25.
- Mazza F. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: Ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen; 2004.
- Mello GA, Bonfim, JRA. Um sanitarista chamado Walter Leser. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(9): 2749-2754.
- Mayer JM. *Adhemar Pereira de Barros*. In: CPDOC – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros>. Acesso em 16 de janeiro de 2018.
- Meneghetti FK. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. In: *Anais do XXXV Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, 2011, p. 1-17.
- Mercadante P. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1980.
- Mollo HM. *Biografia e história das ciências: debates com a história da historiografia*. Ouro Preto: EDUFOP; 2012.
- Monteleone J. O Projeto B e as agências de publicidade que organizaram o golpe de 64. *OperaMundi*, 15 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/38840/o+projeto+b+e+as+agencias+de+publicidade+que+organizaram+o+golpe+de+64.shtml>>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.
- Morel P (Org.). *Dictionnaire biographique de la psychiatrie*. Paris: Éditions Delagrang/Synthélabo; 1996.
- Mota A. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. São Paulo: DP&A; 2003.

- Mota A. USP *avant* USP. O caso da Faculdade de Medicina em 1911. *Revista USP*. 2004; 6: 210-221.
- Mota A. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892 e 1920*. São Paulo: Edusp; 2005.
- Mota A. Il Signore Alfonso Bovero: um anatomista ilustre na terra dos bandeirantes. *RiMe - Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea*. 2011; 6: 353-373.
- Mota A. A invenção de uma tradição: Arnaldo Vieira de Carvalho e os lugares de sua memória (1920 – 2008). In: Dantes, MAM; Silva, MRB (Orgs.). *Arnaldo Vieira de Carvalho*. Rio de Janeiro: Instituto Miguel de Cervantes; 2012.
- Mota, A, Marinho MGSMC (Orgs). *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica*. Coleção Medicina, Saúde e História. São Paulo: CD.G; 2012.
- Mota A, Schraiber LB. Mudanças corporativas e tecnológicas da Medicina paulista em 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2009; 16(2): 345-360.
- Mota A, Schraiber LB. Medicina e Psiquiatria em São Paulo nos anos 1930-1940: o caso das mulheres do Juqueri. In: Mota A, Marinho MGSMC (Orgs). *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica*. Coleção Medicina, Saúde e História. São Paulo: CD.G; 2012, p. 229-242.
- Mota A, Schraiber LB. Medicina sob as lentes da História: reflexões teórico-metodológicas. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2014-a; 19(4): 1085-1094.
- Mota A, Schraiber LB. A pedagoga Maria Cecília Ferro Donnangelo, 1940 – 1983: restos de memória, indícios para a história. In: Carvalheiro JR (Org.). *O social na Epidemiologia: um legado de Cecília Donnangelo*. São Paulo: Instituto de Saúde; 2014-b.
- Mott ML et. all. Montando um quebra-cabeça: a coleção "Universidade de São Paulo" do Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Cadernos de História das Ciências*. 2007; 3(2): 37-72.
- Motta RPS. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. [Tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.
- Motta RPS. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e a modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar; 2014.
- Nemi ALL. A Escola Paulista de Medicina: entre tradição e modernidade (1933-1956). In: Rodrigues, J et. all.(Orgs). *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória*. São Paulo: Unifesp; 2008, p. 93-140.

- Nemi ALL, Silva ELFM. Imigração portuguesa e Psiquiatria na capital paulista dos anos 30: Modernidade e nacionalismo no atendimento à saúde. In: Mota A, Marinho MGSMC, Silveira C (Orgs.). *Saúde e história de migrantes e imigrantes*. Direitos, instituições e circularidades. Coleção Medicina, Saúde e História. São Paulo: CD.G; 2014, p. 43-58.
- Neves AC. *O emergir do corpo neurológico*. Neurologia, Psiquiatria e Psicologia em São Paulo a partir dos periódicos médicos paulistas (1889 – 1936). São Paulo: Companhia Ilimitada; 2010.
- Nunes ED. Saúde Coletiva: História de uma ideia e de um conceito. *Saúde e Sociedade*. 1994; 3(2): 5-21.
- Nunes ED. Saúde Coletiva: história e paradigmas. *Interface*. 1998; 8: p. 107-116.
- Nunes ED. Juan César García: a medicina social como projeto e realização. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(1): 139-144.
- Oliveira CLM. Valladares de. *História da Psicanálise*: São Paulo (1920 – 1969). São Paulo: Escuta; 2006.
- Oliveira MG. *Escrever vidas, narrar a História*. A Biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. [Tese] Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- Paim JS. La Salud Colectiva y los desafíos de la practica. In: *La crisis de la Salud Pública: Reflexiones para el debate*. Washington DC: OPS; 1992.
- Paim JS, Almeida Filho N. Saúde Coletiva: uma “nova Saúde Pública” ou um campo aberto a novos paradigmas. *Revista de Saúde Pública*. 1998; 32(4): 299-316.
- Paiva CHA. Izabel dos Santos e a formação dos trabalhadores da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(6): 1785-1793.
- Paoli MC, Duarte A. São Paulo no plural: espaço público e rede de sociabilidades. In: Porta, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*. A cidade na primeira metade do século XX (1890 - 1954). São Paulo: Paz e Terra; 2004. p. 53-100.
- Pereira LMF. *Reformas da ilusão*: terapêutica psiquiátrica em São Paulo na primeira metade do século XX. [Tese]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp; 1995.
- Pereira LMF. Os primeiros sessenta anos da terapêutica psiquiátrica no Estado de São Paulo. In: Pereira, LMF et al. (Orgs.). *Psiquiatria, loucura e arte*: fragmentos da história brasileira. São Paulo: Edusp; 2002. p. 33-54.
- Pesquisa FAPESP. *Memórias de um ano que não terminou*. Entrevista com o Professor Thomas Maack. 2014; 225: 26-31.

- Petitjean P. Entre Ciência e Diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina. In: Hamburger AI et. all (Orgs.). *A Ciência nas relações Brasil-França (1850 – 1950)*. São Paulo: Edusp; 1996. p. 89-120.
- Plutarco. *Vidas Paralelas: Demóstenes e Cícero*. Tradução de Marta Várzeas. Coimbra: Universidade de Coimbra; 2010.
- Pollak M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. 1989, 2(3): 3-15.
- Prado MLC. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática; 1986.
- Prado MLC. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934). *Revista de História*. 1984; 117, p. 85.
- Rago M. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900 – 1950. In: Porta, P (Org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX (1890 - 1954)*. São Paulo: Paz e Terra; 2004. p. 387-436.
- Ramos PA. *Partido Constitucionalista de São Paulo*. In: CPDOC – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-constitucionalista-de-sao-paulo>. Acesso em 05 de janeiro de 2018.
- Reis JC. *Nouvelle Historie e o tempo histórico*. A contribuição de Fébvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Annablume; 2008.
- Reis Filho C. *A Educação e a Ilusão Liberal. Origens da Escola Pública Paulista*. São Paulo: Autores Associados; 1995.
- Resende J, Vieira MM. Subculturas nas sociedades modernas: os hippies e os yuppies. *Revista crítica de Ciências Sociais*. 1992; 35: 131-147.
- Revel J. Microanálise e a construção do social. In: Revel, J (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV; 1998. p. 225-249.
- Ribeiro MAR. *História sem fim...* Inventário da Saúde Pública. São Paulo – 1880 – 1930. São Paulo: Unesp; 1993.
- Ribeiro MAR. Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893). In: Cordeiro, SL. *Os cortiços de Santa Ifigênia: Sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa oficial; 2010.
- Ribeiro PS. “*Prescrições médicas*” contra os males na nação: diálogos de Franco da Rocha na construção das Ciências Sociais no Brasil. [Dissertação]. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2010.
- Ribeiro PS. *Saúde, Ordem e Progresso: as interfaces da aproximação da Medicina e da Sociologia paulistas (o caso da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo entre 1933 e 1943)*. [Tese]. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2016.

- Roiz DS. A coleção Perfis Brasileiros: um estudo da biografia no mercado editorial brasileiro. *História Social*. 2011; 21: 121-150.
- Rostiga JC. La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). *Desafíos*. 2018; 30(1): 309-347.
- Sá ENC. *Juquery, o espinho adormecido*. São Paulo: HUCITEC; 1991.
- Santos G. *Academia de Direito de São Paulo: cultura jurídica e política na formação dos Bacharéis (1850-1870)*. [Dissertação]. Aracaju: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, 2015.
- Santos MC, Mota A. *São Paulo - 1932*. Mito, memória e identidade. São Paulo: Alameda; 2010.
- Santos Filho LC. *História da Medicina no Brasil (do século XVI ao século XIX)*. Tomo 2. São Paulo: Brasiliense; 1947.
- São Paulo - Cidade. *População nos Anos de Levantamento Censitário*. Município e Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil, 1872 a 2010. Disponível em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php. Acesso em 03 de novembro de 2016.
- Schmidt BB. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos históricos*. 1997;19: 3-21.
- Schraiber LB. *O médico e seu trabalho*. Limites da liberdade. São Paulo: Hucitec; 1993.
- Schraiber LB; Mota A. O social na saúde: trajetória e contribuições de Maria Cecília Ferro Donnangelo. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(5): 1467-1473.
- Schwarcz LM. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras; 1993.
- Schwarcz LM. Biografia como gênero e problema. *História Social*. 2013; 24: 51-73.
- Schwarcz LM. *Lima Barreto: Triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras; 2017.
- Scochi MJ, Mishima SM, Peduzzi M. Maria Cecília Puntel de Almeida: construtora de pontes entre Enfermagem e a Saúde Coletiva brasileira. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(12): 3891-3896.
- Seixas AAA. *Instituto de Psiquiatria – FMUSP: o contexto histórico social em São Paulo entre as décadas de 1920 e 1950 para recepção da Psiquiatria como um saber médico*. [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina da USP, 2012.
- Seixas AAA, Zilberman M. O Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas – FMUSP. In: Mota A, Marinho MGSMC (Orgs). *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e*

- tecnologias de uma especialidade médica*. Coleção Medicina, Saúde e História. São Paulo: CD.G; 2012. p. 177-190.
- Serra LN. *Infância perdida*: a concepção de “menores anormais” na obra de Pacheco e Silva. [Dissertação]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; 2011.
- Serra LN, Scarcelli IR. Por um sangue bandeirante: Pacheco e Silva, um entusiasta da teoria eugenista em São Paulo. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*. 2014; 17(1): 85-99.
- Sevcenko N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.
- Silva LMV, Paim JS, Schraiber, LB. O que é Saúde Coletiva In: Paim, JS; Almeida Filho, N (Orgs). *Saúde Coletiva. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro, MedBook; 2014. p. 3-12.
- Silva MRB. *Estratégias da Ciência*: a História da Escola Paulista de Medicina (1933 – 1956). Bragança Paulista: EDUSF; 2003.
- Silva MRB. *O Laboratório e a República*. Saúde Pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891 – 1933). Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2014.
- Silva MAO. *Plutarco historiador*: análise das biografias espartanas. São Paulo: Edusp; 2006
- Silva RV. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. [Tese]. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp; 1998.
- Silveira C. *A formação da nacionalidade brasileira no pensamento médico paulista*: a contribuição de Antonio Carlos Pacheco e Silva. [Dissertação]. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP; 1993.
- Simões AF. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*. 2009; 2: 1-27.
- Sobreira DSB. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba: a fundação do diretório regional. *Dia-logos*. 2016; 10(2): 1-10.
- Stadter P. Biography and History. In: Marincola, John (Org.). *A companion to Greek and Roman historiography*. 2007: 528-540.
- Stepan NL. *A Hora da Eugenia*: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005.
- Tenca A. *Senhores dos trilhos*: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do curso de ferroviários da antiga Paulista. São Paulo: EdUnesp; 2006.

- Tarelow GQ. Um tratamento de choque: A aplicação da Malarioterapia no Hospital do Juquery (1925 – 1940). *Cadernos de História das Ciências*. 2009; 5(1): 7-22.
- Tarelow GQ. A moral, a política e algumas questões científicas presentes no Hospital do Juquery: Abordagens de Pacheco e Silva (1923–1950). *Revista Histórica*. 2011; 51(7): 1-12.
- Tarelow GQ. Psiquiatria em convulsão: a Cardiazolterapia e a introdução da Eletroconvulsoterapia no Hospital de Juquery (1936-1950). In: Mota A, Marinho MGS MC (Orgs). *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica*. Coleção Medicina, Saúde e História. São Paulo: CD.G; 2012.
- Tarelow GQ. *Entre comas febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923 – 1937)*. Santo André: UFABC; 2013.
- Teixeira LA. Rodolfo dos Santos Mascarenhas: pioneiro da história da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(4): 1135-1141.
- Thompson EP. *A miséria da História ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar; 1981.
- Toledo ET. História, sexualidade e loucura: as psicocirurgias no Hospital Psiquiátrico de Juquery sob o prisma de gênero (1936-1951). *Temporalidades*. 2015; 7(2): 218-238.
- Tota AP. *O Imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
- Tribunal Superior Eleitoral. *Aliança Renovadora Nacional*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acesso em 15 de novembro de 2016.
- Uga DA. *Crime e castigo: o que os arquivos do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo têm a dizer*. [Tese]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2018.
- Urquiza LMFP. *Um tratamento para a loucura: Contribuição à história da emergência prática psiquiátrica no estado de São Paulo*. [Dissertação]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, 1991.
- Valente R. Célula anticomunista atuou no Brasil durante a Ditadura. *Folha de São Paulo*. São Paulo: 15 de novembro de 2009, p. 1-2.
- Venâncio ATA. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*. 2005; 36: 59-73.

- Venâncio ATA. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2011; 18(11): 35-52.
- Venâncio ATA. Os Alienados Segundo Henrique Roxo: Ciência Psiquiátrica no Brasil no início do século XX. *Cultura Psi*. 2012; 1(1): 29-44.
- Vieira FA, Grijó, LA. Medicina e Memória: o Panteão médico Rio-grandense (1943). In: Guilhermano, LG et. all. (Orgs.). *Páginas da História da Medicina*. Porto Alegre: EdUPUCRS; 2010.
- Vitoriano M CCP. Acervos Privados no Arquivo Público do Estado de São Paulo: uma visão sobre os fundos institucionais. *Revista do Arquivo*. 2017; 4: 1-14.
- Zancan L, Matida AH. Trajetórias de Joaquim Alberto Cardoso de Melo: Quincas, um berro à vida. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2015; 20(10): 3275-3282.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Albertini P. et al. Reich e o movimento de higiene mental. *Psicologia em Estudo*, Maringá. 2007; 12(2): 393-401.
- Amarante P. *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1994.
- Amarante P. *O homem e a serpente*. Outras histórias para a loucura e a Psiquiatria. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1996.
- Arouca ASS. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*. [Tese]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas; 1975.
- Berrios GE. The origins of psychosurgery: Shaw, Burckhardt and Moniz. *History of Psychiatry*. 1997; 8(29): 61-81.
- Campos GWS. Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2000; 5(2): 219 – 230.
- Canguilhem G. *Escritos sobre a Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2005.
- Carvalho AMT. Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. 1999; 6,(1): 421-235.
- Certeau M. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 1982.
- Chalhoub S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Unicamp; 2003.
- Foucault M. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes 1997.
- Foucault M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 2009.
- Gentile F. Entre Nacionalismo, fascismo e Autoritarismo: elementos para uma análise comparativa sobre a ideia de nação na Itália e no Brasil entre as duas guerras mundiais. *Cadernos Cedec*. 2011; 96: 2 – 37.
- Hochman G, Lima NT. *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec; 2015.
- Jean T. La folie est-elle une question idéologique: *Journal Français de Psychiatrie*, 2003; 19: 4-8.
- Koselleck R. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto; 2014.
- Lancetti A, Amarante P. Saúde Mental e Saúde Coletiva. In: Campos GWS (et. all) (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2012; p. 661-681.

- Lancman S. *A loucura do outro: O Juqueri no discurso dos seus protagonistas*. [Dissertação]. Salvador: Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, 1988.
- Machado, R (et al.). *DaNação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal; 1978.
- Martins JS. *O poder do atraso*. Ensaios de Sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec; 1994.
- Monteiro YN (Org.). *História da Saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde; 2010.
- Mott ML, Sanglard G (Orgs.). *História da Saúde em São Paulo: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808 – 1958)*. Barueri: Manole; 2011.
- Murat L. *O homem que se achava Napoleão*. Por uma história política da loucura. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Três estrelas; 2012.
- Nosek L. *Álbum de Família – imagens, fontes e ideias da Psicanálise em São Paulo*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1994.
- Pessotti I. *O século dos Manicômios*. São Paulo: Editora 34; 1996.
- Pessotti I. *Os nomes da loucura*. São Paulo: Editora 34; 1999.
- Polubriaginof C. *Liga Brasileira de Hygiene Mental: representações do feminino no discurso médico-psiquiátrico (1923 – 1947)*. [Dissertação]. São Paulo: Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro; 2016.
- Rosen G. *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal; 1979.
- Santos AR. et al. Projeto Memória da Psiquiatria no Brasil: Acervo de Periódicos da Biblioteca de Manguinhos (Fundação Oswaldo Cruz). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 1996; 3(3): 535-548.
- Silva GB, Gonçalves LP, Parada M (Orgs.). *Histórias da política autoritária: Integralismos, Nacional-sindicalismo, Nazismo e fascismos*. Porto Alegre: EDPUCRS; 2016.

FONTES PRIMÁRIAS:

- A Gazeta. *Diálogo com o Prof. Antonio Carlos Pacheco e Silva*. São Paulo, 20 de setembro de 1969, s./p.
- A Notícia Médica. *O Brasil foi escolhido para sede do 3º Congresso Mundial de Higiene Mental*. São Paulo, 28 de setembro de 1937, p. 6.
- Academia das Ciências de Lisboa. *Posse do Prof. Dr. Antonio Carlos Pacheco d Silva da Academia das Ciências de Lisboa*. Sessão realizada em 4 de novembro de 1954, presidida pelo Prof. Egas Moniz. Lisboa, 1954.
- Açores. *O Prof. Pacheco e Silva da Universidade de São Paulo esteve em São Miguel*. Açores, 13 de julho de 1971, p. 4.
- Aliança Renovadora Nacional. *Consulta ao eminente correligionário Prof. Pacheco e Silva sobre a sucessão presidencial*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Brasília, 15 de abril de 1966.
- Amaral A. *Carta endereçada a A.C. Pacheco e Silva em 22 de fevereiro de 1934*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1934.
- Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo. Posse do novo Diretor. *Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo*. 1938; 3(1): 2-15.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Constituição Do Estado de São Paulo promulgada em 09 de julho de 1935*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1935.
- Associação dos Revolucionários de 64. *Ata da Fundação e Estatutos da Associação dos Revolucionários de 64 – AR64*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 1976.
- Azambuja H. Solicitação de conferência ao Prof. Pacheco e Silva intitulada “A Poluição da mente: novo tipo de poluição social”. *Ministério do Exército – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo*. São Paulo, 14 de março de 1977.
- Barbieri Filho C. *Discurso de abertura do II Congresso Anticomunista Latino-americano*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1974.
- Barreto P. Livros novos. *Diário de São Paulo*, 12 de fevereiro de 1941.
- Batista V. A Escola Pacheco e Silva. *Pediatria Prática*. 1931; 3(4): 203 – 207.
- Boletim da Capes. *Outorgado a Sir Alexander Fleming o título de Doutor “Honoris Causa” pela Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1954; p. 5-7.
- Cadernos de Pediatria do Hospital Humberto I. *Homenagens ao Prof. Pacheco e Silva*. 1936; 1(2): 47.

- Câmara dos Deputados. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933/1934. *Biblioteca Digital da Câmara*, 1935. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13216>. Acesso em 30/01/2014.
- Confederacion Anticomunista Latinoamericana. *Programa - XII Congreso de la Liga Mundial Anticomunista*. Assunción: WACL, 1979.
- Confederacion Anticomunista Latinoamericana. Selecccion de discursos y resoluciones del XIV Congresso de la Liga Mundial Anticomunista. *Documentos sobre el comunismo – publicacion de la Confederacion Anticomunista Latinoamericana*. 1981; 1(10): 2-11.
- Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929. *Actas e trabalhos*. Rio de Janeiro: s. n., 1929.
- Diário de São Paulo. *A organização racional da beneficência*. Conferência realizada pelo Prof. Pacheco e Silva na 5ª aula do curso de Serviços Sociais da Escola de Sociologia e Política, realizada ontem. São Paulo, 04 de dezembro de 1936.
- Diário de São Paulo. *FIESP participará da XVII reunião da federação Mundial para a Saúde Mental*. São Paulo, 24 de maio de 1964.
- Departamento de Ordem Política e Social. *Dossiê sobre palestras proferida por D. Helder Câmara no Parlamento pernambucano*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1973.
- Diario de Lisboa. *As doenças da civilização e outros assuntos de actualidade numa entrevista com o Dr. Pacheco e Silva – eminente psiquiatra brasileiro*. Lisboa, 14 de novembro de 1954.
- Eschola Americana. *Livro de Notas (1909-1912)*. Acervo do Centro Histórico-Cultural Mackenzie (mimeo), 1912.
- Eschola Americana. *Livro de Matrícula (1911-1914)*. Acervo do Centro Histórico-Cultural Mackenzie (mimeo), 1914.
- Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. *Certidão de notas e disciplinas cursadas por A. C. Pacheco e Silva nos anos de 1918 e 1919*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Belo Horizonte, 22 de novembro de 1935.
- Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. *Certificado de conclusão do curso médico de Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1935.
- Fávero F, Pacheco e Silva AC. Síndrome de Claude-Bernard-Horner determinada pela ação dum projétil de arma de fogo. *Arquivos de Cirurgia Clínica e Experimental*. 1942; 6(5): 1066-1072.

- Ferreira W. *Carta enviada ao Ilmo. Sr. Prof. A. C. Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 30 de agosto de 1950.
- Folha da Manhã. *O problema da pobreza e suas causas*. Interessante conferência realizada ontem na Escola de Sociologia e Política pelo Prof. Pacheco e Silva. São Paulo, 20 de novembro de 1936.
- Folha da Noite. *O operariado brasileiro conhece o significado do termo "Totalitarismo"*. Sobre o atual momento político fala o Professor Pacheco e Silva. São Paulo, 08 de março de 1945, p. 1-2.
- Folha de São Paulo. *Tentativa de assalto transforma Angélica numa praça de guerra*. São Paulo, 16 de junho de 1982, p. 12.
- Fonseca AP. *Carta enviada a A. C. Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Brasília, 06 de julho de 1978.
- Gama ML. *Carta enviada a A. C. Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 04 de maio de 1976.
- Ginásio Nogueira da Gama. *Declaração de tempo de estudos de Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Guaratinguetá, 09 de outubro de 1935.
- Guimarães E. Administração em fallência na Escola de Medicina e na Santa Casa – a carne de Barretos. *Jornal Capital*, 05 de janeiro de 1914, p. 3.
- Hora Presente. *A Revolução de Março de 1964*. São Paulo: Hora Presente, 1976.
- Hospital de Caridade do Braz. *Atestado de serviços prestados pelo aluno Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 17 de dezembro de 1918.
- Hospital de Juquery. *Regulamento do Hospital de Juquery*. Decreto 3.869. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1925.
- Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT. *Termo de posse de A. C. Pacheco e Silva como novo Presidente do IDORT em substituição ao Dr. Armando Salles de Oliveira*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 22 de agosto de 1933.
- Instituto Roberto Simonsen. *Estatutos*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1965.
- Jornal da Associação Paulista de Medicina. *Prof. Pacheco e Silva homenageado no seu 80º aniversário*. São Paulo, junho de 1978, p. 4-7.
- Ligue Française D'hygiène Mentale. *L'activité du Comité Universitaire pour la Santé Mentale*. Paris, 1957.

- Lima PA. *Carta-convite ao Prof. A. C. Pacheco e Silva em nome do Centro de Estudos Egas Moniz*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Lisboa, 24 de setembro de 1973.
- Lopes JL. *Saudação ao Professor A.C. Pacheco e Silva, em nome dos psiquiatras brasileiros*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1959.
- Mackenzie College. *President's annual report to the board of trustees*. Acervo do Centro Histórico-Cultural Mackenzie (mimeo), dezembro de 1911.
- Mackenzie College. *President's annual report to the board of trustees*. Acervo do Centro Histórico-Cultural Mackenzie (mimeo), dezembro de 1912.
- Mackenzie College. *Certificado de conclusão de curso de Antonio Carlos Pacheco e Silva Netto*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (mimeo), 1914-a.
- Mackenzie College. *Prospecto do Mackenzie College*. São Paulo: Mackenzie College, 1914-b.
- Mackenzie College. *Declaração de tempo de estudos de Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 25 de novembro de 1935.
- Marcondes D. A Resposta do Professor Durval Marcondes. *Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo*. 1937; 3(4): 221-223.
- Marrie P. *Carta de recomendação a Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1920.
- Moreira Juliano. *Telegrama de felicitações enviado a Francisco Franco da Rocha*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1922.
- O Estado de São Paulo. *A Universidade de São Paulo*. São Paulo, 24 de março de 1912.
- O Estado de São Paulo. *Um grande conflito em plena banca de exames*. São Paulo, 12 de dezembro de 1913.
- O Estado de São Paulo. *Administração em falência na Escola de Medicina e na Santa Casa*. São Paulo, 05 de janeiro de 1914.
- O Estado de São Paulo. *A primeira escola para crianças anormais*. A sua inauguração hoje no Juquery. São Paulo, 29 de maio de 1929.
- O Estado de São Paulo. *Constituinte: Pacheco e Silva na Tribuna*. São Paulo, 21 de fevereiro de 1934.
- O Estado de São Paulo. *Brilhante discurso do Sr. A. C. Pacheco e Silva sobre a esterilização dos anormais*. São Paulo, 07 de maio de 1935.

- O Estado de São Paulo. *Livro sobre Armando de Salles Oliveira*. São Paulo, julho de 1969.
- O Estado de São Paulo. *Pacheco e Silva para a A.P.L.* São Paulo, 18 de setembro de 1966.
- O Estado de São Paulo. *Pacheco e Silva ingressa na A.P.L.* São Paulo, 24 de abril de 1970.
- Organization Mondiale de la Santé. *Rapport presente par le groupe de travail des statistiques de l'alcoolisme aux membres du groupe d'experts dela sante mentale*. Genebra, 11 de outubro de 1951.
- Pacheco e Silva AC. Anatomia Patológica de alguns tumores cerebrais. *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. 1921-a; 7: 85-105.
- Pacheco e Silva AC. Contribuição para o estudo da epilepsia provocada pela cisticercose cerebral. *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. 1921-b; 9: 74-95.
- Pacheco e Silva AC. Sobre a diferenciação symptomatica das perturbações ocasionadas pelas lesões dos dois lobos da hypophyse e da região infundibular, *Jornal dos Clínicos*. 1922-a: 109 – 110.
- Pacheco e Silva AC. *Da pathogenia do somno, particularmente na encefalite letárgica*. São Paulo: Casa Espíndola, 1922-b.
- Pacheco e Silva AC. Anatomia pathologica e pathogenia da demência precoce. *Archivos Brasileiros de Neuratria e Psychiatria*. 1922-c ; 3-18.
- Pacheco e Silva AC. Choréa e encefalite epidêmica. *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*. 1922-d; 10(13): 13-16.
- Pacheco e Silva AC. Moléstia de Wilson. *Archivos Brasileiros de Medicina*. 1923; 3: 311-316.
- Pacheco e Silva AC. Contribuição para o estudo do espiroqueta pálido no cérebro dos paralíticos gerais. *Memórias do Hospital de Juquery*. 1924; 1(1): 3-25.
- Pacheco e Silva AC. *Immigração e Hygiene Mental*. Rio de Janeiro: Liga Brasileira de Hygiene Mental, 1926-a.
- Pacheco e Silva AC. Localisation du Tréponéma Pallidum dans le cerveau des paralytiques généraux. Considérations thérapeutiques. *Revue Neurologique*. 1926-b; 2(6): 558-565.
- Pacheco e Silva AC. *A Assistência a alienados nos Estados Unidos e na Europa*. Relatório de viagem apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Manoel Lobo, D.D. Secretário do Interior em 24 de dezembro de 1926. São Paulo: Editora Limitada, 1926-c.

- Pacheco e Silva AC. *Lesões anátomo-patológicas encontradas nos centros nervosos dos alcoolistas*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1927-a.
- Pacheco e Silva AC. *Em torno da Malariotherapia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1927-b.
- Pacheco e Silva AC. Noções de psychopatologia forense. Aula proferida para os doutorandos da Faculdade de Medicina pelo Dr. Pacheco e Silva, diretor do Hospital de Juquery. *Revista de Medicina*. 1927-c; 12(49): p. 25-52.
- Pacheco e Silva AC. *Conferência realizada para os alunos do 6º ano do Curso Médico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1928-a.
- Pacheco e Silva AC. A assistência aos psychopathas no Estado de São Paulo. *São Paulo Médico*. 1928-b; 1(2): 1 – 12.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso de abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1929-a.
- Pacheco e Silva AC. Assistência aos menores desvalidos. *Boletim de Hygiene Mental*. 1929-b; 9: 2-4.
- Pacheco e Silva AC. *Ofício enviado ao Dr. Antonio Carlos de Salles Jr., Secretário de Justiça e da Segurança Pública de São Paulo, a propósito da visita feita ao Abrigo de Menores e ao Instituto Disciplinar da Capital*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1929-c.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso de saudação ao Prof. Egas Moniz quando visitou ele o Hospital do Juquery*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1929-d.
- Pacheco e Silva AC. *O alcoolismo*. Palestra realizada no Mackenzie College durante a semana antialcoólica. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1929-e.
- Pacheco e Silva AC. *Cuidado aos Psicopatas*. Oficinas Gráficas do Juquery. São Paulo, 1930-a.
- Pacheco e Silva, AC. Venenos sociais: o fumo e o álcool. *Archivos Paulistas de Hygiene Mental*. 1930-b; 3(5): 29-36.
- Pacheco e Silva AC. *Aos funcionários e empregados do Hospital de Juquery*. Nota emitida sobre o movimento político recente. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 25 de outubro de 1930-c.
- Pacheco e Silva AC. *Sanatório Pinel*. Estabelecimento médico moderno para o tratamento e assistência de nervosos, psychopatas e toxicômanos. São Paulo: Edanee estabelecimento gráfico, 1930-d.
- Pacheco e Silva AC. Esporte e systema nervoso. *Archivos Paulistas de Hygiene Mental*. 1930-e; 2(3): 2-9.

- Pacheco e Silva AC. *Discurso: “São Paulo, exuberante de riqueza...”*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1931.
- Pacheco e Silva AC. Novas directrizes da psiquiatria. *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. 1932-a; 15(12): 507-510.
- Pacheco e Silva AC. *Psicopatologia forense*. Aula inaugural do curso de doutorado em Direito da Faculdade de São Paulo proferida em 5 de abril de 1932 pelo Prof. Dr. A.C. Pacheco e Silva. São Paulo: Oficinas gráficas do Hospital de Juqueri; 1932-b.
- Pacheco e Silva AC. *Syphilis e doenças mentais*. Campanha do Centro Acadêmico “Oswaldo Cruz” – Pró Liga de Combate à Syphilis. Palestra realizada em 5 de outubro de 1933 na Rádio Sociedade Record, 1933-a.
- Pacheco e Silva AC. Syphilis Nervosa. *O Estado de São Paulo*. Medicina e Hygiene. São Paulo, 17 de mar. 1933-b.
- Pacheco e Silva AC. A Encephalite epidêmica. *O Estado de São Paulo*. Medicina e Hygiene. São Paulo, 05 de maio. 1933-c.
- Pacheco e Silva AC. O Alcoolismo. *O Estado de São Paulo*. Medicina e Hygiene. São Paulo, 19 de maio. 1933-d.
- Pacheco e Silva AC. As epilepsias. *O Estado de São Paulo*. Medicina e Hygiene. São Paulo, 02 de jun. 1933-e.
- Pacheco e Silva AC. As cephaléas. *O Estado de São Paulo*. Medicina e Hygiene. São Paulo, 07 de jul. 1933-f.
- Pacheco e Silva AC. As vertigens. *O Estado de São Paulo*. Medicina e Hygiene. São Paulo, 15 de set. 1933-g.
- Pacheco e Silva AC. *Etiologia geral das doenças mentais*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1933-h.
- Pacheco e Silva AC. *Aula inaugural dos cursos da Escola Paulista de Medicina*. São Paulo: Escola Paulista de Medicina; 1933-i.
- Pacheco e Silva AC. Paralyse haute dissociée du plexus brachial consécutive a la sérothérapie anti-scorpionique. *Revue Sud-Américaine de Médecine et de Chirurgie*. 1933-j; 4(6): 429-433.
- Pacheco e Silva AC. *A mulher paulista no atual momento brasileiro*. São Paulo: Oficinas gráficas do Hospital do Juquery; 1933-k.
- Pacheco e Silva AC. *Direito à saúde* (documentos de atividade parlamentar). São Paulo: Edigraf; 1934-a.
- Pacheco e Silva AC. *Declaração de voto (em propostas na Assembleia Constituinte)*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1934-b.

- Pacheco e Silva AC. *A cortiça cerebral e sua localização*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1934-c.
- Pacheco e Silva AC. *A alimentação dos psicopatas*. São Paulo: Escola Paulista de Medicina; 1934-d.
- Pacheco e Silva AC. *Sobre a fundação do Partido Constitucionalista de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1934-e.
- Pacheco e Silva AC. A questão da emigração de assyrios para o Brasil. *Folha da Manhã*. São Paulo, 11 de março de 1934-f.
- Pacheco e Silva AC. *Conselhos aos pais de crianças nervosas*. São Paulo: Oficinas Gráficas do Hospital de Juqueri; 1935-a.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso atinente ao funcionalismo público à Assembleia Constituinte* Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1935-b.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso atinente ao exercício da Medicina à Assembleia Constituinte*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1935-c.
- Pacheco e Silva AC. Aula inaugural do curso Psiquiatria. *A Folha Médica*. São Paulo, 15 de setembro de 1935-d; p. 434-437.
- Pacheco e Silva AC. *Parecer sobre subvenções do Estado a instituições psiquiátricas geridas por centros espíritas*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 10 de setembro de 1935-e.
- Pacheco e Silva AC. *Da capacidade para testar – Contribuição para o estudo dos Testamentos dos excêntricos e dos moribundos* [Tese de Livre-docência]. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1935-f.
- Pacheco e Silva AC. *Paralisia geral - Malarioterapia*. Conferência realizada em Montevideo por ocasião da caravana médica brasileira. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), jul. 1936-a.
- Pacheco e Silva AC. *Problemas de Higiene Mental*. São Paulo: Oficinas Gráficas do Hospital do Juqueri; 1936-b.
- Pacheco e Silva AC. Aula inaugural do curso de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. *Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo*. 1936-c; 1(1): 4-26.
- Pacheco e Silva AC. Testamento – paranoico não interdictado – acção para annulla-lo julgada procedente. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de abril de 1936-d.
- Pacheco e Silva AC. *O exame pré-nupcial*. Palestra proferida na Rádio Difusora de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo, 20 de junho de 1936-e.

- Pacheco e Silva AC. *Da pobreza e suas causas – orfandade – velhice – doenças – invalidez – famílias numerosas – insuficiência de salário – alcoolismo – ignorância – indiferença – imprevidência – jogo – fatores de ordem moral e intelectual*. Escola Livre de Sociologia e Política – 4ª aula. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1936-f.
- Pacheco e Silva AC. *Organização racional da beneficência – cooperação – casos individuais e coletivos – serviços públicos e privados – técnica de tratamento social – obra educativa de readaptação do necessitado – papel do médico*. Escola Livre de Sociologia e Política – 5ª aula. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1936-g.
- Pacheco e Silva AC. *Serviços Sociais na indústria, no comércio e na agricultura – problemas sanitários, econômicos e sociais - imigração*. Escola Livre de Sociologia e Política – 6ª aula. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1936-h.
- Pacheco e Silva AC. O que deve o médico prático saber sobre Psiquiatria. *São Paulo Médico*. 1936-i; 9(2): 335-348.
- Pacheco e Silva AC. Aula inaugural do Curso de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. *Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo*. 1937-a; 2(1): 5-14.
- Pacheco e Silva AC. Psicoses post-insulinoterápicas. *Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo*. 1937-b; 2(3): 7-26.
- Pacheco e Silva AC. *Assistência aos Psicopatas – clínicas – hospitais – ambulatórios – colônias agrícolas – assistência familiar – Higiene Mental*. Escola Livre de Sociologia e Política – 10ª aula. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1937-c.
- Pacheco e Silva AC. *Paralisia Geral*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1937-d.
- Pacheco e Silva AC. Syphilis e Systema Nervoso. *Revista Médica do Paraná*. 1937-e; 5(12): 3-13.
- Pacheco e Silva AC. *Infância abandonada e proteção à primeira e segunda infância – menores delinquentes – menores anormais – assistência e tratamento médico-pedagógico – hospitais e escolas – reformatórios – Higiene Mental infantil*. Escola Livre de Sociologia e Política – 8ª aula. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1937-f.
- Pacheco e Silva AC. *Assistência aos doentes comuns nos hospitais e asilos coloniais para convalescentes – coordenação dos serviços técnicos na assistência aos enfermos – assistência social aos enfermos infecto-contagiosos – tuberculose – lepra - câncer*.

Escola Livre de Sociologia e Política – 9ª aula. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1937-g.

Pacheco e Silva AC. *Serviços Sociais*. São Paulo: Edigraf; 1937-h.

Pacheco e Silva AC. *Ainda sobre a psychanalyse*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1937-i.

Pacheco e Silva AC. *Desordens somáticas nas afecções mentais*. Fundo Pacheco e Silva - Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1938-a.

Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido ao assumir a presidência da Seção de Neuropsiquiatria da Associação Paulista de Medicina*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 05 de janeiro de 1938-b.

Pacheco e Silva AC. Estado atual da neuropsiquiatria visto através dos recentes Congressos Internacionais realizados em Paris e de viagens feitas a diversos países da Europa. *São Paulo Médico*. 1938-c; 11(1): 35-56.

Pacheco e Silva AC. *Impressões do Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil e Higiene Mental apresentadas ao Ministro Gustavo Capanema pelo Prof. A.C. Pacheco e Silva, representante do Brasil naquele certame*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1938-d.

Pacheco e Silva AC. *Saudação proferida em nome da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo ao Dr. Ladislau Von Meduna*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), São Paulo; 1939-a.

Pacheco e Silva AC. *L'Administration de M. Armando de Salles Oliveira - L'Interventeur*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1939-b.

Pacheco e Silva AC. *Etiologia geral das Doenças Mentais*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1939-c.

Pacheco e Silva AC. O serviço social na assistência aos enfermos da mente. In: *Anais das Jornadas Neuro-Psiquiátricas Panamericanas*. Lima: Imprensa Torres Aguirre. 1939-d.

Pacheco e Silva AC. *Discurso pronunciado como paraninfo na cerimônia de colação de grau dos doutorandos da FMUSP da Turma de 1938*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais; 1939-e.

Pacheco e Silva AC. *Terapêutica moderna da Esquizofrenia*. Conferência na semana de terapêutica clínica na Escola Paulista de Medicina. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1940-a.

Pacheco e Silva AC. *Direito à Saúde na Legislação Brasileira*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1940-b.

- Pacheco e Silva AC. *Discurso de Transmissão do cargo de presidente da Associação Paulista de Medicina*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1940-c.
- Pacheco e Silva AC. *A perícia da periculosidade criminal*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1940-d.
- Pacheco e Silva AC. *Rudimentos de Higiene Mental*. Palestra feita no curso de Enfermagem realizado no Sanatório Esperança, sob o patrocínio da Liga das Senhoras Católicas. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 04 de janeiro de 1940-e.
- Pacheco e Silva AC. Tuberculose e doenças mentais. *Publicações médicas*. 1941-a; 13(1): 26-41.
- Pacheco e Silva AC. *Contribuição da Psiquiatria para o esclarecimento dos problemas criminológicos*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1941-b.
- Pacheco e Silva AC. Calcificações múltiplas sub-corticais do cérebro. *Arquivos de cirurgia clínica e experimental*. 1941-c; 119-124.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso pronunciado por ocasião do banquete que lhe foi oferecido, quando estava de partida para uma viagem de intercâmbio cultural aos Estados Unidos*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1941-d.
- Pacheco e Silva AC. A Psiquiatria na América do Norte. *Resenha Clínico-científica*. 1941-e; 10(1): 433-439.
- Pacheco e Silva AC. A higiene mental e o espiritismo. *Revista de Medicina*. 1942-a; 26(105): 4-13.
- Pacheco e Silva AC. A segunda Revolução Psiquiátrica. *Neurônio*. 1942-b; 3(4): 3-8.
- Pacheco e Silva AC. A moderna terapêutica psiquiátrica. *Arquivos de cirurgia clínica e experimental*. 1942-c; 5(1): 1073-1075.
- Pacheco e Silva AC. Idéias modernas sobre a epilepsia. *Revista clínica de São Paulo*. 1942-d; 11(5): 123-128.
- Pacheco e Silva AC. *A Assistência hospitalar e os municípios*. Trabalho apresentado no Congresso dos prefeitos e vereadores udenistas de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1942-e.
- Pacheco e Silva AC. Os simuladores. Os indisciplinados. Os desertores e os traidores em face da Psiquiatria. *Conferências do Curso de Aperfeiçoamento de Psiquiatria de Guerra*. São Paulo: Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional – Universidade de São Paulo; 1943-a.
- Pacheco e Silva AC. Distúrbios intestinais em Psiquiatria. *Revista Clínica de São Paulo*. 1943-b; 15(4): 95-99.

- Pacheco e Silva AC. Palavra aos sentenciados. *O nosso jornal*. Órgão dos sentenciados da Penitenciária de São Paulo. 1943-c; 1(4): 1-3.
- Pacheco e Silva AC. A Psiquiatria e a Guerra Moderna. Importância dos Centros Psiquiátricos. Serviços especializados. *Conferências do Curso de Aperfeiçoamento de Psiquiatria de Guerra*. São Paulo: Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional – Universidade de São Paulo; 1943-d.
- Pacheco e Silva AC *Observações sobre Getúlio Vargas Filho*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1943-e.
- Pacheco e Silva AC. Psicologia coletiva. A Guerra e a Psiquiatria. Psicoses de guerra. Profilaxia mental em tempo de guerra. *Conferências do Curso de Aperfeiçoamento de Psiquiatria de Guerra*. São Paulo: Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional – Universidade de São Paulo; 1943-f.
- Pacheco e Silva AC. Exame psiquiátrico. Serviços seletivos. Classificação de recrutas. Métodos psicológicos experimentais. Testes individuais e coletivos. *Conferências do Curso de Aperfeiçoamento de Psiquiatria de Guerra*. São Paulo: Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional – Universidade de São Paulo; 1943-g.
- Pacheco e Silva AC. Psiconevroses de Guerra. *Conferências do Curso de Aperfeiçoamento de Psiquiatria de Guerra*. São Paulo: Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional – Universidade de São Paulo; 1943-h.
- Pacheco e Silva AC. A Sífilis e a Guerra. *Conferências do Curso de Aperfeiçoamento de Psiquiatria de Guerra*. São Paulo: Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional – Universidade de São Paulo; 1943-i.
- Pacheco e Silva AC. O serviço social na assistência aos doentes da mente. *Boletim de Higiene Mental*. 1944; 1(4): 1-3.
- Pacheco e Silva AC. A Higiene Mental nos tempos atuais. *Boletim de Higiene Mental*. 1945-A; 1(12): 1-5.
- Pacheco e Silva AC. *A clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. São Paulo, s/ ed.; 1945-b.
- Pacheco e Silva AC. *Psiquiatria Militar*. Curso de emergência para a formação da Reserva da Justiça Militar. Rio de Janeiro: Gabinete Fotocartográfico, 1945-c.
- Pacheco e Silva AC. *A Assistência aos psicopatas no Estado de São Paulo*. Breve resenha dos trabalhos realizados durante o período de 1923 a 1937. São Paulo: Oficinas Gráficas da Assistência aos Psicopatas; 1945-d.
- Pacheco e Silva AC. A paranóia e os paranóicos. *O Estado de São Paulo*. Medicina e Higiene, 16 de abril de 1946-a.

- Pacheco e Silva AC. *Minuta sobre as articulações da U.D.N em torno das eleições e da oposição à chapa de Adhemar de Barros coligada com o Partido Comunista*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1946-b.
- Pacheco e Silva AC. Histórico e importância da eletroencefalografia. *Neurônio*. 1946-c; 7(4): 4-5.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido Sociedade Panamericana*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1946-d.
- Pacheco e Silva AC. Medicina e Higiene – Imigração e Eugenia. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de maio de 1946-e; p. 5.
- Pacheco e Silva AC. Alcoolismo e automobilismo. *Boletim de Higiene Mental*. 1947-a; 4(35): 1-3.
- Pacheco e Silva AC. A Psiquiatria e a vida moderna. *Boletim de Higiene Mental*. 1947-b; 4(39): 1-4.
- Pacheco e Silva AC. *Instantâneo do momento atual brasileiro*. São Paulo: Clube Piratininga; 1947-c.
- Pacheco e Silva AC. Suicídios e entorpecentes. *Boletim de Higiene Mental*. 1947-d; 4(38): 2-5.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido na inauguração da herma de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada no Pantheon dos Andradas, em Santos*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1947-e.
- Pacheco e Silva AC. *Progressos da Endocrinologia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1948-a.
- Pacheco e Silva AC. A Acroagonina. *O Estado de São Paulo*, 17 de janeiro de 1948-b; p. 8.
- Pacheco e Silva AC. *Grande luta em prol de um ideal: A Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1948-c.
- Pacheco e Silva AC. *O IV Congresso Internacional de Neurologia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1949-a.
- Pacheco e Silva AC. A luta antialcoólica. *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1949-b; p. 8.
- Pacheco e Silva AC. Sistema Cardiovascular e a Medicina psicossomática. *Revista Brasileira de Medicina*. 1949-c; 6(6): 391-396.
- Pacheco e Silva AC. *The medical Philosophy of Pinel*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1950-a.

- Pacheco e Silva AC. *Palavras proferidas no I Congresso Mundial de Psiquiatria na qualidade de presidente da sessão plenária relativa aos tratamentos em Psiquiatria*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1950-b.
- Pacheco e Silva AC. O Espiritismo e as doenças mentais no Brasil. *Anais portugueses de Psiquiatria*. 1950-c; 2(2): 12-25.
- Pacheco e Silva AC. *Palavras de Psiquiatria*. São Paulo: Edigraf; 1950-d.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao General Oswaldo Cordeiro de Farias*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 26 de dezembro de 1950-e.
- Pacheco e Silva AC. *Psiquiatria clínica e forense*. 2. Ed. São Paulo: Renascença; 1951-a.
- Pacheco e Silva AC. *Sindicalismo médico*. Discurso proferido na posse da Presidência do Sindicato Médico de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 13 de fevereiro de 1951-b.
- Pacheco e Silva AC. A Medicina Psicossomática e a Odontologia. *Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas*. 1951-c; 4(5): 11-16.
- Pacheco e Silva AC. Os crimes sexuais dos perversos instintivos. *Investigações*. 1951-d; 3(1): 128-131.
- Pacheco e Silva AC. *Sociedade Pestalozzi de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1952-a.
- Pacheco e Silva AC. *A Higiene Mental no lar*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1952-b.
- Pacheco e Silva AC. *A Higiene Mental*. Conceito, generalidades, tendências modernas, campos de aplicação. São Paulo: Departamento de Cultura e Ação Social da Reitoria da Universidade de São Paulo; 1952-c.
- Pacheco e Silva AC. *Guerra e Psicologia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1952-d.
- Pacheco e Silva AC. A Higiene Mental individual. *Resenha clínico – científica*. 1953-a; 22(10): 327-332.
- Pacheco e Silva AC. *Saudação ao prof. Ugo Cerletti, feita pelo prof. Pacheco e Silva em 10 de agosto de 1953*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), São Paulo; 1953-b.
- Pacheco e Silva AC. *Os serviços médico-sociais na Suécia*. São Paulo: Centro cultural Brasil-Suécia; 1953-c.
- Pacheco e Silva AC. *Saudação ao Prof. Georges Heuyer feita pelo Prof. Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), São Paulo; 1953-d.

- Pacheco e Silva AC. *Saudação ao Prof. Henri Claude*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), São Paulo; 1953-e.
- Pacheco e Silva AC. El sistema cardiovascular y la Medicina Psicosomatica. *Psiquiatria y Psicología Médica de Europa y América Latinas* 1953-f; 1(2): 85-96.
- Pacheco e Silva AC. *O Hospital moderno de Psiquiatria*. Washington D.C: Repartição Sanitária Pan-americana da Organização Mundial da Saúde; 1953-f.
- Pacheco e Silva AC. Apreciações da Psicanálise. *Gazeta médica portuguesa*. 1953-h; 6(2): 311-314.
- Pacheco e Silva AC. *A Higiene Mental*. Aula inaugural do curso de Higiene Mental do Centro de Ciências de Campinas. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Campinas; 1953-h.
- Pacheco e Silva AC. *Criatividade e originalidade*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), São Paulo; 1954-a.
- Pacheco e Silva AC. *Relação das instituições hospitalares de assistência a psicopatas, com os respectivos números de leitos, existentes no Estado e registradas no serviço de Medicina Social (dados referentes ao ano de 1953)*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1954-b.
- Pacheco e Silva AC. *Higiene mental y Sociologia*. Seminário de Higiene Mental infantil na Oficina Sanitária Pan-americana da Organização Mundial da Saúde (mimeo); 1955-a.
- Pacheco e Silva AC. Tratamentos modernos das doenças mentais. *O Estado de São Paulo*; 22 de junho de 1955-b.
- Pacheco e Silva AC. Psiquiatria Social. In: *Anais do Curso de Medicina Social*. São Paulo: Sociedade Paulista de Medicina Social e do Trabalho; 1955-c, p. 268-282.
- Pacheco e Silva AC. A simulação em Psicopatologia Forense. *Anais do I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Medicina Legal e Criminologia; 1955-d, p. 28-43.
- Pacheco e Silva AC. Problemas profissionais. *Resenha clínico-científica*. 1955-e; 24(9): 261-262.
- Pacheco e Silva AC. Factores sociais nos desequilíbrios da Saúde Mental. *Acta Neuropsiquiátrica Argentina*. 1956-a; 2(4): 382-388.
- Pacheco e Silva AC. Poucos são os que procuram encontrar satisfação emocional no seu trabalho. Conferência realizada no Fórum Roberto Simonsen. *Diário de São Paulo*. São Paulo; 26 de maio de 1956-b, p. 3.
- Pacheco e Silva AC. Primeiro Congresso Internacional de Moral Médica. *Resenha Clínico-científica*. 1956-c; 25(3): 3-7.

- Pacheco e Silva AC. Prognóstico das Esquizofrenias. *Revista do Hospital das Clínicas*. 1957-a; 12(1): 1-6.
- Pacheco e Silva AC. *Transcultural research in Mental Health Problems*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1957-b.
- Pacheco e Silva AC. O homicídio e a criminalidade. *Neurônio*. 1957-c; 4(2): 1-2.
- Pacheco e Silva AC. Hipnotismo na Medicina. *Folha da Manhã*. São Paulo; 23 de junho de 1957-d.
- Pacheco e Silva AC. *Prognosis of Schizophrenia*. Relatório apresentado ao II Congresso Internacional de Psiquiatria Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Zurique; 1957-e.
- Pacheco e Silva AC. *Um brasileiro na Dinamarca*. São Paulo: Sociedade Amigos dos países escandinavos; 1957-f.
- Pacheco e Silva AC. *Indicações da Insulinoterapia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); São Paulo, 1958-a.
- Pacheco e Silva AC. A Saúde Mental dos Dirigentes. *Jornal do Rotary Club do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1958-b; p. 78-79.
- Pacheco e Silva AC. *Relações humanas e desumanas*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1958-c.
- Pacheco e Silva AC. *Intoxicación crônica em America Latina (Discurso proferido no III Congresso Latino-Americano de Saúde Mental)*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1958-d.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido no jantar de comemoração do XXº ano de formatura da Turma de 1938 da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. Acervo do Museu histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1958-c.
- Pacheco e Silva AC. Passado, presente e futuro da União Cultural Brasil-Estados Unidos. *Boletim Informativo da UCBEU*. 1958-d; 5(1): 3-12.
- Pacheco e Silva AC. *Canabismo e criminalidade*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1959-a.
- Pacheco e Silva AC. *Cartas e relatórios apresentados ao Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME)*. Acervo do Museu histórico da FMUSP (mimeo); 1959-b.
- Pacheco e Silva AC. *Immigration and Mental Health in Brazil*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1959-c.
- Pacheco e Silva AC. Os cogumelos alucinógenos do México. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de agosto de 1959-d; p. 4.

- Pacheco e Silva AC. *Aspectos psiquiátricos da Hipnose*. Trabalho apresentado à Academia de Medicina de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1959-e.
- Pacheco e Silva AC. Psicoterapia básica. *Revista do Hospital das Clínicas*. 1959-f; 14(3): 289-299.
- Pacheco e Silva AC. *Ficha médico-psicológica do estudante de Medicina*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1959-g
- Pacheco e Silva AC. *Alcoolismo e Saúde Mental*. Aula inaugural do curso "Aspectos médicos e sociais do alcoolismo" patrocinado pelo CAOC - FMUSP e LPHM. Acervo do Museu histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1960-a.
- Pacheco e Silva AC. A automação na vida moderna. Consequências econômico-sociais e psicológicas. *Neurônio*. 1960-b; 21(2): 11-18.
- Pacheco e Silva AC. A higiene mental nos países subdesenvolvidos. *Arquivos de Higiene e Saúde Pública*. 1960-c; 25(84): 79-82.
- Pacheco e Silva AC. *Palestra proferida na reunião de comemoração do 40º aniversário de formatura da turma de 1920*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Caxambú; 15 de novembro de 1960-d.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada a John F. Keneddy*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1960-e.
- Pacheco e Silva AC. Valor e significado de 1960 como Ano Mundial para a Saúde Mental. *O Médico*. 1960-f; 474(2): 3-5.
- Pacheco e Silva AC. Um psiquiatra analisa a renúncia de Jânio. *O Globo*. Rio de Janeiro; 20 de setembro de 1961-a.
- Pacheco e Silva AC. *O Instituto Internacional do cérebro*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1961-b.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido na abertura do VI Congresso Internacional de Saúde Mental*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1961-c.
- Pacheco e Silva AC. Problemas psicológicos del estudiante de Medicina e interrelaciones entre estudiantes y profesores. *Archivos de Criminologia, Neuro-psiquiatria y disciplinas conexas*. 1961-d; 9(34): 269-278.
- Pacheco e Silva AC. Évolution du concept de la Santé Mentale. *VI International Congress on Mental Health*. Paris: Excerpta Medica, 1961-e; p. 25-30.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao Prof. Dr. Eurico da Silva Bastos, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 21 de janeiro de 1961-f.

- Pacheco e Silva AC. *A guerra subversiva em marcha*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; 1961-g.
- Pacheco e Silva AC. *Medicina Psicossomática*. São Paulo: Serviço de documentação científica; 1962-a.
- Pacheco e Silva AC. *Tratamentos biológicos das doenças mentais*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1962-b.
- Pacheco e Silva AC. *Inquérito sobre a atitude do estudante de Medicina*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1962-c.
- Pacheco e Silva AC. Reforma Universitária. *Anhembi*. 1962-d; 48(144): 3-14.
- Pacheco e Silva AC. *A cultura como fator de aproximação entre os povos*. Conferência proferida na União Cultural Brasil-Estados Unidos. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1962-e.
- Pacheco e Silva AC. A casa de Augusto Comte. *A Gazeta*, 28 de setembro de 1963-a.
- Pacheco e Silva AC. *O Ensino da Psiquiatria na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1963-b.
- Pacheco e Silva AC. *Population problems and Mental Health*. Trabalho apresentado na 16ª Reunião da Federação Mundial de Saúde Mental. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1963-c.
- Pacheco e Silva AC. Saúde Mental e o mundo moderno. *A Gazeta*. São Paulo, 06 de agosto de 1963-d; p. 7.
- Pacheco e Silva AC. Cartas de Paris. *A Gazeta*. São Paulo, 24 de julho de 1963-e; p. 5.
- Pacheco e Silva AC. Ugo Cerletti. *A Gazeta*. São Paulo, 16 de agosto de 1963-f; p. 8.
- Pacheco e Silva AC. *Saúde Mental e industrialização – A participação de A. C. Pacheco e Silva na 17ª Reunião anual da Federação Mundial para a Saúde Mental na qualidade de Diretor da FIESP*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1964-a.
- Pacheco e Silva AC. A Guerra subversiva. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02 de fevereiro de 1964-b; p. 9.
- Pacheco e Silva AC. *Tendências da Psiquiatria na América Latina*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1964-c.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido no Clube dos 21 Irmãos-Amigos em comemoração do agraciamento de Pacheco e Silva com a Comenda do Mérito Militar*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1964-d

- Pacheco e Silva AC. *Nota confidencial endereçada a Sua Excelência o Senhor Presidente, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 21 de setembro de 1964-e.
- Pacheco e Silva AC. *A Revolução Brasileira: Golpe de Estado ou Revolução Cívica?*. Texto enviado a France Amerique Magazine. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; setembro de 1964-f.
- Pacheco e Silva AC. Guerra psicológica. *Revista Convivium*. 1964-g; 3(4): 3-31.
- Pacheco e Silva AC. Breve relato sobre o Congresso Internacional de Hipnose e de Medicina Psicossomática. *Boletim da Clínica Psiquiátrica da FMUSP*. 1965-a; 4(3): 203-208.
- Pacheco e Silva AC. *Os métodos psicológicos no tratamento dos delinquentes*. Trabalho apresentado no 5º Congresso Internacional de Criminologia. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Montreal; 29 de agosto de 1965-b.
- Pacheco e Silva AC. *A Hipnose no tratamento do alcoolismo – o método hipno-condicionado*. Trabalho apresentado ao Congresso Internacional de Hipnose e Medicina Psicossomática. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Paris; 28 de setembro de 1965-c.
- Pacheco e Silva AC. Automação e Saúde Mental. *Boletim da Clínica Psiquiátrica da FMUSP*. 1965-d; 4(2): 77-81.
- Pacheco e Silva AC. *Palavras proferidas ao ser empossado na Presidência do Fórum Roberto Simonsen*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 07 de abril de 1965-e.
- Pacheco e Silva AC. *Ouro para o Brasil e moedas de um Cruzeiro de ouro*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1965-f.
- Pacheco e Silva AC. *Salud Mental em las ocupaciones rurales e industriales*. Discurso proferido no IV Congresso Internacional de Saúde Mental. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1966-a.
- Pacheco e Silva AC. *Canabisme et criminalité*. Trabalho apresentado no IV Congresso Mundial de Psiquiatria. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Madri; 10 de setembro de 1966-b.
- Pacheco e Silva AC. *Intoxication chronique em Amérique Latine*. Trabalho apresentado no IV Congresso Mundial de Psiquiatria. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Madri; 07 de setembro de 1966-c.
- Pacheco e Silva AC. *Medicina na civilização contemporânea*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1967-a.

- Pacheco e Silva AC. *Situação estudantil em São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1967-b.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido pelo Prof. A.C. Pacheco e Silva ao assumir a Presidência da Associação Brasileira de Psiquiatria*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Porto Alegre; 05 de outubro de 1967-c.
- Pacheco e Silva AC. Política e Saúde Mental. *Problemas brasileiros*. 1967-d; 49(4): 3-10.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao General Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 17 de outubro de 1968-a.
- Pacheco e Silva AC. *Transplante de órgãos*. Palavras proferidas na abertura da entrevista coletiva à imprensa realizada no Hospital das Clínicas da USP. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1968-b.
- Pacheco e Silva AC. *A empresa privada num mundo em evolução*. Comunicação feita à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 20 de maio de 1968-c.
- Pacheco e Silva AC. A violência e a não-violência. *Servir – Semanário do Rotary Club de São Paulo*. 1969-a; 37(1841): 131-133.
- Pacheco e Silva AC. *Grupo segurador do Brasil*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1970-a, p. 1.
- Pacheco e Silva AC. *Classificações em Psiquiatria*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1970-b.
- Pacheco e Silva AC. A tortura física e mental. *Problemas brasileiros*. 1970-c; 82(6): 42-49.
- Pacheco e Silva AC. *Discurso proferido na sessão de abertura do VI Congresso Latino-Americano de Psiquiatria e I Congresso Brasileiro de Psiquiatria*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1970-d.
- Pacheco e Silva AC. Urbanismo e Medicina. *Problemas brasileiros*. 1970-e; 80(1): 35-42.
- Pacheco e Silva AC. *A propaganda contra o Brasil no Exterior*. Conferência realizada no Q.G do II Exército. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 20 de maio de 1970-f.
- Pacheco e Silva AC. Futurologia. *Grupo segurador do Brasil*. São Paulo, março de 1970-g; p. 1-2.
- Pacheco e Silva AC. *Currículo Vitae de Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1970-h.

- Pacheco e Silva AC. Segurança Nacional e a Medicina. *Jornal da Associação Paulista de Medicina*. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1971-a; p. 4-20.
- Pacheco e Silva AC. Um psiquiatra vê a grande São Paulo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de dezembro de 1971-b; p. 3.
- Pacheco e Silva AC. Um psiquiatra vê a cidade e pede tratamento urgente para o doente. *Folha da Tarde*. São Paulo, 6 de dezembro de 1971-c; p. 15.
- Pacheco e Silva AC. *Os Hippies*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1971-d.
- Pacheco e Silva AC. *Sexología y Psiquiatria Transcultural*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1971-e.
- Pacheco e Silva AC. A imagem do Brasil e a semana da Pátria. *Grupo segurador do Brasil*. São Paulo, setembro de 1971-f; p. 2.
- Pacheco e Silva AC. *Juventude atual*. Conferência ministrada na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Delegacia Regional de São Paulo. São Paulo: ADESG; 1971-g.
- Pacheco e Silva AC. *A ética médico-psiquiátrica*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1972-a.
- Pacheco e Silva AC. Uma visita histórica (de Médici aos Estados Unidos). *Grupo segurador do Brasil*. São Paulo, janeiro de 1972-b; p. 1.
- Pacheco e Silva AC. *Perigos da Heroína Amarela*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1972-c.
- Pacheco e Silva AC. *A luta contra as drogas no Brasil*. Comunicação feita à Academia das Ciências de Lisboa. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Lisboa; 1972-d.
- Pacheco e Silva AC. *Plano de ação para a contrapropaganda sobre a Revolução de 1964 na imprensa estrangeira*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1972-e.
- Pacheco e Silva AC. *A Revolução de 1964*. Comunicação proferida no Externato Jaraguá. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 30 de março de 1972-f.
- Pacheco e Silva AC. *Poluição da mente*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1973-a.
- Pacheco e Silva AC. *Desajustes Psico-sociais*. São Paulo: Edigraf; 1973-b.
- Pacheco e Silva AC. Breves considerações sobre a assistência médico-social em São Paulo. *Jornal da AMB*. 1973-c; 15(645): 4-5.

- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao General Ernesto Geisel*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 19 de setembro de 1973-d.
- Pacheco e Silva AC. *La infiltracion counista em la iglesia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1973-e.
- Pacheco e Silva AC. *Massas e elites*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1974-a.
- Pacheco e Silva AC. *Congresso Mundial dos Escritores Médicos*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1974-b.
- Pacheco e Silva AC. *Palabras del Prof. A.C. Pacheco e Silva (Discurso proferido na abertura do II Congresso da Confederação Anticomunista Latinoamericana)*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1974-c.
- Pacheco e Silva AC. *São Paulo e o 9 de julho de 1932*. Discurso proferido no Clube dos 21 Irmãos-Amigos. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1974-d.
- Pacheco e Silva AC. *Sobre a necessidade de promover e apoiar os pesquisadores patriotas que hoje são ignorados, perseguidos e discriminados nas áreas de Filosofia, Humanidades e Ciências Sociais*. Proposição apresentada ao II Congresso da Confederação Anticomunista Latinoamericana. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Rio de Janeiro; 1974-e.
- Pacheco e Silva AC. *Hippies, drogas, sexo, poluição*. São Paulo: Martins Editora; 1974-f.
- Pacheco e Silva AC. *Profilaxia Criminal*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1975-a.
- Pacheco e Silva AC. *Saúde Mental e Patologia Social*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1975-b.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada a Mário Alfender Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 09 de dezembro de 1975-c.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao General Fritz Manso*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 21 de outubro de 1975-d.
- Pacheco e Silva AC. *7ª aula*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1976-a.
- Pacheco e Silva AC. *Carta-resposta enviada a Maurício Loureiro Gama*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 19 de maio de 1976-b.
- Pacheco e Silva AC. *Relações do Brasil com o Mundo Comunista. Problemas Brasileiros*. 1979-c; 151(3): 15-16.

- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao Embaixador Hélio A. Scarbôto*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 19 de julho de 1976-d.
- Pacheco e Silva AC. *Termo de doação de itens ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 14 de novembro de 1976-e.
- Pacheco e Silva AC. *Perigos do sindicalismo militar*. Conferência realizada aos membros do II Exército. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 20 de janeiro de 1976-f.
- Pacheco e Silva AC. *Ata de fundação da Associação dos Revolucionários de 64*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1976-g.
- Pacheco e Silva AC. *Estatutos da Associação dos Revolucionários de 64*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1976-h.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada a Inácio Lyra de Neves Manta*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 12 de agosto de 1976-i.
- Pacheco e Silva AC. A poluição da mente - Novo tipo de poluição. *Diário de Notícias*. Coluna da Revolução; 14 de dezembro de 1977-a.
- Pacheco e Silva AC. *Aspectos psiquiátricos e psiquiátrico-legais do divórcio*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1977-b.
- Pacheco e Silva AC. *Henrique Roxo e a Higiene Mental*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1977-c.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada a José Leme Lopes*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 14 de março de 1977-d.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao Embaixador Hélio A. Scarbôto*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 10 de maio de 1977-e.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao Deputado Sergio Murilo Santa Cruz Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 16 de março de 1977-e.
- Pacheco e Silva AC. *Temas psiquiátricos da atualidade*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1978-a.
- Pacheco e Silva AC. *Preservação da Natureza*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1978-b.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao General do Exército João Baptista de Figueiredo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 27 de setembro de 1978-c.
- Pacheco e Silva AC. *Envelhecer sem esmorecer*. São Paulo: Melhoramentos; 1978-d.

- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada ao Embaixador Hélio A. Scarbôto*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 29 de março de 1978-e.
- Pacheco e Silva AC. *São Paulo, terra de heróis e berço de guerreiros*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1978-f.
- Pacheco e Silva AC. *La libertad no tiene precio. No puede ser negociada*. Discurso proferido no XII Congresso da Liga Anticomunista Internacional. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1979-a.
- Pacheco e Silva AC. *Alimentação e Saúde*. Trabalho enviado ao Presidente da República, General João Baptista de Figueiredo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1979-b.
- Pacheco e Silva AC. A proteção aos insanos no II Reinado. *Jornal da Associação Paulista de Medicina*; 1º quinzena de fevereiro de 1979-c.
- Pacheco e Silva AC. *Gerontologia e Geriatria – Considerações gerais*. Aula ministrada no Curso de Extensão Universitária “Aspectos Fisiopatológicos, clínicos e médico-sociais do envelhecimento” oferecido pela Universidade de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1979-d.
- Pacheco e Silva AC. *Aspectos psicológicos do envelhecimento*. Aula ministrada no Curso de Extensão Universitária “Aspectos Fisiopatológicos, clínicos e médico-sociais do envelhecimento” oferecido pela Universidade de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 1979-e.
- Pacheco e Silva AC. *Reflexões de um psicólogo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1979-f.
- Pacheco e Silva AC. *A Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (T.F.P)*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1979-g.
- Pacheco e Silva AC. *Apoio militar e político de São Paulo à Revolução de 64*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1979-h
- Pacheco e Silva AC. *Armando de Salles Oliveira*. São Paulo: EDUSP; 1980-a.
- Pacheco e Silva AC. *Famílias de Itu e de Araras*. Palestra ministrada no Instituto Genealógico Brasileiro. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-b.
- Pacheco e Silva AC. *Envelhecer se esmorecer*. Conferência proferida no 1º Encontro Brasiliense de Geriatria e Gerontologia. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Brasília; 1980-c.
- Pacheco e Silva AC. A Violência e a Segurança Nacional. Monografia premiada em 1978 pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. *Segurança e Desenvolvimento*. 1980-d; 29(183): 7-53.

- Pacheco e Silva AC. *A renúncia de Jânio Quadros*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-e.
- Pacheco e Silva AC. *Observações, reflexões e sugestões de um Revolucionário de 1964*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-f.
- Pacheco e Silva AC. *Ideologias e ações estratégicas*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-g.
- Pacheco e Silva AC. *Jânio Quadros no poder*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-h.
- Pacheco e Silva AC. *O governo de João Goulart*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-i.
- Pacheco e Silva AC. *General José Pinheiro de Ulhoa Cintra*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-j.
- Pacheco e Silva AC. *Um pioneiro da luta anticomunista no Brasil*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-k.
- Pacheco e Silva AC. *A Associação Comercial de São Paulo e a Federação das Indústrias de São Paulo – Sentinelas avançadas da Democracia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-l.
- Pacheco e Silva AC. *Uma análise retrospectiva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-m.
- Pacheco e Silva AC. *A U.D.N. e a Guerra Revolucionária*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-n.
- Pacheco e Silva AC. *Introdução ao livro “Os civis e a Revolução de 1964”*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1980-o.
- Pacheco e Silva AC. *Palavras proferidas pelo Prof. A.C. Pacheco e Silva no IXº encontro nacional de Gerentes em Campinas*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Campinas; 18 de maio de 1981-a.
- Pacheco e Silva AC. *A economia brasileira, suas perspectivas e a importância da administração nas palavras de ex-presidentes do IDORT*. *Revista do IDORT*. 1981-b; 3(1): 46-55.
- Pacheco e Silva AC. *Papel das elites na civilização contemporânea*. *Digesto econômico*. 1981-c; 285: 3-22.
- Pacheco e Silva AC. *Palavras de agradecimento proferidas na inauguração do “Museu Antonio Carlos Pacheco e Silva” da União Cultural Brasil- Estados Unidos*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 17 de dezembro de 1981-d.

- Pacheco e Silva AC. *Audácia, coragem e ação dos Revolucionários de 1964*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1981-e.
- Pacheco e Silva AC. *Manifestação dos marujos*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1981-f.
- Pacheco e Silva AC. *Legitimidade da Revolução de Março*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1981-g.
- Pacheco e Silva AC. *Cuba em ação*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1981-h.
- Pacheco e Silva AC, AC. *IPÊS – IBAD - ADEP*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1981-i.
- Pacheco e Silva AC. *Grupo Mourão – Mena Barreto*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1981-j.
- Pacheco e Silva AC. *Centro de Liderança Cívica (C.L.C)*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1981-k.
- Pacheco e Silva AC. *Carta enviada a Inácio Lyra de Neves Manta*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 24 de novembro de 1981-l.
- Pacheco e Silva AC. *Primórdios da Velha Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. Conferência proferida no 70º aniversário de criação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 23 de setembro de 1982-a.
- Pacheco e Silva AC. *Medicina de ontem, de hoje e o humanismo*. Conferência proferida na Associação Paulista de Medicina. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 15 de dezembro de 1982-b.
- Pacheco e Silva AC. Campanha antitóxica. **ADESG informa**, ano I, nº 2, nov. 1982-c, p. 3.
- Pacheco e Silva AC. *O Problema dos tóxicos sob seus múltiplos aspectos*. São Paulo: Club Athletico Paulistano; 1982-d.
- Pacheco e Silva AC. *Egas Moniz*. Conferência proferida na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 25 de outubro de 1982-e.
- Pacheco e Silva AC. Violência Urbana. *Revista da ASIS Brasil – Associação Internacional de Segurança*. 1982-f; 1(5): 20-22.
- Pacheco e Silva AC. As Universidades da Terceira Idade. In: *Problemas do Idoso: um desafio social*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984; p. 2-14.
- Pacheco e Silva AC. *Reminiscências*. São Paulo: União; 1995.

- Pacheco e Silva AC. *A assistência aos Psicopatas em São Paulo – Primeiros estabelecimentos*. (mimeo). Acervo do Museu Histórico da FMUSP; s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Ação subversiva para a conquista do poder (siglas mais usadas)*. Acervo do Museu histórico da FMUSP; s/d.
- Pacheco e Silva AC. *A assistência aos doentes mentais em outros Estados do Brasil*. (mimeo). Acervo do Museu Histórico da FMUSP; s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Leis brasileiras sobre a Assistência aos Psicopatas*. (mimeo). Acervo do Museu Histórico da FMUSP; s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Porque ser antisemita?* Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *O dia da raça*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *As Ligas Camponesas*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Loucura moral, associadas, terroristas e anarquistas*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Descrição dos ataques convulsivos de epilepsia feito por Burlereau*. Fundo Pacheco e Silva - Museu histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Anatomia patológica da Paralisia Geral*. Acervo do Museu histórico da FMUSP (mimeo); s/d
- Pacheco e Silva AC. *Importância da Leucotomia Cerebral em Psiquiatria*. Acervo do Museu histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *A Psiquiatria na Escola Paulista de Medicina*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Novas dimensões em Psiquiatria*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Ética médico-psiquiátrica*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Saúde Mental e ambiente*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *A expressão fisionômica e as atitudes como método de diagnóstico psiquiátrico*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Exame do doente mental*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.

- Pacheco e Silva AC. *Confidências de um psiquiatra*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Paralisia geral*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. *Classificação das molestias mentaes*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); s/d.
- Pacheco e Silva AC. et all. A insulinoterapia nas formas delirantes da paralisia geral. *Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo*. 1937; 2(2): 461-466.
- Pacheco e Silva AC. et all. Sífilis congênita com localização nervosa. *Revista de Biologia e Medicina*. 1940; 1(2): 12-36.
- Pacheco e Silva AC. et all. *Moção da Delegação Brasileira aos membros da International Conference on Psychosurgery*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Lisboa; 07 de agosto de 1948.
- Pacheco e Silva AC. et all. O emprego da Imipramina no tratamento das depressões. *Acta Neuropsiquiátrica Argentina*, n. 6, 1960, p. 305-324.
- Pacheco e Silva AC, Alves CR. *O Serviço de Antropologia e Biotipologia da Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo), 1937.
- Pacheco e Silva AC, Bastos FO. Síndrome de Benedickt. *São Paulo Médico*. 1939; 12(1): 23-32.
- Pacheco e Silva AC, Bastos, FO, Cardo A. Degeneração Espino-cerebelar em dois irmãos gêmeos. *Cultura Médica*. 1944; 3(4): 31-48.
- Pacheco e Silva AC, Carvalho HM, Fortes, R. O emprego da Clorpromazina em doses maciças (Síndrome de impregnação). *Publicações médicas*. 1957; 28(198): 59-111.
- Pacheco e Silva AC, Ferraz, NT. O método de Sakel nas esquizofrenias (resultados observados em 104 casos). *Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo*. 1937; 2(2): 499-516.
- Pacheco e Silva AC, Gama C. Grande aneurisma intra-craniano da carótida interna. *Brasil Médico*. 1944; 58(17): 3-14.
- Pacheco e Silva, AC, Letaif, S. *O estudante de Medicina de hoje*. São Paulo: Edigraf; 1962.
- Pacheco e Silva AC, Mattos O. Um interessante caso de homossexualismo feminino. *Archivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia*. 1939; 10(10): 1-15.

- Pacheco e Silva AC, Passos LA. *A Malareotherapie na Paralysis Geral*. São Paulo: Oficinas Gráficas do Juquery; 1927.
- Pacheco e Silva AC, Passos L, Farjado J, Carvalho HM. A diatermia no tratamento da paralisia geral. *Memórias do Hospital de Juquery*. 1930; 7(8): 113-119.
- Pacheco e Silva AC, Rebello Neto J. Um sádico-necrophilo. O preto Amaral. *Archivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia*. 1928; 2(2): 91-112.
- Pacheco e Silva AC, Ribas JC. Sobre um caso de Paraplegia Pitiatca curada após uma injeção de Cardiazol. *Revista médica brasileira*. 1940; 3(2): 63-70.
- Pacheco e Silva AC, Ribas JC. Demência precocíssima – A propósito de dois casos. *Revista paulista de Medicina*. 1947; 31(2): 51-64.
- Pacheco e Silva AC, Ribas JC. A Impressão do “Dèja vu”. A propósito de um caso. *Revista Paulista de Medicina*. 1949; 34(1): 1-11.
- Pacheco e Silva AC, Ribas JC. Um caso de gravidez imaginária no sexo masculino. *Revista do Hospital das Clínicas*. 1954; 9(2): 123-130.
- Pacheco e Silva AC, Vampré E. Glicoma quístico do hemisfério esquerdo do cerebelo, interessando principalmente os núcleos cinzentos. *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. 1919; 2(1): 25-37.
- Pacheco e Silva Filho AC. *Carta enviada ao seu pai, A. C. Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Hartford; 08 de novembro de 1950.
- Pacheco e Silva Filho AC. Psicanálise: perspectivas científicas e profissionais. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 1980; 9(1): 19-33.
- Pacheco e Silva D. *Cartão postal de Paris enviado à Inaldo de Lyra Neves-Manta*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1981.
- Passarinho J. *Comunicação de condecoração de A. C. Pacheco e Silva com a Medalha do Mérito Educativo pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). Brasília; 01 de julho de 1973.
- Prado A. Posse do Professor Pacheco e Silva como Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. *São Paulo Médico*. 1936; 9(4): 259-263.
- Ribeiro S. *Hospital de Alienados de Juquery*. Rio de Janeiro: Oficinas graphicas do Jornal do Brasil; 1928.
- Rocha FF, Pacheco e Silva AC. *A demência paralytica em São Paulo*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial; 1923.
- Sampaio NS. *Saudação proferida ao ilustre Professor A.C. Pacheco e Silva por ocasião de sua visita à Escola Bahiana de Medicina*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo); 1953.

- São Paulo - Cidade. Projeto de Lei nº 50/1965. Denomina “Lavínia Pacheco e Silva” a atual “Rua 2” no Jardim Cordeiro, em Santo Amaro, e dá outras providências. *Câmara de Vereadores do Município de São Paulo – seção de protocolo*. São Paulo; 1965.
- São Paulo Médico. Instituto Pacheco e Silva. *São Paulo Médico*, abril de 1944, p. 201-206.
- Scatimburgo J. *Prefácio para o livro “Os Civis e a Revolução de 1964 do Prof. Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 06 de agosto de 1980.
- Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. *Atestado de serviços prestados pelo Dr. A. C. Pacheco e Silva*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 31 de dezembro de 1935.
- Silva PA. Evolução da paralisia Geral Progressiva após a Malarioterapia. *Arquivos da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo*. 1936; 1(1): 15-37.
- Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo. *Parecer da Comissão do Prêmio Oscar Freire de Criminologia*. Acervo do Museu Histórico da FMUSP (mimeo). São Paulo; 19 de outubro de 1939.
- Unesco. *Symposium of brain research and human behavior – Final report*. Paris: Unesco archive; 1968.
- Universidade de São Paulo. *Programma de admissão à Escola de Pharmacia*. São Paulo, Pocaí & Weiss, 1912. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Universidade de São Paulo. *Atas de abertura de inscrição para os exames de admissão à Escola de Pharmacia – 2ª época de 1914*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo; 1914-a.
- Universidade de São Paulo. *Atas de abertura de inscrição para os exames de Primeira Série da Escola de Pharmacia*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo; 1914-b.
- Universidade de São Paulo. *Registros das notas obtidas pelos candidatos que se apresentaram aos exames da 1ª série da Escola de Pharmacia*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo; 1914-c.
- Universidade de São Paulo. *Registros de matrículas da 1ª série da Escola de Pharmacia no anno de 1914*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo; 1914-d.
- Universidade de São Paulo. *Atas dos exames de Elementos de História Natural da Escola de Pharmacia*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (mimeo). São Paulo; 1915-a

Universidade de São Paulo. *Atas dos exames de Geometria e noções de Trigonometria da Escola de Pharmacia*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (mimeo). São Paulo, 1915-b.

Universidade de São Paulo. *Programmas das cadeiras do 3º anno da Escola de Pharmacia*. São Paulo, Asbahr; 1915-c. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Universidade de São Paulo. *Atas de abertura de inscrição para os exames de Segunda Série da Escola de Pharmacia*. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, 1915-d.